JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 5
Câmara Municipal de General Carneiro 5
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 6
Camara Municipal de Poconé 32
Camara Municipal de Poxoréu 33
Camara Municipal de Tabaporã 34
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 34
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 34
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 35
Prefeitura Municipal de Água Boa 40
Prefeitura Municipal de Alto Garças 40
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 42
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 91
Prefeitura Municipal de Apiacás 93
Prefeitura Municipal de Araguainha 97
Prefeitura Municipal de Araputanga 185
Prefeitura Municipal de Arenápolis 186
Prefeitura Municipal de Aripuanã 189
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 194
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 194
Prefeitura Municipal de Cáceres 195
Prefeitura Municipal de Campinápolis 199
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 202
Prefeitura Municipal de Campo Verde 208
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 208
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 209
Prefeitura Municipal de Canarana 210
Prefeitura Municipal de Carlinda 213
Prefeitura Municipal de Castanheira 214
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 216
Prefeitura Municipal de Cláudia 218
Prefeitura Municipal de Colíder 218
Prefeitura Municipal de Colniza 220
Prefeitura Municipal de Comodoro 221
Prefeitura Municipal de Confresa 224
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 227
Prefeitura Municipal de Curvelândia 228
Prefeitura Municipal de Diamantino 228
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 230
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 231
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 231
Prefeitura Municipal de General Carneiro 231
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 235
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 249
Prefeitura Municipal de Indiavaí 249
Prefeitura Municipal de Itanhangá 264
Prefeitura Municipal de Itiquira 265
Prefeitura Municipal de Jaciara 267
Prefeitura Municipal de Jauru 267

Prefeitura Municipal de Juara 283
Prefeitura Municipal de Juruena 284
Prefeitura Municipal de Luciara 284
Prefeitura Municipal de Marcelândia 285
Prefeitura Municipal de Matupá 285
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 285
Prefeitura Municipal de Nobres 294
Prefeitura Municipal de Nortelândia 295
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 297
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 298
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 303
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 303
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 303
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 304
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 329
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 330
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 330
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 331
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 331
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 331
Prefeitura Municipal de Paranatinga 332
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 334
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 336
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 338
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 338
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 338
Prefeitura Municipal de Poxoréu 339
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 345
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 346
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 346
Prefeitura Municipal de Rio Branco 347
Prefeitura Municipal de Rondolândia 347
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 355
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 362
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 363
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 363
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 365
Prefeitura Municipal de São José do Povo 367
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 367
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 368
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 369
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 372
Prefeitura Municipal de Tabaporã 372
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 380
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 385
Prefeitura Municipal de União do Sul 385
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 385
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 405
Prefeitura Municipal de Vila Rica 405

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 033/2019

"Nomeia Estagiários Para Câmara Municipal de Água Boa – MT, Conforme Convênio 002/2019 e 003/2019 e Lei Complementar Nº 135 de 04 de fevereiro de 2019"

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas:

E, considerando o Convênio 003/2019 Com a Escola Estadual Antônio Grohs.

E, considerando o Convênio 002/2019 Com a Escola Estadual 9 de Julho.

E, Considerando os termos da Lei Municipal Complementar Nº 135 de 04 de fevereiro de 2019

Resolve:

Art. 1º Nomear como estagiário da Câmara Municipal:

Paula Nayne Morais da Silva, Portadora do CPF 071.266.631-10 RG 278.9645-5 SSP - MT moradora da Rua C 11 esq. C/ C9 S/Nº bairro Guarujá Expansão na cidade de Água Boa, Mato Grosso, estudante da Escola Estadual Antônio Grohs.

Art. 2º - O estágio terá duração máxima de 24 meses a contar da publicação desta, ou até que os estagiários completem o ensino médio, a carga horária será de 20 horas semanais.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 09 de Setembro de 2019.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Luís César de Lara Pinto Filho Presidente

José Ari Zandoná 1º – Secretário

Alceu Penteado Junior Secretário Geral

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 176/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

Considerando *o processo submetido ao Protocolo nº 2350, de 09 de setembro de 2019.*

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para desenvolver suas atividades durante as sessões parlamentares, nos termos do artigo 1º, §§3º e 6º e do artigo 5º, IV, LEI Nº 2.524 DE 03 DE MARÇO DE 2016, alterada pela LEI N° 2.595 DE 02 DE AGOSTO DE 2017:

MATRÍCULA	SERVIDOR
570	CRISTIANO DE BARROS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 02 de setembro de 2019.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 09 de setembro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Claudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 175/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,*no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

Considerando *o processo submetido ao Protocolo nº 2350, de 09 de setembro de 2019.*

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para desenvolver suas atividades, em caráter temporário, durante as sessões parlamentares, nos termos do artigo 1º, §§3º e 6º e do artigo 5º, IV, LEI Nº 2.524 DE 03 DE MARÇO DE 2016, alterada pela LEI N° 2.595 DE 02 DE AGOSTO DE 2017, a partir do dia 09 de setembro de 2019 ao dia 08 de outubro de 2019:

MATRÍCULA	SERVIDOR
547	HENRIQUE BARCELOS DE MORAES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 09 de setembro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Claudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

RELATÓRIO CONTÁBIL

RELATÓRIO CONTÁBIL			
(Fluxo de Caixa período: Agosto/2019			
DESPESA			***No Mês***
(I)	***Pessoal e Encargos Sociais***	***R$***	***175.936,57***
	Pessoal Cívil:	***R$***	**119.755,76**
	Subsídio dos Vereadores	*R$*	53.199,80
	Folha de Pagamento dos Funcionários	*R$*	45.839,56
	Férias/licença premio e 13º Salario	*R$*	20.716,40
	Encargos Sociais e Impostos	***R$***	**56.180,81**
	I.N.S.S.	*R$*	21.355,05
	PREVICAN	*R$*	14.084,89
	IRRF	*R$*	12.486,64
	ISSQN	*R$*	0,00
	Mensalidade sindical	*R$*	50,84
	Pensão Alimentícia	*R$*	1.247,50
	Emprestimos Consignados em Folha	*R$*	6.955,89
(II)	***Diárias***	*R$*	1.640,00
(III)	***Material de Consumo:***	***R$***	**2.168,28**
	Expediente, Limpeza, Copa e Cozinha	*R$*	1.902,58
	Material para manutenção de bens imoveis	*R$*	265,70
(IV)	***Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física:***	***R$***	**45.079,32**
	Verbas Indenizatorias (Vereadores)	*R$*	45.079,32
	Outros Serv. De Terceiros-Pessoa Fisica-Vigilante	*R$*	0,00
(V)	***Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:***	***R$***	**8.519,79**
	Serviços: Energia Eletrica, Água, Telefone Fixo e Internet	*R$*	1.385,54
	Serviços manutenção e Conservação do Prédio	*R$*	835,00
	Manut. e conserv. equip. de processamento de dados	*R$*	1.510,00
	Serviços de Audio Video e Foto	*R$*	0,00
	Assinatura periodicos e anuidade	*R$*	0,00
	Locação de Software's (Sistemas para gestão publica)	*R$*	3.922,05
	Serviços Postais	*R$*	0,00
	Serviços Bancarios	*R$*	167,20
	Serviços de qualificação e aperfeicoamento de servidores	*R$*	700,00
	Serviços Graficos	*R$*	0,00
(VI)	***Despesas com publicidade:***	***R$***	**720,00**
	Rádio	*R$*	0,00
	Jornal	*R$*	720,00
	Equipamento e Material Permanente	*R$*	**2.190,00**

(VII)	Devolução de Duodécimo	*R$*	0,00
(VIII)	***TOTAL DAS DESPESAS PAGAS=(I+II+III+IV+V+VI-VII)***	***R$***	***236.253,96***
(IX)	***Saldo Anterior***	***R$***	***565.787,91***
(X)	***Repasse recebido***	***R$***	***304.158,33***
(XI)	***Disponível BB Agência: 1319-6 C/C 10.220-2 =(IX+X-VIII)***	***R$***	***633.692,28***
Francisco Braz das Neves Costa			
Contador CRC/MT nº 016138/O-7			

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com os Artigos 134 e 135 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, CONVOCO os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães para **Sessão Extraordinária**, a realizar-se no dia **19 DE SETEMBRO DE 2019 (QUINTA-FEIRA) as 09h00** no Plenário desta Casa Legislativa, para apreciação e deliberação das contas anuais do exercicio de 2015 - gestão do Sr. LISU KOBERSTAIN.

Vereador Carlos Eduardo de Lima Oliveira Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 035/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 035/2019 EM 02 DE SETEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL OS DIAS QUE MENCIONAM".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado LUTO OFICIAL os dias 02 e 03 de Setembro de 2019 em respeito ao falecimento dos senhores JOÃO FRANCISCO DOS ANJOS E JOSÉ CAMPOS DAVID.

Parágrafo Único - Os senhores JOÃO FRANCISCO DOS ANJOS e JOSÉ CAMPOS DAVID, ambos Pioneiros que muito contribuíram para o desenvolvimento e progresso deste município de General Carneiro.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, em 02 de Setembro de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 032/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 032/2019 EM 02 DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL OS DIAS QUE MENCIONAM".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado LUTO OFICIAL os dias 28 e 29 de Agosto de 2019 em respeito ao falecimento do senhor JOSÉ NILTON LEITE.

Parágrafo Único - O senhor JOSÉ NILTON LEITE, é Comerciante em Publicidade nesta cidade de General Carneiro e Tio do presidente desta Casa de Leis, Magnun Vinnícios Rodrigues Alves de Araújo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, em 28 de Agosto de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 033/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 033/2019 EM 30 DE AGOSTO DE 2019

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ GENERALCARNEIRENSE A SENHORA MARIA DE LOURDES CARDOSO CAMPOS".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Artigo 1º. - Fica concedido o "Título de Cidadã Generalcarneirense" a Ilustríssima Senhora **MARIA DE LOURDES CARDOSO CAMPOS.**

Artigo 2º. - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser requerida/convocada futuramente pelo autor com data e hora a ser definida.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (30/08/2019).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 034/2019 EM 30 DE AGOSTO DE 2019

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GENERALCARNEIRENSE AO SENHOR VALDEON PEIXOTO DE CARVALHO".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Artigo 1º. - Fica concedido o "Título de Cidadão Generalcarneirense" ao Ilustríssimo Senhor **VALDEON PEIXOTO DE CARVALHO.**

Artigo 2º. - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser requerida/convocada futuramente pelo autor com data e hora a ser definida.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (30/08/2019).

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

_____

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 053/2019

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 053, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

"Altera composição da Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências"

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitação passando a funcionar com os seguintes membros: MARIA ROSA DA FONSECA CORREIA COSTA, CRISTIANE MACEDO LIMA e JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ALVES que atuará sob a presidência do primeiro membro indicado.

§ Único – Fica nomeado o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DAS SILVA RODRIGUES como membro suplente, com a finalidade de substituir qualquer dos membros em ausências ou impedimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas disposições em contrário, em especial a Portaria nº 023, de 17 de janeiro de 2.019.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDENCIA, em 09 de Setembro de 2019.

Vereador GILMAR SANTOS DE SOUZA

PRESIDENTE (Biênio 2019/2020)

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

1. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,mediante a Comissão Permanente de Licitação CPL, instituída pela Portaria nº 023/2019, de 17 de janeiro e 2019, e presidida pela servidora **Maria Rosa Fonseca Correia Costa**, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, legislação complementar vigente e condições estabelecidas neste edital, torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019,** mediante condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

Execução Indireta, do tipo Menor Preço, Interessado: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

DATA ABERTURA E JULGAMENTO: 25/09/2019

HORÁRIO: 14:00 (catorze horas) – Horário de Mato Grosso

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para conhecimento dos interessados na sala de licitações desta Câmara de Vereadores, de Segunda à Sexta - feira, das 13:00 às 17:00 horas, onde poderá ser requerida a pasta contendo todos os elementos técnicos pertinentes, quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Comissão de Licitação pelo Telefone (66) 3575-1809.

2. OBJETO

2.1. Reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E INDISPENSÁVEIS

3.1. Os serviços serão efetuados mediante execução indireta no regime de empreitada por preço global, do tipo Menor Preço.

3.2. A caracterização dos serviços a serem adquiridos, quanto à sua qualidade e quantidade, bem como às condições de sua contratação, encontram-se discriminados nos anexos do presente ato convocatório.

3.3. As empresas interessadas deverão visitar obrigatoriamente o local de execução da obra no dia **18 de setembro de 2019, das 13:00hs às 17:00hs**, antes da elaboração das respectivas propostas, de forma que sejam identificadas, observadas, analisadas e assinaladas as dificuldades e peculiaridades existentes, no tocante à execução dos serviços a serem contratados.

3.3.1. A Vistoria Técnica deverá ser previamente agendada junto a CPL, através do telefone (66) 3575-1809 ou pelo e-mail licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br e após a confirmação do horário poderá ocorrer a realização da Vistoria Técnica, mediante entrega do Atestado de Visita Técnica, o qual será expedido pela Presidente da CPL em conjunto com o Engenheiro Responsável pela Fiscalização da Obra por parte da Câmara Municipal.

3.3.2. No ato da vistoria Técnica o Engenheiro Responsável pela execução e acompanhamento da obra, acompanhado do representante da empresa, ou com procuração para representa-lo, fará o cadastro prévio da empresa e de responsável técnico.

4. SUPORTES LEGAIS

4.1. Esta licitação foi regularmente solicitada pela Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, com fundamento no artigo 23, inciso I, alínea "b", da Lei n. 8.666/93, bem como autorizado pelo gestor da Câmara Municipal Sr. Gilmar Santos de Souza, tendo ainda seu conteúdo e anexos devida-

mente analisado pela Consultoria jurídica, obedecendo a todos os requisitos legais dispostos na Lei n. 8.666/93.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desse certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

001 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0001 – Processo Legislativo

1.001 – Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara de Vereadores

4.4.90.51–00 – Obras e Instalações

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar dessa Tomada de Preços as empresas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade comprovadamente pertinente ao objeto licitado.

6.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar da presente Tomada de Preço deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Presidente da Comissão de Licitação ou pelos membros da CPL, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais

6.2.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

6.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente em datas e números relevantes à avaliação da legalidade dos documentos.

6.2.3. A Presidente da Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver qualquer dúvida e julgar necessário.

6.3. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou os estabelecidos em lei.

6.3.1. Nos casos omissos, a Comissão permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

6.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

I - Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

6.5. A apresentação da proposta comercial e ainda a Declaração conforme modelo **Anexo VI** deste Edital correspondem à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente da Licitação do disposto no artigo 97 da Lei n. 8.666/93.

6.5.1 Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se isto ocorrer após a abertura do certame.

6.6. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

6.6.1. Estar ciente das condições da licitação;

6.6.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

6.6.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;

6.6.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1.Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, modificada pela Lei complementar 147/2014, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2. A nãoregularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e, desde que, a melhor oferta inicial não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.4.2. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem 7.4.1, serão convocadas as empresas remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem acima citado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do artigo 3º do dispositivo supracitado.

8. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido junto a CPL, até o 5º dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos invólucros de habilitação, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 41, da Lei n. 8.666/93.

8.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele licitanteque não o fizer até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data de abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entenderem vícios que poderá comprometer a lisura do certame.

8.2.1. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone/e-mail para contato), junto a CPL.

8.3. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

8.4. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

8.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. No horário previsto no preâmbulo deste edital, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Comissão Permanente de licitação, quando solicitado, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

9.2. Se a empresa for representada por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular (*neste último caso, com firma reconhecida em cartório*), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos exclusivamente pertinentes ao certame.

9.2.1. Deverá acompanhar a Procuração cópia do Ato Constitutivo (*contrato social, registro e outros documentos legalmente aceitos*), a fim de demonstrar que o outorgante possui poderes para tal.

9.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.4. Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

9.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa participante.

9.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens **9.2 e 9.3.** não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

9.7. A microempresa e Empresa de Pequeno Porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar:

9.7.1. Certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório competente certificando a situação da empresa de enquadramento ou reenquadramento de ME e EPP.

9.8. O documento de credenciamento, com a apresentação da respectiva cédula de identidade ou documento equivalente com foto, e a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, sendo apresentados a Comissão Permanente de Licitação quando solicitados.

9.9. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntados ao processo licitatório.

10. RECEBIMENTO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1. Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preços”, dando-se início, nesta mesma sessão, à abertura dos primeiros e em seguida dos segundos, observado o disposto nos incisos I e III do artigo 43 da Lei n.8.666/93.

10.2. As proponentes deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos, opacos, indevassáveis, lacrados e rubricados,contendo os seguintes dizeres:

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019 -

ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTE

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ENVELOPE N. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTE

10.3. Todos os volumes deverão ser adequadamente encadernados, com todas as folhas rubricadas e numeradas em ordem sequencial, apresentando no inicio um índice e ao final um termo de encerramento.

10.4. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

10.5. Todos os documentos exigidos deverão estar em plena vigência e dentro de seu prazo de validade.

11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:

11.1.2. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;

11.1.3. Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista no subitem 11.1.3.4:

11.1.3.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

11.1.3.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;

11.1.3.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;

11.1.3.4. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pela Comissão Permanente de Licitação, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

11.1.3.5. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Presidente da Comissão de Licitação ou membros da CPL no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

11.1.3.6. As cópias (simples) para autenticação deverão integrar obrigatoriamente o envelope de Habilitação.

11.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no **ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, são os seguintes:

11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, §2º, da Lei n. 8.666/93 (*conforme modelo Anexo VI*);

a) No caso de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, do art. 3º da mesma lei. (*conforme modelo Anexo VII*);

11.2.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei n. 8.666/93 (*conforme modelo Anexo IV*);

11.2.3. Declaração de Atendimento à lei 12.708/2012, (*conforme modelo Anexo VIII*);

11.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica: As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação contratual.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis lucrativas, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrada no órgão competente;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Cópias dos documentos pessoais dos Sócios ou proprietários (RG e CPF).

11.4. Documentação relativa à regularidade fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (Cartão de Identificação do contribuinte se houver).

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (alvará), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União (CND) retirada no site www.receita.fazenda.gov.br, conforme Portaria nº RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Certidão Negativa Conjunta com a Fazenda Federal e PGFN.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a mesma pode ser retirada no site: (http://www.tst.jus.br/certidao).

f) Certidão de Débito Conjunta SEFAZ/PGE www.sefaz.mt.gov.br;

11.5. Documentação relativa à Qualificação Econômica - Financeira

A documentação relativa à **Qualificação Econômica - Financeira,** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.5.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante;

11.5.2. Apresentar o balanço Patrimonial referente ao último exercício financeiro.

11.5.3. No caso de ME ou EPP apresentar a DEFIS relativo ao exercício de 2019, ano base 2018.

11.6. Documentação relativa à Qualificação Técnica.

A documentação relativa à **Qualificação Técnica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.6.1. Certidão de Registro ou inscrição da empresa, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do local da sede da empresa, constando o seu Responsável Técnico (engenheiro civil);

11.6.2. Obrigatório a apresentação das Certidões pessoa Jurídica e Certidão Pessoa Física do CREA.

11.7. As empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso-CGF, poderão substituir a documentação indicada no referido cadastro, devendo incluir no Envelope de Habilitação, o comprovante de inscrição atualizado, **sem prejuízo as demais exigências previstas neste Edital.**

12. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

12.1. No dia e local indicados neste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão de Licitação, iniciará os trabalhos, examinando a documentação contida no envelope de nº 01 – Habilitação, que serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes.

12.2. Os documentos de habilitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, por técnico requisitado pela mesma (se for o caso) e pelos licitantes presentes;

12.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

12.4. Os envelopes "Proposta" das proponentes julgadas "inabilitadas" ficarão à disposição dos licitantes, obedecidas as formalidades legais, serão devolvidos mediante recibo.

12.5. Será inabilitada da presente licitação a Proponente que não preencher os requisitos constantes deste Edital.

12.5.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3° da Lei 8.666/93.

13. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

13.1. A proposta contida no interior do envelope nº. 02, identificado nos termos do item 10.2 deste edital, deverá ser apresentada na seguinte forma:

13.1.1. Carta Proposta com as folhas rubricadas e a última assinada e datada pelo representante legal da licitante, devidamente autorizado, em original, datilografada ou impressa por processo eletrônico, de linguagem clara e objetiva, em papel timbrado da empresa, contendo a identificação com nome, razão ou denominação social do licitante, em uma única via, sem erros, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo ainda ser numerada em todas as folhas, especificando o objeto de forma inequívoca.

13.1.2. Proposta de Preços contendo a exata descrição dos serviços que serão executados e dos materiais que serão utilizados para a execução da obra.

13.1.3. A empresa participante do certame, apresentará em sua proposta planilha de formação de preços com a **composição dos custos unitários e totais**, devendo estes não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação, (Cronograma físico-financeiro).

13.1.4. Planilha detalhada de composição do LDI – Lucro e Despesa Indireta (antigo BDI), adotada pela licitante, sendo aceito o máximo de 28,35%.

13.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

13.1.6. Valor total proposto para a execução dos serviços expresso na unidade monetária “Real” (R$) e com a fração relativa aos centavos grafada com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.1.7. Declaração de que no preço proposto para a execução dos serviços, de acordo com os projetos e especificações que fazem parte integrante deste Edital, já estão inclusas todas e quaisquer despesas com materiais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, encargos trabalhistas, encargos sociais, taxas devidas a órgãos públicos, emolumentos, enfim, quaisquer despesas necessárias para a realização dos serviços, inclusive o BDI.

13.1.8. A empresa participante do certame, apresentará planilha de formação de preços unitários correspondentes a cada item de sua proposta, devendo este não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação.

13.1.9. Não será aceita proposta apresentada via fax, bem como proposta enviada via correio que chegue à Comissão Permanente de Licitação, fora do horário estipulado.

14. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE "PROPOSTAS COMERCIAIS"

14.1. O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8.666/93, sendo desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem as exigências editalícias;

b) com valor unitário e total superior ao limite estabelecido na planilha de preços da administração ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 48, § 1º da Lei Federal 8.666/93. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua inviabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são incoerentes com os praticados no mercado e que os coeficientes de produtividade são incompatíveis com a execução do objeto;

c) que apresentares valores unitários superiores aos constantes no estimativo de preços.

14.2. Passado o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso ou sendo esse prazo renunciado expressamente, proceder-se-á a abertura dos envelopes “proposta” dos licitantes habilitados.

14.3. Uma vez abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital.

14.4. As propostas serão rubricadas, examinadas pelos membros da Comissão de Licitação e colocadas à disposição dos Licitantes presentes para também apreciarem, em seguida serão classificadas em ordem crescente de valores.

14.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, que será realizado na própria sessão, ou em outra data designada pela Comissão, para qual todas as licitantes habilitadas serão convocadas.

14.6. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

14.7. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão de Licitação divulgará o resultado da licitação, por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios AMM.

14.8. O direito de empate ficto das microempresas e das empresas de pequeno porte, será cumprido, nos termos do item 7 deste Edital.

15. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

15.1. Os invólucros contendo a Documentação e Proposta serão recebidos no dia, hora e local indicados neste Edital, sendo que após a hora marcada nenhum invólucro será recebido pela Comissão de Licitação, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata.

15.2. A abertura dos invólucros, contendo a documentação para habilitação e as propostas de preços será efetuada sempre ato público, do qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

15.3. Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar documento ou qualquer dos Anexos (conforme os modelos) exigido neste Edital, mesmo que na interpretação do licitante não tenha nada a ser declarado.

15.4. Na sessão, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação submeterá todos os invólucros à rubrica dos presentes, em seguida fará a abertura do envelope de n. 01 que será rubricado e apreciado pelos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

15.5. O exame da Documentação, sempre que possível, será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário, será publicado no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, abrindo-se prazo recursal.

15.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá também, segundo as circunstâncias, fazer a conferência e apreciação dos documentos de habilitação em sessão interna em data posterior à da sessão do recebimento e que, estando presentes todos os participantes, já ficará consignado em Ata, a data da sessão para divulgação do resultado do julgamento da habilitação, onde serão franqueados os documentos para análise dos participantes interessados. Sempre que não estiverem presentes todos os participantes, será aberto prazo recursal e o resultado publicado na forma da lei.

15.7. Ao concorrente INABILITADO será devolvido o invólucro de n° 02, devidamente lacrado, contendo sua proposta de preço (após desistência expressa do direito de interpor recurso, ou transcorrido o prazo recursal ou após o julgamento do recurso). Esta devolução poderá ser efetuada diretamente ao licitante presente, ou através de remessa à empresa, devendo o contra-recibo fazer parte integrante do processo licitatório. O registro desta entrega, por qualquer um dos meios, deverá ser consignado em Ata.

15.7.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

15.8. As propostas dos concorrentes HABILITADOS serão abertas em sessão pública, rubricadas pelos licitantes e Comissão, em horário e data previamente informados aos licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial ou comunicação direta aos licitantes. A cópia da publicação ou o contra-recibo fará parte do processo licitatório.

15.9. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital serão verificadas quanto a erros aritméticos para os preços, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação da seguinte forma:

a) Em caso de divergência dos preços unitários da planilha de orçamento e da composição de preços, prevalecerá os preços constantes nesta última;

b) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

c) Erros de transcrição das quantidades do projeto para a Proposta, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

d) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo se o preço unitário e quantidade e corrigindo-se o produto;

e) Erro de adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas, trocando-se a soma.

15.10. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela própria Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros aritméticos cometidos pelos licitantes, não serão aceitas Propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

15.11. Se a proposta da licitante vencedora sofrer correções pela Comissão de Licitação, aquela deverá apresentar nova planilha corrigida, mantendo os valores apurado pela Comissão de Licitação. A vencedora terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado e decurso de prazo recursal, para reapresentação da Proposta à Comissão de Licitação. Esta Proposta após análise e rubrica fará parte integrante do processo licitatório. A proposta original, com as devidas correções, constará do processo juntamente com a nova proposta corrigida.

15.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.13. Ultrapassada a fase de habilitação e aberta as propostas não cabem desclassificá-las por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecido após o julgamento.

15.14. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A Comissão Permanente de Licitação fará a adjudicação do objeto deste certame, divulgando a proponente vencedora.

16.2. Caberá à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório, a decisão de homologar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da lavratura da ata respectiva, a adjudicação realizada pela Comissão Permanente de Licitação.

16.3. Todos os atos decorrentes deste certame, deverão constar obrigatoriamente em Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes das proponentes presentes.

17. DOS RECURSOS

17.1. Em qualquer fase desta licitação caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, quando presentes todos os prepostos dos licitantes, ao ato em que foi adotada a decisão.

17.2. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

17.3. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.4. Os recursos referentes aos atos de habilitação e julgamento das propostas terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

17.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

18. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário deverá executar os serviços, objeto desta licitação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedido pela Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

18.2. O prazo contratual será contado em dias consecutivos e será de 180 (cento e oitenta) dias, observado a possibilidade de prorrogação pela demanda da obra.

18.3. O prazo contratual poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no § 1º, do artigo 57, da Lei n. 8.666/93.

18.4. O recebimento dos serviços, após sua conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 e 74 da Lei n. 8.666/93.

18.5. Nos termos do §2º, do artigo 64, da Lei n. 8.666/93, poderá a administração quando o convocado não assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual tempo e nas mesmas condições da primeira classificada, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93.

19. DO VALOR

19.1. O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de **R$99.390,29** (noventa e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte e nove centavos), sendo esse o preço máximo que será pago para execução da obra contratada.

19.2. O valor global estimado é o valor da planilha de preços tabela SINAPI, abril/2019.

20. DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos correspondentes ao objeto contratado serão realizados conforme medições dos serviços executados, mediante apresentação de notas fiscais e certidões citadas devidamente atestadas pelo engenheiro fiscal da obra.

20.2. O pagamento será vinculado a planilha de medição boletim elaborado pelo engenheiro fiscal da obra, em moeda corrente, através de Ordem Bancária, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após atesto pela autoridade competente de que foram executadas a contento.

20.3. Para fins de liberação e pagamento da 1ª parcela deverão acompanhar as medições os seguintes documentos:

a) Comprovação de Registro no CREA/MT do respectivo Contrato, com ART de execução da empresa e do(s) profissional(is) contratado(s).

20.4. Para fins de liberação e pagamento da 2ª e última parcela prevista, a medição deverá fazer-se acompanhar dos respectivos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, ou das certidões expedidas pelo FGTS e RFB (Consolidada).

20.5. A Nota Fiscal deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de pagamento.

21. DO CONTRATO

21.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo VII deste Edital.

21.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.

21.3. Mediante Termo Aditivo, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até os limites estabelecidos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

21.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência expressa da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

21.5. As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificações de quantitativos e qualitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser aprovados pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo.

22. DAS PENALIDADES

22.1. A Contratada, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) advertência por escrito;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para a conclusão de cada etapa das obras e 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, a partir do 6º (sexto) dia, calculados sobre o valor total da obra, limitados à 10% (dez por cento) do valor contratual;

c) multa compensatória equivalente ao valor integral das obras não realizadas limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, pela rescisão unilateral da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo nos casos previstos nos incisos I e XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, cujo recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da intimação feita pela Contratante.

d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, por um período não superior a dois anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o adjudicatário contratado ressarcir a Administração pelo prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d".

22.2. As sanções previstas nas alíneas "d" e "e" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA quando, em razão dos compromissos assumidos:

a) Seu(s) representante(s) legal(is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, ou praticar(em) ilícito(s), demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

22.3. O termo inicial para a incidência da multa estipulada na alínea "b" do subitem 13.1, será a data pré-fixada para o adimplemento, e o termo final, a data do efetivo adimplemento.

22.4. As multas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" deste item são independentes entre si e serão aplicadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores, não impedindo que a Câmara de Vereadores rescinda unilateralmente o Contrato.

22.5. Não será aplicada multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

22.6. Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a Câmara de Vereadores venha a fazer jus, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

23. DA ENTREGA DA OBRA

A Obra, objeto desta Licitação, deverá ser entregue conforme prazo mencionado na proposta pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 dias corridos.

23.1. O início das obras será contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviços pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

24. DO RECEBIMENTO DA OBRA

24.1. As obras objeto desta licitação serão recebidas:

a) Uma vez executado o contrato, o recebimento da obra será feito a título PROVISORIAMENTE, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação do seu término, por escrito, pela adjudicatária;

b) DEFINITIVAMENTE, pelo engenheiro fiscal da obra ou Comissão designada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, art. 73 da Lei 8.666/93.

c) REJEITADAS as que forem executadas em desacordo com o estabelecido nesta TOMADA DE PREÇOS e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

24.2. A entrega das obras em desconformidade com o especificado obrigará o adjudicatário a:

a) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do emprego de materiais de baixa qualidade;

b) Caso a correção não seja feita o adjudicatário sujeitar-se-á a aplicação das sanções legais cabíveis.

24.3. Ainda que recebidas em caráter definitivo substituirá, na forma da lei, a responsabilidade da ajudicatária pela qualidade, segurança e solidez das obras executadas.

25. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

25.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei n. 8.666/93.No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

26.2. Será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos desenvolvidos em ato público de “ABERTURA” de envelopes, a qual será assinada, obrigato-

riamente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes credenciados presentes.

26.3. É facultado ao licitante formular protesto, consignado na Ata dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos, ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

26.4. Cada licitante poderá se fazer representar por um único preposto, devidamente munido de instrumento de mandato, público ou particular, este com firma reconhecida.

26.4.1. O licitante ficará obrigado pelas declarações do seu preposto.

26.5. A Comissão Permanente de Licitação e/ou a Autoridade superior, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

26.6. Quaisquer dúvidas sobre o presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, antes da data fixada para abertura e deverão ser protocolados na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, no horário das 08:00 as 12:00 horas.

26.6.1. A Comissão Permanente de Licitação responderá as consultas que forem formuladas, mediante correspondência aos interessados.

26.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente Tomada de Preços.

26.8. Quaisquer esclarecimentos, quanto ao Edital entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT - Telefone: (66) 3575-1809.

26.9. Eventuais esclarecimentos técnicos acerca do projeto da obra deverão ser apresentados quando da visita técnica à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – MT e ao serviço de engenharia, para que seja avaliado e eventualmente providenciado o atendimento do requisito.

27. ANEXOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO

27.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Modelo de Proposta Financeira

Anexo III: Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo IV: Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais

Anexo V: Declaração de CNAE

Anexo VI: Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da Habilitação

Anexo VII: Declaração de ME e EPP

Anexo VIII: Declaração de Atendimento À Lei 12.708/2012

Anexo IX: Minuta do Contrato

Anexo X: Termo de Visita e Vistoria Técnica

Anexo XI: Cronograma Físico e Financeiro da Obra - Planilhas da Reforma objeto da licitação, bem como os Projetos: Arquitetônico; Projeto de reforma da Cobertura e forro, e Instalação Elétrica.

Peixoto de Azevedo MT 09 de setembro de 2019

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da CPL

Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara Municipal

Irineu Paiano Filho

OAB/MT nº 6097

VISTO

Afixe-se

Publique-se

PROCESSO Nº 005/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INVESTIMENTO: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA

Interessado: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

2. OBJETO:

2.1. Reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo:

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. Considerando que todo telhado que compõe a estrutura de cobertura da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, medindo aproximadamente 550m², encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando urgentemente; parte de reparos substanciais e parte de substituição integral.

Na parte que compõe a cobertura do Plenário da Câmara Municipal, que mede 226,81m², há a necessidade da substituição integral do telhado e forro por conta da deterioração do madeiramento que sustenta o telhado, provocando alagamentos no plenário quando ocorre chuvas de média torrencialidade, o que é muito comum em nossa região no período entre outubro a abril.

Nesse tocante a instalação elétrica também é bastante antiga e ao remover o telhado e a estrutura certamente a fiação elétrica não terá como reaproveitá-la, e necessitarão de nova instalação.

4. RESULTADOS ESPERADOS:

Eliminar de vez o risco latente de acidente no prédio da Câmara Municipal, bem como, proporcionar aos munícipes um atendimento de melhor qualidade, também melhorar o acesso dos vereadores ao local de trabalho apropriado e com maior conforto.

5. PRAZOS:

O prazo para reforma é de 60 (sessenta dias), a partir da emissão da Ordem de Serviço. No entanto, a coordenação desse prazo se dará com a organização dos trabalhos a serem desempenhados pela empresa construtora. Uma vez que a Administração da Câmara tem o objetivo de desocupar todo plenário para que a reforma ocorra entre outubro e dezembro, prazo esse que estará previamente concluído a obra.

6. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CONTRATADA:

As interessadas deverão apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica e Certidão Pessoa Física do CREA, bem como, vistoriar integralmente a obra.

7. FORMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços contratados serão realizados na forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global.

8. DO VALOR:

O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de **R$99.390,29** (noventa e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte e nove centavos), sendo esse o preço máximo que será pago para execução da obra contratada, conforme projeto de engenharia e tabela SINAPI utilizada com valores de abril/2019.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante medições e acompanhamento do Técnico Fiscal da Obra por parte da Câmara Municipal de Vereadores,

conforme Cronograma Físico e Financeiro da obra, parte integrante do certame.

Peixoto de Azevedo MT 06 de setembro de 2019

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da Comissão de Licitação

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRA

Modelo de Proposta Financeira (Papel timbrado da empresa)

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref. : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

Empresa:

CNPJ: Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefones: E-mail:

Banco: Agência: Conta Correte:

Representante Legal:

RG: CPF:

OBJETO:

Valor total por extenso: (.....)

OBS. Anexar planilhas de preços.

Declaramos que nossa proposta engloba todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes nos documentos fiscais, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com serviços de terceiros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Prazo de Entrega:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ da empresa:

_____

Assinatura do responsável técnico CREA MT

Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

Modelo de Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref: Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019.

Indicamos o (a) Sr. (a)....., Portador (a) da cédula de identidade n°....., órgão expedidor....., como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todo os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento. Informações Importantes:

CNPJ n.

Inscrição Estadual n.

Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data

Assinatura do representante legal com firma reconhecida em cartório

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

OBS: firma reconhecida em cartório.

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

(Nome da Empresa) ----------, CNPJ N. ----------, sediada na Rua

----------, n. ----------, bairro, ----------, Município ----------.CEP----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Tomada de Preços n. 001/2019, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27, da Lei n. 8666/1993, com redação determinada pela Lei n. 9.854/1999.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CNAE

(Nome da Empresa) ----------, CNPJ N. ----------, sediada na Rua ----------, n. ----------, bairro, ----------, Município ----------.CEP----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Tomada de Preços n. 001/2019, DECLARA, sob as penas da lei, para os

devidos fins, que o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa é: _____(código e descrição).

(local), (data)

_____

(Representante Legal da Empresa)

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa _____, CNPJ _____, sediada na rua _____, bairro_____, cidade _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador do RG_____ e inscrito no CPF sob o número _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – Tomada de Preços n. 001/2019, na forma determinada no §2º, do artigo 32, da Lei n. 8.666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ME ou EPP

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref. Edital de licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

Para fins de participação na licitação (indicar o n. registrado no Edital), a (o) (Nome) completo do Proponente), CNPJ, sediada na (Endereço completo), declara, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n. 123, de 14.06.2006.

Para dirimir dúvidas, anexamos nesta oportunidade a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do estado sede da empresa, emitido a menos de 90 (noventa) dias.

OBS. NECESSÁRIO ANEXAR A CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.708/2012

……, inscrita no CNPJ N° ……., sediada na rua ……., cidade ……... / MT, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)……..., portador(a) da Carteira de Identidade n° …….. e do CPF n° …….. DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, em atendimento aos preceitos legais.

……., de ……... de 2019.

_____

Representante legal

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE FORMA INDIRETA QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A EMPRESA: _____ NA FORMA A SEGUIR:

A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, CNPJ nº 37.499.373/0001-69, estabelecida à Av. Lions Internacional Oeste nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **Gilmar Santos de Souza,** brasileiro, vereador, portador do RG n° 0742513-9 SSP/MT e CPF n° 559.152.641-15, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa ....., CNPJ n.º _____, estabelecida na cidade de _____, no (endereço)__, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____(cargo)____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, (nacionalidade)_ , (estado civil), (profissão) , portador da Cédula de Identidade n° _____, residente e domiciliado em__(endereço)__, em conformidade com a (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade), que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica, um instrumento de Contrato para execução de obra, conforme quadro demonstrativo e de acordo com projeto básico e planilha anexas ao edital da T.P. 001/2019, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para a reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O regime de execução da obra é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, VIII, “a” da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Para a execução total da obra, fica contratado o preço global de R$ . ..... (.....), proposto pela CONTRATADA.

3.2 – O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos de cada item tendo como referência a tabela SINAPI.

3.3 – Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, depois da realização das medições que serão elaboradas conforme a execução da obra, e/ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos.

3.3.1 – As medições da obra executada serão procedidas por Engenheiro Civil designado como Fiscal pela CONTRATANTE.

3.4 – A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra será elaborada por Comissão de Vistoria ou por servidor designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

3.5 – Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento da medição de cada parcela não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária do período balizado pelo IGPM.

3.6 – Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei n.º 8. 666/93, os preços do contrato poderão ser reajustados de acordo com os Índices para Obras de Construção Civil correspondente ao mês de execução dos serviços adimplemento da obrigação.

3.7 – A CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução defeituosa da obra;

b) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE.

3.8 - Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da CONTRATANTE, após o recebimento do serviço, e com suas respectivas notas fiscais, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento das etapas concluídas.

3.9 - O pagamento será liberado com as certidões abaixo relacionadas dentro do prazo de validade anexo à nota, com emissão por conta da contratada:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débito Conjunta SEFAZ/PGE;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa;

d) Certidão Negativa de Regularidade junto ao FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.9.1 - A impressão das certidões é de responsabilidade da contratada e deverá apresentar junto com as notas fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1 – A CONTRATADA observará o prazo dos cronogramas em anexo as planilhas, contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇOS" para a execução da obra.

4.1.1 - O prazo para execução da obra será de 90 (noventa) dias;

4.2 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto estão demonstradas no Cronograma Físico da obra.

4.3 – Na ocorrência de fatos supervenientes, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento ou dentro da validade do contrato, os pedidos deverão ser por escrito, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

CLAÚSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - A vigência do presente contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado e revisto de acordo a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

001 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0001 – Processo Legislativo

1.001 – Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara de Vereadores

4.4.90.51–00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, a execução do projeto básico e do memorial descritivo estejam prontos e a obra seja entregue inteiramente concluída e acabada, em perfeitas condições de uso;

b) observar, na execução da obra mencionada, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;

c) providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, autorizações e ou aprovações necessárias dos serviços, as aprovações respectivas, inclusive quanto a projetos complementares, bem como a confecção e instalação de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;

d) fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à execução da obra.

e) fornecer e utilizar na execução da obra, equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade.

f) executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados.

g) realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação.

h) assumir quaisquer acidentes na execução da obra, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA".

i) arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições.

j) fornecer, na entrega da obra, as indicações práticas sobre o uso e limitações da mesma;

k) providenciar o registro da obra junto ao CREA/MT e entregar à CONTRATANTE a respectiva ART.

l) A contratada se compromete a manter como responsável técnico pela obra contratada o engenheiro o Sr. _____, inscrito no CREA_____, cujo o cadastro junto ao CREA devera permanecer até a entrega e recebimento definitivo da obra contratada;

m) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento, observado o art. 65, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93.

n) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais de conclusão parciais da obra, acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão-de-obra.

o) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às medições da obra já executada.

p) Providenciar a limpeza final da obra, bem como todos os materiais substituídos dando a destinação necessária conforme a legislação autoriza.

q) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. Art. 70 da Lei 8666/93.

r) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Art. 71 da Lei 8666/93.

7.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da obra por intermédio do seu Engenheiro responsável.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas medições de cada etapa, já devidamente atestadas por Engenheiro responsável pela fiscalização.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial da obra ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

j) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

k) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

l) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.

b) 2% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato.

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a **Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo**, por prazo não superior a dois anos.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

f) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

8.6 – A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

8.7 – A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de quinze dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos no Cronograma Físico-Financeiro, aprovados pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

9.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

9.3 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

c) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUB-ROGAÇÃO

10.1 – A CONTRATADA poderá Sub Rogar no todo ou em parte este contrato mediante motivo de Força maior, com a devida anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

11.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Edital de Tomada de Preços n°. 001/2019 e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

12.1 – Aplica-se a Lei n.º 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

14.1 – A fiscalização da execução da obra será exercida por Engenheiro Civil credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento da obra que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – A CONTRATADA obriga-se a retirar da obra e não readmitir os empregados, contratados ou prepostos que venham a criar embaraços à fiscalização, bem como a remover quaisquer materiais ou equipamentos que não estejam de acordo com as especificações aprovadas para a execução da obra.

14.5 – Da(s) decisão(ões) da fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

15.1 – Concluída a obra, se estiver em perfeitas condições, atestada pela CONTRATANTE, será recebida, por uma Comissão de Vistoria ou por servidor especialmente designado, que lavrará o "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO", dentro de cinco dias da comunicação feita pela CONTRATADA.

15.1.1 – O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO somente será lavrado se todos os serviços da obra estiverem concluídos e aceitos pela CONTRATANTE e, quando em contrário, será lavrado TERMO DE NÃO RECEBIMENTO, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a CONTRATADA, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

15.2 – Decorridos quinze dias do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a CONTRATANTE lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

15.3 – O TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS será emitido após a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e do CRS do FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, referente à obra contratada.

15.3.1 – O prazo máximo para apresentação das Certidões será de quinze dias da data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, decorrido o qual a CONTRATANTE emitirá o TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. Em caso da não apresentação, será imposta a multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

15.4 – Após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato por parte da CONTRATANTE e da CONTRATADA, e após o atendimento ao disposto nesta cláusula, lavrar-se-á o TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS no prazo de cinco dias do atendimento de todas as condições estabelecidas neste item.

15.5 – A CONTRATADA fica obrigada, pelo período de cinco anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro.

15.6 – Os TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO e de ENCERRAMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS não eximirão a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de projetos ou especificações se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

16.2 – A CONTRATADA somente poderá sub-empreitar parte do objeto contratado com prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a CONTRATANTE pelas obras, serviços ou instalações executadas pela subempreiteira e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

16.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da obra serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

16.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Peixoto de Azevedo/MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Peixoto de Azevedo/MT, XX de _____ de 2019.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

Sr. Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

NOME DO RESPONSÁVEL

Irineu Paiano Filho

OAB MT nº 6097

VISTO

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

ANEXO X

TOMADA DE PREÇOS 001/2019

TERMO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

Atestamos que o senhor(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG N. º _____, CPF N.º _____ inscrito no CREA sob n.º _____representando neste ato a empresa _____, CNPJ Nº _____, conforme Termo de Referência da Qualificação técnica, do edital da TOMADA DE PREÇOS 001/2019, visitou o local da obra, visitou a obra existente, vistoriou as execuções à serem realizadas conforme projeto, planilha e memorial descritivo da obra no âmbito certame licitatório, tendo portanto, tomado ciência global das necessidades da obra, e segundo sua declaração, nada encontrou que possa impedir ou obstaculizar a realização da obra.

Local e data:

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Genivaldo Gomes

Engenheiro Responsável pela Contratante

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

1. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,mediante a Comissão Permanente de Licitação CPL, instituída pela Portaria nº 023/2019, de 17 de janeiro e 2019, e presidida pela servidora **Maria Rosa Fonseca Correia Costa**, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, legislação complementar vigente e condições estabelecidas neste edital, torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019,** mediante condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

Execução Indireta, do tipo Menor Preço, Interessado: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

DATA ABERTURA E JULGAMENTO: 25/09/2019

HORÁRIO: 14:00 (catorze horas) – Horário de Mato Grosso

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para conhecimento dos interessados na sala de licitações desta Câmara de Vereadores, de Segunda à Sexta - feira, das 13:00 às 17:00 horas, onde poderá ser requerida a pasta contendo todos os elementos técnicos pertinentes, quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Comissão de Licitação pelo Telefone (66) 3575-1809.

2. OBJETO

2.1. Reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E INDISPENSÁVEIS

3.1. Os serviços serão efetuados mediante execução indireta no regime de empreitada por preço global, do tipo Menor Preço.

3.2. A caracterização dos serviços a serem adquiridos, quanto à sua qualidade e quantidade, bem como às condições de sua contratação, encontram-se discriminados nos anexos do presente ato convocatório.

3.3. As empresas interessadas deverão visitar obrigatoriamente o local de execução da obra no dia **18 de setembro de 2019, das 13:00hs às 17:00hs**, antes da elaboração das respectivas propostas, de forma que sejam identificadas, observadas, analisadas e assinaladas as dificuldades e peculiaridades existentes, no tocante à execução dos serviços a serem contratados.

3.3.1. A Vistoria Técnica deverá ser previamente agendada junto a CPL, através do telefone (66) 3575-1809 ou pelo e-mail licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br e após a confirmação do horário poderá ocorrer a realização da Vistoria Técnica, mediante entrega do Atestado de Visita Técnica, o qual será expedido pela Presidente da CPL em conjunto com o Engenheiro Responsável pela Fiscalização da Obra por parte da Câmara Municipal.

3.3.2. No ato da vistoria Técnica o Engenheiro Responsável pela execução e acompanhamento da obra, acompanhado do representante da empresa, ou com procuração para representa-lo, fará o cadastro prévio da empresa e de responsável técnico.

4. SUPORTES LEGAIS

4.1. Esta licitação foi regularmente solicitada pela Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, com fundamento no artigo 23, inciso I, alínea “b”, da Lei n. 8.666/93, bem como autorizado pelo gestor da Câmara Municipal Sr. Gilmar Santos de Souza, tendo ainda seu conteúdo e anexos devidamente analisado pela Consultoria jurídica, obedecendo a todos os requisitos legais dispostos na Lei n. 8.666/93.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desse certame correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

001 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0001 – Processo Legislativo

1.001 – Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara de Vereadores

4.4.90.51–00 – Obras e Instalações

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar dessa Tomada de Preços as empresas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade comprovadamente pertinente ao objeto licitado.

6.2. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar da presente Tomada de Preço deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Presidente da Comissão de Licitação ou pelos membros da CPL, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais

6.2.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

6.2.2. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente em datas e números relevantes à avaliação da legalidade dos documentos.

6.2.3. A Presidente da Comissão de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver qualquer dúvida e julgar necessário.

6.3. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou os estabelecidos em lei.

6.3.1. Nos casos omissos, a Comissão permanente de Licitação considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

6.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

I - Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

6.5. A apresentação da proposta comercial e ainda a Declaração conforme modelo **Anexo VI** deste Edital correspondem à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente da Licitação do disposto no artigo 97 da Lei n. 8.666/93.

6.5.1 Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se isto ocorrer após a abertura do certame.

6.6. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

6.6.1. Estar ciente das condições da licitação;

6.6.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

6.6.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;

6.6.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1.Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, modificada pela Lei complementar 147/2014, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2. A nãoregularização da documentação no prazo previsto no subitem 7. 1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

7.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e, desde que, a melhor oferta inicial não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.4.2. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem 7.4.1, serão convocadas as empresas remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem acima citado, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do artigo 3º do dispositivo supracitado.

8. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido junto a CPL, até o 5º dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos invólucros de habilitação, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 41, da Lei n. 8.666/93.

8.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele licitanteque não o fizer até 5 (cinco) dias úteis anteriores a data de abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entenderem vícios que poderá comprometer a lisura do certame.

8.2.1. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone/e-mail para contato), junto a CPL.

8.3. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

8.4. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

8.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. No horário previsto no preâmbulo deste edital, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Comissão Permanente de licitação, quando solicitado, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

9.2. Se a empresa for representada por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular

(*neste último caso, com firma reconhecida em cartório*), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos exclusivamente pertinentes ao certame.

9.2.1. Deverá acompanhar a Procuração cópia do Ato Constitutivo (*contrato social, registro e outros documentos legalmente aceitos*), a fim de demonstrar que o outorgante possui poderes para tal.

9.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.4. Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

9.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa participante.

9.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens **9.2 e 9.3.** não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

9.7. A microempresa e Empresa de Pequeno Porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar:

9.7.1. Certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório competente certificando a situação da empresa de enquadramento ou reenquadramento de ME e EPP.

9.8. O documento de credenciamento, com a apresentação da respectiva cédula de identidade ou documento equivalente com foto, e a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, sendo apresentados a Comissão Permanente de Licitação quando solicitados.

9.9. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntados ao processo licitatório.

10. RECEBIMENTO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1. Na data, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” e “Proposta de Preços”, dando-se início, nesta mesma sessão, à abertura dos primeiros e em seguida dos segundos, observado o disposto nos incisos I e III do artigo 43 da Lei n.8.666/93.

10.2. As proponentes deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos, opacos, indevassáveis, lacrados e rubricados,contendo os seguintes dizeres:

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019 -

ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTE

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ENVELOPE N. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS COMPLETOS DA EMPRESA PROPONENTE

10.3. Todos os volumes deverão ser adequadamente encadernados, com todas as folhas rubricadas e numeradas em ordem sequencial, apresentando no inicio um índice e ao final um termo de encerramento.

10.4. As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

10.5. Todos os documentos exigidos deverão estar em plena vigência e dentro de seu prazo de validade.

11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:

11.1.2. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;

11.1.3. Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista no subitem 11.1.3.4:

11.1.3.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

11.1.3.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;

11.1.3.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;

11.1.3.4. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pela Comissão Permanente de Licitação, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

11.1.3.5. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Presidente da Comissão de Licitação ou membros da CPL no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

11.1.3.6. As cópias (simples) para autenticação deverão integrar obrigatoriamente o envelope de Habilitação.

11.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no **ENVELOPE N. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, são os seguintes:

11.2.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do artigo 32, §2º, da Lei n. 8.666/93 (*conforme modelo Anexo VI*);

a) No caso de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

b) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n. 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, do art. 3º da mesma lei. (*conforme modelo Anexo VII*);

11.2.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei n. 8.666/93 (*conforme modelo Anexo IV*);

11.2.3. Declaração de Atendimento à lei 12.708/2012, (*conforme modelo Anexo VIII*);

11.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica: As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação contratual.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis lucrativas, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrada no órgão competente;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Cópias dos documentos pessoais dos Sócios ou proprietários (RG e CPF).

11.4. Documentação relativa à regularidade fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (Cartão de Identificação do contribuinte se houver).

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (alvará), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União (CND) retirada no site www.receita.fazenda.gov.br, conforme Portaria nº RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Certidão Negativa Conjunta com a Fazenda Federal e PGFN.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a mesma pode ser retirada no site: (http://www.tst.jus.br/certidao).

f) Certidão de Débito Conjunta SEFAZ/PGE www.sefaz.mt.gov.br;

11.5. Documentação relativa à Qualificação Econômica - Financeira

A documentação relativa à **Qualificação Econômica - Financeira,** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.5.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante;

11.5.2. Apresentar o balanço Patrimonial referente ao último exercício financeiro.

11.5.3. No caso de ME ou EPP apresentar a DEFIS relativo ao exercício de 2019, ano base 2018.

11.6. Documentação relativa à Qualificação Técnica.

A documentação relativa à **Qualificação Técnica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

11.6.1. Certidão de Registro ou inscrição da empresa, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do local da sede da empresa, constando o seu Responsável Técnico (engenheiro civil);

11.6.2. Obrigatório a apresentação das Certidões pessoa Jurídica e Certidão Pessoa Física do CREA.

11.7. As empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso-CGF, poderão substituir a documentação indicada no referido cadastro, devendo incluir no Envelope de Habilitação, o comprovante de inscrição atualizado, **sem prejuízo as demais exigências previstas neste Edital.**

12. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

12.1. No dia e local indicados neste Edital, na presença dos Licitantes ou seus representantes e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão de Licitação, iniciará os trabalhos, examinando a documentação contida no envelope de nº 01 – Habilitação, que serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes.

12.2. Os documentos de habilitação serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, por técnico requisitado pela mesma (se for o caso) e pelos licitantes presentes;

12.3. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

12.4. Os envelopes "Proposta" das proponentes julgadas "inabilitadas" ficarão à disposição dos licitantes, obedecidas as formalidades legais, serão devolvidos mediante recibo.

12.5. Será inabilitada da presente licitação a Proponente que não preencher os requisitos constantes deste Edital.

12.5.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3° da Lei 8.666/93.

13. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

13.1. A proposta contida no interior do envelope nº. 02, identificado nos termos do item 10.2 deste edital, deverá ser apresentada na seguinte forma:

13.1.1. Carta Proposta com as folhas rubricadas e a última assinada e datada pelo representante legal da licitante, devidamente autorizado, em original, datilografada ou impressa por processo eletrônico, de linguagem clara e objetiva, em papel timbrado da empresa, contendo a identificação com nome, razão ou denominação social do licitante, em uma única via, sem erros, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo ainda ser numerada em todas as folhas, especificando o objeto de forma inequívoca.

13.1.2. Proposta de Preços contendo a exata descrição dos serviços que serão executados e dos materiais que serão utilizados para a execução da obra.

13.1.3. A empresa participante do certame, apresentará em sua proposta planilha de formação de preços com a **composição dos custos unitários e totais**, devendo estes não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação, (Cronograma físico-financeiro).

13.1.4. Planilha detalhada de composição do LDI – Lucro e Despesa Indireta (antigo BDI), adotada pela licitante, sendo aceito o máximo de 28,35%.

13.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

13.1.6. Valor total proposto para a execução dos serviços expresso na unidade monetária "Real" (R$) e com a fração relativa aos centavos grafada com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.1.7. Declaração de que no preço proposto para a execução dos serviços, de acordo com os projetos e especificações que fazem parte integrante deste Edital, já estão inclusas todas e quaisquer despesas com ma-

teriais, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, encargos trabalhistas, encargos sociais, taxas devidas a órgãos públicos, emolumentos, enfim, quaisquer despesas necessárias para a realização dos serviços, inclusive o BDI.

13.1.8. A empresa participante do certame, apresentará planilha de formação de preços unitários correspondentes a cada item de sua proposta, devendo este não ultrapassar a planilha de preços anexo a este edital, sob pena de desclassificação.

13.1.9. Não será aceita proposta apresentada via fax, bem como proposta enviada via correio que chegue à Comissão Permanente de Licitação, fora do horário estipulado.

14. DO JULGAMENTO DO ENVELOPE "PROPOSTAS COMERCIAIS"

14.1. O Julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 1º, do artigo 45 c/c artigo 48 da Lei n. 8.666/93, sendo desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem as exigências editalícias;

b) com valor unitário e total superior ao limite estabelecido na planilha de preços da administração ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 48, § 1º da Lei Federal 8.666/93. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua inviabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são incoerentes com os praticados no mercado e que os coeficientes de produtividade são incompatíveis com a execução do objeto;

c) que apresentares valores unitários superiores aos constantes no estimativo de preços.

14.2. Passado o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso ou sendo esse prazo renunciado expressamente, proceder-se-á a abertura dos envelopes “proposta” dos licitantes habilitados.

14.3. Uma vez abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital.

14.4. As propostas serão rubricadas, examinadas pelos membros da Comissão de Licitação e colocadas à disposição dos Licitantes presentes para também apreciarem, em seguida serão classificadas em ordem crescente de valores.

14.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, que será realizado na própria sessão, ou em outra data designada pela Comissão, para qual todas as licitantes habilitadas serão convocadas.

14.6. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

14.7. Se o julgamento não ocorrer logo após a abertura dos envelopes, a Comissão de Licitação divulgará o resultado da licitação, por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios AMM.

14.8. O direito de empate ficto das microempresas e das empresas de pequeno porte, será cumprido, nos termos do item 7 deste Edital.

15. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

15.1. Os invólucros contendo a Documentação e Proposta serão recebidos no dia, hora e local indicados neste Edital, sendo que após a hora marcada nenhum invólucro será recebido pela Comissão de Licitação, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata.

15.2. A abertura dos invólucros, contendo a documentação para habilitação e as propostas de preços será efetuada sempre ato público, do qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

15.3. Será inabilitada ou desclassificada a empresa que deixar de apresentar documento ou qualquer dos Anexos (conforme os modelos) exigido neste Edital, mesmo que na interpretação do licitante não tenha nada a ser declarado.

15.4. Na sessão, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação submeterá todos os invólucros à rubrica dos presentes, em seguida fará a abertura do envelope de n. 01 que será rubricado e apreciado pelos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

15.5. O exame da Documentação, sempre que possível, será realizado na sessão de abertura, pela Comissão de Julgamento. Estando todos os prepostos das licitantes presentes, o resultado do julgamento da habilitação será por comunicação direta, caso contrário, será publicado no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, abrindo-se prazo recursal.

15.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá também, segundo as circunstâncias, fazer a conferência e apreciação dos documentos de habilitação em sessão interna em data posterior à da sessão do recebimento e que, estando presentes todos os participantes, já ficará consignado em Ata, a data da sessão para divulgação do resultado do julgamento da habilitação, onde serão franqueados os documentos para análise dos participantes interessados. Sempre que não estiverem presentes todos os participantes, será aberto prazo recursal e o resultado publicado na forma da lei.

15.7. Ao concorrente INABILITADO será devolvido o invólucro de n° 02, devidamente lacrado, contendo sua proposta de preço (após desistência expressa do direito de interpor recurso, ou transcorrido o prazo recursal ou após o julgamento do recurso). Esta devolução poderá ser efetuada diretamente ao licitante presente, ou através de remessa à empresa, devendo o contra-recibo fazer parte integrante do processo licitatório. O registro desta entrega, por qualquer um dos meios, deverá ser consignado em Ata.

15.7.1. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

15.8. As propostas dos concorrentes HABILITADOS serão abertas em sessão pública, rubricadas pelos licitantes e Comissão, em horário e data previamente informados aos licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial ou comunicação direta aos licitantes. A cópia da publicação ou o contra-recibo fará parte do processo licitatório.

15.9. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital serão verificadas quanto a erros aritméticos para os preços, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação da seguinte forma:

a) Em caso de divergência dos preços unitários da planilha de orçamento e da composição de preços, prevalecerá os preços constantes nesta última;

b) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

c) Erros de transcrição das quantidades do projeto para a Proposta, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

d) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente será retificado, mantendo se o preço unitário e quantidade e corrigindo-se o produto;

e) Erro de adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas, trocando-se a soma.

15.10. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela própria Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros aritméticos cometidos pelos licitantes, não serão aceitas Propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

15.11. Se a proposta da licitante vencedora sofrer correções pela Comissão de Licitação, aquela deverá apresentar nova planilha corrigida, mantendo os valores apurado pela Comissão de Licitação. A vencedora terá

um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação do resultado e decurso de prazo recursal, para reapresentação da Proposta à Comissão de Licitação. Esta Proposta após análise e rubrica fará parte integrante do processo licitatório. A proposta original, com as devidas correções, constará do processo juntamente com a nova proposta corrigida.

15.12. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.13. Ultrapassada a fase de habilitação e aberta as propostas não cabem desclassificá-las por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecido após o julgamento.

15.14. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A Comissão Permanente de Licitação fará a adjudicação do objeto deste certame, divulgando a proponente vencedora.

16.2. Caberá à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório, a decisão de homologar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da lavratura da ata respectiva, a adjudicação realizada pela Comissão Permanente de Licitação.

16.3. Todos os atos decorrentes deste certame, deverão constar obrigatoriamente em Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes das proponentes presentes.

17. DOS RECURSOS

17.1. Em qualquer fase desta licitação caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou lavratura da ata, quando presentes todos os prepostos dos licitantes, ao ato em que foi adotada a decisão.

17.2. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

17.3. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.4. Os recursos referentes aos atos de habilitação e julgamento das propostas terão efeitos suspensivos, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

17.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

18. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário deverá executar os serviços, objeto desta licitação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedido pela Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

18.2. O prazo contratual será contado em dias consecutivos e será de 180 (cento e oitenta) dias, observado a possibilidade de prorrogação pela demanda da obra.

18.3. O prazo contratual poderá ser prorrogado dentro da vigência do contrato, na forma prevista no § 1º, do artigo 57, da Lei n. 8.666/93.

18.4. O recebimento dos serviços, após sua conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 e 74 da Lei n. 8.666/93.

18.5. Nos termos do §2º, do artigo 64, da Lei n. 8.666/93, poderá a administração quando o convocado não assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual tempo e nas mesmas condições da primeira classificada, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 e seus parágrafos da Lei n. 8.666/93.

19. DO VALOR

19.1. O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de **R$99.390,29** (noventa e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte e nove centavos), sendo esse o preço máximo que será pago para execução da obra contratada.

19.2. O valor global estimado é o valor da planilha de preços tabela SINAPI, abril/2019.

20. DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1. Os pagamentos correspondentes ao objeto contratado serão realizados conforme medições dos serviços executados, mediante apresentação de notas fiscais e certidões citadas devidamente atestadas pelo engenheiro fiscal da obra.

20.2. O pagamento será vinculado a planilha de medição boletim elaborado pelo engenheiro fiscal da obra, em moeda corrente, através de Ordem Bancária, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após atesto pela autoridade competente de que foram executadas a contento.

20.3. Para fins de liberação e pagamento da 1ª parcela deverão acompanhar as medições os seguintes documentos:

a) Comprovação de Registro no CREA/MT do respectivo Contrato, com ART de execução da empresa e do(s) profissional(is) contratado(s).

20.4. Para fins de liberação e pagamento da 2ª e última parcela prevista, a medição deverá fazer-se acompanhar dos respectivos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, ou das certidões expedidas pelo FGTS e RFB (Consolidada).

20.5. A Nota Fiscal deverá indicar o número da conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de pagamento.

21. DO CONTRATO

21.1. Após a homologação da licitação, o vencedor será convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinatura do Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo VII deste Edital.

21.2. Do Contrato regulado pelas disposições deste Edital, decorrem as obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços ou obra objeto desta licitação.

21.3. Mediante Termo Aditivo, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até os limites estabelecidos no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

21.4. A licitante não poderá sub-contratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem anuência expressa da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

21.5. As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificações de quantitativos e qualitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser aprovados pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo.

22. DAS PENALIDADES

22.1. A Contratada, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) advertência por escrito;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para a conclusão de cada etapa das obras e 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, a partir do 6º (sexto) dia, calculados sobre o valor total da obra, limitados à 10% (dez por cento) do valor contratual;

c) multa compensatória equivalente ao valor integral das obras não realizadas limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, pela rescisão unilateral da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo nos casos previstos nos incisos I e XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, cujo recolhimento deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da intimação feita pela Contratante.

d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, por um período não superior a dois anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o adjudicatário contratado ressarcir a Administração pelo prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d".

22.2. As sanções previstas nas alíneas "d" e "e" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA quando, em razão dos compromissos assumidos:

a) Seu(s) representante(s) legal(is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, ou praticar(em) ilícito(s), demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

22.3. O termo inicial para a incidência da multa estipulada na alínea "b" do subitem 13.1, será a data pré-fixada para o adimplemento, e o termo final, a data do efetivo adimplemento.

22.4. As multas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" deste item são independentes entre si e serão aplicadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores, não impedindo que a Câmara de Vereadores rescinda unilateralmente o Contrato.

22.5. Não será aplicada multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

22.6. Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a Câmara de Vereadores venha a fazer jus, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa.

23. DA ENTREGA DA OBRA

A Obra, objeto desta Licitação, deverá ser entregue conforme prazo mencionado na proposta pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 dias corridos.

23.1. O início das obras será contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviços pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

24. DO RECEBIMENTO DA OBRA

24.1. As obras objeto desta licitação serão recebidas:

a) Uma vez executado o contrato, o recebimento da obra será feito a título PROVISORIAMENTE, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação do seu término, por escrito, pela adjudicatária;

b) DEFINITIVAMENTE, pelo engenheiro fiscal da obra ou Comissão designada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO, assinado pelas partes, art. 73 da Lei 8.666/93.

c) REJEITADAS as que forem executadas em desacordo com o estabelecido nesta TOMADA DE PREÇOS e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

24.2. A entrega das obras em desconformidade com o especificado obrigará o adjudicatário a:

a) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do emprego de materiais de baixa qualidade;

b) Caso a correção não seja feita o adjudicatário sujeitar-se-á a aplicação das sanções legais cabíveis.

24.3. Ainda que recebidas em caráter definitivo substituirá, na forma da lei, a responsabilidade da ajudicatária pela qualidade, segurança e solidez das obras executadas.

25. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

25.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei n. 8.666/93.No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

26.2. Será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos desenvolvidos em ato público de “ABERTURA” de envelopes, a qual será assinada, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes credenciados presentes.

26.3. É facultado ao licitante formular protesto, consignado na Ata dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos, ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

26.4. Cada licitante poderá se fazer representar por um único preposto, devidamente munido de instrumento de mandato, público ou particular, este com firma reconhecida.

26.4.1. O licitante ficará obrigado pelas declarações do seu preposto.

26.5. A Comissão Permanente de Licitação e/ou a Autoridade superior, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

26.6. Quaisquer dúvidas sobre o presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, antes da data fixada para abertura e deverão ser protocolados na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, no horário das 08:00 as 12:00 horas.

26.6.1. A Comissão Permanente de Licitação responderá as consultas que forem formuladas, mediante correspondência aos interessados.

26.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos à presente Tomada de Preços.

26.8. Quaisquer esclarecimentos, quanto ao Edital entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT - Telefone: (66) 3575-1809.

26.9. Eventuais esclarecimentos técnicos acerca do projeto da obra deverão ser apresentados quando da visita técnica à Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – MT e ao serviço de engenharia, para que seja avaliado e eventualmente providenciado o atendimento do requisito.

27. ANEXOS DO EDITAL DE LICITAÇÃO

27.1. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Modelo de Proposta Financeira

Anexo III: Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo IV: Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais

Anexo V: Declaração de CNAE

Anexo VI: Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da Habilitação

Anexo VII: Declaração de ME e EPP

Anexo VIII: Declaração de Atendimento À Lei 12.708/2012

Anexo IX: Minuta do Contrato

Anexo X: Termo de Visita e Vistoria Técnica

Anexo XI: Cronograma Físico e Financeiro da Obra - Planilhas da Reforma objeto da licitação, bem como os Projetos: Arquitetônico; Projeto de reforma da Cobertura e forro, e Instalação Elétrica.

Peixoto de Azevedo MT 09 de setembro de 2019

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da CPL

Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara Municipal

Irineu Paiano Filho

OAB/MT nº 6097

VISTO

Afixe-se

Publique-se

PROCESSO Nº 005/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INVESTIMENTO: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA

Interessado: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

2. OBJETO:

2.1. Reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo:

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. Considerando que todo telhado que compõe a estrutura de cobertura da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, medindo aproximadamente 550m², encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando urgentemente; parte de reparos substanciais e parte de substituição integral.

Na parte que compõe a cobertura do Plenário da Câmara Municipal, que mede 226,81m², há a necessidade da substituição integral do telhado e forro por conta da deterioração do madeiramento que sustenta o telhado, provocando alagamentos no plenário quando ocorre chuvas de média torrencialidade, o que é muito comum em nossa região no período entre outubro a abril.

Nesse tocante a instalação elétrica também é bastante antiga e ao remover o telhado e a estrutura certamente a fiação elétrica não terá como reaproveitá-la, e necessitarão de nova instalação.

4. RESULTADOS ESPERADOS:

Eliminar de vez o risco latente de acidente no prédio da Câmara Municipal, bem como, proporcionar aos munícipes um atendimento de melhor qualidade, também melhorar o acesso dos vereadores ao local de trabalho apropriado e com maior conforto.

5. PRAZOS:

O prazo para reforma é de 60 (sessenta dias), a partir da emissão da Ordem de Serviço. No entanto, a coordenação desse prazo se dará com a organização dos trabalhos a serem desempenhados pela empresa construtora. Uma vez que a Administração da Câmara tem o objetivo de desocupar todo plenário para que a reforma ocorra entre outubro e dezembro, prazo esse que estará previamente concluído a obra.

6. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CONTRATADA:

As interessadas deverão apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica e Certidão Pessoa Física do CREA, bem como, vistoriar integralmente a obra.

7. FORMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços contratados serão realizados na forma de execução indireta, no regime de empreitada por menor preço global.

8. DO VALOR:

O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de **R$99.390,29** (noventa e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte e nove centavos), sendo esse o preço máximo que será pago para execução da obra contratada, conforme projeto de engenharia e tabela SINAPI utilizada com valores de abril/2019.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante medições e acompanhamento do Técnico Fiscal da Obra por parte da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Cronograma Físico e Financeiro da obra, parte integrante do certame.

Peixoto de Azevedo MT 06 de setembro de 2019

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da Comissão de Licitação

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRA

Modelo de Proposta Financeira (Papel timbrado da empresa)

À

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref. : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

Empresa:

CNPJ: Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefones: E-mail:

Banco: Agência: Conta Correte:

Representante Legal:

RG: CPF:

OBJETO:

Valor total por extenso: (.....)

OBS. Anexar planilhas de preços.

Declaramos que nossa proposta engloba todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes nos documentos fiscais, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com serviços de terceiros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, renunciando, na oportunidade, o direito de reivindicar custos adicionais.

Prazo de Entrega:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ da empresa:

_____

Assinatura do responsável técnico CREA MT

Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

Modelo de Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref: Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019.

Indicamos o (a) Sr. (a)....., Portador (a) da cédula de identidade n°....., órgão expedidor....., como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todo os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento. Informações Importantes:

CNPJ n.

Inscrição Estadual n.

Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data

Assinatura do representante legal com firma reconhecida em cartório

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

OBS: firma reconhecida em cartório.

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref : Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

(Nome da Empresa) ----------, CNPJ N. ----------, sediada na Rua

----------, n. ----------, bairro, ----------, Município ----------.CEP----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Tomada de Preços n. 001/2019, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27, da Lei n. 8666/1993, com redação determinada pela Lei n. 9.854/1999.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CNAE

(Nome da Empresa) ----------, CNPJ N. ----------, sediada na Rua ----------, n. ----------, bairro, ----------, Município ----------.CEP----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Tomada de Preços n. 001/2019, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins, que o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa é: _____(código e descrição).

(local), (data)

_____

(Representante Legal da Empresa)

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa _____, CNPJ _____, sediada na rua _____, bairro_____, cidade _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador do RG_____ e inscrito no CPF sob o número _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo – Tomada de Preços n. 001/2019, na forma determinada no §2º, do artigo 32, da Lei n. 8.666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ME ou EPP

A

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Ref. Edital de licitação na modalidade Tomada de Preços n. 001/2019

Para fins de participação na licitação (indicar o n. registrado no Edital), a (o) (Nome) completo do Proponente), CNPJ, sediada na (Endereço completo), declara, sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n. 123, de 14.06.2006.

Para dirimir dúvidas, anexamos nesta oportunidade a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do estado sede da empresa, emitido a menos de 90 (noventa) dias.

OBS. NECESSÁRIO ANEXAR A CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Modelo da Declaração

(Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.708/2012

…….., inscrita no CNPJ N° ……., sediada na rua ……., cidade ……... / MT, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).……..., portador(a) da Carteira de Identidade n° …….. e do CPF n° …….. DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, em atendimento aos preceitos legais.

……., de ……. de 2019.

_____

Representante legal

TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL DE FORMA INDIRETA QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A EMPRESA: _____ NA FORMA A SEGUIR:

A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, CNPJ nº 37.499.373/0001-69, estabelecida à Av. Lions Internacional Oeste nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **Gilmar Santos de Souza,** brasileiro, vereador, portador do RG n° 0742513-9 SSP/MT e CPF n° 559.152.641-15, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa ....., CNPJ n.º _____, estabelecida na cidade de _____, no (endereço)__, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____(cargo)____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, (nacionalidade)_ , (estado civil), (profissão) , portador da Cédula de Identidade n° _____, residente e domiciliado em__(endereço)__, em conformidade com a (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade), que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica, um instrumento de Contrato para execução de obra, conforme quadro demonstrativo e de acordo com projeto básico e planilha anexas ao edital da T.P. 001/2019, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para a reforma parcial do prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, com a substituição da cobertura existente em 226,81m², substituição de forro, instalações elétricas, serviços de alvenaria e pintura conforme projeto de engenharia, parte integrante desse processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O regime de execução da obra é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, VIII, “a” da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Para a execução total da obra, fica contratado o preço global de R$ . ..... (.....), proposto pela CONTRATADA.

3.2 – O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos de cada item tendo como referência a tabela SINAPI.

3.3 – Os pagamentos serão efetuados de acordo com o Cronograma Físico Financeiro, depois da realização das medições que serão elaboradas conforme a execução da obra, e/ou ainda de acordo com a sistemática exigida pelo órgão repassador dos recursos.

3.3.1 – As medições da obra executada serão procedidas por Engenheiro Civil designado como Fiscal pela CONTRATANTE.

3.4 – A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra será elaborada por Comissão de Vistoria ou por servidor designado pela Administração Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

3.5 – Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento da medição de cada parcela não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária do período balizado pelo IGPM.

3.6 – Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei n.º 8. 666/93, os preços do contrato poderão ser reajustados de acordo com os Índices para Obras de Construção Civil correspondente ao mês de execução dos serviços adimplemento da obrigação.

3.7 – A CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução defeituosa da obra;

b) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE.

3.8 - Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da CONTRATANTE, após o recebimento do serviço, e com suas respectivas notas fiscais, devidamente atestada pelo setor responsável pelo recebimento das etapas concluídas.

3.9 - O pagamento será liberado com as certidões abaixo relacionadas dentro do prazo de validade anexo à nota, com emissão por conta da contratada:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débito Conjunta SEFAZ/PGE;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa;

d) Certidão Negativa de Regularidade junto ao FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.9.1 - A impressão das certidões é de responsabilidade da contratada e deverá apresentar junto com as notas fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1 – A CONTRATADA observará o prazo dos cronogramas em anexo as planilhas, contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇOS" para a execução da obra.

4.1.1 - O prazo para execução da obra será de 90 (noventa) dias;

4.2 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto estão demonstradas no Cronograma Físico da obra.

4.3 – Na ocorrência de fatos supervenientes, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento ou dentro da validade do contrato, os pedidos deverão ser por escrito, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

CLAÚSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - A vigência do presente contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado e revisto de acordo a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

01 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

001 – Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo

01 – Legislativa

031 – Ação Legislativa

0001 – Processo Legislativo

1.001 – Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara de Vereadores

4.4.90.51–00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, a execução do projeto básico e do memorial descritivo estejam prontos e a obra seja entregue inteiramente concluída e acabada, em perfeitas condições de uso;

b) observar, na execução da obra mencionada, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;

c) providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, autorizações e ou aprovações necessárias dos serviços, as aprovações respectivas, inclusive quanto a projetos complementares, bem como a confecção e instalação de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;

d) fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à execução da obra.

e) fornecer e utilizar na execução da obra, equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade.

f) executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados.

g) realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação.

h) assumir quaisquer acidentes na execução da obra, inclusive quanto às redes de serviços públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA".

i) arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições.

j) fornecer, na entrega da obra, as indicações práticas sobre o uso e limitações da mesma;

k) providenciar o registro da obra junto ao CREA/MT e entregar à CONTRATANTE a respectiva ART.

l) A contratada se compromete a manter como responsável técnico pela obra contratada o engenheiro o Sr. _____, inscrito no CREA_____, cujo o cadastro junto ao CREA devera permanecer até a entrega e recebimento definitivo da obra contratada;

m) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento, observado o art. 65, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.666/93.

n) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais de conclusão parciais da obra, acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão-de-obra.

o) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às medições da obra já executada.

p) Providenciar a limpeza final da obra, bem como todos os materiais substituídos dando a destinação necessária conforme a legislação autoriza.

q) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. Art. 70 da Lei 8666/93.

r) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Art. 71 da Lei 8666/93.

7.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da obra por intermédio do seu Engenheiro responsável.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas medições de cada etapa, já devidamente atestadas por Engenheiro responsável pela fiscalização.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial da obra ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

j) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

k) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

l) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.

b) 2% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato.

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a **Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo**, por prazo não superior a dois anos.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

f) perda da garantia contratual, quando for o caso.

8.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

8.6 – A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

8.7 – A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de quinze dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de quinze dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos no Cronograma Físico-Financeiro, aprovados pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

9.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

9.3 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

c) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

d) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUB-ROGAÇÃO

10.1 – A CONTRATADA poderá Sub Rogar no todo ou em parte este contrato mediante motivo de Força maior, com a devida anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

11.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Edital de Tomada de Preços n°. 001/2019 e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

12.1 – Aplica-se a Lei n.º 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

14.1 – A fiscalização da execução da obra será exercida por Engenheiro Civil credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento da obra que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

14.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

14.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

14.4 – A CONTRATADA obriga-se a retirar da obra e não readmitir os empregados, contratados ou prepostos que venham a criar embaraços à fiscalização, bem como a remover quaisquer materiais ou equipamentos que não estejam de acordo com as especificações aprovadas para a execução da obra.

14.5 – Da(s) decisão(ões) da fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

15.1 – Concluída a obra, se estiver em perfeitas condições, atestada pela CONTRATANTE, será recebida, por uma Comissão de Vistoria ou por servidor especialmente designado, que lavrará o "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO", dentro de cinco dias da comunicação feita pela CONTRATADA.

15.1.1 – O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO somente será lavrado se todos os serviços da obra estiverem concluídos e aceitos pela CONTRATANTE e, quando em contrário, será lavrado TERMO DE NÃO RECEBIMENTO, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a CONTRATADA, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

15.2 – Decorridos quinze dias do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a CONTRATANTE lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

15.3 – O TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS será emitido após a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e do CRS do FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, referente à obra contratada.

15.3.1 – O prazo máximo para apresentação das Certidões será de quinze dias da data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, decorrido o qual a CONTRATANTE emitirá o TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. Em caso da não apresentação, será imposta a multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

15.4 – Após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato por parte da CONTRATANTE e da CONTRATADA, e após o atendimento ao disposto nesta cláusula, lavrar-se-á o TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS no prazo de cinco dias do atendimento de todas as condições estabelecidas neste item.

15.5 – A CONTRATADA fica obrigada, pelo período de cinco anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito, quando decorrente de falha técnica devidamente comprovada na execução da obra, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro.

15.6 – Os TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO e de ENCERRAMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS não eximirão a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de projetos ou especificações se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

16.2 – A CONTRATADA somente poderá sub-empreitar parte do objeto contratado com prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a CONTRATANTE pelas obras, serviços ou instalações executadas pela subempreiteira e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

16.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da obra serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

16.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Peixoto de Azevedo/MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Peixoto de Azevedo/MT, XX de _____ de 2019.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

Sr. Gilmar Santos de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

NOME DO RESPONSÁVEL

Irineu Paiano Filho

OAB MT nº 6097

VISTO

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

ANEXO X

TOMADA DE PREÇOS 001/2019

TERMO DE VISITA E VISTORIA TÉCNICA

Atestamos que o senhor(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG N.º _____, CPF N.º _____ inscrito no CREA sob n.º _____representando neste ato a empresa _____, CNPJ Nº _____, conforme Termo de Referência da Qualificação técnica, do edital da TOMADA DE PREÇOS 001/2019, visitou o local da obra, visitou a obra existente, vistoriou as execuções à serem realizadas conforme projeto, planilha e memorial descritivo da obra no âmbito certame licitatório, tendo portanto, tomado ciência global das necessidades da obra, e segundo sua declaração, nada encontrou que possa impedir ou obstaculizar a realização da obra.

Local e data:

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Maria Rosa Fonseca Correia Costa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Genivaldo Gomes

Engenheiro Responsável pela Contratante

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 399

DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 399 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

CONCEDE A DISTINÇÃO HONORÍFICA "MEDALHA TEN. ANTONIO JOÃO RIBEIRO", Á ITACIR JOAQUIM MARTINOTTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, concede a Distinção Honorífica "Medalha Ten. Antonio João Ribeiro" à **ITACIR JOAQUIM MARTINOTTO.**

Parágrafo único. O presente título vem demonstrar o reconhecimento do Poder Legislativo para com o homenageado, pelos destacados serviços prestados contribuindo com o progresso e desenvolvimento econômico social, filantrópicas do município.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de setembro de 2019.

Vereador Antônio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 397

DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 397 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ POCONEANA A MARIA GEVÂNIA VITOR LIMA CORREIA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º A Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, concede o Título de Cidadã Poconeana a**MARIA GEVÂNIA VITOR LIMA CORREIA.**

Parágrafo único. O presente título vem demonstrar a gratidão do povo poconeano para com a ilustre homenageada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de setembro de 2019.

Vereador Antônio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 398

DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 398 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ POCONEANA A CLEONICE TERESINHA PROLO MARTINOTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º A Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, concede o Título de Cidadã Poconeana a**CLEONICE TERESINHA PROLO MARTINOTO.**

Parágrafo único. O presente título vem demonstrar a gratidão do povo poconeano para com a ilustre homenageada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de setembro de 2019.

Vereador Antônio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 400

DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 400 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT, GESTÃO PREFEITO MUNICIPAL ATAIL MARQUES DO AMARAL "TATÁ AMARAL".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2017, da Prefeitura Municipal de Poconé – MT, gestão do Prefeito Municipal, Senhor Ataíl Marques do Amaral "TATÁ AMARAL", com as seguintes recomendações:

Recomendando ao Chefe do Poder Executivo Municipal que cumpra os limites de despesas com pessoal, constantes na Lei Complementar nº 101/2000, sobretudo àqueles constantes do art. 20, III, "b";

Recomendando ao Chefe do Poder Executivo a adoção de ações planejadas a fim de evitar que as despesas superem as receitas, de modo a promover o equilíbrio orçamentário e financeiro das contas públicas, nos termos das regras dispostas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 4º, 9º e 53, III);

Recomendando ao Poder Executivo do município de Poconé que cumpra as disposições legais referentes à prestação de contas e transparência

Recomendandoao Poder Executivo que estabeleça mecanismos de controle interno (edição de manuais, travas/críticas no Fiplan, programa regular de treinamentos) que garantam rigidez fiscal nas inscrições de valores em restos a pagar, de forma a se prevenirem riscos de colapso fiscal em relação a essa classe de obrigações de curto prazo; além disso**,** cabe recomendação para que, saldo dos empenhos cujos processos de liquidação já tenham ocorrido ou sido iniciados por ocasião do encerramento de cada exercício financeiro, o gestor proceda à anulação de todos os restos a pagar não processados, notadamente daqueles não respaldados por recursos financeiros hábeis;

e)Recomendandoao Chefe do Poder Executivo que realize acompanhamento efetivo e pleno da receita, mês a mês, de modo a saber, se ela está sendo incrementada ou não, em confronto com as despesas que estão sendo realizadas e suportadas pelos créditos adicionais autorizados, e que esses créditos apenas sejam abertos se existirem recursos disponí-

veis para tanto, conforme preconizam o artigo 167, II e V, da Constituição da República e o artigo 43, *caput* e § 1º, da Lei nº 4.320/1964;

f)Recomendandoao Chefe do Poder Executivo que envie, dentro do prazo designado pela legislação, via Sistema Aplic, as Contas Anuais de Governo ao Tribunal, cumprindo o determinado no inciso IV do artigo 1º da Resolução Normativa nº 36/2012 do Tribunal e artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

g)Recomendandoao Poder Executivo Municipal de Poconé, com base no artigo 71, IX, da Constituição Federal que observe as vedações do artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 e mantenha o montante de despesas total com pessoal do Poder Executivo abaixo do limite prudencial;

h)Recomendandoao Poder Executivo que:

h.1) promova o aperfeiçoamento do planejamento e da execução dos programas de governo, realizando um planejamento criterioso, que tenha por base a realidade e as necessidades da população do município, visando a uma mudança positiva na situação avaliada pelo Tribunal de Contas; e,

h.2) adote medidas efetivas, com vistas a aprimorar o desempenho da máquina administrativa no sentido de melhorar os indicadores referentes ao Índice de Gestão Fiscal Municipal (IGFM), sobretudo aqueles índices que apresentaram piora (despesa com pessoal e investimento);

i) em relação aos monitoramentos, **recomendando**ao Poder Executivo Municipal que:

i.1) demonstre a tendência de aumento da arrecadação com base nos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do crédito adicional quando se utilizar de recursos próprios na contrapartida e, na lei que alterar o orçamento, especificar o convênio que justifica a abertura do crédito, informando corretamente os dados do convênio, tais como o convenente, valor, data e objeto;

i.2) adote medidas para melhoria e aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da saúde, identificando os fatores que causam o resultado inferior à média nacional, visando a uma mudança positiva na situação avaliada por pelo Tribunal por ocasião da apreciação destas contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2019 e 2020.

i.3) promova ações no sentido de incrementar a arrecadação das Receitas Próprias, reduzindo a dependência em relação às transferências de outros entes federados.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de setembro de 2019.

Vereador Antônio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01, 02, 03 - 2019

Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2019

Poxoréu-MT, 05 de Fevereiro de 2019.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 105, INCISO XV – ALTERANDO O ANUÊNIO PARA OS SERVIDORES QUE INGRESSAREM A PARTIR DO ANO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu/MT, Vereador Aguinaldo Alves da Silva, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. – Altera o art. 105, XV, e inclui o inciso XV –A, na Lei Orgânica do Município de Poxoréu-MT., de 19(dezenove) de dezembro de 2.007 passando a vigorar com o seguinte dispositivo:

Art. 105 – São Direitos dos servidores municipais:

XV - Adicional por tempo de serviço, na base de dois por cento do vencimento base, por ano de efetivo exercício até o máximo de cinquenta por cento que não ultrapasse os limites fixados na Constituição, para os servidores que ingressaram no quadro de servidores do Município até o ano de 2018.

XV-A – Ao servidor que ingressar a partir do ano de 2019, será computado trienalmente, incremento de 4,55% (quatro, cinquenta e cinco por cento) em seu subsídio, calculado sobre o vencimento base, até o máximo de cinquenta por cento que não ultrapasse os limites fixados na Constituição, após ser aprovado no estágio probatório.

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Poxoréu, 05 de fevereiro de 2019.

Ver. Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal Poxoréu

Emenda à Lei Orgânica nº. 002/2019

Poxoréu-MT, 15 de Julho de 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO XV, DO ARTIGO 105, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, NA FORMA QUE MENCIONA.

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu/MT, Vereador Aguinaldo Alves da Silva, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. – Altera o inciso XV, do artigo 105, da Lei Orgânica Municipal, que passa a viger com a seguinte redação:

Art. 105. [...]

XV - Adicional por tempo de serviço, na base de dois por cento do vencimento base, por ano de efetivo exercício, até o máximo de sessenta por cento, que não ultrapasse os limites fixados na Constituição, para os servidores que tomaram posse em cargo efetivo no Município de Poxoréu até o ano de 2018.

Art. 2º. – Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poxoréu, 15 de julho de 2019.

Ver. Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal Poxoréu

Emenda à Lei Orgânica nº. 003/2019

Poxoréu-MT, 15 de Julho de 2019.

Modifica o Artigo 22 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu/MT, Vereador Aguinaldo Alves da Silva, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º. – Modifica o artigo 22 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu, passando a ter a seguinte redação:

Art. 22º. – È permitida a reeleição dos membros da mesa Diretora da Câmara no mesmo cargo para o ano subsequente, mesmo que se tra-

te de outra legislatura ou de mandato que não tenha sido cumprido por inteiro.

Art. 2º. – Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Poxoréu, 15 de julho de 2019.

Ver. Aguinaldo Alves da Silva

Presidente da Câmara Municipal Poxoréu

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº014/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº014/2019

A Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhora Laurita Jose de Souza Silva, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 11:00 dás 13:00 ás 17:00, a quem interessar possa os Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT**, mês de **Agosto** 2019 do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 10 de Setembro 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2019

A Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhora Laurita Jose de Souza Silva, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00, a quem interessar possa os **RELATORIOS DE GESTÃO FISCAL – DO 2.º QUADRIMESTRE**, do exercício financeiro de 2019, do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 10 de setembro de 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 19/2019 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **SERVIÇOS GERAIS II**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2019/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **MARIA DO CARMO PIRES SANTANA**, para exercer o cargo de **SERVIÇOS GERAIS II,** por ter ficado em 2º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 06 de SETEMBRO de 2019.

PRESIDENTE: PAULO REMEDIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EDITAL Nº 014/2019 DE CHAMADA PÚBLICA N° 006/2019

Inscrição n° 076/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **A G R MARTINS EIRELI** (CNPJ nº 30.727.145/0001-50), fora julgada **APTA** ao Edital N° 014/2019 da Chamada Pública n° 006/2019 para os serviços médicos, no segmento **ESPECIALIZADO EM MÉDICO VISITADOR** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 09 de setembro de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

EDITAL Nº 014/2019 DE CHAMADA PÚBLICA N° 006/2019

Inscrição n° 075/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **M. L. DE GOIS FERREIRA – ME** (CNPJ nº 30.371.526/0001-49), fora julgada **APTA** ao Edital N° 014/2019 da Chamada Pública n° 006/2019 para os serviços médicos, no segmento **ESPECIALIZADO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA** do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais.

Peixoto de Azevedo/MT, 09 de setembro de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 05/2019

PREGÃO PRESENCIAL: N° 011/2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. referente ao exercício de 2019/2020.

Pelo presente instrumento, O **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua da Saudade s/n, Vila São José, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n.: 04.805.882/0001-13, neste ato representado, na forma de sua Lei, pela Presidente Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, portador do CPF Nº 049.351.084-28 - RG nº 53.204.353-4 SSP/SP, município de São Félix do Araguaia – MT, doravante denominado de **CONTRATANTE** e a empresa **EDIVALDO NUNES DE CIRQUEIRA** - ME- inscrita no CNPJ sob o Nº 02.556.926/0001-93, estabelecida Rua Severiano Neves, 354 – Bairro – centro, CEP: 78.670-000 nesta cidade, representada neste ato pelo seu Representante Legal, **Srº. EDIVALDO NUNES DE CIRQUEIRA, residente na rua Luiz Gonzaga de Sousa, nº 229 – centro, nesta cidade e portador do RG: 66053CTPES e CPF: 112.233.161-49** doravante denominado FORNECEDORA, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 011/2019, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ÓRGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Quadro de matérias e serviços fornecido nesta ata.

1.1.1. Quadro conforme os itens vencedores por este fornecedor.

1	AGENDA PERMANENTE, UM DIA POR PÁGINA. CAPA EM PERCALUX COM GRAVAÇÃO EM HOT STAMP, FITILHO MARCADOR DE PÁGINA, HORÁRIOS A CADA 30 MINUTOS, 192 FOLHAS EM OFF- SET BRANCO. DIMENSÕES MÍNIMAS 144X205MM. - Marca: KIT	UN	50,00	26,00	1.300,00
2	ALMOFADA PARA ENTINTAR CARIMBOS MANUAIS; RECARREGÁVEL; NA COR AZUL/PRETA/VERMELHA NA TAMPA DEVE POSSUIR IDENTIFICAÇÃO DA COR DA TINTA E MARCA DO FABRICANTE EM RELEVO. EMBALAGEM: CARTUCHO DIMENSÕES 7X11CM. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE. - Marca: JAPAN	UN	30,00	6,90	207,00
3	APONTADOR ESCOLAR EM PLASTICO LAMINA DE AÇO TEMPERADO COM DEPOSITO PARA APONTAR LAPIS DE MADEIRA COM - Marca: BRW	UN	20,00	2,00	40,00
4	BANDEJA ORGANIZADORA DE DOCUMENTOS03 SECÇÕES ACRILICA - Marca: ACRINIL	UN	30,00	145,00	4.350,00
5	BLOCO DE ADESIVO REMOVÍVEL COM ADESIVO ACRILICO REPOSICIONÁVEL, NO TAMANHO 51MM X 38MM EM FORMATO RETANGULAR NA COR CANÁRIO. CONTENDO 4 BLOCOS DE 25 FOLHAS CADA, TOTALIZANDO 100 FOLHAS POR PACOTE. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA, PERFEITO PARA ANOTAR RECADOS E LEMBRETES. - Marca: BRW	BLOC	200,00	4,90	980,00
6	CADERNO CAPA DURA 96 FOLHAS GRANDE TAMANHO 200X275MM UNIVERSITARIO - Marca: JANDAIA	UN	30,00	7,90	237,00
7	CAIXA ORGANIZADORA GRANDE COM CAPACIDADE PARA 20,39 LITROS. EM POLIPROPILENO, ACOMPANHA 2 PEGADORES/ENCAIXES PARA MÃOS E 2 CANALETAS. APRESENTA QUALIDADE E DURABILIDADE. MONTAGEM RÁPIDA E ENCAIXE PARA MÃOS O QUE PERMITE FÁCIL MOBILIDADE. PESO: 06080 KG ; DIMENSÕES: 380 X 290 X 185 MM; ESPESSURA: 0,90. DISPONÍVEL EM OITO CORES DIFERENTES. A ESCOLHA DA COR SERÁ DEFINIDA PELA LICITANTE. - Marca: POLIBRAS	UN	40,00	45,00	1.800,00
8	CALCULADORA 12 DIGITS ELETRONIC SOLAR TAMANHO MÉDIA - Marca: KENKO	UN	10,00	29,90	299,00
9	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL/PRETA/VERMELHA ESCRITA MÉDIA, CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL COM 4 FUROS NA PONTA PARA ENTRADA DE AR INDISPENSÁVEL PARA O FLUXO DA TINTA ATÉ A PONTA. FORMATO TRIANGULAR ERGONÔMICO: GARANTIA DE CONFORTO E MELHOR ESCRITA. TAMPA ANTIASFIXIANTE EM POLIPROPILENO. FIDELIDADE DA COR DA TAMPA COM A COR DA TINTA - Marca: BIC CRISTAL	CX	10,00	50,00	500,00
10	CANETA MARCA TEXTO - Marca: BRW	CX	10,00	29,90	299,00
11	CLIPS NIQUELADO N 00 CAIXA COM 500G - Marca: BRW	CX	6,00	14,00	84,00
12	CLIP GALVANIZADO, Nº 4/0, FABRICADO COM ARAME DE AÇO. - Marca: BRW	CX	6,00	14,00	84,00
13	CLIPE - EM ACO INOX,PARALELO,ACABAMENTO NIQUELADO,6/0 - Marca: BRW	CX	6,00	14,00	84,00
14	CLIPE - EM ACO INOX,TRANCADO,ACABAMENTO NIQUELADO,8/0 - Marca: BRW	CX	6,00	14,00	84,00
15	COLCHETE - LATONADO,N. 14 - Marca: ACC	CX	10,00	16,90	169,00
16	COLCHETE METÁLICO Nº15 CAIXA COM 72 UNIDADES - Marca: ACC	CX	10,00	16,90	169,00
17	ENVELOPE OFICIO 114X229MM QUANTIDADE 100 - Marca: ROMITEC	PCT	200,00	19,50	3.900,00

18	ESTILETE - EM ACO INOX,TIPO FACA - Marca: BRW	UN	20,00	2,00	40,00	
19	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO INOX, TIPO ESPATULA - Marca: BRW	UN	30,00	3,00	90,00	
20	FITA ADESIVA DUPLA FACE 18MMX30MM - Marca: BRW	UN	50,00	9,90	495,00	
21	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO,MEDINDO 50,00MMX50,00M,NA COR TRANSPARENTE,PARA EMPACOTAMENTO - Marca: BRW	UN	20,00	4,50	90,00	
22	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (50MMX50M), NA COR BRANCA - Marca: EUROCEL	UN	50,00	12,50	625,00	
23	GRAFITE PARA LAPISEIRA DE 07 M COM 12 MINAS - Marca: BRW	UN	50,00	1,50	75,00	
24	GRAMPEADOR - DE MESA,EM METAL,GRAMPO 26/6-8,CAPACIDADE PARA 25 FOLHAS,2 POSICOES,BASE COM 18,00CM,NA COR PRETA. - Marca: BRW	UN	20,00	29,90	598,00	
25	GRAMPEADOR - PROFISSIONAL DE MESA,METAL,GRAMPO 23/6 ATÉ 23/13, CAPACIDADE 100 FOLHAS,NA COR PRETA,BASE DE (20,0 X 9,00)CM - Marca: KIT	UN	20,00	89,90	1.798,00	
26	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO GALVANIZADO, MEDINDO 23/6 - Marca: BRW	CX	20,00	7,80	156,00	
27	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,26/6 - Marca: FRAMA	CX	20,00	5,40	108,00	
28	LÁPIS PRETO SEXTAVADO Nº 02 PARA ESCRITA 144UND - Marca: BRW	UN	3,00	86,50	259,50	
29	LAPISEIRA TÉCNICA 07 MM COM CANIÇO DE 3 MMDE ALTURA PONTA DE METAL E CORPO PLÁSTICO COM BORRACHA PAR - Marca: BRW	UN	50,00	4,40	220,00	
30	LIVRO ATA 100 FLS PAUTADA CAPA DURA SEM MARGEM COM DIMENSÕES DE 320 MM X 220 MM - Marca: TILIBRA	UN	20,00	13,90	278,00	
31	LIVRO PROTOCOLO DE CORESPONDÊNCIA - Marca: TILIBRA	UN	50,00	9,90	495,00	
32	MOLHADOR DE DEDO ATÓXICO LIGEIRAMENTE PERFUMADO PARA MANUSEIO DE PAPEIS E PAPEL MOEDA CONTENTE 12 GR - Marca: BRW	UN	50,00	3,50	175,00	
33	NUMERADOR, AUTOMÁTICO SEQUENCIAL E DE REPETIÇÃO, COM 06 DÍGITOS, COM REGULAGEM DA QUANTIDADE DE REPETIÇÃO DA CARIMBAGEM (0, 1, 2, 3, 4, 6 OU 12), BEM COMO REGULAGEM DA QUANTIDADE DE DÍGITOS QUE APARECEM NA CARIMBAGEM, ESTRUTURA METÁLICA, ACOMPANHADO DE PINÇA PLÁSTICA PARA MUDANÇA DOS NÚMEROS; UM TUBO DE TINTA E UM REFIL PARA O NUMERADOR. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. - Marca: KAZ	UN	5,00	145,00	725,00	
34	PAPEL A4 BRANCO Formato A4 210mm x 297mm resmas com 500 folhas cada grama - Marca: CHAMEX	CX	50,00	265,00	13.250,00	
35	PAPEL CARBONO - EM PELICULA DE POLIESTER, MEDINDO (210 X 297)MM, NA COR AZUL, TIPO DUPLA FACE - Marca: TRIS	CX	100,00	66,90	6.690,00	
36	PAPEL VERGE - PESANDO 180G/M2, MEDINDO 210 X 297MM A4, NA COR VARIADAS C 50UND - Marca: FILIPAPER	CX	40,00	11,80	472,00	
37	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIPROPILENO,MEDINDO 245,00X335,00MM,LOMBADA DE 40,00MM,NA COR VERDE - Marca: ALAPLAST	UN	400,00	3,00	1.200,00	
38	PASTA PLÁSTICA 55MM EM POLIPROPILENO CORRUGADO, MEDIDAS: 45X55X335MM; FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO COM PONTEIRA PLÁSTICA - Marca: ALAPLAST	UN	400,00	4,50	1.800,00	
39	PASTA SUSPENSA EM CARTÃO MARMORIZADO PLASTIFICADO, VISOR PLÁSTICO COM ETIQUETA, GRAMPO DE PLÁSTICO. VARETA DE ARAME COM PONTEIRA PLÁSTICA PRETA, FIXADA COM TRÊS ILHÓS METÁLICOS. FORMATO 240X360MM. LADO EXTERNO COM NO MÍNIMO 4 LINHAS PARA MELHORES INFORMAÇÕES. - Marca: FRAMA	UN	500,00	3,30	1.650,00	
40	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 8 GB. COMPATIVEL COM: WINDOWS E LINUX ,PROTECAO DO CONECTOR USB (CONECTOR RETRATIL OU TAMPA RETRATIL),INTERFACE: USB 2.0 (COMPATIVEL COM USB 1.0). - Marca: MULTILASER	UN	10,00	26,50	265,00	
41	PASTA - PARA ARQUIVO MORTO, EM POLIONDA,350,00X130,00X245. - Marca: POLIBRAS	UN	300,00	7,90	2.370,00	
42	PASTA - SUSPENSA PARA ARQUIVO EM PAPELAO,MEDINDO 320,00X420,00 MM,COM LOMBADA DE 40,00MM,NA COR AMARELA. - Marca: FRAMA	UN	500,00	3,00	1.500,00	
43	PASTA - REGISTRADOR AZ,EM PAPELAO,MEDINDO 280,00X350,00MM,LOMBADA DE 60,00MM,NA COR PRETA. - Marca: FRAMA	UN	500,00	12,50	6.250,00	
44	PRANCHETA CONFECCIONADA EM ACRÍLICO. PRENDEDOR METÁLICO EM AÇO GALVANIZADO. MEDIDAS APROXIMADAS 0,3X23X34,4CM. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - Marca: ACRINIL	UNI	100,00	15,90	1.590,00	
45	PRENDEDOR TIPO MOL (BINDER CLIP), FABRICADOS EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, NO TAMANHO DE 32MM COM CAPACIDADEPARA PRENDER 124 FOLHAS DE PAPEL DE 75G/M². CAIXA COM 12 UNIDADES. - Marca: KIT	CX	10,00	12,00	120,00	
46	PRENDEDOR TIPO MOL (BINDER CLIP), FABRICADOS EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, NO TAMANHO DE 41MM - Marca: KIT	CX	10,00	16,80	168,00	
47	PRENDEDOR TIPO MOL (BINDER CLIP), FABRICADOS EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, NO TAMANHO DE 19MM COM CAPACIDADE PARA PRENDER 110 FOLHAS DE PAPEL DE 75G/M². CAIXA COM 12 UNIDADES - Marca: KIT	CX	10,00	5,40	54,00	
48	QUADRO DE AVISO- DE FORMICA MEDINDO 1,20X0,90 CM DE ALUMINIO NA COR BRANCA, COM SUPORTE PARA APAGADOR E LAPIS - Marca: GUEDES	UN	5,00	149,00	745,00	
49	REFIL PARA CARIMBO NUMERADOR SEQUENCIAL DE AÇO. - Marca: COMPACTOR	UN	10,00	45,00	450,00	
50	RÉGUA 30CM EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 3MM. MEDIDAS EM CENTÍMETROS E MILÍMETROS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE. - Marca: KIT	UN	50,00	2,50	125,00	
51	TONER - PARA MAQUINA COPIADORA, REPRODUCAO DE COPIAS,TONNER BROTHER ORIGINAL DCP - L2540 DW, REF. TN 2340/2370 - Marca: BROTHER	UN	120,00	66,00	7.920,00	
52	TONNER PARA MAQUINA COPIADORA - PARA REPRODUCAO DE COPIAS,PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRETO 255 A - Marca: HP	UN	40,00	66,00	2.640,00	
53	REABASTECEDOR DE PINCEL ATÔMICO CONTENDO 40 ML, DISPONIVEL NAS CORES AZUL, PRETO, AMARELO, VERDE E VERMELHO. TINTA BASE DE ALCOOL ETÍLICO, CORANTES, ADITIVOS E RESINAS. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE. AS CORES SERÃO DEFINIDAS PELA CONTRATANTE. - Marca: COMPACTOR. VALO TOTAL DE R$ 70.234,50 (SETENTA MIL, DUZENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)	UN	30,00	5,40	162,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade até dia **09/09/2019 Á 08/09/2020**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração do Consórcio, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de São Felix do Araguaia/MT em local a ser indicado pela Administração do Consórcio que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita imediata a partir da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada **e acatado** por este Consórcio, sem nenhum custo adicional;

4.2.1. A previsão de entrega dos itens será conforme a solicitação da Administração, podendo ser diariamente, todos os dias ou conforme a demanda da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à este Consórcio no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigada a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Consórcio, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Consórcio, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao Consórcio por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A **CONTRATADA** autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá ào Consórcio promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela **CONTRATADA**, preferencialmente em, até o 10º (décimo) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Consórcio, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Consórcio Muncipal de São Félix do Araguaia, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Consórcio e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Consórcio, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Consórcio pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA**, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades, no exercicio de 2019/2020;

Órgão: 01 – CISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

Unidade: 01 – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

Projeto Atividade: 2.001 – Manutenção e Encargos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

Elementos de despesas 3.3.90.30 – Material de Consumo.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 011/2019 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Epor estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

São Félix do Araguaia - MT, 09 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do-CISA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

GERENCIADOR

_____

EDIVALDO NUNES DE CIRQUEIRA – ME

EMPRESA

FORNECEDORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 050/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, Lei 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 050/2019.

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de camisetas para uniformes e eventos

REALIZAÇÃO: 24/09/2019.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08:00h00min. (horário local)

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min. (horário local)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 09 de setembro de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004-2019

O senhor CLAUDINEI SINGOLANO, PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro**, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias,** a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste, para admissão e posse no serviço público, munidos dos documentos constantes do Edital , sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS:

Cargo: 001 – Apoio Administrativo Educacional- Limpeza - Não profissionalizado

04 - LEIA BARBOSA DE SOUZA

Cargo: 009 – Coveiro

04 - AGNEL ALVES DE OLIVEIRA

Cargo: 016 – Motorista

06 - UANDERSON CAMILO DA CRUZ SILVA

Cargo: 019 – Pedreiro

04 - NEILTON DE LIMA RODRIGUES

Cargo: 021 – Professor Pedagogo

16 - MARCIA DE OLIVEIRA

17 - TATIANE GONÇALVES PEREIRA DUQUE

Cargo: 022 – Técnico Administrativo Educacional – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Não profissionalizado

37 - RODRIGO CASTRO DA SILVA

Cargo: 025 – Técnico em Informática

02 - MIKCHEL DE MELO

Alto Garças – MT, 05 de Setembro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

ADIRCILENE ANTONIA DE BASTOS

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 190 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"Nomeia REGILENE SOUZA NASCIMENTO, para o exercício do cargo de Coordenação Pedagógica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **REGILENE SOUZA NASCIMENTO**, portador do Registro Geral n° 2077279-3 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n° 000.887.965-66, para o exercício do cargo de Coordenadora Pedagógica.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir da data de 09 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 09 de Setembro de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 157/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 157/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 535/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.900,00

Sub-Total:R$ 8.900,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.303,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 12.900,00

Sub-Total:R$ 21.203,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.515,84

Sub-Total:R$ 2.515,84

Total Parcial Suplementado: R$ 32.618,84

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2018, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.618,84

Sub-Total:R$ 32.618,84

Total Parcial Reduzido: R$ 32.618,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 157/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Abril de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 135/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 135/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 530/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizada a abrir Credito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Convenio, nas seguintes dotações orcamentarias e suas fontes:

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0014.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.005.110,24

Sub-Total:R$ 1.005.110,24

Total Parcial Suplementado: R$ 1.005.110,24

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 07 de Janeiro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 183/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 183/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 94.070,75

Sub-Total:R$ 94.070,75

Total Parcial Suplementado: R$ 94.070,75

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 535/2018, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 94.070,75

Sub-Total:R$ 94.070,75

Total Parcial Reduzido: R$ 94.070,75

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 139/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 139/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 531/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizada a abrir Credito Adicional Suplementar por Tendencia de Excesso de Arrecadação de Convenio, reforcando as seguintes Dotacoes:

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 349.295,56

Sub-Total:R$ 349.295,56

Total Parcial Suplementado: R$ 349.295,56

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 11 de Janeiro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 158/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 158/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 810,01

Sub-Total:R$ 810,01

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,81
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|130061000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 14.999,19

Sub-Total:R$ 15.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 24.317,08
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 746,64

Sub-Total:R$ 25.063,72

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 65.000,00

Sub-Total:R$ 65.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 120.873,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 158/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Abril de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 143/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 3.104,16
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 1.850,00
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 5.454,16

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 825,17

Sub-Total:R$ 825,17

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0004.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 68.000,00

Sub-Total:R$ 68.000,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 200,00

Sub-Total:R$ 200,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 105,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 38.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 3.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 7.600,00

Sub-Total:R$ 48.705,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 17.970,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.622,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 37.690,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

	Sub-Total:R$ 70.282,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.080,00
	Sub-Total:R$ 2.080,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|115000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2.200,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.400,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|101000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 41.390,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.320,00
	Sub-Total:R$ 46.310,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.680,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.896,00
	Sub-Total:R$ 19.576,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.900,00
	Sub-Total:R$ 15.900,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.490,76
	Sub-Total:R$ 15.490,76

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.766,43
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.32.00.00.00|146000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 25.545,56
07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.740,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 600,00
07.002.10.302.0009.2060.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 20.000,00
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.100,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 32.550,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.300,00
	Sub-Total:R$ 104.601,99

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.673,59

Sub-Total:R$ 1.673,59

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 247,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 369,68

Sub-Total:R$ 616,68

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.149,94
09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 6.560,00

Sub-Total:R$ 10.709,94

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00

Sub-Total:R$ 400,00

Total Parcial Suplementado: R$ 417.825,29

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 535/2018, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2004.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0003.2007.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 100,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 2.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.170,76

Sub-Total:R$ 11.170,76

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.1.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

	Sub-Total:R$ 5.500,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 100,00
	Sub-Total:R$ 100,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.27.813.0011.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 50,00
05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 500,00
05.002.27.813.0011.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 450,00
05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.500,00
05.002.23.695.0019.1061.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
05.002.15.451.0015.1064.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
05.002.15.451.0015.1064.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
05.002.26.782.0017.2019.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.150,00
05.002.26.782.0017.2019.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.350,00
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.940,14
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.470,00
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.745,00
	Sub-Total:R$ 53.155,14

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0016.2015.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200,00
05.003.26.782.0016.2015.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200,00
05.003.26.782.0016.2015.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 600,00
	Sub-Total:R$ 1.000,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00
05.005.15.451.0014.1014.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 900,00
05.005.15.451.0014.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

05.005.15.451.0014.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.000,00
05.005.15.451.0014.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.000,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
05.005.15.451.0014.1014.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 8.100,00
05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 32.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.1.9.0.94.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00
06.001.12.122.0003.2024.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
	Sub-Total:R$ 1.500,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.1024.4.4.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 900,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 100,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 800,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 22.369,68
06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.94.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
06.002.12.361.0010.1022.4.4.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
06.002.12.361.0010.2029.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00
06.002.12.361.0010.1022.4.4.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.600,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 100,00
06.002.12.361.0010.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 800,00
06.002.12.361.0010.1022.4.4.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
06.002.12.361.0010.1024.4.4.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
	Sub-Total:R$ 37.369,68

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200,00
06.003.12.365.0010.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
06.003.12.361.0010.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

06.003.12.365.0010.2038.3.1.9.0.94.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 40,00
06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 160,00
06.003.12.361.0010.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00
06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 150,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 120,00
06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 120,00
06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 150,00
	Sub-Total:R$ 13.000,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0010.2047.3.1.9.0.94.00.00.00|119000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 35.000,00
06.005.12.365.0010.2046.3.1.9.0.94.00.00.00|118000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 10.000,00
06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.94.00.00.00|118000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 50.000,00
06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.94.00.00.00|118000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 24.500,00
	Sub-Total:R$ 119.500,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
07.002.10.122.0004.1036.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
07.002.10.303.0009.1041.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.757,40
07.002.10.122.0004.1036.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
07.002.10.305.0009.2057.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.500,00
07.002.10.305.0009.2057.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.000,00
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.600,00
07.002.10.305.0009.2057.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.122.0004.1036.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.94.00.00.00|142000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.94.00.00.00|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 218,96

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

07.002.10.122.0003.2049.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.94.00.00.00|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 6.000,00
07.002.10.303.0009.1041.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 16.242,60
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
07.002.10.301.0009.1037.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.700,00
07.002.10.122.0004.1035.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200,00
07.002.10.122.0004.1035.4.4.9.0.30.00.00.00|123000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.800,00
07.002.10.301.0009.1037.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 300,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.500,00
07.002.10.302.0009.1043.4.4.9.0.30.00.00.00|123000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
07.002.10.122.0004.1035.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.600,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 300,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 110,75
07.002.10.302.0009.1042.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00
07.002.10.301.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00
07.002.10.301.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.30.00.00.00|123000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.200,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
07.002.10.301.0009.1039.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.303.0009.1041.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
07.002.10.302.0009.1043.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
07.002.10.303.0009.1041.4.4.9.0.30.00.00.00|147000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.500,00
07.002.10.302.0009.1042.4.4.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.1042.4.4.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
07.002.10.122.0004.1035.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 400,00
07.002.10.122.0003.2049.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 93.329,71

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.16.482.0007.1049.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.250,00
08.002.16.482.0007.1049.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.250,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

08.002.08.241.0006.2063.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.800,00
08.002.08.241.0006.2064.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 8.550,00
08.002.08.241.0006.2063.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.500,00
08.002.08.241.0006.2064.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 950,00
08.002.08.243.0006.2068.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 300,00
08.002.08.241.0006.2063.4.4.9.0.52.00.00.00|121000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.700,00
08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 100,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.93.00.00.00|129000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 200,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.93.00.00.00|121000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 50,00
08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 100,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 250,00
	Sub-Total:R$ 22.000,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 100,00
	Sub-Total:R$ 600,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1057.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
09.002.20.608.0018.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 300,00
09.002.20.608.0018.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.700,00
	Sub-Total:R$ 6.000,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.543.0008.1060.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
	Sub-Total:R$ 500,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.13.695.0019.1082.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 1.000,00

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 143/2019

13.001.25.752.0015.2018.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
13.001.15.451.0014.2016.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
13.001.15.451.0014.2017.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 417.825,29

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 05 de Fevereiro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 149/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 149/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.190,00

Sub-Total:R$ 8.190,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.588,78
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.520,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 40.500,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.300,00
05.002.04.122.0003.2014.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 58.908,78

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 520,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|125000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 18.200,85
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 820,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.960,00

Sub-Total:R$ 23.500,85

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.706,00

Sub-Total:R$ 1.706,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 149/2019

06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.731,18

Sub-Total:R$ 1.731,18

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.92.00.00.00|102000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 7.744,90
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 990,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 770,00
07.002.10.302.0009.2060.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 4.410,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 4.200,00
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 25.060,00
07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.267,51
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.400,00

Sub-Total:R$ 63.042,41

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 830,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 140,00

Sub-Total:R$ 970,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.700,00

Sub-Total:R$ 7.700,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 115,00
10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.200,00

Sub-Total:R$ 7.315,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.120,00

Sub-Total:R$ 4.120,00

Total Parcial Suplementado: R$ 177.534,22

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 149/2019

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00
Sub-Total:	**R$ 1.000,00**

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 500,00
Sub-Total:	**R$ 500,00**

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.850,00
Sub-Total:	**R$ 1.850,00**

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0015.1077.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 20.000,00
Sub-Total:	**R$ 20.000,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0004.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.000,00
Sub-Total:	**R$ 3.000,00**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 1.477,40
06.002.12.361.0010.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 11.295,78
06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.250,00
06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00
06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 250,00
Sub-Total:	**R$ 17.773,18**

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.94.00.00.00|119000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 300,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.94.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 200,00
Sub-Total:	**R$ 500,00**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.1043.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 10.000,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.500,00
07.002.10.302.0009.1043.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 44.000,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 149/2019

07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 4.500,00
07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.94.00.00.00|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 500,00
07.002.10.302.0009.2059.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.94.00.00.00|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 2.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 27.630,00
07.002.10.303.0009.2055.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
07.002.10.301.0009.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 500,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.94.00.00.00|146000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.281,04
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.94.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 111.911,04

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 3.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2067.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 500,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.94.00.00.00|129000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.800,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.200,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.200,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 5.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.5.0.41.00.00.00|129000000 CONTRIBUICOES	R$ 500,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.94.00.00.00|129000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 300,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.200,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.94.00.00.00|129000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 300,00
	Sub-Total:R$ 12.000,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 3.000,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.122.0003.2073.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 149/2019

	Sub-Total:R$ 1.000,00
10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG	
10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 1.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 177.534,22

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Marco de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 140/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 140/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 535/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, proveniente de Tendencia de Excesso de Arrecadação de Convenio, de acordo com autorizado na Lei Muinicipal 535/2018, reforcando as seguintes dotacoes orcamentarias e suas fontes:

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 579.112,20

Sub-Total:R$ 579.112,20

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 343.176,96

Sub-Total:R$ 343.176,96

Total Parcial Suplementado: R$ 922.289,16

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 11 de Janeiro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 150/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 150/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 535/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 35.600,37

Sub-Total:R$ 35.600,37

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 17.640,00

Sub-Total:R$ 17.640,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 542,48

Sub-Total:R$ 542,48

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 3.516,29

Sub-Total:R$ 3.516,29

Total Parcial Suplementado: R$ 57.299,14

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 57.299,14

Sub-Total:R$ 57.299,14

Total Parcial Reduzido: R$ 57.299,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 150/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Marco de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 166/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.351,00
02.001.04.122.0003.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,01

Sub-Total:R$ 5.851,01

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.3001.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 61.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 49.450,00

Sub-Total:R$ 110.450,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.050,00

Sub-Total:R$ 1.050,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.400,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.755,00

Sub-Total:R$ 20.155,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 600,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.362,90
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 445,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 9.550,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.365,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.590,80

Sub-Total:R$ 31.913,70

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 592,90
06.001.12.122.0004.1021.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 810,00

Sub-Total:R$ 6.402,90

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.115,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|130061000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 14.545,00
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.840,00

Sub-Total:R$ 44.500,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|130061000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 42.103,93
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.475,00
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5,00

Sub-Total:R$ 48.583,93

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 18.023,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 700,00
07.002.10.302.0009.2060.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 30.000,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 990,00
07.002.10.122.0003.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.120,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 8.400,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.540,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 17.403,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 32.700,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 34.600,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,00

Sub-Total:R$ 148.376,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.405,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.656,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 6.161,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.060,00

Sub-Total:R$ 2.060,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.019,24

Sub-Total:R$ 9.019,24

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.380,00
12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.058,00

Sub-Total:R$ 9.438,00

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.25.752.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 132.178,58

Sub-Total:R$ 132.178,58

Total Parcial Suplementado: R$ 576.639,36

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2004.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.000,00
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 27.050,00
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 47.050,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 31.200,00

Sub-Total:R$ 31.200,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 530,00
02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

	Sub-Total:R$ 1.030,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0003.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.300,00
02.005.04.122.0003.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100,00
	Sub-Total:R$ 1.400,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 500,00
03.004.04.123.0004.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.000,00
03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 350,00
	Sub-Total:R$ 6.850,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 1.000,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0004.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
04.005.04.122.0004.1008.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.000,00
	Sub-Total:R$ 13.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 2.000,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
05.002.15.451.0015.1016.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.390,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.000,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 34.412,08
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6,73
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.446,15
05.002.26.122.0003.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
05.002.15.451.0015.1016.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.989,90
05.002.15.451.0015.2023.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
05.002.15.451.0015.2023.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.500,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 315,81

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

Sub-Total:R$ 89.560,67

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.15.451.0014.1015.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 19.500,00
05.005.15.451.0014.1014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00
05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 27.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.93.00.00.00|122000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 100,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|130061000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 659,45
06.001.12.122.0003.2025.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.650,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|125000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 340,55
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.530,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 250,00

Sub-Total:R$ 7.530,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.709,19
06.002.12.361.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.161,62
06.002.12.361.0010.2030.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 751,00
06.002.12.361.0010.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.893,98
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 13.000,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|130061000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
06.002.12.361.0010.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.000,82
06.002.12.361.0010.1023.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.000,00
06.002.12.361.0010.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
06.002.12.361.0010.1023.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.800,00
06.002.12.361.0010.1025.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 800,00
06.002.12.361.0010.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 900,00
06.002.12.361.0010.1025.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.400,00
06.002.12.361.0010.1025.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

Sub-Total:R$ 75.316,61

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 6.185,83
06.003.12.365.0010.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 160,00
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
06.003.12.365.0010.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
06.003.12.365.0010.2032.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 200,00
06.003.12.365.0010.1085.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 40,00
06.003.12.365.0010.1084.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 64,04
06.003.12.361.0010.1029.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
06.003.12.365.0010.1084.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30,00
06.003.12.365.0010.1084.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 120,00
06.003.12.361.0010.1028.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
06.003.12.361.0010.1029.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 444,39
06.003.12.365.0010.1085.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 120,00
06.003.12.365.0010.1085.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30,00
06.003.12.365.0010.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 843,32
06.003.12.365.0010.1085.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 150,00

Sub-Total:R$ 24.387,58

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.100,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 700,00
07.002.10.301.0009.1037.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 8.000,00
07.002.10.301.0009.1037.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.200,00
07.002.10.301.0009.2051.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 9.000,00
07.002.10.301.0009.2051.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.500,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.680,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.500,00
07.002.10.301.0009.2051.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.672,00
07.002.10.301.0009.1037.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.1043.3.3.9.0.39.00.00.00|147000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
07.002.10.302.0009.1043.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
07.002.10.303.0009.1041.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.1042.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.424,50
07.002.10.302.0009.1042.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
07.002.10.303.0009.2055.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 500,00
07.002.10.303.0009.1041.3.3.9.0.39.00.00.00|147000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
07.002.10.303.0009.2055.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
07.002.10.303.0009.2055.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00
07.002.10.122.0004.1035.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.600,00
07.002.10.301.0009.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.200,00
07.002.10.122.0004.1035.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 400,00
07.002.10.302.0009.1042.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 600,00
07.002.10.301.0009.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|147000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.400,00
07.002.10.301.0009.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.200,00
07.002.10.301.0009.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.200,00
07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
07.002.10.304.0009.2056.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00
07.002.10.304.0009.2056.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 300,00
07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.140,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
07.002.10.304.0009.2056.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

	Sub-Total:R$ 136.316,50

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 500,00
08.001.08.122.0003.2061.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 10.500,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.000,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUIuOES	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.41.00.00.00|129000000 CONTRIBUIuOES	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.162,50
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.162,50
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.852,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.000,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.41.00.00.00|129000000 CONTRIBUIuOES	R$ 750,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 32.148,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.050,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.480,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUIuOES	R$ 750,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.500,00
	Sub-Total:R$ 90.355,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.500,00
	Sub-Total:R$ 1.500,00

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.543.0008.1060.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.13.695.0019.1082.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 450,00
12.001.13.695.0019.1082.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.050,00
12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.823,00
12.001.04.122.0003.2075.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 320,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 166/2019

Sub-Total:R$ 7.643,00

Total Parcial Reduzido: R$ 576.639,36

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Maio de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 156/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 14.891,28
02.001.04.122.0003.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.100,00

Sub-Total:R$ 16.991,28

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 1.743,00

Sub-Total:R$ 1.743,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 350,00

Sub-Total:R$ 350,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 4.077,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 87.560,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 38.000,00

Sub-Total:R$ 129.637,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.740,00
05.002.15.451.0014.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 3.365,80
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.640,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 20.040,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 8.649,50

Sub-Total:R$ 44.435,30

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

05.003.26.782.0016.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.310,00

Sub-Total:R$ 1.310,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 170,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.657,36

Sub-Total:R$ 3.827,36

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 24.666,29
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 900,00

Sub-Total:R$ 25.566,29

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,01
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.600,00
07.002.10.301.0009.2053.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 400,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.100,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.92.00.00.00|146000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 1.500,00
07.002.10.302.0009.2060.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 40.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 15.320,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.479,17
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.92.00.00.00|102000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 12.500,00
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 107.194,16

Sub-Total:R$ 202.093,34

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.515,00

Sub-Total:R$ 2.515,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.520,00

Sub-Total:R$ 5.520,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.030,00

Sub-Total:R$ 1.030,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 12.300,00

Sub-Total:R$ 12.300,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 14.510,00
12.001.04.122.0003.2075.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 16.510,00

Total Parcial Suplementado: R$ 463.828,57

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.685,35

Sub-Total:R$ 30.685,35

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0003.2007.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 100,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 17.000,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0004.1004.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
03.004.04.123.0004.1004.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00
03.004.04.123.0004.1005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
03.004.04.123.0004.1004.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0004.1008.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
04.005.04.128.0003.2012.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.520,00
04.005.04.122.0004.2011.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.900,00
04.005.04.122.0004.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 0,31
04.005.04.122.0004.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
04.005.04.122.0004.1008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00
04.005.04.122.0004.1008.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.000,00
04.005.04.122.0004.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 49.420,31

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0017.1076.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.500,00
05.002.15.451.0017.1076.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 900,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.800,00
05.002.15.451.0017.1076.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.155,95
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.200,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.934,19
05.002.26.122.0003.2022.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 58.000,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 18.000,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
05.002.23.695.0019.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7,77
05.002.26.122.0003.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.800,00
05.002.23.695.0019.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 900,00

Sub-Total:R$ 117.897,91

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.17.512.0015.1077.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
05.005.15.451.0014.1015.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.950,00
05.005.15.451.0014.1015.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 42.050,00

Sub-Total:R$ 52.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2025.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.35.00.00.00|101000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 1.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 300,00
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.900,00
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 25.000,00
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 12.630,32
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 14.100,00

Sub-Total:R$ 53.930,32

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2032.3.3.9.0.36.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.925,00

Sub-Total:R$ 1.925,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 400,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 27.369,68
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.200,00
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 100,00

Sub-Total:R$ 34.869,68

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 5.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.32.00.00.00|143000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 1.300,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.32.00.00.00|129000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 250,00
~~08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.35.00.00.00|129000000 SERVICOS DE CONSULTORIA~~	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 6.500,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.32.00.00.00|129000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 5.200,00
~~08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.35.00.00.00|129000000 SERVICOS DE CONSULTORIA~~	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.36.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 156/2019

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 250,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 250,00
08.002.08.243.0006.2065.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
Sub-Total:	**R$ 23.500,00**

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.15.451.0014.2017.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 40.000,00
13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00
13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 62.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 463.828,57**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Abril de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 172/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 172/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 535/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.431,00

Sub-Total:R$ 2.431,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.891,00

Sub-Total:R$ 11.891,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 25.411,00

Sub-Total:R$ 25.411,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.040,00

Sub-Total:R$ 1.040,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.470,00

Sub-Total:R$ 14.470,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 22.132,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.224,31

Sub-Total:R$ 31.356,31

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 998,00

Sub-Total:R$ 998,00

Total Parcial Suplementado: R$ 87.597,31

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 172/2019

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2018, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,40
	Sub-Total:R$ 0,40

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,11
	Sub-Total:R$ 1,11

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 201,20
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,77
	Sub-Total:R$ 201,97

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 1.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 709,54
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.999,07
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.067,09
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,93
	Sub-Total:R$ 21.776,63

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 0,71
	Sub-Total:R$ 0,71

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.300,49
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 14.300,49

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 88,30
07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.602,40
07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 325,30
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 28.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 172/2019

	Sub-Total:R$ 31.016,00
08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 18.000,00
	Sub-Total:R$ 18.000,00
12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT	
12.001.27.812.0011.2077.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.300,00
	Sub-Total:R$ 2.300,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 87.597,31

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Maio de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 167/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 167/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 535/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 17.698,19

Sub-Total:R$ 17.698,19

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 11.875,00

Sub-Total:R$ 11.875,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 700,00

Sub-Total:R$ 700,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 16.808,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 6.943,00

Sub-Total:R$ 23.751,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.210,97

Sub-Total:R$ 1.210,97

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.122.0003.2073.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.031,00

Sub-Total:R$ 5.031,00

Total Parcial Suplementado: R$ 60.266,16

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal 535/2018, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 167/2019

05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 60.266,16

Sub-Total:R$ 60.266,16

Total Parcial Reduzido: R$ 60.266,16

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 02 de Maio de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 171/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 534/2018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art.1.º Fica aberto no Orcamento do Exercicio 2019, Credito Adicional Suplementar, oriundo de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes, adicionando recursos nas seguintes dotacoes orcamentarias e fontes / destinacao de recursos:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 830,00
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R$ 2.073,02

Sub-Total:R$ 2.903,02

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 899,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 780,00

Sub-Total:R$ 1.679,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.050,00

Sub-Total:R$ 1.050,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.910,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.47.00.00.00|100000000 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 900,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 89.240,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 10.800,00

Sub-Total:R$ 102.850,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.800,00
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 488,19
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.582,00
05.002.26.782.0017.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 489,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.736,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 20.262,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.083,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 21.176,79

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

	Sub-Total:R$ 55.616,98

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.100,00
	Sub-Total:R$ 10.100,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.960,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.92.00.00.00|101000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 71.135,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 593,00
	Sub-Total:R$ 88.688,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.690,77
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 42.165,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|130061000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 19.193,00
	Sub-Total:R$ 67.048,77

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 16.050,00
06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.860,00
	Sub-Total:R$ 19.910,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.580,00
07.002.10.122.0003.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 120,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 19.995,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 621,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.565,34
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 50,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.492,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.162,00
	Sub-Total:R$ 44.185,34

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.687,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 992,00
08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.600,00
08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00|143000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

Sub-Total:R$ 9.489,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.340,00

Sub-Total:R$ 1.340,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.718,00
12.001.27.813.0011.2078.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.820,00

Sub-Total:R$ 27.538,00

Total Parcial Suplementado: R$ 432.398,11

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 535/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.622,81
03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 6.122,81

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.820,00

Sub-Total:R$ 6.820,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 53,26
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 28.010,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 465,85
05.002.15.451.0017.1076.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.881,82
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.480,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

05.002.26.782.0017.1079.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30,00
05.002.26.782.0017.1079.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20,00
05.002.26.782.0017.1079.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 50,00
	Sub-Total:R$ 47.991,82

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 9.000,00
	Sub-Total:R$ 9.000,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.1023.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
06.002.12.361.0010.2029.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.526,19
	Sub-Total:R$ 6.026,19

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1,75
06.003.12.365.0010.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.814,17
06.003.12.365.0010.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.866,11
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 16.694,59
	Sub-Total:R$ 43.376,62

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.1037.3.3.9.0.39.00.00.00|147000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
07.002.10.301.0009.1037.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
07.002.10.301.0009.2053.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.500,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.750,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 116.403,00
07.002.10.302.0009.2059.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
07.002.10.302.0009.2059.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.009,33
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.800,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 18.482,24
	Sub-Total:R$ 186.944,57

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

08.001.08.122.0003.2061.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
08.001.08.122.0003.2061.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 650,00

Sub-Total:R$ 8.650,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
08.002.08.243.0006.2068.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 9.466,10
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 28.466,10

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.2070.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.500,00
09.002.20.608.0018.2070.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
09.002.20.608.0018.1057.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
09.002.20.608.0018.1057.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00
09.002.20.608.0018.2071.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 14.500,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.500,00

Sub-Total:R$ 6.500,00

10.002-DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FUNDIARIOS

10.002.21.122.0013.1063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.36.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 12.000,00
13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
13.001.15.451.0014.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00
13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 40.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 432.398,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: jeniceliaxaxim@hotmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 171/2019

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 03 de Junho de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA N.º 342/2019

PORTARIA N.º 342/2019, de 09 de setembro de 2019.

"Dispõe sobre a nomeação de membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização dos Contratos Públicos Municipais e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas no Artigo 70, incisos, VIII e XIII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear os servidores abaixo relacionados como fiscais de contrato para responder pela Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização dos Contratos Públicos do Poder Executivo Municipal de Alto Taquari – MT:

Gestor: ANA CECÍLIA VARGAS, Técnica Administrativa, matrícula 0012;

Fiscal Titular: DAVID BARBOSA DOS SANTOS, Técnico Administrativo, matrícula 0024;

Fiscal Substituta: KELLY CRISTINA KOCH, Fiscal de Tributos, matrícula 3947.

Artigo 2.º - As funções da Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais deverão estar em consonância com as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 12 de junho de 1993, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações; E em conformidade com as atribuições previstas no Decreto Municipal n.º 44/2016 de 15 de março de 2016.

Artigo 3.º - A qualquer tempo poderá ser nomeado fiscais, ou mesmo Comissões para gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos específicos, isentando assim da referida responsabilidade a presente comissão acima qualificada.

Parágrafo Único: A Comissão de Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, poderá a qualquer tempo, solicitar apoio técnico instrução de terceiro para análises ou mesmo avaliações no exercício de suas obrigações designadas;

Artigo 4.º - Na ausência do Gestor da presente comissão o fiscal titular poderá substituí-lo durante todo o tempo que durar a ausência;

Artigo 5.º - Esta Portaria revoga a Portaria n.º 320/2019, de 21 de agosto de 2019.

Artigo 6.º - Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 343/2019

De 09 de Setembro de 2019.

“Dispõe sobre a nomeação de agente municipal deDesenvolvimento do Município de Alto Taquari e dá outrasprovidencias.”

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições previstas da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 85-A da Lei Complementar nº

123/2005;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade administrativa

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora SIMONE FRAGA DE FREITAS COSTA,Diretora do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, Decreto nº 209/2019, CPF/MF451.820.949-49, para responder como AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOMUNICIPIO DE ALTO TAQUARI.

Parágrafo Único: Dentre as funções do AGENTE MUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, estão:

I. Fomentar a participação de MEI’s, ME’s e EPP’s nas aquisições municipais;

II. Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades deimplementação da Lei Geral da Micro e Pequena empresa;III. Identificar as lideranças locais nos setores públicos e privado e liderançascomunitárias que possam agir em conjunto com os agentes na realização dotrabalho;

IV. Manter diálogos constantes com o grupo de trabalho, liderançasidentificadas e micros e pequenos empresários do município;

V. Manter relatórios de todas as atividades realizadas.

Artigo 2º - Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.Publique-se.Cumpra-se.

Marco Aurélio JulienPrefeito Municipal

PORTARIA N.º 339/2019

PORTARIA N.º 339/2019, de 06 de setembro de 2019.

“Designa Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em Lei, e, tendo em vista o disposto nos Artigos 146 a 174 da Lei Complementar n.º 001/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **LEANDRO GONÇALVES RODRIGUES DA CUNHA**, matrícula funcional n.º 1464 - PRESIDENTE; **ROSÂNGELA CARVALHO DE OLIVEIRA SANTOS**, matrícula funcional n.º 86 - SECRETÁRIA; e, **NILSINEIA MUNDIM MORAES**, matrícula funcional n.º 1613 - MEMBRO, para sobre a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Inquérito Policial instaurado, em desfavor do servidor **EDVALDO FRANCISCO ROZA,** matrícula funcional n.º 1461, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE AGOSTO/2019 – RETIFICAÇÃO

Na publicação do extrato de contratos do mês de AGOSTO/2019, realizada na Edição 3.309 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XIV, no dia 09/09/2019, pág. 18, no Contrato Nº 059/2019, Parte: LIMA & CARVALHO LTDA - ME, onde se lê:valor: **R$ 7. 692,499** leia-se: valor: **R$ 6.626,70**, ratificando-se as demais informações nela contidas. PUBLIQUE-SE. Alto Taquari, 09 de setembro de 2019.

ERRATA DA LEI N.º 1062/2019

ERRATA DA LEI N.º 1062/2019, de 03 de Setembro de 2019. PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTA-

DO DE MATO GROSSO (DOE) EDIÇÃO N.º 3.306, DE 04/09/2019, PÁGINAS N.º 49/54.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RETIFICA:

Onde se lê: Lei n.º 1062/2019.

Leia-se: Lei n.º 1063/2019.

Onde se lê: Art. 24 – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo I desta Lei ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento de 2.020, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa orçamentária fixada, considerando-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da referida Lei.

Leia-se: Art. 24 – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo I desta Lei ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento de 2.020, até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa orçamentária fixada, considerando-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da referida Lei.

Onde se lê: Art. 16 – No exercício de 2020, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

a) - haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;

d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00.

Acrescenta-se: Art. 16-A – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1.º, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além de vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico.

I – No Poder Executivo:

a) recuperação de vencimentos em percentual máximo de até 2,00% (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar n.º 101/2000, para as despesas com pessoal;

b) criação dos cargos, embargos públicos, funções de confiança;

c) realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargos ou emprego público;

d) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério, em educação básica, quando de saldo dos 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do FUNDEB;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos de Instrução Normativa do TC/MT e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se releve a mais adequada face às características da necessidade da contratação;

f) criação de cargos e/ou empregos públicos para o atendimento de programas da União e do Estado.

II – No Poder Legislativo:

a) recuperação de vencimentos em percentual máximo de até 2,00% (dois pontos percentuais) acima dos índices inflacionários, desde que não ultrapasse o limite imposto pela Lei Complementar n.º 101/2000, para as despesas com pessoal;

b) criação dos cargos, empregos públicos, funções de confiança;

c) realização de concurso público de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público; d) designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilização de vagas; e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Instrução Normativa do TC/MT e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se releve a mais adequada face às características da necessidade da contratação. Parágrafo Único – As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos da art. 17 e 71 da Lei Complementar n.º 101/2000. Alto Taquari/MT, 06 de setembro de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 008/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – EDITAL RESUMIDO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 cujo objeto é a**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR REFORMA DO GINÁSIO RODRIGO BRIANCINI.** Abertura às **07h00min** (horário de Mato Grosso) do dia **30/09/2019**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 09 de setembro de 2019. Raimundo da Silva Carvalho - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 053/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 028/2019** no dia 20/09/2019 **às 08:00 (oito) horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO **MUNICÍPIO** DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-2227, ou e-mail licitacao@apiacas.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 278/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 às Servidoras:

Nome: (79) FRANCISCA LUCAS DA SILVA

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Classe/Nível: A - 07.

Nome: (86) MARIA JOSÉ ALMEIDA

Cargo Efetivo: (220) Cozinheira

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Classe/Nível: A - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 279/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços, conforme Art. 12; 13 e 14 da Lei Complementar nº 066/2011 à Servidora:

Nome: (81) JOCELI DUPIM CARVALHO

Cargo Efetivo: (264) Auxiliar de Enfermagem

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Classe/Nível: B - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00013, de 09 de Setembro de 2019.

MUNICÍPIO - APIACAS - MT

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ

Termo de Constatação e Intimação (ITR)

FABRICIO LOPES DA SILVA 011.713.281-09 9773/00153/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EDEMIR DELLA GIUSTINA Matrícula: 00001379

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

09/09/2019

24/09/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 272/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical: tempo de serviço, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 aos Servidores:

Nome: (200) ANTONIA LIMA DA CONCEIÇÃO

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (201) ANTONIEL MATIAS CASTRO

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (88) ARNALDO RODRIGUES DA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 273/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical: tempo de serviço, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 aos Servidores:

Nome: (203) DIOMAR DE SOUZA DOS SANTOS

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (204) ELIANE DA SILVA INFANTINO E SANTOS

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (206) FRANCISCA EVELMA COELHO FERREIRA

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 275/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical: tempo de serviço, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 às Servidoras:

Nome: (213) NOELI NIENDIKER ZIMMERMANN

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (214) ROSELI GONÇALVES

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (215) SELMA APARECIDA RAMIRES MARTINS DE ARRUDA

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 276/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical: tempo de serviço, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 ao Servidor:

Nome: (218) WILSON BORGES DA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 277/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 à Servidora:

Nome: (164) EUCIONE FERNANDES

Cargo Efetivo: (83) Técnica Administrativa Educacional

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: D - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 274/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical: tempo de serviço, conforme Art. 18 da Lei Complementar nº 014/2008 aos Servidores:

Nome: (209) LOURIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (210) LUCIA FERNANDES DOS SANTOS KRUEGER

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Nome: (211) MARISA ESPIGARES BENANTE

Cargo Efetivo: (204) Professora

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: C - 07.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 09 de Setembro de 2019.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	13.300.000,00
Previsão Atualizada	13.300.000,00
Receitas Realizadas	1.833.126,64
Déficit Orçamentário	657.778,36
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	13.300.000,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	13.300.000,00
Despesas Empenhadas	3.527.308,51
Despesas Liquidadas	2.490.905,00
Despesas Pagas	1.621.310,85
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.527.308,51
Despesas Liquidadas	2.490.905,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.621.614,86

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	139.100,45	0,00
Resultado Primário	0,00	139.100,45	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	949.926,42	0,00	237.860,69	712.065,73
Poder Executivo	949.926,42	0,00	237.860,69	712.065,73
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	949.926,42	0,00	237.860,69	712.065,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 0% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	805.837,17	0,00	43,62
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	206.212,43	60,00	271,77
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	171.077,30	670.739,29

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	481.157,38	15,00	26,04

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	329.000,00	329.000,00	30.196,07	9,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.000,00	60.000,00	263,90	0,44
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	200,00	0,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	12.151,53	13,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	102.000,00	102.000,00	17.158,00	16,82
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	18.000,00	18.000,00	422,64	2,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.842.000,00	9.842.000,00	1.817.321,78	18,46
Cota-Parte FPM	6.888.000,00	6.888.000,00	1.413.656,53	20,52
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	2.174,76	2,72
Cota-Parte IPVA	60.000,00	60.000,00	8.723,43	14,54
Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	392.767,06	14,03
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.171.000,00	10.171.000,00	1.847.517,85	18,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	618.300,00	618.300,00	53.571,61	8,66
Provenientes da União	522.100,00	522.100,00	46.871,61	8,98
Provenientes dos Estados	96.200,00	96.200,00	6.700,00	6,96
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.000,00	5.000,00	675,81	13,52
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	623.300,00	623.300,00	54.247,42	8,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES	2.180.500,00	2.283.921,70	856.668,26	37,51	504.122,93	22,07	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.048.000,00	1.047.000,00	270.402,74	25,83	270.402,74	25,83	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.132.500,00	1.236.921,70	586.265,52	47,40	233.720,19	18,90	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	147.000,00	147.000,00	3.580,00	2,44	3.580,00	2,44	0,00
Investimentos	147.000,00	147.000,00	3.580,00	2,44	3.580,00	2,44	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.327.500,00	2.430.921,70	860.248,26	35,39	507.702,93	20,89	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (h)	% (h/IVf) x	ATÉ BIMESTRE (i)	% (i/IVg) x	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	126.000,00	141.412,67	26.545,55	3,09	26.545,55	5,23	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	126.000,00	141.412,67	26.545,55	3,09	26.545,55	5,23	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	126.000,00	141.412,67	26.545,55	3,09	26.545,55	5,23	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.201.500,00	2.289.509,03	833.702,71	96,91	481.157,38	94,77	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(i) / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL	26,04

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]	204.029,70

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (l)	% (l/total) x 100	ATÉ BIMESTRE (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	1.959.500,00	2.047.921,70	767.587,90	89,23	445.149,49	87,68	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	182.000,00	55.913,16	6,50	25.806,24	5,08	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	25.000,00	21.732,88	2,53	21.732,88	4,28	0,00
Vigilância Sanitária	105.000,00	105.000,00	15.014,32	1,75	15.014,32	2,96	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.327.500,00	2.430.921,70	860.248,26	100,00	507.702,93	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A JUN (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.345.800,00	12.606.800,00	1.611.243,48	12,78	3.444.370,12	27,32	9.162.429,88
RECEITAS CORRENTES	11.835.800,00	11.835.800,00	1.603.743,48	13,55	3.433.120,12	29,01	8.402.679,88
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	386.500,00	386.500,00	37.136,81	9,61	82.373,18	21,31	304.126,82
Impostos	329.000,00	329.000,00	30.144,04	9,16	60.340,11	18,34	268.659,89
Taxas	56.500,00	56.500,00	6.992,77	12,38	22.033,07	39,00	34.466,93
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	475.200,00	475.200,00	4.053,09	0,85	12.353,90	2,60	462.846,10
Contribuições Sociais	445.200,00	445.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00	4.053,09	13,51	12.353,90	41,18	17.646,10
RECEITA PATRIMONIAL	29.400,00	29.400,00	1.277,95	4,35	2.879,11	9,79	26.520,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	29.400,00	29.400,00	1.277,95	4,35	2.870,98	9,77	26.529,02
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	-8,13
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	94.000,00	94.000,00	13.386,00	14,24	34.701,00	36,92	59.299,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	86.000,00	86.000,00	13.386,00	15,57	34.701,00	40,35	51.299,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.814.500,00	10.814.500,00	1.539.768,65	14,24	3.287.032,54	30,39	7.527.467,46
Transferências da União e de suas Entidades	6.831.100,00	6.831.100,00	978.022,78	14,32	2.179.121,31	31,90	4.651.978,69
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.483.400,00	3.483.400,00	494.587,19	14,20	964.874,73	27,70	2.518.525,27
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	450.000,00	450.000,00	67.158,68	14,92	143.036,50	31,79	306.963,50
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.200,00	36.200,00	8.120,98	22,43	13.780,39	38,07	22.419,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	36.100,00	36.100,00	8.120,98	22,50	13.780,39	38,17	22.319,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	510.000,00	771.000,00	7.500,00	0,97	11.250,00	1,46	759.750,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	450.000,00	711.000,00	7.500,00	1,05	11.250,00	1,58	699.750,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	511.000,00	7.500,00	1,47	11.250,00	2,20	499.750,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.611.243,48	11,88	3.444.370,12	25,40	10.116.629,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.611.243,48	11,88	3.444.370,12	25,40	10.116.629,88
DÉFICIT (VI)					907.402,02		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.611.243,48	11,88	4.351.772,14	32,09	10.116.629,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.465.100,00	12.717.857,62	1.702.997,01	5.023.448,84	7.694.408,78	1.716.451,95	4.000.500,27	8.717.357,35	3.144.470,50	0,00
DESPESAS CORRENTES	11.311.600,00	11.554.661,80	1.656.325,23	4.805.699,76	6.748.962,04	1.661.535,97	3.782.751,19	7.771.910,61	2.965.023,81	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.130.500,00	6.130.127,32	792.399,56	2.072.713,03	4.057.414,29	831.411,62	1.992.139,35	4.137.987,97	1.548.016,38	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.161.100,00	5.424.534,48	863.925,67	2.732.986,73	2.691.547,75	830.124,35	1.790.611,84	3.633.922,64	1.417.007,43	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	818.500,00	1.028.195,82	46.671,78	217.749,08	810.446,74	54.915,98	217.749,08	810.446,74	179.446,69	0,00
INVESTIMENTOS	598.300,00	807.995,82	2.459,00	113.810,72	694.185,10	2.459,00	113.810,72	694.185,10	75.508,33	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	220.200,00	220.200,00	44.212,78	103.938,36	116.261,64	52.456,98	103.938,36	116.261,64	103.938,36	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	335.000,00	135.000,00			135.000,00			135.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	843.142,38	144.415,19	351.271,87	491.870,51	144.415,19	351.271,87	491.870,51	62.181,05	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.847.412,20	5.374.720,71	8.186.279,29	1.860.867,14	4.351.772,14	9.209.227,86	3.206.651,55	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.847.412,20	5.374.720,71	8.186.279,29	1.860.867,14	4.351.772,14	9.209.227,86	3.206.651,55	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.847.412,20	5.374.720,71		1.860.867,14	4.351.772,14		3.206.651,55	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
RECEITAS CORRENTES	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Sociais	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR		BIMESTRE	JAN A ABR			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	843.142,38	144.415,19	351.271,87	491.870,51	144.415,19	351.271,87	491.870,51	62.181,05	0,00
DESPESAS CORRENTES	834.900,00	843.142,38	144.415,19	351.271,87	491.870,51	144.415,19	351.271,87	491.870,51	62.181,05	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	834.900,00	843.142,38	144.415,19	351.271,87	491.870,51	144.415,19	351.271,87	491.870,51	62.181,05	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.465.100,00	12.717.857,62	1.702.997,01	5.023.448,84	93,46	7.694.408,78	1.716.451,95	4.000.500,27	91,93	8.717.357,35	0,00
Legislativa	663.000,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00
Ação Legislativa	663.000,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00
Judiciária	130.000,00	130.000,00	8.743,12	104.516,92	1,94	25.483,08	40.713,97	48.695,12	1,12	81.304,88	0,00
Ação Judiciária	130.000,00	130.000,00	8.743,12	104.516,92	1,94	25.483,08	40.713,97	48.695,12	1,12	81.304,88	0,00
Administração	2.519.200,00	2.501.343,96	512.408,63	1.467.941,43	27,31	1.033.402,53	461.518,00	1.106.018,37	25,42	1.395.325,59	0,00
Administração Geral	2.312.200,00	2.298.212,09	487.316,88	1.381.652,99	25,71	916.559,10	436.426,25	1.019.729,93	23,43	1.278.482,16	0,00
Administração Financeira	192.000,00	188.131,87	25.091,75	86.288,44	1,61	101.843,43	25.091,75	86.288,44	1,98	101.843,43	0,00
Administração de Receitas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Segurança Pública	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Policiamento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Assistência Social	877.000,00	914.296,91	178.198,14	321.228,14	5,98	593.068,77	120.329,07	240.194,82	5,52	674.102,09	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	119.000,00	119.000,00	18.670,40	39.777,39	0,74	79.222,61	19.162,36	39.452,67	0,91	79.547,33	0,00
Assistência Comunitária	758.000,00	795.296,91	159.527,74	281.450,75	5,24	513.846,16	101.166,71	200.742,15	4,61	594.554,76	0,00
Previdência Social	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Saúde	2.166.500,00	2.244.948,68	339.951,73	1.155.940,46	21,51	1.089.008,22	401.895,69	865.339,09	19,88	1.379.609,59	0,00
Atenção Básica	1.808.500,00	1.883.454,92	306.460,88	1.031.835,97	19,20	851.618,95	362.340,79	765.277,47	17,59	1.118.177,45	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	172.000,00	15.270,00	71.183,16	1,32	100.816,84	21.334,05	47.140,29	1,08	124.859,71	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	31.493,76	4.787,52	26.520,40	0,49	4.973,36	4.787,52	26.520,40	0,61	4.973,36	0,00
Vigilância Sanitária	95.000,00	95.000,00	13.433,33	26.400,93	0,49	68.599,07	13.433,33	26.400,93	0,61	68.599,07	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Trabalho	91.300,00	99.700,00	-3.122,42	96.577,58	1,80	3.122,42	15.168,57	33.202,02	0,76	66.497,98	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	91.300,00	99.700,00	-3.122,42	96.577,58	1,80	3.122,42	15.168,57	33.202,02	0,76	66.497,98	0,00
Educação	1.990.500,00	1.979.198,26	312.729,27	800.069,35	14,89	1.179.128,91	337.473,52	784.323,65	18,02	1.194.874,61	0,00
Atenção Básica	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	10.000,00	10.000,00	5.440,49	7.034,73	0,13	2.965,27	5.440,49	7.034,73	0,16	2.965,27	0,00
Ensino Fundamental	1.820.500,00	1.839.819,21	304.284,60	790.030,44	14,70	1.049.788,77	331.024,85	776.280,74	17,84	1.063.538,47	0,00
Educação Infantil	155.000,00	124.379,05	3.004,18	3.004,18	0,06	121.374,87	1.008,18	1.008,18	0,02	123.370,87	0,00
Cultura	32.000,00	45.088,00	0,00	15.184,14	0,28	29.903,86	1.996,00	6.202,14	0,14	38.885,86	0,00
Difusão Cultural	32.000,00	45.088,00	0,00	15.184,14	0,28	29.903,86	1.996,00	6.202,14	0,14	38.885,86	0,00
Urbanismo	1.285.000,00	1.387.677,97	241.144,44	667.140,37	12,41	720.537,60	210.850,83	539.638,61	12,40	848.039,36	0,00
Infra-Estrutura Urbana	124.000,00	135.445,54	1.120,00	61.117,28	1,14	74.328,26	1.120,00	56.208,13	1,29	79.237,41	0,00
Serviços Urbanos	1.161.000,00	1.252.232,43	240.024,44	606.023,09	11,28	646.209,34	209.730,83	483.430,48	11,11	768.801,95	0,00
Habitação	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	267.000,00	274.109,87	11.266,00	55.246,78	1,03	218.863,09	16.584,00	37.282,78	0,86	236.827,09	0,00
Saneamento Básico Urbano	267.000,00	274.109,87	11.266,00	55.246,78	1,03	218.863,09	16.584,00	37.282,78	0,86	236.827,09	0,00
Gestão Ambiental	8.000,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00	5.280,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00	5.280,00	0,00	0,00	0,00	5.280,00	0,00
Agricultura	146.000,00	355.927,23	6.456,00	7.410,00	0,14	348.517,23	6.456,00	7.410,00	0,17	348.517,23	0,00
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	7.294,44	5.856,00	6.810,00	0,13	484,44	5.856,00	6.810,00	0,16	484,44	0,00
Promoção da Produção Animal	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Abastecimento	29.000,00	280.140,00	0,00	0,00	0,00	280.140,00	0,00	0,00	0,00	280.140,00	0,00
Extensão Rural	105.000,00	65.492,79	600,00	600,00	0,01	64.892,79	600,00	600,00	0,01	64.892,79	0,00
Comércio e Serviços	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	65.000,00	48.156,00	0,00	12.778,80	0,24	35.377,20	0,00	12.778,80	0,29	35.377,20	0,00
Energia Elétrica	65.000,00	48.156,00	0,00	12.778,80	0,24	35.377,20	0,00	12.778,80	0,29	35.377,20	0,00
Transporte	238.000,00	303.785,60	40.612,31	197.044,60	3,67	106.741,00	40.612,31	197.044,60	4,53	106.741,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	218.000,00	283.785,60	40.612,31	197.044,60	3,67	86.741,00	40.612,31	197.044,60	4,53	86.741,00	0,00
Desporto e Lazer	116.000,00	127.397,01	10.397,01	18.431,91	0,34	108.965,10	10.397,01	18.431,91	0,42	108.965,10	0,00
Turismo	105.000,00	105.000,00	0,00	34,90	0,00	104.965,10	0,00	34,90	0,00	104.965,10	0,00
Desporto Comunitário	11.000,00	22.397,01	10.397,01	18.397,01	0,34	4.000,00	10.397,01	18.397,01	0,42	4.000,00	0,00
Encargos Especiais	240.000,00	220.000,00	44.212,78	103.938,36	1,93	116.061,64	52.456,98	103.938,36	2,39	116.061,64	0,00
Serviço da Dívida Interna	240.000,00	220.000,00	44.212,78	103.938,36	1,93	116.061,64	52.456,98	103.938,36	2,39	116.061,64	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	834.900,00	843.142,38	144.415,19	351.271,87	6,54	491.870,51	144.415,19	351.271,87	8,07	491.870,51	0,00
Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Ação Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Administração	166.500,00	168.398,11	33.227,53	82.730,15	1,54	85.667,96	33.227,53	82.730,15	1,90	85.667,96	0,00
Administração Geral	136.500,00	138.398,11	26.358,33	65.507,26	1,22	72.890,85	26.358,33	65.507,26	1,51	72.890,85	0,00
Administração Financeira	30.000,00	30.000,00	6.869,20	17.222,89	0,32	12.777,11	6.869,20	17.222,89	0,40	12.777,11	0,00
Assistência Social	36.000,00	36.000,00	5.071,98	10.017,10	0,19	25.982,90	5.071,98	10.017,10	0,23	25.982,90	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	5.071,98	10.017,10	0,19	24.982,90	5.071,98	10.017,10	0,23	24.982,90	0,00
Previdência Social	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Saúde	161.000,00	161.000,00	29.455,33	73.714,86	1,37	87.285,14	29.455,33	73.714,86	1,69	87.285,14	0,00
Atenção Básica	151.000,00	151.000,00	27.408,61	69.621,42	1,30	81.378,58	27.408,61	69.621,42	1,60	81.378,58	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	2.046,72	4.093,44	0,08	5.906,56	2.046,72	4.093,44	0,09	5.906,56	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A ABR	%		BIMESTRE	JAN A ABR	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Educação	289.000,00	295.344,27	54.187,23	127.770,12	2,38	167.574,15	54.187,23	127.770,12	2,94	167.574,15	0,00
Ensino Fundamental	286.000,00	292.344,27	54.187,23	127.770,12	2,38	164.574,15	54.187,23	127.770,12	2,94	164.574,15	0,00
Educação Infantil	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Urbanismo	120.000,00	120.000,00	21.993,18	55.849,53	1,04	64.150,47	21.993,18	55.849,53	1,28	64.150,47	0,00
Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	21.993,18	55.849,53	1,04	64.150,47	21.993,18	55.849,53	1,28	64.150,47	0,00
Saneamento	3.000,00	3.000,00	479,94	1.190,11	0,02	1.809,89	479,94	1.190,11	0,03	1.809,89	0,00
Saneamento Básico Urbano	3.000,00	3.000,00	479,94	1.190,11	0,02	1.809,89	479,94	1.190,11	0,03	1.809,89	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.847.412,20	5.374.720,71	100,00	8.186.279,29	1.860.867,14	4.351.772,14	100,00	9.209.227,86	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 06/09/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.091.382,22	892.988,66	1.114.743,09	966.318,04	793.376,74	1.045.189,43	1.134.644,88	1.923.967,95	1.056.519,86	1.135.732,99	936.755,56	958.338,20	13.049.957,62	13.705.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.014,53	23.845,14	26.653,25	25.843,49	35.001,28	37.311,13	20.818,75	52.633,61	15.508,16	29.728,21	19.684,13	17.452,68	318.494,36	386.500,00
IPTU	606,35	334,22	627,48	2.094,65	8.664,29	7.665,92	619,27	592,73	122,02	564,52	174,91	628,90	22.695,26	77.000,00
ISS	3.197,74	6.197,94	6.874,21	4.591,49	4.184,52	5.394,75	5.562,98	8.330,16	5.330,08	6.821,45	8.630,55	4.752,56	69.868,43	96.000,00
ITBI	0,00	246,57	1.267,35	150,50	7.962,25	225,75	116,11	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	10.168,53	50.000,00
IRRF	7.684,42	5.821,71	10.633,69	8.720,53	5.943,53	7.259,26	7.621,75	37.998,17	6.829,86	10.328,14	7.306,33	8.650,79	124.798,18	106.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	2.526,02	11.244,70	7.250,52	10.286,32	8.246,69	16.765,45	6.898,64	5.712,55	3.226,20	11.814,10	3.572,34	3.420,43	90.963,96	57.500,00
Contribuições	1.753,39	3.062,38	1.324,26	6.049,88	2.425,20	0,00	2.492,40	461.273,16	4.267,01	4.033,80	2.150,57	1.902,52	490.734,57	475.200,00
Receita Patrimonial	1.854,68	1.598,33	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	887,53	713,63	598,81	679,14	11.883,99	29.400,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.854,68	1.598,33	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	879,40	713,63	598,81	679,14	11.875,86	29.400,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.735,00	4.132,00	5.788,00	15.284,00	8.410,01	6.931,02	3.944,00	3.205,00	5.383,00	15.932,00	7.724,00	5.662,00	88.130,03	94.000,00
Transferências Correntes	1.066.215,81	859.044,55	1.075.746,82	915.215,99	742.411,05	998.080,85	1.104.527,88	1.389.307,86	1.027.321,39	1.082.818,71	903.847,39	927.271,54	12.091.809,84	12.684.500,00
Cota Parte do FPM	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	553.852,26	540.343,84	7.266.624,44	7.538.000,00
Cota Parte do ICMS	208.769,03	143.128,05	227.453,93	193.950,06	165.854,68	273.815,03	190.580,53	187.222,56	212.699,00	180.068,06	169.872,01	185.724,46	2.339.137,40	2.800.000,00
Cota Parte do IPVA	3.797,15	1.843,57	2.888,95	1.362,26	336,33	1.205,94	1.556,21	1.074,97	4.382,73	4.340,70	4.827,61	4.487,80	32.104,22	60.000,00
Cota Parte do ITR	0,00	26,32	218,01	0,00	10.033,94	84.086,21	19.715,39	7.726,56	2.072,59	102,17	0,00	30,50	124.011,69	80.000,00
Transferências da LC 87/1996	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	0,00	0,00	0,00	0,00	5.462,48	14.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	43.078,75	32.427,56	40.760,05	37.016,42	30.958,61	49.601,61	36.838,23	38.619,05	39.725,02	36.152,80	32.257,42	34.901,26	452.336,78	450.000,00
Outras Transferências Correntes	174.099,24	85.550,23	117.883,96	172.066,59	149.798,32	151.619,88	306.143,60	193.208,74	94.494,86	122.445,64	143.038,09	161.783,68	1.872.132,83	1.742.500,00
Outras Receitas Correntes	1.808,81	1.306,26	4.037,33	2.989,10	4.403,76	2.073,28	2.106,18	16.399,72	3.152,77	2.506,64	2.750,66	5.370,32	48.904,83	36.200,00
DEDUÇÕES (II)	169.524,10	147.986,16	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	631.066,90	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	2.293.925,23	2.315.300,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	445.200,00
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	169.524,10	147.986,16	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	173.511,58	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	1.836.369,91	1.870.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	921.858,12	745.002,50	987.856,22	825.392,79	681.290,52	886.062,96	982.548,11	1.292.901,05	878.241,57	951.135,07	791.256,58	812.486,90	10.756.032,39	11.390.500,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.292,29	228.344,91	181.375,00	0,00	68.262,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.262,20
02	GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	8.972,88	0,00	737,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737,82
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	8.972,88	0,00	737,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737,82
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	31.030,26	0,00	40.597,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.597,05
0303	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	31.030,26	0,00	40.597,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.597,05
04	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0404	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	13.531,30	0,00	2.990,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,66
0505	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	13.531,30	0,00	2.990,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,66
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
0606	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
07	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	9.306,25	0,00	5.316,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.316,96
0707	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	9.306,25	0,00	5.316,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.316,96
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	31.091,62	0,00	7.958,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.958,80
0808	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	31.091,62	0,00	7.958,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.958,80
09	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
0909	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1111	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1212	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.271,49	0,00	815,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,54
1313	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.271,49	0,00	815,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,54
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	700.289,22	56.485,69	0,00	643.803,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.803,53
02	GABINETE DO PREFEITO	0,00	49.544,83	4.170,36	0,00	45.374,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.374,47
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	52.256,77	5.485,44	0,00	46.771,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.771,33
04	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	28.831,71	2.524,91	0,00	26.306,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.306,80
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	260.236,40	27.431,86	0,00	232.804,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.804,54
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	136.938,17	0,00	0,00	136.938,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.938,17
07	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	29.762,74	3.224,78	0,00	26.537,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.537,96
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	0,00	121.561,85	12.828,41	0,00	108.733,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.733,44
09	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	7.983,76	0,00	0,00	7.983,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.983,76
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	2.830,15	230,23	0,00	2.599,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.599,92
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.010,22	0,00	0,00	1.010,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,22
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	1.278,64	0,00	0,00	1.278,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.278,64

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

13	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	8.053,98	589,70	0,00	7.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.464,28
	TOTAL (III) = (I + II)	21.292,29	928.634,13	237.860,69	0,00	712.065,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	712.065,73

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Fev/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	11.835.800,00	1.829.376,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	386.500,00	45.236,37
IPTU	77.000,00	686,54
ISS	96.000,00	12.151,53
ITBI	50.000,00	200,00
IRRF	106.000,00	17.158,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.500,00	15.040,30
Contribuições	475.200,00	8.300,81
Receita Patrimonial	29.400,00	1.601,16
Aplicações Financeiras (II)	29.400,00	1.593,03
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	8,13
Transferências Correntes	10.814.500,00	1.747.263,89
Cota Parte do FPM	6.138.000,00	1.130.925,29
Cota Parte do ICMS	2.360.000,00	314.801,68
Cota Parte do IPVA	48.000,00	6.978,78
Cota Parte do ITR	64.000,00	1.739,82
Transferências da LC 87/1996	12.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	450.000,00	75.877,82
Outras Transferências Correntes	1.742.500,00	216.940,50
Demais Receitas Correntes	130.200,00	26.974,41
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	130.200,00	26.974,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	11.806.400,00	1.827.783,61
RECEITAS DE CAPITAL (V)	510.000,00	3.750,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	60.000,00	0,00
Transferências de Capital	450.000,00	3.750,00
Convênios	400.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	50.000,00	3.750,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	510.000,00	3.750,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	12.316.400,00	1.831.533,61

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	11.454.207,27	3.149.374,53	2.121.215,22	1.453.457,96	181.375,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.129.500,00	1.280.313,47	1.160.727,73	762.666,21	13.453,42	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.304.707,27	1.869.061,06	960.487,49	690.791,75	167.921,58	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	11.434.207,27	3.149.374,53	2.121.215,22	1.453.457,96	181.375,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	841.816,59	171.077,30	162.833,10	109.081,58	0,00	0,00	0,00
Investimentos	621.616,59	111.351,72	111.351,72	57.600,20	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	220.200,00	59.725,58	51.481,38	51.481,38	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	621.616,59	111.351,72	111.351,72	57.600,20	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	169.001,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	12.224.825,29	3.260.726,25	2.232.566,94	1.511.058,16	181.375,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							139.100,45

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Fev/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	139.100,45

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Fev/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	948.177,94	66.513,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Fev/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	881.664,22
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-881.664,22
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-881.664,22

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.028.195,82	217.749,08	810.446,74
Investimentos	807.995,82	113.810,72	694.185,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	220.200,00	103.938,36	116.261,64
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.028.195,82	217.749,08	810.446,74
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	1.028.195,82 <(d - a)>	217.749,08 <(e - b)>	810.446,74 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	841.816,59	171.077,30	670.739,29
Investimentos	621.616,59	111.351,72	510.264,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	220.200,00	59.725,58	160.474,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	841.816,59	171.077,30	670.739,29
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	841.816,59 <(d - a)>	171.077,30 <(e - b)>	670.739,29 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	13.300.000,00
Previsão Atualizada	13.561.000,00
Receitas Realizadas	5.119.119,92
Déficit Orçamentário	1.048.775,32
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	13.300.000,00
Créditos Adicionais	261.000,00
Dotação Atualizada	13.561.000,00
Despesas Empenhadas	7.051.881,68
Despesas Liquidadas	6.167.895,24
Despesas Pagas	4.862.337,92
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	7.051.881,68
Despesas Liquidadas	6.167.895,24

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.756.421,57

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	348.463,70	0,00
Resultado Primário	0,00	348.463,70	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	949.926,42	0,00	253.099,32	696.827,10
Poder Executivo	949.926,42	0,00	253.099,32	696.827,10
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	949.926,42	0,00	253.099,32	696.827,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 0% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.971.774,16	0,00	39,80
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	547.179,62	60,00	262,61
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	269.438,34	641.805,79

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.317.451,23	15,00	26,59

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAR/2018 A FEV/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	759.002,34	975.437,10	1.091.382,22	892.988,66	1.114.743,09	966.318,04	793.376,74	1.045.189,43	1.134.644,88	1.923.967,95	1.056.519,86	1.135.732,99	12.889.303,30	13.705.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.471,19	11.700,56	14.014,53	23.845,14	26.653,25	25.843,49	35.001,28	37.311,13	20.818,75	52.633,61	15.508,16	29.728,21	303.529,30	386.500,00
IPTU	0,00	0,00	606,35	334,22	627,48	2.094,65	8.664,29	7.665,92	619,27	592,73	122,02	564,52	21.891,45	77.000,00
ISS	3.873,26	4.747,13	3.197,74	6.197,94	6.874,21	4.591,49	4.184,52	5.394,75	5.562,98	8.330,16	5.330,08	6.821,45	65.105,71	96.000,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	246,57	1.267,35	150,50	7.962,25	225,75	116,11	0,00	0,00	200,00	10.168,53	50.000,00
IRRF	6.597,93	6.736,73	7.684,42	5.821,71	10.633,69	8.720,53	5.943,53	7.259,26	7.621,75	37.998,17	6.829,86	10.328,14	122.175,72	106.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	0,00	216,70	2.526,02	11.244,70	7.250,52	10.286,32	8.246,69	16.765,45	6.898,64	5.712,55	3.226,20	11.814,10	84.187,89	57.500,00
Contribuições	1.354,15	1.355,82	1.753,39	3.062,38	1.324,26	6.049,88	2.425,20	0,00	2.492,40	461.273,16	4.267,01	4.033,80	489.391,45	475.200,00
Receita Patrimonial	2.058,46	2.005,20	1.854,68	1.598,33	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	887,53	713,63	14.669,70	29.400,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.058,46	2.005,20	1.854,68	1.598,33	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	879,40	713,63	14.661,57	29.400,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	8,13	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.403,00	4.319,00	5.735,00	4.132,00	5.788,00	15.284,00	8.410,01	6.931,02	3.944,00	3.205,00	5.383,00	15.932,00	83.466,03	94.000,00
Transferências Correntes	734.700,18	952.973,41	1.066.215,81	859.044,55	1.075.746,82	915.215,99	742.411,05	998.080,85	1.104.527,88	1.389.307,86	1.027.321,39	1.082.818,71	11.948.364,50	12.684.500,00
Cota Parte do FPM	494.114,29	587.533,46	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	7.254.076,09	7.538.000,00
Cota Parte do ICMS	95.709,90	143.317,44	208.769,03	143.128,05	227.453,93	193.950,06	165.854,68	273.815,03	190.580,53	187.222,56	212.699,00	180.068,06	2.222.568,27	2.800.000,00
Cota Parte do IPVA	1.851,12	6.497,07	3.797,15	1.843,57	2.888,95	1.362,26	336,33	1.205,94	1.556,21	1.074,97	4.382,73	4.340,70	31.137,00	60.000,00
Cota Parte do ITR	755,27	0,00	0,00	26,32	218,01	0,00	10.033,94	84.086,21	19.715,39	7.726,56	2.072,59	102,17	124.736,46	80.000,00
Transferências da LC 87/1996	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	0,00	0,00	6.828,10	14.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	33.771,73	31.571,61	43.078,75	32.427,56	40.760,05	37.016,42	30.958,61	49.601,61	36.838,23	38.619,05	39.725,02	36.152,80	450.521,44	450.000,00
Outras Transferências Correntes	107.815,06	183.371,02	174.099,24	85.550,23	117.883,96	172.066,59	149.798,32	151.619,88	306.143,60	193.208,74	94.494,86	122.445,64	1.858.497,14	1.742.500,00
Outras Receitas Correntes	6.015,36	3.083,11	1.808,81	1.306,26	4.037,33	2.989,10	4.403,76	2.073,28	2.106,18	16.399,72	3.152,77	2.506,64	49.882,32	36.200,00
DEDUÇÕES (II)	131.645,16	133.468,33	169.524,10	147.986,16	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	631.066,90	178.278,29	184.597,92	2.267.688,44	2.315.300,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	0,00	0,00	457.555,32	445.200,00
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	131.645,16	133.468,33	169.524,10	147.986,16	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	173.511,58	178.278,29	184.597,92	1.810.133,12	1.870.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	627.357,18	841.968,77	921.858,12	745.002,50	987.856,22	825.392,79	681.290,52	886.062,96	982.548,11	1.292.901,05	878.241,57	951.135,07	10.621.614,86	11.390.500,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.465.100,00	12.465.025,29	3.320.451,83	3.320.451,83	94,14	9.144.573,46	2.284.048,32	2.284.048,32	91,70	10.180.976,97	0,00
Legislativa	663.000,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00
Ação Legislativa	663.000,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00	0,00
Judiciária	130.000,00	130.000,00	95.773,80	95.773,80	2,72	34.226,20	7.981,15	7.981,15	0,32	122.018,85	0,00
Ação Judiciária	130.000,00	130.000,00	95.773,80	95.773,80	2,72	34.226,20	7.981,15	7.981,15	0,32	122.018,85	0,00
Administração	2.519.200,00	2.529.550,03	955.532,80	955.532,80	27,09	1.574.017,23	644.500,37	644.500,37	25,87	1.885.049,66	0,00
Administração Geral	2.312.200,00	2.326.418,16	894.336,11	894.336,11	25,35	1.432.082,05	583.303,68	583.303,68	23,42	1.743.114,48	0,00
Administração Financeira	192.000,00	188.131,87	61.196,69	61.196,69	1,73	126.935,18	61.196,69	61.196,69	2,46	126.935,18	0,00
Administração de Receitas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Segurança Pública	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Policiamento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Assistência Social	877.000,00	877.000,00	143.030,00	143.030,00	4,05	733.970,00	119.865,75	119.865,75	4,81	757.134,25	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	119.000,00	119.000,00	21.106,99	21.106,99	0,60	97.893,01	20.290,31	20.290,31	0,81	98.709,69	0,00
Assistência Comunitária	758.000,00	758.000,00	121.923,01	121.923,01	3,46	636.076,99	99.575,44	99.575,44	4,00	658.424,56	0,00
Previdência Social	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Saúde	2.166.500,00	2.269.921,70	815.988,73	815.988,73	23,13	1.453.932,97	463.443,40	463.443,40	18,61	1.806.478,30	0,00
Atenção Básica	1.808.500,00	1.896.921,70	725.375,09	725.375,09	20,56	1.171.546,61	402.936,68	402.936,68	16,18	1.493.985,02	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	182.000,00	55.913,16	55.913,16	1,59	126.086,84	25.806,24	25.806,24	1,04	156.193,76	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	25.000,00	21.732,88	21.732,88	0,62	3.267,12	21.732,88	21.732,88	0,87	3.267,12	0,00
Vigilância Sanitária	95.000,00	95.000,00	12.967,60	12.967,60	0,37	82.032,40	12.967,60	12.967,60	0,52	82.032,40	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Trabalho	91.300,00	99.700,00	99.700,00	99.700,00	2,83	0,00	18.033,45	18.033,45	0,72	81.666,55	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	91.300,00	99.700,00	99.700,00	99.700,00	2,83	0,00	18.033,45	18.033,45	0,72	81.666,55	0,00
Educação	1.990.500,00	1.990.500,00	487.340,08	487.340,08	13,82	1.503.159,92	446.850,13	446.850,13	17,94	1.543.649,87	0,00
Atenção Básica	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	10.000,00	10.000,00	1.594,24	1.594,24	0,05	8.405,76	1.594,24	1.594,24	0,06	8.405,76	0,00
Ensino Fundamental	1.820.500,00	1.820.500,00	485.745,84	485.745,84	13,77	1.334.754,16	445.255,89	445.255,89	17,88	1.375.244,11	0,00
Educação Infantil	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00	0,00
Cultura	32.000,00	45.088,00	15.184,14	15.184,14	0,43	29.903,86	4.206,14	4.206,14	0,17	40.881,86	0,00
Difusão Cultural	32.000,00	45.088,00	15.184,14	15.184,14	0,43	29.903,86	4.206,14	4.206,14	0,17	40.881,86	0,00
Urbanismo	1.285.000,00	1.306.097,41	425.995,93	425.995,93	12,08	880.101,48	328.787,78	328.787,78	13,20	977.309,63	0,00
Infra-Estrutura Urbana	124.000,00	145.097,41	59.997,28	59.997,28	1,70	85.100,13	55.088,13	55.088,13	2,21	90.009,28	0,00
Serviços Urbanos	1.161.000,00	1.161.000,00	365.998,65	365.998,65	10,38	795.001,35	273.699,65	273.699,65	10,99	887.300,35	0,00
Habitação	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	267.000,00	277.180,00	43.980,78	43.980,78	1,25	233.199,22	20.698,78	20.698,78	0,83	256.481,22	0,00
Saneamento Básico Urbano	267.000,00	277.180,00	43.980,78	43.980,78	1,25	233.199,22	20.698,78	20.698,78	0,83	256.481,22	0,00
Gestão Ambiental	8.000,00	6.280,00	0,00	0,00	0,00	6.280,00	0,00	0,00	0,00	6.280,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	6.280,00	0,00	0,00	0,00	6.280,00	0,00	0,00	0,00	6.280,00	0,00
Agricultura	146.000,00	132.316,00	954,00	954,00	0,03	131.362,00	954,00	954,00	0,04	131.362,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	9.000,00	954,00	954,00	0,03	8.046,00	954,00	954,00	0,04	8.046,00	0,00
Promoção da Produção Animal	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Abastecimento	29.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00
Extensão Rural	105.000,00	97.316,00	0,00	0,00	0,00	97.316,00	0,00	0,00	0,00	97.316,00	0,00
Comércio e Serviços	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	65.000,00	55.000,00	12.778,80	12.778,80	0,36	42.221,20	12.778,80	12.778,80	0,51	42.221,20	0,00
Energia Elétrica	65.000,00	55.000,00	12.778,80	12.778,80	0,36	42.221,20	12.778,80	12.778,80	0,51	42.221,20	0,00
Transporte	238.000,00	269.442,59	156.432,29	156.432,29	4,43	113.010,30	156.432,29	156.432,29	6,28	113.010,30	0,00
Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	218.000,00	249.442,59	156.432,29	156.432,29	4,43	93.010,30	156.432,29	156.432,29	6,28	93.010,30	0,00
Desporto e Lazer	116.000,00	122.000,00	8.034,90	8.034,90	0,23	113.965,10	8.034,90	8.034,90	0,32	113.965,10	0,00
Turismo	105.000,00	105.000,00	34,90	34,90	0,00	104.965,10	34,90	34,90	0,00	104.965,10	0,00
Desporto Comunitário	11.000,00	17.000,00	8.000,00	8.000,00	0,23	9.000,00	8.000,00	8.000,00	0,32	9.000,00	0,00
Encargos Especiais	240.000,00	240.000,00	59.725,58	59.725,58	1,69	180.274,42	51.481,38	51.481,38	2,07	188.518,62	0,00
Serviço da Dívida Interna	240.000,00	240.000,00	59.725,58	59.725,58	1,69	180.274,42	51.481,38	51.481,38	2,07	188.518,62	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	169.001,43	0,00	0,00	0,00	169.001,43	0,00	0,00	0,00	169.001,43	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	169.001,43	0,00	0,00	0,00	169.001,43	0,00	0,00	0,00	169.001,43	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	834.900,00	834.974,71	206.856,68	206.856,68	5,86	628.118,03	206.856,68	206.856,68	8,30	628.118,03	0,00
Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Ação Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Administração	166.500,00	166.574,71	49.502,62	49.502,62	1,40	117.072,09	49.502,62	49.502,62	1,99	117.072,09	0,00
Administração Geral	136.500,00	136.574,71	39.148,93	39.148,93	1,11	97.425,78	39.148,93	39.148,93	1,57	97.425,78	0,00
Administração Financeira	30.000,00	30.000,00	10.353,69	10.353,69	0,29	19.646,31	10.353,69	10.353,69	0,42	19.646,31	0,00
Assistência Social	36.000,00	36.000,00	4.945,12	4.945,12	0,14	31.054,88	4.945,12	4.945,12	0,20	31.054,88	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	4.945,12	4.945,12	0,14	30.054,88	4.945,12	4.945,12	0,20	30.054,88	0,00
Previdência Social	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Saúde	161.000,00	161.000,00	44.259,53	44.259,53	1,25	116.740,47	44.259,53	44.259,53	1,78	116.740,47	0,00
Atenção Básica	151.000,00	151.000,00	42.212,81	42.212,81	1,20	108.787,19	42.212,81	42.212,81	1,69	108.787,19	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	2.046,72	2.046,72	0,06	7.953,28	2.046,72	2.046,72	0,08	7.953,28	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Educação	289.000,00	289.000,00	73.582,89	73.582,89	2,09	215.417,11	73.582,89	73.582,89	2,95	215.417,11	0,00
Ensino Fundamental	286.000,00	286.000,00	73.582,89	73.582,89	2,09	212.417,11	73.582,89	73.582,89	2,95	212.417,11	0,00
Educação Infantil	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Urbanismo	120.000,00	120.000,00	33.856,35	33.856,35	0,96	86.143,65	33.856,35	33.856,35	1,36	86.143,65	0,00
Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	33.856,35	33.856,35	0,96	86.143,65	33.856,35	33.856,35	1,36	86.143,65	0,00
Saneamento	3.000,00	3.000,00	710,17	710,17	0,02	2.289,83	710,17	710,17	0,03	2.289,83	0,00
Saneamento Básico Urbano	3.000,00	3.000,00	710,17	710,17	0,02	2.289,83	710,17	710,17	0,03	2.289,83	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.300.000,00	3.527.308,51	3.527.308,51	100,00	9.772.691,49	2.490.905,00	2.490.905,00	100,00	10.809.095,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Abr/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	11.835.800,00	3.433.120,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	386.500,00	82.373,18
IPTU	77.000,00	1.490,35
ISS	96.000,00	25.534,64
ITBI	50.000,00	200,00
IRRF	106.000,00	33.115,12
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.500,00	22.033,07
Contribuições	475.200,00	12.353,90
Receita Patrimonial	29.400,00	2.879,11
Aplicações Financeiras (II)	29.400,00	2.870,98
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	8,13
Transferências Correntes	10.814.500,00	3.287.032,54
Cota Parte do FPM	6.138.000,00	2.006.282,21
Cota Parte do ICMS	2.360.000,00	599.756,21
Cota Parte do IPVA	48.000,00	14.431,13
Cota Parte do ITR	64.000,00	1.764,22
Transferências da LC 87/1996	12.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	450.000,00	143.036,50
Outras Transferências Correntes	1.742.500,00	521.762,27
Demais Receitas Correntes	130.200,00	48.481,39
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	130.200,00	48.481,39
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	11.806.400,00	3.430.249,14
RECEITAS DE CAPITAL (V)	771.000,00	11.250,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	60.000,00	0,00
Transferências de Capital	711.000,00	11.250,00
Convênios	661.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	50.000,00	11.250,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	771.000,00	11.250,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	12.577.400,00	3.441.499,14

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	11.554.661,80	4.805.699,76	3.782.751,19	2.965.023,81	189.257,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.130.127,32	2.072.713,03	1.992.139,35	1.548.016,38	13.453,42	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.424.534,48	2.732.986,73	1.790.611,84	1.417.007,43	175.803,58	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	11.554.661,80	4.805.699,76	3.782.751,19	2.965.023,81	189.257,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.028.195,82	217.749,08	217.749,08	179.446,69	0,00	0,00	0,00
Investimentos	807.995,82	113.810,72	113.810,72	75.508,33	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	220.200,00	103.938,36	103.938,36	103.938,36	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	807.995,82	113.810,72	113.810,72	75.508,33	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	12.497.657,62	4.919.510,48	3.896.561,91	3.040.532,14	189.257,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							211.710,00

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Abr/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	211.710,00

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Abr/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	948.177,94	58.631,72
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Abr/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	889.546,22
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-889.546,22
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-889.546,22

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.292,29	228.344,91	189.257,00	0,00	60.380,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.380,20
02	GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	9.710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	9.710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	31.135,26	0,00	40.492,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.492,05
0303	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	31.135,26	0,00	40.492,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.492,05
04	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0404	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	15.521,96	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
0505	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	15.521,96	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
0606	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
07	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	11.122,22	0,00	3.500,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,99
0707	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	11.122,22	0,00	3.500,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,99
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	34.003,06	0,00	5.047,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.047,36
0808	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	34.003,06	0,00	5.047,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.047,36
09	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
0909	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1111	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1212	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.592,60	0,00	494,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,43
1313	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.592,60	0,00	494,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,43
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	700.289,22	56.485,69	0,00	643.803,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.803,53
02	GABINETE DO PREFEITO	0,00	49.544,83	4.170,36	0,00	45.374,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.374,47
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	52.256,77	5.485,44	0,00	46.771,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.771,33
04	SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	28.831,71	2.524,91	0,00	26.306,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.306,80
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	260.236,40	27.431,86	0,00	232.804,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.804,54
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	136.938,17	0,00	0,00	136.938,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.938,17
07	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	29.762,74	3.224,78	0,00	26.537,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.537,96
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	0,00	121.561,85	12.828,41	0,00	108.733,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.733,44
09	SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	7.983,76	0,00	0,00	7.983,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.983,76
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	2.830,15	230,23	0,00	2.599,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.599,92
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.010,22	0,00	0,00	1.010,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,22
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	1.278,64	0,00	0,00	1.278,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.278,64

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

13	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	8.053,98	589,70	0,00	7.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.464,28
	TOTAL (III) = (I + II)	21.292,29	928.634,13	245.742,69	0,00	704.183,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	704.183,73

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	329.000,00	329.000,00	60.340,11	18,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	77.000,00	77.000,00	1.490,35	1,94
1.1.1- IPTU	60.000,00	60.000,00	263,90	0,44
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	17.000,00	17.000,00	1.226,45	7,21
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	50.000,00	50.000,00	200,00	0,40
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	200,00	0,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	96.000,00	96.000,00	25.534,64	26,60
1.3.1- ISS	90.000,00	90.000,00	25.530,17	28,37
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	4,47	0,07
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	106.000,00	106.000,00	33.115,12	31,24
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.492.000,00	10.492.000,00	3.276.460,26	31,23
2.1- Cota-Parte FPM	7.538.000,00	7.538.000,00	2.507.852,63	33,27
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.888.000,00	6.888.000,00	2.507.852,63	36,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	748.363,53	26,73
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	2.205,26	2,76
2.6- Cota-Parte IPVA	60.000,00	60.000,00	18.038,84	30,06
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.821.000,00	10.821.000,00	3.336.800,37	30,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	5.000,00	5.000,00	77,17	1,54
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	80.000,00	80.000,00	14.062,29	17,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	40.000,00	40.000,00	13.769,22	34,42
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	10.000,00	10.000,00	293,07	2,93
5.5- Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.200,00	80.200,00	22.419,53	27,95
6.1- Transferências de Convênios	80.200,00	80.200,00	22.419,53	27,95
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	165.200,00	165.200,00	36.558,99	22,13

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.870.000,00	1.870.000,00	654.226,49	34,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	501.570,42	35,83
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	440.000,00	440.000,00	148.607,32	33,77
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	16.000,00	16.000,00	441,04	2,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	12.000,00	12.000,00	3.607,71	30,06
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	450.000,00	450.000,00	143.036,50	31,79
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	450.000,00	450.000,00	143.036,50	31,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12- DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-1.420.000,00	-1.420.000,00	-511.189,99	36,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	449.000,00	451.568,19	380.935,06	84,36	380.935,06	84,36	0,00
13.1- Com Educação Infantil	4.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	445.000,00	448.568,19	380.935,06	84,92	380.935,06	84,92	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	455.000,00	457.568,19	380.935,06	83,25	380.935,06	83,25	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	380.935,06
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	266,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-166,32

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	590,30
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	133.000,00	103.543,29	3.004,18	2,90	1.008,18	0,97	0,00
22.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	133.000,00	103.543,29	3.004,18	2,90	1.008,18	0,97	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	126.000,00	97.543,29	3.004,18	3,08	1.008,18	1,03	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.043.500,00	2.070.163,48	917.800,56	44,33	904.050,86	43,67	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	448.000,00	451.568,19	380.935,06	84,36	380.935,06	84,36	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.595.500,00	1.618.595,29	536.865,50	33,17	523.115,80	32,32	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.176.500,00	2.173.706,77	920.804,74	42,36	905.059,04	41,64	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-511.189,99
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	-511.189,99
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	1.416.249,03
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	42,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	53.000,00	50.835,76	7.034,73	13,84	7.034,73	13,84	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	103.000,00	100.835,76	7.034,73	6,98	7.034,73	6,98	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	2.279.500,00	2.274.542,53	927.839,47	40,79	912.093,77	40,10	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2019' (g)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	590,30	3.218,79
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	143.036,50	13.769,22
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	240.094,29	17.208,09
47.1 (-) Orçamento do Exercício	240.094,29	0,00
47.2 (-) Restos a Pagar	0,00	17.208,09
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-96.467,49	-220,08
50- (+) AJUSTES	285,39	-1.625,54
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	-285,39	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	-1.625,54
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-96.182,10	-1.845,62

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 06/09/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.345.800,00	12.345.800,00	1.833.126,64	14,85	1.833.126,64	14,85	10.512.673,36
RECEITAS CORRENTES	11.835.800,00	11.835.800,00	1.829.376,64	15,46	1.829.376,64	15,46	10.006.423,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	386.500,00	386.500,00	45.236,37	11,70	45.236,37	11,70	341.263,63
Impostos	329.000,00	329.000,00	30.196,07	9,18	30.196,07	9,18	298.803,93
Taxas	56.500,00	56.500,00	15.040,30	26,62	15.040,30	26,62	41.459,70
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	475.200,00	475.200,00	8.300,81	1,75	8.300,81	1,75	466.899,19
Contribuições Sociais	445.200,00	445.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00	8.300,81	27,67	8.300,81	27,67	21.699,19
RECEITA PATRIMONIAL	29.400,00	29.400,00	1.601,16	5,45	1.601,16	5,45	27.798,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	29.400,00	29.400,00	1.593,03	5,42	1.593,03	5,42	27.806,97
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	8,13	0,00	8,13	0,00	-8,13
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	94.000,00	94.000,00	21.315,00	22,68	21.315,00	22,68	72.685,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	86.000,00	86.000,00	21.315,00	24,78	21.315,00	24,78	64.685,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.814.500,00	10.814.500,00	1.747.263,89	16,16	1.747.263,89	16,16	9.067.236,11
Transferências da União e de suas Entidades	6.831.100,00	6.831.100,00	1.201.098,53	17,58	1.201.098,53	17,58	5.630.001,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.483.400,00	3.483.400,00	470.287,54	13,50	470.287,54	13,50	3.013.112,46
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	450.000,00	450.000,00	75.877,82	16,86	75.877,82	16,86	374.122,18
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.200,00	36.200,00	5.659,41	15,63	5.659,41	15,63	30.540,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	36.100,00	36.100,00	5.659,41	15,68	5.659,41	15,68	30.440,59
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	510.000,00	510.000,00	3.750,00	0,74	3.750,00	0,74	506.250,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	450.000,00	450.000,00	3.750,00	0,83	3.750,00	0,83	446.250,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	3.750,00	1,50	3.750,00	1,50	246.250,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.300.000,00	1.833.126,64	13,78	1.833.126,64	13,78	11.466.873,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.300.000,00	13.300.000,00	1.833.126,64	13,78	1.833.126,64	13,78	11.466.873,36
DÉFICIT (VI)					657.778,36		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.300.000,00	13.300.000,00	1.833.126,64	13,78	2.490.905,00	18,73	11.466.873,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.465.100,00	12.465.025,29	3.320.451,83	3.320.451,83	9.144.573,46	2.284.048,32	2.284.048,32	10.180.976,97	1.562.539,54	0,00
DESPESAS CORRENTES	11.311.600,00	11.454.207,27	3.149.374,53	3.149.374,53	8.304.832,74	2.121.215,22	2.121.215,22	9.332.992,05	1.453.457,96	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.130.500,00	6.129.500,00	1.280.313,47	1.280.313,47	4.849.186,53	1.160.727,73	1.160.727,73	4.968.772,27	762.666,21	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.161.100,00	5.304.707,27	1.869.061,06	1.869.061,06	3.435.646,21	960.487,49	960.487,49	4.344.219,78	690.791,75	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	818.500,00	841.816,59	171.077,30	171.077,30	670.739,29	162.833,10	162.833,10	678.983,49	109.081,58	0,00
INVESTIMENTOS	598.300,00	621.616,59	111.351,72	111.351,72	510.264,87	111.351,72	111.351,72	510.264,87	57.600,20	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	220.200,00	220.200,00	59.725,58	59.725,58	160.474,42	51.481,38	51.481,38	168.718,62	51.481,38	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	335.000,00	169.001,43			169.001,43			169.001,43		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	834.974,71	206.856,68	206.856,68	628.118,03	206.856,68	206.856,68	628.118,03	58.771,31	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.300.000,00	13.300.000,00	3.527.308,51	3.527.308,51	9.772.691,49	2.490.905,00	2.490.905,00	10.809.095,00	1.621.310,85	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.300.000,00	13.300.000,00	3.527.308,51	3.527.308,51	9.772.691,49	2.490.905,00	2.490.905,00	10.809.095,00	1.621.310,85	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.300.000,00	13.300.000,00	3.527.308,51	3.527.308,51		2.490.905,00	2.490.905,00		1.621.310,85	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
RECEITAS CORRENTES	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Sociais	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	834.974,71	206.856,68	206.856,68	628.118,03	206.856,68	206.856,68	628.118,03	58.771,31	0,00
DESPESAS CORRENTES	834.900,00	834.974,71	206.856,68	206.856,68	628.118,03	206.856,68	206.856,68	628.118,03	58.771,31	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	834.900,00	834.974,71	206.856,68	206.856,68	628.118,03	206.856,68	206.856,68	628.118,03	58.771,31	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	10.756.032,39
Receita Corrente líquida Ajustada	10.756.032,39

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.878.873,26	54,66
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.453.619,43	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.130.938,46	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.808.257,49	54,00

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.907.238,87	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.366.327,13	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.720.965,18	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	752.922,27	7,00

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 06/09/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Junho

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	329.000,00	329.000,00	104.200,14	31,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.000,00	60.000,00	263,90	0,44
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	200,00	0,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	47.620,12	52,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	102.000,00	102.000,00	53.558,89	52,51
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	18.000,00	18.000,00	2.557,23	14,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.842.000,00	9.842.000,00	4.850.602,40	49,28
Cota-Parte FPM	6.888.000,00	6.888.000,00	3.747.508,73	54,41
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	2.528,60	3,16
Cota-Parte IPVA	60.000,00	60.000,00	22.780,65	37,97
Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	1.077.784,42	38,49
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.171.000,00	10.171.000,00	4.954.802,54	48,71

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	618.300,00	618.300,00	260.233,27	42,09
Provenientes da União	522.100,00	522.100,00	221.841,04	42,49
Provenientes dos Estados	96.200,00	96.200,00	38.392,23	39,91
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.000,00	5.000,00	1.560,09	31,20
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	623.300,00	623.300,00	261.793,36	42,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES	2.180.500,00	2.334.028,66	1.587.840,87	68,03	1.354.467,26	58,03	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.048.000,00	1.044.000,00	654.514,96	62,69	654.514,96	62,69	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.132.500,00	1.290.028,66	933.325,91	72,35	699.952,30	54,26	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	147.000,00	112.899,73	3.580,00	3,17	3.580,00	3,17	0,00
Investimentos	147.000,00	112.899,73	3.580,00	3,17	3.580,00	3,17	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.327.500,00	2.446.928,39	1.591.420,87	65,04	1.358.047,26	55,50	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (h)	% (h/IVf) x	ATÉ BIMESTRE (i)	% (i/IVg) x	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	126.000,00	136.611,73	40.596,03	2,55	40.596,03	2,99	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	126.000,00	136.611,73	40.596,03	2,55	40.596,03	2,99	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	126.000,00	136.611,73	40.596,03	2,55	40.596,03	2,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.201.500,00	2.310.316,66	1.550.824,84	97,45	1.317.451,23	97,01	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(i) / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL	26,59

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]	574.230,85

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (l)	% (l/total) x 100	ATÉ BIMESTRE (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	1.959.500,00	2.071.265,03	1.411.142,39	88,67	1.199.140,22	88,30	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	171.880,00	93.843,16	5,90	72.471,72	5,34	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	35.783,36	35.783,36	2,25	35.783,36	2,63	0,00
Vigilância Sanitária	105.000,00	105.000,00	50.651,96	3,18	50.651,96	3,73	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.327.500,00	2.446.928,39	1.591.420,87	100,00	1.358.047,26	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Abril

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	329.000,00	329.000,00	60.340,11	18,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.000,00	60.000,00	263,90	0,44
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	200,00	0,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	25.530,17	28,37
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	102.000,00	102.000,00	33.115,12	32,47
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	18.000,00	18.000,00	1.230,92	6,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.842.000,00	9.842.000,00	3.276.460,26	33,29
Cota-Parte FPM	6.888.000,00	6.888.000,00	2.507.852,63	36,41
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	2.205,26	2,76
Cota-Parte IPVA	60.000,00	60.000,00	18.038,84	30,06
Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	748.363,53	26,73
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.171.000,00	10.171.000,00	3.336.800,37	32,81

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ BIMESTRE (d)	RECEITAS REALIZADAS % (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	618.300,00	618.300,00	158.799,75	25,68
Provenientes da União	522.100,00	522.100,00	135.755,13	26,00
Provenientes dos Estados	96.200,00	96.200,00	23.044,62	23,95
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.000,00	5.000,00	1.215,95	24,32
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	623.300,00	623.300,00	160.015,70	25,67

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ BIMESTRE (f)	DESPESAS EMPENHADAS % (f/e) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ BIMESTRE (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/e) x 100	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES	2.180.500,00	2.287.967,86	1.226.075,32	53,59	935.473,95	40,89	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.048.000,00	1.044.000,00	461.778,90	44,23	461.778,90	44,23	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.132.500,00	1.243.967,86	764.296,42	61,44	473.695,05	38,08	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	147.000,00	117.980,82	3.580,00	3,03	3.580,00	3,03	0,00
Investimentos	147.000,00	117.980,82	3.580,00	3,03	3.580,00	3,03	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.327.500,00	2.405.948,68	1.229.655,32	51,11	939.053,95	39,03	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (h)	% (h/IVf) x	ATÉ BIMESTRE (i)	% (i/IVg) x	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	126.000,00	135.906,43	31.333,07	2,55	31.333,07	3,34	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	126.000,00	135.906,43	31.333,07	2,55	31.333,07	3,34	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	126.000,00	135.906,43	31.333,07	2,55	31.333,07	3,34	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.201.500,00	2.270.042,25	1.198.322,25	97,45	907.720,88	96,66	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(i) / IIIb x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL	27,20

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]	407.200,82

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em..	0,00	0,00	0,00
TOTAL(IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			ATÉ BIMESTRE (l)	% (l/total) x 100	ATÉ BIMESTRE (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	1.959.500,00	2.034.454,92	1.101.457,39	89,57	834.898,89	88,91	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	172.000,00	71.183,16	5,79	47.140,29	5,02	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	31.493,76	26.520,40	2,16	26.520,40	2,82	0,00
Vigilância Sanitária	105.000,00	105.000,00	30.494,37	2,48	30.494,37	3,25	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.327.500,00	2.405.948,68	1.229.655,32	100,00	939.053,95	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	948.177,94	58.631,72	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.512.369,55	10.756.032,39	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	12.614.843,46	12.907.238,87	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	11.353.359,11	11.616.514,98	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	37.242.423,48	37.242.423,48	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	948.177,94	58.631,72	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	59.209,13	132.321,96	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A ABR (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 2º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	13.300.000,00
Previsão Atualizada	13.561.000,00
Receitas Realizadas	3.444.370,12
Déficit Orçamentário	907.402,02
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	13.300.000,00
Créditos Adicionais	261.000,00
Dotação Atualizada	13.561.000,00
Despesas Empenhadas	5.374.720,71
Despesas Liquidadas	4.351.772,14
Despesas Pagas	3.206.651,55
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.374.720,71
Despesas Liquidadas	4.351.772,14

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.756.032,39

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	211.710,00	0,00
Resultado Primário	0,00	211.710,00	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	949.926,42	0,00	245.742,69	704.183,73
Poder Executivo	949.926,42	0,00	245.742,69	704.183,73
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	949.926,42	0,00	245.742,69	704.183,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2019/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 0% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.416.249,03	0,00	42,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	380.935,06	60,00	266,32
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	217.749,08	810.446,74

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	907.720,88	15,00	27,20

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	459.789,29	480.878,32	502.217,26	466.264,18	479.384,01	484.176,93	443.555,97	1.057.311,23	896.937,48	470.646,93	473.844,82	501.981,99	6.716.988,41	0,00
Pessoal Ativo	457.205,10	478.294,13	499.633,07	463.679,99	476.799,82	481.592,74	440.971,78	71.457,48	891.769,10	470.646,93	471.260,63	499.397,80	5.702.708,57	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	381.539,15	402.524,88	419.190,74	385.549,74	397.831,12	402.116,64	365.156,48	60.771,21	732.140,68	390.871,01	390.973,83	417.151,98	4.745.817,46	0,00
Obrigações Patronais	75.665,95	75.769,25	80.442,33	78.130,25	78.968,70	79.476,10	75.815,30	0,00	159.628,42	79.775,92	80.286,80	82.245,82	946.204,84	0,00
Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.686,27	0,00	0,00	0,00	0,00	10.686,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	985.853,75	5.168,38	0,00	2.584,19	2.584,19	1.014.279,84	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.160,35	0,00	0,00	0,00	0,00	850.160,35	0,00
Pensões	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	135.693,40	5.168,38	0,00	2.584,19	2.584,19	164.119,49	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	7.749,61	15.499,22	8.715,96	7.981,15	7.981,15	7.981,15	0,00	1.018.691,69	0,00	7.981,15	0,00	31.970,85	1.114.551,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.749,61	15.499,22	8.715,96	7.981,15	7.981,15	7.981,15	0,00	10.411,24	0,00	7.981,15	0,00	31.970,85	106.271,48	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.280,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.280,45	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	452.039,68	465.379,10	493.501,30	458.283,03	471.402,86	476.195,78	443.555,97	38.619,54	896.937,48	462.665,78	473.844,82	470.011,14	5.602.436,48	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.756.032,39	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.756.032,39	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	5.602.436,48	52,09
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.808.257,49	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.517.844,62	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.227.431,74	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.219], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.345.800,00	12.606.800,00	1.674.749,80	13,28	5.119.119,92	40,61	7.487.680,08
RECEITAS CORRENTES	11.835.800,00	11.835.800,00	1.667.249,80	14,09	5.100.369,92	43,09	6.735.430,08
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	386.500,00	386.500,00	52.259,79	13,52	134.632,97	34,83	251.867,03
Impostos	329.000,00	329.000,00	43.860,03	13,33	104.200,14	31,67	224.799,86
Taxas	56.500,00	56.500,00	8.399,76	14,87	30.432,83	53,86	26.067,17
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	475.200,00	475.200,00	5.194,43	1,09	17.548,33	3,69	457.651,67
Contribuições Sociais	445.200,00	445.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00	5.194,43	17,31	17.548,33	58,49	12.451,67
RECEITA PATRIMONIAL	29.400,00	29.400,00	839,63	2,86	3.718,74	12,65	25.681,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	29.400,00	29.400,00	839,63	2,86	3.710,61	12,62	25.689,39
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	-8,13
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	94.000,00	94.000,00	8.704,00	9,26	43.405,00	46,18	50.595,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	86.000,00	86.000,00	8.704,00	10,12	43.405,00	50,47	42.595,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.814.500,00	10.814.500,00	1.594.409,42	14,74	4.881.441,96	45,14	5.933.058,04
Transferências da União e de suas Entidades	6.831.100,00	6.831.100,00	1.098.277,01	16,08	3.277.398,32	47,98	3.553.701,68
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.483.400,00	3.483.400,00	430.803,81	12,37	1.395.678,54	40,07	2.087.721,46
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	450.000,00	450.000,00	65.328,60	14,52	208.365,10	46,30	241.634,90
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.200,00	36.200,00	5.842,53	16,14	19.622,92	54,21	16.577,08
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	36.100,00	36.100,00	5.842,53	16,18	19.622,92	54,36	16.477,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	510.000,00	771.000,00	7.500,00	0,97	18.750,00	2,43	752.250,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	450.000,00	711.000,00	7.500,00	1,05	18.750,00	2,64	692.250,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	511.000,00	7.500,00	1,47	18.750,00	3,67	492.250,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.674.749,80	12,35	5.119.119,92	37,75	8.441.880,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.674.749,80	12,35	5.119.119,92	37,75	8.441.880,08
DÉFICIT (VI)					1.048.775,32		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.674.749,80	12,35	6.167.895,24	45,48	8.441.880,08
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.465.100,00	12.682.076,14	1.535.995,82	6.559.444,66	6.122.631,48	1.674.957,95	5.675.458,22	7.006.617,92	4.725.959,60	0,00
DESPESAS CORRENTES	11.311.600,00	11.635.832,01	1.484.306,56	6.290.006,32	5.345.825,69	1.623.268,69	5.406.019,88	6.229.812,13	4.456.521,26	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.130.500,00	6.130.427,45	792.363,50	2.865.076,53	3.265.350,92	807.140,45	2.799.279,80	3.331.147,65	2.368.354,42	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.161.100,00	5.505.404,56	691.943,06	3.424.929,79	2.080.474,77	816.128,24	2.606.740,08	2.898.664,48	2.088.166,84	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	818.500,00	911.244,13	51.689,26	269.438,34	641.805,79	51.689,26	269.438,34	641.805,79	269.438,34	0,00
INVESTIMENTOS	598.300,00	691.044,13	0,00	113.810,72	577.233,41	0,00	113.810,72	577.233,41	113.810,72	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	220.200,00	220.200,00	51.689,26	155.627,62	64.572,38	51.689,26	155.627,62	64.572,38	155.627,62	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	335.000,00	135.000,00			135.000,00			135.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	878.923,86	141.165,15	492.437,02	386.486,84	141.165,15	492.437,02	386.486,84	136.378,32	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.677.160,97	7.051.881,68	6.509.118,32	1.816.123,10	6.167.895,24	7.393.104,76	4.862.337,92	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.677.160,97	7.051.881,68	6.509.118,32	1.816.123,10	6.167.895,24	7.393.104,76	4.862.337,92	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.677.160,97	7.051.881,68		1.816.123,10	6.167.895,24		4.862.337,92	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
RECEITAS CORRENTES	954.200,00	954.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	954.200,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Sociais	944.200,00	944.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944.200,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A JUN (f)		BIMESTRE	JAN A JUN (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	834.900,00	878.923,86	141.165,15	492.437,02	386.486,84	141.165,15	492.437,02	386.486,84	136.378,32	0,00
DESPESAS CORRENTES	834.900,00	878.923,86	141.165,15	492.437,02	386.486,84	141.165,15	492.437,02	386.486,84	136.378,32	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	834.900,00	878.923,86	141.165,15	492.437,02	386.486,84	141.165,15	492.437,02	386.486,84	136.378,32	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO A DEZEMBRO /2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (f)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (f)=(a-(b+c+d+e)-f)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Con	-11.120,07	-32.412,36	-32.412,36	0,00	0,00	0,00	-32.412,36	0,00	0,00	-32.412,36
Recursos Ordinários	-11.120,07	-32.412,36	-32.412,36	0,00	0,00	0,00	-32.412,36	0,00	0,00	-32.412,36
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	644.382,03	644.382,03	644.382,03	0,00	0,00	0,00	644.382,03	0,00	0,00	644.382,03
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - E	366.762,13	366.762,13	366.762,13	0,00	0,00	0,00	366.762,13	0,00	0,00	366.762,13
Transferências do FUNDEB	37.578,54	37.578,54	37.578,54	0,00	0,00	0,00	37.578,54	0,00	0,00	37.578,54
Outros Recursos Vinculados à Educação	4.048,33	4.048,33	4.048,33	0,00	0,00	0,00	4.048,33	0,00	0,00	4.048,33
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - S	-53.003,68	-53.003,68	-53.003,68	0,00	0,00	0,00	-53.003,68	0,00	0,00	-53.003,68
Outros Recursos Vinculados à Saúde	107.906,45	107.906,45	107.906,45	0,00	0,00	0,00	107.906,45	0,00	0,00	107.906,45
Recursos Vinculados à Assistência Social	40.892,12	40.892,12	40.892,12	0,00	0,00	0,00	40.892,12	0,00	0,00	40.892,12
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	140.198,14	140.198,14	140.198,14	0,00	0,00	0,00	140.198,14	0,00	0,00	140.198,14
TOTAL (III) = (I + II)	633.261,96	611.969,67	611.969,67	0,00	0,00	0,00	611.969,67	0,00	0,00	611.969,67

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	10.756.032,39	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.720.965,18	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	1.548.868,66	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	752.922,27	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	No Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2019 A ABRIL/2019

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	10.512.369,55	10.756.032,39	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <	2.312.721,30	2.366.327,13	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	2.081.449,17	2.129.694,41	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.465.100,00	12.682.076,14	1.535.995,82	6.559.444,66	93,02	6.122.631,48	1.674.957,95	5.675.458,22	92,02	7.006.617,92	0,00
Legislativa	663.000,00	631.229,47	0,00	0,00	0,00	631.229,47	0,00	0,00	0,00	631.229,47	0,00
Ação Legislativa	663.000,00	631.229,47	0,00	0,00	0,00	631.229,47	0,00	0,00	0,00	631.229,47	0,00
Judiciária	130.000,00	130.000,00	0,00	104.516,92	1,48	25.483,08	8.114,40	56.809,52	0,92	73.190,48	0,00
Ação Judiciária	130.000,00	130.000,00	0,00	104.516,92	1,48	25.483,08	8.114,40	56.809,52	0,92	73.190,48	0,00
Administração	2.519.200,00	2.429.128,56	446.761,43	1.914.702,86	27,15	514.425,70	443.255,57	1.549.273,94	25,12	879.854,62	0,00
Administração Geral	2.312.200,00	2.211.900,51	379.533,39	1.761.186,38	24,97	450.714,13	409.677,57	1.429.407,50	23,17	782.493,01	0,00
Administração Financeira	192.000,00	191.578,05	46.578,00	132.866,44	1,88	58.711,61	33.578,00	119.866,44	1,94	71.711,61	0,00
Administração de Receitas	5.000,00	5.000,00	0,04	0,04	0,00	4.999,96	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comunicação Social	10.000,00	20.650,00	20.650,00	20.650,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	20.650,00	0,00
Segurança Pública	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Policiamento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Assistência Social	877.000,00	919.868,92	106.330,83	427.558,97	6,06	492.309,95	132.065,59	372.260,41	6,04	547.608,51	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	119.000,00	113.643,16	18.273,93	58.051,32	0,82	55.591,84	18.526,90	57.979,57	0,94	55.663,59	0,00
Assistência Comunitária	758.000,00	806.225,76	88.056,90	369.507,65	5,24	436.718,11	113.538,69	314.280,84	5,10	491.944,92	0,00
Previdência Social	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.264.600,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00	0,00	0,00	1.264.600,00	0,00
Saúde	2.166.500,00	2.285.928,39	332.724,73	1.488.665,19	21,11	797.263,20	389.952,49	1.255.291,58	20,35	1.030.636,81	0,00
Atenção Básica	1.808.500,00	1.920.265,03	283.330,53	1.315.166,50	18,65	605.098,53	337.886,86	1.103.164,33	17,89	817.100,70	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	182.000,00	171.880,00	22.660,00	93.843,16	1,33	78.036,84	25.331,43	72.471,72	1,17	99.408,28	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	35.783,36	9.262,96	35.783,36	0,51	0,00	9.262,96	35.783,36	0,58	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	95.000,00	95.000,00	17.471,24	43.872,17	0,62	51.127,83	17.471,24	43.872,17	0,71	51.127,83	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Trabalho	91.300,00	99.700,00	0,00	96.577,58	1,37	3.122,42	16.891,00	50.093,02	0,81	49.606,98	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	91.300,00	99.700,00	0,00	96.577,58	1,37	3.122,42	16.891,00	50.093,02	0,81	49.606,98	0,00
Educação	1.990.500,00	2.057.969,32	272.836,52	1.072.905,87	15,21	985.063,45	274.748,18	1.059.071,83	17,17	998.897,49	0,00
Atenção Básica	5.000,00	2.126,32	0,00	0,00	0,00	2.126,32	0,00	0,00	0,00	2.126,32	0,00
Alimentação e Nutrição	10.000,00	17.213,08	10.178,35	17.213,08	0,24	0,00	6.024,35	13.059,08	0,21	4.154,00	0,00
Ensino Fundamental	1.820.500,00	1.959.250,87	262.658,17	1.052.688,61	14,93	906.562,26	266.727,83	1.043.008,57	16,91	916.242,30	0,00
Educação Infantil	155.000,00	79.379,05	0,00	3.004,18	0,04	76.374,87	1.996,00	3.004,18	0,05	76.374,87	0,00
Cultura	32.000,00	35.088,00	0,00	15.184,14	0,22	19.903,86	1.996,00	8.198,14	0,13	26.889,86	0,00
Difusão Cultural	32.000,00	35.088,00	0,00	15.184,14	0,22	19.903,86	1.996,00	8.198,14	0,13	26.889,86	0,00
Urbanismo	1.285.000,00	1.389.327,94	245.248,74	912.389,11	12,94	476.938,83	271.849,15	811.487,76	13,16	577.840,18	0,00
Infra-Estrutura Urbana	124.000,00	101.399,54	2.525,00	63.642,28	0,90	37.757,26	7.434,15	63.642,28	1,03	37.757,26	0,00
Serviços Urbanos	1.161.000,00	1.287.928,40	242.723,74	848.746,83	12,04	439.181,57	264.415,00	747.845,48	12,12	540.082,92	0,00
Habitação	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00	0,00	0,00	12.348,13	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	267.000,00	186.467,19	12.896,00	68.142,78	0,97	118.324,41	16.888,00	54.170,78	0,88	132.296,41	0,00
Saneamento Básico Urbano	267.000,00	186.467,19	12.896,00	68.142,78	0,97	118.324,41	16.888,00	54.170,78	0,88	132.296,41	0,00
Gestão Ambiental	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	146.000,00	352.024,93	0,00	7.410,00	0,11	344.614,93	0,00	7.410,00	0,12	344.614,93	0,00
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	7.294,44	0,00	6.810,00	0,10	484,44	0,00	6.810,00	0,11	484,44	0,00
Promoção da Produção Animal	3.000,00	1.097,70	0,00	0,00	0,00	1.097,70	0,00	0,00	0,00	1.097,70	0,00
Abastecimento	29.000,00	280.140,00	0,00	0,00	0,00	280.140,00	0,00	0,00	0,00	280.140,00	0,00
Extensão Rural	105.000,00	63.492,79	0,00	600,00	0,01	62.892,79	0,00	600,00	0,01	62.892,79	0,00
Comércio e Serviços	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	65.000,00	34.874,37	0,00	12.778,80	0,18	22.095,57	0,00	12.778,80	0,21	22.095,57	0,00
Energia Elétrica	65.000,00	34.874,37	0,00	12.778,80	0,18	22.095,57	0,00	12.778,80	0,21	22.095,57	0,00
Transporte	238.000,00	370.123,91	67.508,31	264.552,91	3,75	105.571,00	67.508,31	264.552,91	4,29	105.571,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	218.000,00	350.123,91	67.508,31	264.552,91	3,75	85.571,00	67.508,31	264.552,91	4,29	85.571,00	0,00
Desporto e Lazer	116.000,00	122.397,01	0,00	18.431,91	0,26	103.965,10	0,00	18.431,91	0,30	103.965,10	0,00
Turismo	105.000,00	100.000,00	0,00	34,90	0,00	99.965,10	0,00	34,90	0,00	99.965,10	0,00
Desporto Comunitário	11.000,00	22.397,01	0,00	18.397,01	0,26	4.000,00	0,00	18.397,01	0,30	4.000,00	0,00
Encargos Especiais	240.000,00	220.000,00	51.689,26	155.627,62	2,21	64.372,38	51.689,26	155.627,62	2,52	64.372,38	0,00
Serviço da Dívida Interna	240.000,00	220.000,00	51.689,26	155.627,62	2,21	64.372,38	51.689,26	155.627,62	2,52	64.372,38	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00
Reserva de Contingência	335.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	834.900,00	878.923,86	141.165,15	492.437,02	6,98	386.486,84	141.165,15	492.437,02	7,98	386.486,84	0,00
Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Ação Legislativa	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	59.000,00	0,00
Administração	166.500,00	169.821,51	32.164,75	114.894,90	1,63	54.926,61	32.164,75	114.894,90	1,86	54.926,61	0,00
Administração Geral	136.500,00	139.821,51	26.980,91	92.488,17	1,31	47.333,34	26.980,91	92.488,17	1,50	47.333,34	0,00
Administração Financeira	30.000,00	30.000,00	5.183,84	22.406,73	0,32	7.593,27	5.183,84	22.406,73	0,36	7.593,27	0,00
Assistência Social	36.000,00	36.000,00	4.867,81	14.884,91	0,21	21.115,09	4.867,81	14.884,91	0,24	21.115,09	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	4.867,81	14.884,91	0,21	20.115,09	4.867,81	14.884,91	0,24	20.115,09	0,00
Previdência Social	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00
Saúde	161.000,00	161.000,00	29.040,82	102.755,68	1,46	58.244,32	29.040,82	102.755,68	1,67	58.244,32	0,00
Atenção Básica	151.000,00	151.000,00	26.354,47	95.975,89	1,36	55.024,11	26.354,47	95.975,89	1,56	55.024,11	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	2.686,35	6.779,79	0,10	3.220,21	2.686,35	6.779,79	0,11	3.220,21	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Educação	289.000,00	329.702,35	49.400,26	177.170,38	2,51	152.531,97	49.400,26	177.170,38	2,87	152.531,97	0,00
Ensino Fundamental	286.000,00	326.702,35	49.400,26	177.170,38	2,51	149.531,97	49.400,26	177.170,38	2,87	149.531,97	0,00
Educação Infantil	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Urbanismo	120.000,00	120.000,00	25.211,57	81.061,10	1,15	38.938,90	25.211,57	81.061,10	1,31	38.938,90	0,00
Serviços Urbanos	120.000,00	120.000,00	25.211,57	81.061,10	1,15	38.938,90	25.211,57	81.061,10	1,31	38.938,90	0,00
Saneamento	3.000,00	3.000,00	479,94	1.670,05	0,02	1.329,95	479,94	1.670,05	0,03	1.329,95	0,00
Saneamento Básico Urbano	3.000,00	3.000,00	479,94	1.670,05	0,02	1.329,95	479,94	1.670,05	0,03	1.329,95	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.300.000,00	13.561.000,00	1.677.160,97	7.051.881,68	100,00	6.509.118,32	1.816.123,10	6.167.895,24	100,00	7.393.104,76	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2018 A JUN/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.114.743,09	966.318,04	793.376,74	1.045.189,43	1.134.644,88	1.923.967,95	1.056.519,86	1.135.732,99	936.755,56	958.338,20	1.074.118,85	907.483,03	13.047.188,62	13.705.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.653,25	25.843,49	35.001,28	37.311,13	20.818,75	52.633,61	15.508,16	29.728,21	19.684,13	17.452,68	21.489,92	30.769,87	332.894,48	386.500,00
IPTU	627,48	2.094,65	8.664,29	7.665,92	619,27	592,73	122,02	564,52	174,91	628,90	765,31	561,00	23.081,00	77.000,00
ISS	6.874,21	4.591,49	4.184,52	5.394,75	5.562,98	8.330,16	5.330,08	6.821,45	8.630,55	4.752,56	6.407,01	15.682,94	82.562,70	96.000,00
ITBI	1.267,35	150,50	7.962,25	225,75	116,11	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.921,96	50.000,00
IRRF	10.633,69	8.720,53	5.943,53	7.259,26	7.621,75	37.998,17	6.829,86	10.328,14	7.306,33	8.650,79	11.482,14	8.961,63	131.735,82	106.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	7.250,52	10.286,32	8.246,69	16.765,45	6.898,64	5.712,55	3.226,20	11.814,10	3.572,34	3.420,43	2.835,46	5.564,30	85.593,00	57.500,00
Contribuições	1.324,26	6.049,88	2.425,20	0,00	2.492,40	461.273,16	4.267,01	4.033,80	2.150,57	1.902,52	2.557,14	2.637,29	491.113,23	475.200,00
Receita Patrimonial	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	887,53	713,63	598,81	679,14	461,32	378,31	9.270,61	29.400,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	879,40	713,63	598,81	679,14	461,32	378,31	9.262,48	29.400,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.788,00	15.284,00	8.410,01	6.931,02	3.944,00	3.205,00	5.383,00	15.932,00	7.724,00	5.662,00	4.410,00	4.294,00	86.967,03	94.000,00
Transferências Correntes	1.075.746,82	915.215,99	742.411,05	998.080,85	1.104.527,88	1.389.307,86	1.027.321,39	1.082.818,71	903.847,39	927.271,54	1.042.575,74	866.185,76	12.075.310,98	12.684.500,00
Cota Parte do FPM	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	553.852,26	540.343,84	693.437,17	546.218,93	7.275.105,70	7.538.000,00
Cota Parte do ICMS	227.453,93	193.950,06	165.854,68	273.815,03	190.580,53	187.222,56	212.699,00	180.068,06	169.872,01	185.724,46	178.068,55	151.352,34	2.316.661,21	2.800.000,00
Cota Parte do IPVA	2.888,95	1.362,26	336,33	1.205,94	1.556,21	1.074,97	4.382,73	4.340,70	4.827,61	4.487,80	3.044,17	1.697,64	31.205,31	60.000,00
Cota Parte do ITR	218,01	0,00	10.033,94	84.086,21	19.715,39	7.726,56	2.072,59	102,17	0,00	30,50	323,34	0,00	124.308,71	80.000,00
Transferências da LC 87/1996	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.096,86	14.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	40.760,05	37.016,42	30.958,61	49.601,61	36.838,23	38.619,05	39.725,02	36.152,80	32.257,42	34.901,26	35.594,85	29.733,75	442.159,07	450.000,00
Outras Transferências Correntes	117.883,96	172.066,59	149.798,32	151.619,88	306.143,60	193.208,74	94.494,86	122.445,64	143.038,09	161.783,68	132.107,66	137.183,10	1.881.774,12	1.742.500,00
Outras Receitas Correntes	4.037,33	2.989,10	4.403,76	2.073,28	2.106,18	16.399,72	3.152,77	2.506,64	2.750,66	5.370,32	2.624,73	3.217,80	51.632,29	36.200,00
DEDUÇÕES (II)	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	631.066,90	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	174.718,62	139.633,46	2.290.767,05	2.315.300,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	445.200,00
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	173.511,58	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	174.718,62	139.633,46	1.833.211,73	1.870.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	987.856,22	825.392,79	681.290,52	886.062,96	982.548,11	1.292.901,05	878.241,57	951.135,07	791.256,58	812.486,90	899.400,23	767.849,57	10.756.421,57	11.390.500,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2018 A JUN/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.114.743,09	966.318,04	793.376,74	1.045.189,43	1.134.644,88	1.923.967,95	1.056.519,86	1.135.732,99	936.755,56	958.338,20	1.074.118,85	907.483,03	13.047.188,62	13.705.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.653,25	25.843,49	35.001,28	37.311,13	20.818,75	52.633,61	15.508,16	29.728,21	19.684,13	17.452,68	21.489,92	30.769,87	332.894,48	386.500,00
IPTU	627,48	2.094,65	8.664,29	7.665,92	619,27	592,73	122,02	564,52	174,91	628,90	765,31	561,00	23.081,00	77.000,00
ISS	6.874,21	4.591,49	4.184,52	5.394,75	5.562,98	8.330,16	5.330,08	6.821,45	8.630,55	4.752,56	6.407,01	15.682,94	82.562,70	96.000,00
ITBI	1.267,35	150,50	7.962,25	225,75	116,11	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.921,96	50.000,00
IRRF	10.633,69	8.720,53	5.943,53	7.259,26	7.621,75	37.998,17	6.829,86	10.328,14	7.306,33	8.650,79	11.482,14	8.961,63	131.735,82	106.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de M	7.250,52	10.286,32	8.246,69	16.765,45	6.898,64	5.712,55	3.226,20	11.814,10	3.572,34	3.420,43	2.835,46	5.564,30	85.593,00	57.500,00
Contribuições	1.324,26	6.049,88	2.425,20	0,00	2.492,40	461.273,16	4.267,01	4.033,80	2.150,57	1.902,52	2.557,14	2.637,29	491.113,23	475.200,00
Receita Patrimonial	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	887,53	713,63	598,81	679,14	461,32	378,31	9.270,61	29.400,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.193,43	935,58	725,44	793,15	755,67	1.148,60	879,40	713,63	598,81	679,14	461,32	378,31	9.262,48	29.400,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,13	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.788,00	15.284,00	8.410,01	6.931,02	3.944,00	3.205,00	5.383,00	15.932,00	7.724,00	5.662,00	4.410,00	4.294,00	86.967,03	94.000,00
Transferências Correntes	1.075.746,82	915.215,99	742.411,05	998.080,85	1.104.527,88	1.389.307,86	1.027.321,39	1.082.818,71	903.847,39	927.271,54	1.042.575,74	866.185,76	12.075.310,98	12.684.500,00
Cota Parte do FPM	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	553.852,26	540.343,84	693.437,17	546.218,93	7.275.105,70	7.538.000,00
Cota Parte do ICMS	227.453,93	193.950,06	165.854,68	273.815,03	190.580,53	187.222,56	212.699,00	180.068,06	169.872,01	185.724,46	178.068,55	151.352,34	2.316.661,21	2.800.000,00
Cota Parte do IPVA	2.888,95	1.362,26	336,33	1.205,94	1.556,21	1.074,97	4.382,73	4.340,70	4.827,61	4.487,80	3.044,17	1.697,64	31.205,31	60.000,00
Cota Parte do ITR	218,01	0,00	10.033,94	84.086,21	19.715,39	7.726,56	2.072,59	102,17	0,00	30,50	323,34	0,00	124.308,71	80.000,00
Transferências da LC 87/1996	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	682,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.096,86	14.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	40.760,05	37.016,42	30.958,61	49.601,61	36.838,23	38.619,05	39.725,02	36.152,80	32.257,42	34.901,26	35.594,85	29.733,75	442.159,07	450.000,00
Outras Transferências Correntes	117.883,96	172.066,59	149.798,32	151.619,88	306.143,60	193.208,74	94.494,86	122.445,64	143.038,09	161.783,68	132.107,66	137.183,10	1.881.774,12	1.742.500,00
Outras Receitas Correntes	4.037,33	2.989,10	4.403,76	2.073,28	2.106,18	16.399,72	3.152,77	2.506,64	2.750,66	5.370,32	2.624,73	3.217,80	51.632,29	36.200,00
DEDUÇÕES (II)	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	631.066,90	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	174.718,62	139.633,46	2.290.767,05	2.315.300,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.555,32	445.200,00
Compensação Financeira entre Regimes de Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	126.886,87	140.925,25	112.086,22	159.126,47	152.096,77	173.511,58	178.278,29	184.597,92	145.498,98	145.851,30	174.718,62	139.633,46	1.833.211,73	1.870.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	987.856,22	825.392,79	681.290,52	886.062,96	982.548,11	1.292.901,05	878.241,57	951.135,07	791.256,58	812.486,90	899.400,23	767.849,57	10.756.421,57	11.390.500,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	911.244,13	269.438,34	641.805,79
Investimentos	691.044,13	113.810,72	577.233,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	220.200,00	155.627,62	64.572,38
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	911.244,13	269.438,34	641.805,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	911.244,13 <(d - a)>	269.438,34 <(e - b)>	641.805,79 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Jun/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	11.835.800,00	5.100.369,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	386.500,00	134.632,97
IPTU	77.000,00	2.816,66
ISS	96.000,00	47.624,59
ITBI	50.000,00	200,00
IRRF	106.000,00	53.558,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.500,00	30.432,83
Contribuições	475.200,00	17.548,33
Receita Patrimonial	29.400,00	3.718,74
Aplicações Financeiras (II)	29.400,00	3.710,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	8,13
Transferências Correntes	10.814.500,00	4.881.441,96
Cota Parte do FPM	6.138.000,00	2.998.007,13
Cota Parte do ICMS	2.360.000,00	863.769,20
Cota Parte do IPVA	48.000,00	18.224,60
Cota Parte do ITR	64.000,00	2.022,90
Transferências da LC 87/1996	12.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	450.000,00	208.365,10
Outras Transferências Correntes	1.742.500,00	791.053,03
Demais Receitas Correntes	130.200,00	63.027,92
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	130.200,00	63.027,92
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	11.806.400,00	5.096.659,31
RECEITAS DE CAPITAL (V)	771.000,00	18.750,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	60.000,00	0,00
Transferências de Capital	711.000,00	18.750,00
Convênios	661.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	50.000,00	18.750,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	771.000,00	18.750,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	12.577.400,00	5.115.409,31

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	11.635.832,01	6.290.006,32	5.406.019,88	4.456.521,26	196.613,63	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.130.427,45	2.865.076,53	2.799.279,80	2.368.354,42	20.810,05	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.505.404,56	3.424.929,79	2.606.740,08	2.088.166,84	175.803,58	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	11.635.832,01	6.290.006,32	5.406.019,88	4.456.521,26	196.613,63	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	911.244,13	269.438,34	269.438,34	269.438,34	0,00	0,00	0,00
Investimentos	691.044,13	113.810,72	113.810,72	113.810,72	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	220.200,00	155.627,62	155.627,62	155.627,62	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	691.044,13	113.810,72	113.810,72	113.810,72	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	12.461.876,14	6.403.817,04	5.519.830,60	4.570.331,98	196.613,63	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							348.463,70

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	348.463,70

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Jun/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	948.177,94	51.275,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	896.902,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-896.902,85
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-896.902,85

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Jun/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	11.835.800,00	5.100.369,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	386.500,00	134.632,97
IPTU	77.000,00	2.816,66
ISS	96.000,00	47.624,59
ITBI	50.000,00	200,00
IRRF	106.000,00	53.558,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	57.500,00	30.432,83
Contribuições	475.200,00	17.548,33
Receita Patrimonial	29.400,00	3.718,74
Aplicações Financeiras (II)	29.400,00	3.710,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	8,13
Transferências Correntes	10.814.500,00	4.881.441,96
Cota Parte do FPM	6.138.000,00	2.998.007,13
Cota Parte do ICMS	2.360.000,00	863.769,20
Cota Parte do IPVA	48.000,00	18.224,60
Cota Parte do ITR	64.000,00	2.022,90
Transferências da LC 87/1996	12.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	450.000,00	208.365,10
Outras Transferências Correntes	1.742.500,00	791.053,03
Demais Receitas Correntes	130.200,00	63.027,92
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	130.200,00	63.027,92
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	11.806.400,00	5.096.659,31
RECEITAS DE CAPITAL (V)	771.000,00	18.750,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	60.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	60.000,00	0,00
Transferências de Capital	711.000,00	18.750,00
Convênios	661.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	50.000,00	18.750,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	771.000,00	18.750,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	12.577.400,00	5.115.409,31

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	11.635.832,01	6.290.006,32	5.406.019,88	4.456.521,26	196.613,63	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.130.427,45	2.865.076,53	2.799.279,80	2.368.354,42	20.810,05	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.505.404,56	3.424.929,79	2.606.740,08	2.088.166,84	175.803,58	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	11.635.832,01	6.290.006,32	5.406.019,88	4.456.521,26	196.613,63	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	911.244,13	269.438,34	269.438,34	269.438,34	0,00	0,00	0,00
Investimentos	691.044,13	113.810,72	113.810,72	113.810,72	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	220.200,00	155.627,62	155.627,62	155.627,62	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	691.044,13	113.810,72	113.810,72	113.810,72	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	12.461.876,14	6.403.817,04	5.519.830,60	4.570.331,98	196.613,63	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							348.463,70

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun/2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	348.463,70

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Jan a Jun/2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	948.177,94	51.275,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun/2019
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	896.902,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI - XXXVII)	-896.902,85
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-896.902,85

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 175/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 175/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

SÚMULA: Aprova a versão 01 da Instrução Normativa nº. 013/2019, que estabelece normas e procedimentos para concessão e controle de diárias e adiantamentos.

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

DECRETA:

Art.1º. No âmbito do Poder Executivo Municipal, o deslocamento eventual e temporário dos servidores públicos e agentes políticos do Município de Araguainha, incluindo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Conselheiros formalmente nomeados, ou ainda colaboradores eventuais, partícipes de termo de cooperação ou equivalente, para localidade diversa do território municipal, bem como a concessão de passagens, de diárias e de adiantamentos, e o seu devido controle, reger-se-ão pelo disposto na versão 01 da Instrução Normativa nº. 013/2019, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Controladoria Interna prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA. .

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito MunicipalDECRETO N.º 175/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

SÚMULA: Aprova a versão 01 da Instrução Normativa nº. 013/2019, que estabelece normas e procedimentos para concessão e controle de diárias e adiantamentos.

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

DECRETA:

Art.1º. No âmbito do Poder Executivo Municipal, o deslocamento eventual e temporário dos servidores públicos e agentes políticos do Município de Araguainha, incluindo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Conselheiros formalmente nomeados, ou ainda colaboradores eventuais, partícipes de termo de cooperação ou equivalente, para localidade diversa do território municipal, bem como a concessão de passagens, de diárias e de adiantamentos, e o seu devido controle, reger-se-ão pelo disposto na versão 01 da Instrução Normativa nº. 013/2019, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Controladoria Interna prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA. .

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL 174/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO MUNICIPAL 174/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre o Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, o Sr. **Silvio José de Morais Filho**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Artigo 1º – Em virtude do **15º Festival de Praia de Araguainha, 11º Festival de Cultural e 3º Festival de Música**, fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nos dias **12,13 e 16 de Setembro de 2019**, voltando às normalidades no dia 17 de Setembro de 2019.

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra,

Publica e

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

RGF 1º QUADRIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	459.789,29	480.878,32	502.217,26	466.264,18	479.384,01	484.176,93	443.555,97	1.057.311,23	896.937,48	470.646,93	473.844,82	501.981,99	6.716.988,41	0,00
Pessoal Ativo	457.205,10	478.294,13	499.633,07	463.679,99	476.799,82	481.592,74	440.971,78	71.457,48	891.769,10	470.646,93	471.260,63	499.397,80	5.702.708,57	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	381.539,15	402.524,88	419.190,74	385.549,74	397.831,12	402.116,64	365.156,48	60.771,21	732.140,68	390.871,01	390.973,83	417.151,98	4.745.817,46	0,00
Obrigações Patronais	75.665,95	75.769,25	80.442,33	78.130,25	78.968,70	79.476,10	75.815,30	0,00	159.628,42	79.775,92	80.286,80	82.245,82	946.204,84	0,00
Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.686,27	0,00	0,00	0,00	0,00	10.686,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	985.853,75	5.168,38	0,00	2.584,19	2.584,19	1.014.279,84	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.160,35	0,00	0,00	0,00	0,00	850.160,35	0,00
Pensões	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	2.584,19	135.693,40	5.168,38	0,00	2.584,19	2.584,19	164.119,49	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	7.749,61	15.499,22	8.715,96	7.981,15	7.981,15	7.981,15	0,00	1.018.691,69	0,00	7.981,15	0,00	31.970,85	1.114.551,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	7.749,61	15.499,22	8.715,96	7.981,15	7.981,15	7.981,15	0,00	10.411,24	0,00	7.981,15	0,00	31.970,85	106.271,48	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.280,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.280,45	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	452.039,68	465.379,10	493.501,30	458.283,03	471.402,86	476.195,78	443.555,97	38.619,54	896.937,48	462.665,78	473.844,82	470.011,14	5.602.436,48	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.756.032,39	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.756.032,39	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	5.602.436,48	52,09
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.808.257,49	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.517.844,62	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.227.431,74	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.219], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA — Portaria Nº 389 de 2018

RREO 3º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2019/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos					Inscritos						
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	21.292,29	228.344,91	196.613,63	0,00	53.023,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.023,57
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	9.710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202 GABINETE DO PREFEITO	0,00	9.710,70	9.710,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	38.491,89	0,00	33.135,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.135,42
0303 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	16.953,48	54.673,83	38.491,89	0,00	33.135,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.135,42
04 SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0404 SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	15.521,96	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
0505 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	16.521,96	15.521,96	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
0606 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	91.953,69	83.445,82	0,00	8.507,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.507,87
07 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	11.122,22	0,00	3.500,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,99
0707 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	14.623,21	11.122,22	0,00	3.500,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,99
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	34.003,06	0,00	5.047,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.047,36
0808 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	4.338,81	34.711,61	34.003,06	0,00	5.047,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.047,36
09 SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
0909 SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	2.097,50	760,00	0,00	1.337,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,50
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1111 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.206,10	1.206,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1212 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	759,28	759,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.592,60	0,00	494,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,43
1313 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.087,03	1.592,60	0,00	494,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494,43
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	700.289,22	56.485,69	0,00	643.803,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643.803,53
02 GABINETE DO PREFEITO	0,00	49.544,83	4.170,36	0,00	45.374,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.374,47
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	52.256,77	5.485,44	0,00	46.771,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.771,33
04 SECRETARIA MUNICIAPL DE FINANCAS	0,00	28.831,71	2.524,91	0,00	26.306,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.306,80
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	260.236,40	27.431,86	0,00	232.804,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.804,54
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	136.938,17	0,00	0,00	136.938,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.938,17
07 SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	0,00	29.762,74	3.224,78	0,00	26.537,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.537,96
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES	0,00	121.561,85	12.828,41	0,00	108.733,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.733,44
09 SEC. MUN. DE CULTURA, TURISMO, LAZER E COM. SOCIAL	0,00	7.983,76	0,00	0,00	7.983,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.983,76
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	2.830,15	230,23	0,00	2.599,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.599,92
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	1.010,22	0,00	0,00	1.010,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,22
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	1.278,64	0,00	0,00	1.278,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.278,64

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

13	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	8.053,98	589,70	0,00	7.464,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.464,28
	TOTAL (III) = (I + II)	21.292,29	928.634,13	253.099,32	0,00	696.827,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696.827,10

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Portaria Nº 389 de 2018

RREO 1º BIMESTRE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2019/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A FEV (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.216], PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA Portaria Nº 389 de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

PLANEJAMENTO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Município de Araputanga – MT, informa que:

Conforme o CTM Lei Complementar 585/2003, Artigos 225, 239, 312, 313, 315. Verificando os cadastros de contribuintes inadimplentes com referência aos Tributos Municipais, constatamos que V. Senhoria encontra-se em Débito com esta Municipalidade. Nestes termos, vimos pelo presente Avisá-lo, para que procure o Setor de Tributação da Prefeitura e Regularize seus débitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias. A não quitação implicará em Multa, conforme Art. 361, III, a), V, a), VI, j) da referida Lei, além do envio para Protesto. Débitos até o exercício de 2016 podem já constar Protestados, conforme Notificações anteriores. Os valores constantes nesta notificação poderão sofrer alteração na data de consulta ou quitação. Caso já tenha quitado os débitos, desconsidere esta Notificação. Os contribuintes prestadores de serviços devem fazer a Escrituração das NFs emitidas nos prazos regulamentares, e, na falta de movimentação, devem fazer a declaração de Sem Movimento, para que não fique em inadimplência no Município com respeito às obrigações tributárias e com inobservância a Lei Federal.

NOME DO (A) NOTIFICADO (A)
ANGELICA RIBEIRO DA SILVA
APARECIDO EMANOEL DE BARROS
BEOMAR JOSE DA ROCHA
DENIVAL GOUVEIA FERREIRA
DIEGO DA SILVA FERREIRA
DYEGO JEFFERSON SOARES DA SILVA
EDILSON SILVINO DE LIMA
EMERSON PEREIRA MEDEIROS
FABIANO SOUZA MOREIRA
FRANCISCO CRESTANI
GUSTAVO ARRUDA DE MESQUITA
JOSIANE LOPES DOS SANTOS
JUNISMAR FIDELIX GONÇALVES
LEANDRO GONÇALVES PEREIRA
LEANDRO VENTURA DE CAMARGO
LEONILDO NASCIMENTO VEDA
MARCOS PAULO ARAUJO DA SILVA
MAXUEL MONASKI
PATRICIA DE SOUZA BRAZ
PEDRO LEITE DO NASCIMENTO
ROBERTO CARLOS DA SILVA
SILVANA MARIANA DA CRUZ
WILLIAN ALVES MACHADO

Araputanga- MT, 09 de setembro de 2019.

Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA Nº 036.2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS : Nº 025/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 038/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Presidente Costa e Silva, s/nº, Vila Nova, Arenapolis – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA ILMAR FERNANDES DE CARVALHO-ME**, inscrito no CNPJ nº 25.220.923/0001-80, situada a Avenida Dante Martins de Oliveira, 3605, Sala 07, Bairro Carumbé na cidade de Cuiabá – MT, CEP 78.050-700, neste ato representada pelo seu representante Sr. **ILMAR FERNANDES DE CARVALHO,** brasileiro, casado, Médico, CRM/MT nº 8747, portador do RG nº 1040588-7 SJ/MT e CPF 616.469.031-53, residente e domiciliado na Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, 3605, Sala 7, Bairro Carumbé, CEP. 78.050-700, na cidade de Cuiabá/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E

EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA ESPECIALIDADE DE ULTRASSONOGRAFIA, NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO, conforme condições e especificações descritas abaixo:

LOTE UNICO – USG

ÍTEM	Código TCE	DESCRIÇÃO USG	QTD	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
01		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRASONOGRAFIA **(OBSTETRICA, ABDOMEN TOTAL, SUPERIOR, APARELHO URINARIO, MÁMARIA BILATERAL, PROSTATA VIA ABDOMNIAL, PELVICA GINECOLOGICA E TRANSVAGINAL).**	960	80,00	76. 800,00
VALOR TOTAL R$ 76.800,00					

VALOR TOTAL: R$ 76.800,00 (SETENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A empresa contratadase responsabilizará em executar os exames em caráter de urgência/emergência, respeitando escala definida pelo setor competente.

2.2. **Os exames deverão ser realizados no Pronto Atendimento utilizando-sr fos equipamentos do Município.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO DOS EXAMES

3.1. A contratada só poderá realizar os exames com guias autorizadas pela Central de Regulação Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde o condicionamento e guarda dos serviços prestados, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 025/2019**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 30/08/2019.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 025/2019**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 025/2019**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PRAZO

8.1. Os exames de ultrassonografia serão realizados utilizando-se dos equipamentos do Municipio, no período de Segunda a Sexta-feira, das 13:00 as 17:00hs, no pronto Atendimento localizado no Municipio de Arenápolis-MT, conforme demanda da Central de Regulação.

8.2. Os exames de urgência e emergência serão realizado de forma imediata, não se limitando aos horários constantes no item 7.1.

8.3. A contratada só poderá realizar os exames com guias autorizadas pela Central de Regulação Municipal e as quantidades de acordo com a necessidade do Municipio.

8.4. do Prazo:

8.4.1. No caso do não comparecimento do paciente no prazo de sete dias úteis, os laudos e filmes deverão ser enviados ao departamento de Regulação, Controle e Avaliação da SMS.

8.5 Os relatórios mensais obrigatórios deverão seguir modelo definido pelo departamento de regulação, controle e avaliação da SMS.

8.6. Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues até o último dia útil do mês;

8.7. O formulário de requisição de exames deverá vir assinado, exclusivamente por médicos e autorizados pela Central de Regulação, seguindo os protocolos clínicos Municipais.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos Serviços ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o serviços não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a *Secretaria de Saúde* aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade dos serviços efetuada pela Secretaria de Saude, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Arenapolis, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 025/2019**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUT. DA MEIDA E ALTA COMPLEXIDADE

CÓD. RED. 0322-06.021.10.302.0016.2065.3390.39.00.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Juridica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Arenápolis - MT., 30 de agosto de 2019.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA ILMAR FERNANDES DE CARVALHO-ME

ILMAR FERNANDES DE CARVALHO

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

AVISO DE LICITACAO - CONVITE 006/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 819058/2015/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA – PROCESSO Nº 2628.1025956-28/2015 E O MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS- MT**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizaráàs **09:00 horas, No dia 18 de Setembro de 2019**. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Arenápolis- MT, 09 de Setembro de 2019.

MARINALVA FERNANDES BEATO

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 3.633/2019

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE PREÇOS E DEFINIÇÃO DA CESTA DE PREÇOS ACEITAVEIS, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO AMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e com respaldo legal no artigo 15, inciso V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a necessidade da Administração Pública Municipal aferir com maior precisão os valores reais de mercado ao instaurar processos licitatórios, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação;

Considerando a necessidade de acelerar, com segurança jurídica, os procedimentos administrativos de contratação de bens e serviços, tornando mais eficiente a Administração,

DECRETA:

Art. 1º Os processos de licitação, de dispensa e inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com cotação ou justificativa de preço, nos termos do presente decreto.

Art. 2º Para os projetos básicos e executivos de obras públicas serão elaborados orçamentos detalhados em planilhas que expressem a composição e todos os seus custos unitários.

Art. 3º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros, consideradas cesta de preços aceitáveis:

I - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

II – pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

IV - tabelas oficiais e públicas que sirvam como parâmetro;

§ 1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados o previsto no incisos I e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§ 2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§ 3º A desconsideração dos preços inexequíveis ou os excessivamente elevados será feita conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Para efeito de cálculo da média aritmética serão desconsiderados os resultados que se apresentem com valor 50% (cinquenta por cento) inferior ou superior aos demais resultados apresentados.

§ 5º A utilização de outro método para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, com o fim de refletir com maior precisão a realidade do mercado, deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

§ 6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.

§ 7º A referência de preço efetuada por meio de instituições públicas ou privadas de formação de preços deverá ser apresentada em documento no qual conste os dados da instituição responsável pela lista.

§ 8º A referência de preço obtida através de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo da Internet deverá ser impressa diretamente do site, ou gravada em meio eletrônico com acesso no processo, sendo indispensável conter nome da empresa e preço unitário.

§ 9º A pesquisa de preços de que trata este artigo será comprovada no respectivo processo administrativo com o nome do agente público responsável e a data de sua conclusão.

Art. 4º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, devendo os orçamentos observar as seguintes características:

I - emissão em documento que conste os dados da empresa (CNPJ, contato telefônico e endereço eletrônico);

II - data de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

III - especificação do preço unitário e total;

IV - nome do responsável na pessoa jurídica pela cotação de preço;

§ 1º A cotação de preço que, pela natureza do objeto, não puder respeitar o prazo descrito no inciso II deste artigo, deverá ser devidamente justificada.

§ 2º Quando tratar-se de contratação para locação de mão-de-obra, a Administração deverá dar preferência às pesquisas de preços com fornecedores, observada a obrigatoriedade de constar em anexo, a planilha de custos correspondente.

Art. 5º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Finanças - SEMUFI implantará, progressivamente, banco de preços praticados, o qual deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico do Município, sendo equivalentes aos incisos I e II do art. 3º para realizar consultas quando da instauração de processos licitatórios, de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias do mês de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 11.008/2019, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial**, regido pela Lei Federal nº. 10. 520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 1. 392/2008 e nº. 3.259/2018 e, subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: contratação de pessoa física para a prestação de serviço de auxiliar de equipamentos topográficos, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.** Início da Sessão: **Dia 23/09/2019, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 09 de setembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.215/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

INTERROMPER o período relativo à **LICENÇA PRÊMIO** concedida através da Portaria nº. 11.137/2019, ao funcionário Sr. **ODAIR ALVES CHAVES**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 000629594-SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 561.963.342-04, ocupante do cargo de Carreira de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, *lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura*, de acordo com o memorando n ° 089/2019/GP, a partir do dia 1°/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.635/2019.

SÚMULA:

"Revalida a aprovação do loteamento denominado **" LOTEAMENTO LOTE 72."**, declarada no Decreto Municipal nº 3.268 de 05 de março de 2018 e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no usa das atribuições legais, em especial no art. 69, V, art. 169, ambos da Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 52/2011:

Considerando o requerimento apresentado por MB Construtora e Incorporadora LTDA que solicita revalidação do Decreto que aprovou o loteamento denominado **"LOTEAMENTO LOTE 72."**;

Considerando que o ato de revalidação não implica em mudanças das regras já pactuadas;

Considerando que existe justificativa do Requerente que não conseguiu averbar o ato em decorrência de suscitação de duvidas por parte do Cartório 1° Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos desta Comarca;

Considerando a Sentença proferida nos autos n° 2795-96.2018.811.0088 – Código 77016, que julgou improcedente a dúvida suscitada;

Considerando a necessidade de revalidar os efeitos da aprovação do Decreto municipal nº 3.268 de 05 de março de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revalidado na sua totalidade o Decreto Municipal nº 3.268 de 05 de março de 2018 que aprovou o loteamento denominado **"**Loteamento Lote 72", localizado no Lote 72, Quadra 01, do Loteamento Vila Operária, cidade de Aripuanã-MT, de propriedade da empresa MB CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias do mês de setembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.224/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido da Secretaria, a Srª **THALIA LAUANDA PAZ,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2748060-7 SSP/MT e do CPF nº. 061.607.721-12, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Orçamento e Compras - DIVORC**, Nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir do dia 09/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.223/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Srª. **GENEDITE ALVES DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2817113-6 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 302.628.104-25, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Apoio ao Idoso - DIAID,** nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social,* a partir do dia 09/09/2019, tornando sem efeito a Portaria n° **10.350/2018**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.222/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretario, a Srª **ANDREIA CRISTINA DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1736683-6 SSP/MT e do CPF nº. 028.976.901-94, para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Projeto - DEPROJ, Nível DAI–01**, *lotada na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento***,** a partir do dia 09/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.221/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Srª. **ANDREIA CRISTINA DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1736683-6 SSP/MT e do CPF nº. 028.976.901-94, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Divisão de Orçamento e Compras - DIVORC**, Nível **DAI-02,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças,* a partir do dia 09/09/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 10.035/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.220/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no anexo V da Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **SILVANA MARQUES STAUT DE CARVALHO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.507.14-6 SEJSP/MT e inscrita no CPF nº. 992.394.771-87, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*,**GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 70% (setenta por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe em razão de exercer a função de Secretária na Escola Municipal São José Operário, a partir do dia 02/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.219/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **EDSON FREITAS DA SILVA**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 787.846-ES SGPC/ES e inscrito no CPF sob o nº. 817.931.117-15, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-02,** a partir do dia 02/09/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.124/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.218/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr. **CARLOS EDUARDO MARTINS**,portador da Cédula de Identidade RG nº 3904956 DGPC/GO e inscrito no CIC sob o nº 712.443.011-91, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esportes e Lazer,* Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01,** a partir do dia 02/09/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.355/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.217/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº.10.136/2018,que concede Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-04**, ao Srº. **REGINALDO CORREA FERREIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 721.857 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 721.518.112-04, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura***,** *Esportes e Lazer,* apartir do dia 02/09/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.216/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária efetiva Sr.ª **MARIZA DONATO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 34.313.901-7 SSP/SP e inscrita no CPF nº. 962.412.841-34, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR**, **CLASSE** "**B"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, para ministrar 20 horas/aula excedentes no C.E.I. Raio de Sol, em virtude de substituição da professora Ozeni Rodrigues Nogueira, que se encontra em Licença Prêmio, no período de 02/09/2019 a **08/11/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias de setembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 029/2019

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Aripuanã

Secretaria Municipal de Finanças

APROVA PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO AO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - POP.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Procedimento Operacional Padrão ao Sistema de Compras e Licitações - POP, no âmbito da Administração do Poder Executivo do Município Aripuanã-MT na forma do Anexo Único.

Art. 2° As checagens do procedimento deverão ser efetuadas na análise da documentação das empresas licitantes bem como na fase de abertura das propostas, devendo o *Checklist* devidamente preenchido fazer parte integrante do Processo Licitatório.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 de setembro de 2019.

Registre-se

e

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANA-MT SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	**PROCESSO EM CONTRATAÇÃO PUBLICA Atualizado em 15/08/2019**
CHECKLIST – FRAUDES EM LICITAÇÃO - JULGAMENTO[i]	
Análise dos documentos e comportamentos das licitantes	
Objetivo: Garantir que o processo licitatório seja realizado em obediência ao princípio constitucional da isonomia, sem ocorrência de fraudes e conluios.	

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1. Julgamento da Licitação – Todas as modalidades e objetos				
1. Há erros semelhantes nos documentos ou cartas de proposta apresentadas por empresas diferentes, tais como **erros ortográficos e gramaticais**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
2. As propostas de empresas diferentes apresentam caligrafia ou tipo de letras semelhantes, ou utilizam formulários ou papel timbrado similares ou **mesmo padrão de apresentação**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
3. Os documentos das propostas de um concorrente fazem referência expressa às propostas de outros concorrentes ou utilizam o **cabeçalho ou número de fax de outro concorrente**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF			
4. As propostas de empresas diferentes contêm **erros de cálculo semelhantes**?	Diretrizes para combater conluios – OCDE.			
5. Os envelopes de empresas diferentes têm **carimbos postais** ou marcas de registo postal semelhantes?	Diretrizes para combater conluios – OCDE.			
6. Há **coincidência exata dos prazos de validade** das propostas de preço e/ou de validade dos produtos/serviços, sem que qualquer exigência a esse respeito houvesse sido formulada no instrumento convocatório?	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
7. As empresas participantes **existem juridicamente** junto ao órgão fiscal? Avaliar a existência jurídica das empresas participantes do certame, pesquisando seus dados nas bases do Sistema de CNPJ da SRF (seja na internet, seja nos sistemas da Rede Serpro (Acesso restrito).http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/c... a/cnpjreva_solicitacao.asp)	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
8. Foi constatada a **inexistência de vínculos empregatícios da empresa**? Consultar a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS e GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (Acesso Restrito) para confirmar a existência de empregados registrados pela empresa. A inexistência de vínculos empregatícios pode ser indicativo de fraude na emissão de atestados de capacidade técnica, especialmente em contratação de serviços terceirizados e ainda, de inidoneidade das informações presentes nos demonstrativos contábeis	Diretrizes para combater conluios – OCDE, Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
ouve identificação de **relacionamentos entre os licitantes**? Verificar possíveis relacionamentos entre os licitantes, tais como: endereços, telefones e e-mails em comum presentes nos documentos de habilitação da empresa; mesmo responsável técnico registrado no CREA (http://www.crea-mt.org.br/profissionais/consultar_profissional.php); data de constituição da empresa próxima da data do certame e área de atuação incompatível (http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/c... a/cnpjreva_solicitacao.asp); etc.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
10. A empresa de engenharia (Obras) encontra-se **inativa no CREA**? Analisar se a empresa de engenharia encontra-se ativa no CREA(http://www.crea-mt.org.br/empresas/consultar_empresa.php), pois sua inatividade pode indicar a não autenticidade dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
11. Os **selos** presentes nos documentos de habilitação e proposta de preços são **autênticos**? Consulta ao site do Tribunal de Justiça/Cartório competente para verificação da autenticidade dos selos presentes nos documentos de habilitação e proposta de preços da empresa vencedora, especialmente quando o tempo de emissão do documento é requisito habilitatório (http://www.tjmt.jus.br/selos).	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
12. Há **participação, ainda que indiretamente, de servidores do próprio órgão/entidade** contratante? Verificar no Sistema de CNPJ da Receita Federal e RAIS se o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação faz parte do quadro societário da empresa contratada.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
13. A empresa participante da licitação é **inidônea** para contratar coma Administração Pública? Consultar os cadastros impeditivos de contratação, a exemplo do Cadastro Específico de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Cadastro de Inidôneos do TCU (https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5:0::NO); Cadastro de Empresas Inidôneas da CGE/MT (http://www.auditoria.mt.gov.br/age_inidoneas.php); Cadastro de Empresas Inidôneas do TCE/MT (http://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/542); e Controle de Empresas Penalizadas da entidade.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
14. Há irregularidade nas **certidões de habilitação** emitidas pelas licitantes? Verificar a data de emissão das certidões de regularidade (INSS, FGTS, Certidões Estaduais e Municipais) apresentadas no processo, para constatar se são válidas e se sua emissão é muito próxima ou há semelhança nos documentos que possam sugerir que tenham sido realizadas por uma mesma pessoa ou conjunto de pessoas.	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
15. As **garantias de proposta/contratuais são inidôneas**? Verificar a idoneidade das garantias de propostas/contratuais, quando apresentadas na modalidade seguro-garantia (https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pe squisa.asp), se houver;	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
16. Existem **divergências entre assinaturas** apostas nos documentos presentes no processo?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68.			

	006-MG do STF.			
17. Os sócios que constam do Contrato Social possuem **condições financeiras compatíveis** com o cargo, conforme registrado na base de dados da RAIS e CNIS?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário e RE 68. 006-MG do STF.			
18. Nos processos realizados na modalidade convite, houve instrução com menos de três **propostas válidas**?	Súmula nº 248 do TCU			
19. Nos processos realizados na modalidade convite, foram convidadas licitantes cujo **ramo** de atividade econômica seja incompatível com o objeto de licitação?	Acórdãos 1.313/2011-TCU-Plenário, 349/2010-TCU-Plenário.			

Verificado por: _____

Visto do responsável pela analise

Aripuanã-MT, _____/_____/_____

Documento utilizado foi elaborado por Kleberson de Souza, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União (CGU), coautor dos Livros Controladoria no Setor Público e Como Combater à Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de Fraudes. Adaptado pela Controladoria do Sistema de Controle Interno – CSCI.

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados a contratação de empresa especializada para a locação de sistema de pesquisa de preço, em atendimento a Secretaria Municipal de Finanças, **com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.**

Aripuanã/MT, 09 de setembro de 2019.

TAMARA PIRAN DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

O Pregoeiro Oficial do município de Barão de Melgaço/MT, em cumprimento ao artigo 3° da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, toma público a Suspensão do procedimento licitatório Pregão Presencial de n° 008/2019, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PNEUS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOCICLETAS E BARCOS, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO, no município de Barão de Melgaço-MT, para alteração no Objeto da licitação. Tão logo sejam feitas as alterações será publicada nova data para abertura da sessão

Barão de Melgaço, 06 de setembro de 2019

WILSON PRADO DE BARROS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N.° 022/CMDCA/2019

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Barra do Bugres – MT, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, Na Lei Municipal n° 841/90, reestruturada pelas Leis Municipais n° 2.019/2012 e 2.177/2015 e na Lei Federal n° 8.069/90, reunidos em reunião extraordinária na data do dia 06 de setembro de 2019.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1° - Aprovar a Regulamentação da Campanha Eleitoral do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra do Bugres nos seguintes termos:

I – Os candidatos poderão promover as campanhas de suas candidaturas junto aos eleitores, através de reuniões individuais; debates e entrevistas coletivas; distribuição de material impresso (santinho e panfletos) e internet (redes sociais e aplicativos);

II - É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

III – Será permitida a propaganda em sites, blogs e vlogs de propriedade do candidato e específica a esta finalidade;

IV - Será permitida a divulgação em aplicativos e redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) de propaganda dos candidatos por terceiros, apenas de forma gratuita e não vinculada a contrapartida ou político partidária e nos sites, blogs ou vlogs será permitida desde que a publicização seja da campanha como um todo;

V - É livre a distribuição de material impresso (santinho e panfletos) desde que não perturbe a ordem pública e/ou a particulares, sob pena de eliminação do processo de escolha, sendo vedada a fixação das referidas propagandas em órgão e bem públicos e de uso comum;

VI - O material de divulgação das candidaturas não poderá conter nenhuma informação ou conteúdo além dos dados, propostas do candidato, local e data da votação sob pena de eliminação do processo de escolha;

VII - É vedada a propaganda individual, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos nesta resolução;

VIII - É proibido aos candidatos doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, conforme estabelecido no §3º do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990;

IX - É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

X - É proibido/vedado no dia da eleição, qualquer forma de propaganda, aliciamento ou convencimento de votante;

XI - Ao final do processo eleitoral o candidato terá 15 dias para informar ao CMDCA todas as doações recebidas, bem como suas origens;

XII - A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

XIII - As denúncias deverão ser formalizadas por escrito e ser protocoladas exclusivamente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e deverão ser formalizadas perante a Comissão Especial, apontando com clareza o motivo da denúncia, preferencialmente acompanhadas de prova material, podendo ser apresentadas por qualquer cidadão no prazo máximo de cinco dias úteis contados a partir da ocorrência fato.

Art. 2º A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos.

Art. 3° - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

_____

LUCAS ESTEVES DOS SANTOS COSTA

Presidente CMDCA Biênio 2019/2021

Barra do Bugres

Barra do Bugres - MT, 05 de abril de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2019 SRP

O pregoeiro do município de Barra do Bugres-MT, torna público que estará realizando no dia 20/09/2019 as 08h00min o PREGÃO PRESENCIAL 19/2019 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS E PRODUTOS DE LIMPEZA, UTENSILIOS DOMESTICOS E GÁS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO. Maiores informações e edital poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00 min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 09 de setembro de 2019.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 257 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 124,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LUCIANE DO PRADO,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Erenice Simão Alvarenga, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de **12/08/2019 a 16/08/2019,** em substituição a professora Nayanna Medeiros Martos que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 27 de Agosto de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 253 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018,001/2019, 003/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 99,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **PAULO RONEY CRISTO,**Licenciado em Matemática na E.M Dom Máximo Biennés, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 22/08/2019 a 20/09/2019, em substituição ao professor Cleomendes Cruz Nunes que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 26 de Agosto de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 12 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

Aprova as Prestações de Contas do 1º e 2º Trimestres do ano de 2019, da associação civil Lar Servas de Maria.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 1.308 de 21/11/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 03 de setembro de 2019, com registro em Ata nº. 280 e,

Considerando os ofícios nº 383 e 574 de 2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social e encaminhados ao Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, sem quaisquer ressalvas a Prestação de Contas referente ao 1º e 2º, Trimestres do ano de 2019, das contas relativas a associação civil Lar Servas de Maria, em cumprimento ao Termo de Fomento nº 001/

2019, recurso repassado via fundo a fundo pelo Governo Federal, através de Emenda Parlamentar, ao Bloco da proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 03 de setembro de 2019.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 11 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

Aprova as Prestações de Contas do 1º e 2º Trimestres do ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 1.308 de 21/11/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 03 de setembro de 2019, com registro em Ata nº. 280 e,

Considerando os ofícios nº 381, 382, 572 e 573 de 2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social e encaminhados ao Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, sem quaisquer ressalvas e após análise e parecer apresentada pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social a Prestação de Contas referente ao 1º e 2º, Trimestres do ano de 2019, das contas relativas aos Cofinanciamentos Estaduais FMAS/FEAS e Serviço de Acolhimento Adultos e Famílias, recursos financeiros destinados à execução dos serviços socioassistênciais executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 03 de setembro de 2019.

CAMILA RANGEL ORTIZ

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 182 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO SETEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **274**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**, ora denominada contratante, e senhor(a) **LUIS OTAVIO MONTEIRO GARCIA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo para exercer sua função na E.M Raquel Ramão da Silva em substituição ao servidor Iran Fardim Caetano que está de Licença Prêmio regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 06/09/2019 até 04/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 02 Setembro de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2019

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para execução, operação e manutenção de uma usina minigeradora fotovoltaica de 2.335kWp nas dependências da Prefeitura Municipal de Cáceres e na SICMATUR, de acordo com o Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor Estimado: R$ 10.717.532,40 (dez milhões, setecentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Realização: 11 de outubro de 2019 às 08:30 horas, Horário de Cuiabá-MT

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 025/2019

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL E COMPROMISSO DE DOAÇÃO Nº 001/2019

Pelo presente instrumento, o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Paulo Donizete da Costa, com sede à Rua Voluntários da Pátria nº 548, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 22.794.608/0001-78, devidamente autorizada por **Lei Municipal nº 2.476/2015** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, neste ato representada por seu Secretário Municipal, Júnior Cezar Dias Trindade, com sede à Rua Riachuelo nº 01, Bairro Cavalhada, inscrita no CNPJ sob o nº 36.886. 778/0001-97, concordam em celebrar o presente Termo de Cooperação

Técnica e Operacional e Compromisso de Doação de Camisetas, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica e Operacional e Compromisso de Doação, pela Autarquia Águas do Pantanal, a realização de palestra explicando sobre a importância da reciclagem e como deve ser separado o resíduo sólido domiciliar, esclarecendo a realização da coleta na zona rural e a entrega de 1000 Camisetas para realização do 6º Encontro de Mulheres Rurais de Cáceres em conformidade com o Plano de Trabalho e Cronograma de Execução, que constituem Anexos do presente Termo.

(,,,)

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

Cáceres – MT, 02 de setembro de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo SSA Águas do Pantanal

JUNIOR CÉSAR DIAS TRINDADE

Sec. Municipal de Agricultura e Des. Econômico

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº 012/2016-PGM

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 12/2016-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: – **ADITAR O PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES Nº.012/2016-PGM,** prorrogando o prazo do contrato para mais **121 (CENTO E VINTE E UM) DIAS** a contar do dia **06/08/2019 à 05/12/2019,** celebrado entre o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, e a Empresa **J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.** Tendo como valor o quantitativo de **R$ 44685,76 (QUARENTA E QUATRO MIL, CEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS),** correspondendo aos 4 (quatro) meses do aditivo.

ÓRGÃO UNIDADE: 18.001

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17.512.1007.2.211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres- 02 de agosto de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

DECRETO Nº. 563 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 21.754 de 06 de setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º -Nomear a servidora **VÂNIA DA SILVA LARA** para responder pelo cargo de Gerência de Cadastro e Controle Funcional, em substituição a titular **Roseane Nunes de Souza**, que estará em gozo de férias pelo período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2019.

Art.2º -Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de setembro de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 06.09.19

PORTARIA Nº 385 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 21.682 de 05 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder à servidora **FATIMA ARRUDA DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2011/2016, no período de 10 de setembro de 2019 a 08 de dezembro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de setembro de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 09.09.19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 124 A 127/2019 PREGÃO ELETRONICO Nº 53/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura e Logística e Assuntos Estratégicos.

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa paraRegistros de Preço para Aquisição de **pilhas e carregadores** para atender à demanda do Município de Cáceres**,** para as Secretarias: Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura e Logística e Assuntos Estratégicos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

EMPRESAS VENCEDORAS:

FERREIRA DE CARVALHO E CARVALHO LTDA CNPJ: 03.595.692/0001-56, perfazendo valor total de R$ 101,60 (cento e um reais e sessenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
6	**PILHA - TIPO ALCALINA**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO MINI **(N),** EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	**UNID.**	**RAYOVAC**	**16**	**6,35**	**101,60**

EBL ELETRÔNICOS EIRELI CNPJ: 07.511.067/0001-30, perfazendo valor total de R$ 3.279,43 (três mil e duzentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	**CARREGADOR DE PILHA** - CARREGADOR PARA BATERIA DE **9V** E PILHAS, CAPACIDADE PARA CARREGAR 1 BATERIA E 4 PILHAS.	**UNID.**	**ELGIN**	**12**	**44,85**	**538,20**
4	**PILHA RECARREGAVEL** - NI-MH, DE **9 VOLTS**,250 MA, DIMENSOES APROXIMADA DA EMBALAGEM: (2 X 8 X 11) CM (AXLXP) PESO APROXIMADO: 50G.	**UNID.**	**ELGIN**	**87**	**24,06**	**2.093,22**
12	**PILHA - TIPO ALCALINA (AAA),** NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO **TAMANHO PALITO**, EMBALADO EM CARTELA COM 4 UNIDADES	**CARTELA COM 4 UNID**	**EBOLT**	**137**	**4,73**	**648,01**

GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI CNPJ: 19.808.881/0001-08, perfazendo valor total de R$ 282,72 (duzentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	**PILHA** - TIPO LITHIUM BATERY REFERENCIA CR 2032, **NA VOLTAGEM DE 3V,** NO TAMANHO PADRAO, EMBALADO EM CARTELA COM DUAS PILHAS.	**UNID.**	**ELGIN**	**14**	**2,52**	**35,28**
8	**PILHA - TIPO COMUM**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO **TAMANHO MEDIA (C),** EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	**CARTELA COM 2 UNID**	**RAYOVAC**	**35**	**5,60**	**196,00**
9	**PILHA - TIPO COMUM**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO **TAMANHO GRANDE (D),** EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	**UNID.**	**RAYOVAC**	**04**	**6,00**	**24,00**
14	**BATERIA ALCALINA** - BATERIA ALCALINA REF. 6LR61,PARA USO EM GERAL,**VOLTAGEM 9V**	**UNID.**	**ELGIN**	**04**	**6,86**	**27,44**

MARIA CONSUELO SOARES DA MATA CNPJ: 28.697.784/0001-78, perfazendo valor total de R$ 5.285,63 (cinco mil e duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	**CARREGADOR DE PILHA** - PARA CARREGAR PILHAS **AA E AAA**, CAPACIDADE PARA CARREGAR 4 PILHAS AA E 4 PILHAS AAA.	**UNID.**	**ELGIN**	**42**	**48,55**	**2.039,10**
3	**PILHA RECARREGAVEL** - RECARREGAVEL DE NIQUEL HIDRETO METALICO-LIVRE, **1.2 VOLTS, ¨AA¨**, ATE 1000 VEZES RECARREGAVEL	**CARTELA COM 2 UNID**	**ELGIN**	**164**	**17,20**	**2.820,80**
10	**PILHA - TIPO ALCALINA**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO **PEQUENA (AA),** EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	**UNID.**	**ELGIN**	**30**	**2,89**	**86,70**
11	**PILHA - TIPO ALCALINA**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO **GRANDE (D),** EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES	**UNID.**	**ELGIN**	**12**	**14,19**	**170,28**
13	**PILHA - TIPO ALCALINA,** NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO **MEDIA AA**, EMBALADO EM CARTELA COM 04 UNIDADES	**UNID.**	**ELGIN**	**27**	**6,25**	**168,75**

Valor total do Processo R$ 8.949,38 (oito mil e novecentos e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 09 de Setembro 2019.

FERREIRA DE CARVALHO E CARVALHO LTDA CNPJ: 03.595.692/0001-56

REPRESENTANTE:CAIO TIAGO MOREIRA DE CARVALHO

RG: 2204172-9 SSP/MT

CPF: 029.047.501-50

EBL ELETRÔNICOS EIRELI CNPJ: 07.511.067/0001-30

REPRESENTANTE:RODRIGO CHIARATO DE ALMEIDA

RG: 6.872.384-1 SSP/PR

CPF: 031.181.989-31

GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI CNPJ: 19.808.881/0001-08

REPRESENTANTE: EDCARLOS PIMENTA DA COSTA

RG: 11969873 SJ/MT

CPF: 696.161.671-20

MARIA CONSUELO SOARES DA MATA CNPJ: 28.697.784/0001-78

REPRESENTANTE: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

RG: 32740965 SSP/SP

CPF: 257.650.728-01

ERRATA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 90/2019-PGM

No Extrato do Contrato Administrativo nº **90/2019-PGM**, publicado no dia 29/05/2019, Ano XIV/ Nº 3.237 e página 68, constatou erro material na data de elaboração do Contrato Administrativo, assim:

ONDE SE LÊ:

"Prefeitura de Cáceres – MT, 02 de maio 2018."

LEIA-SE:

"Prefeitura de Cáceres – MT, 02 de maio 2019."

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 09 de setembro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.441 DE 09 SETEMBRO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ALVIMAR JUSTINO MARQUES** como Fiscal de Contrato Administrativo **nº 033/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **COMÉRCIO, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES DINÂMICA Ltda,**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 09 de Setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2019 GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO

GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica

Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 Decreto nº 3026/2019

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas

do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o ofício do diretor Sidnei Tsitedzé Tserepipa.

RESOLVE:

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 elencado no

Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a

respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 13/09/2019, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os

requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018 e suas

alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos

Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos

referenciados neste Edital, deverão se apresentar de imediato na SEMEC no horário de 08:00 as

11:00 e de 13:00 ás 17:00.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do

candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública

(modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da

entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de Setembro de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LIMPEZA ÁREA INDÍGENA

Aldeia São Pedro-EMI Imaculada Conceição

DOMERCIO TSIWARI TSEREDZA E

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, CNPJ nº 00.965.152/0001-29.

Contratada: HELMERT ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.142.606/0001-00.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de levantamento topográfico georreferenciado do perímetro urbano do município de Campinápolis - MT.

Valor: R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Dotação: 09.010.15.452.0008.2032.3390390000 – RED.0444

Vigência: 31/12/2019.

Assinam: Jeovan Faria, por parte da CONTRATANTE e Warley Marques de Souza, por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2019 GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2019 GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 Decreto nº 3026/2019

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o ofício do diretor Sidnei Tsitedzé Tserepipa.

RESOLVE:

1.**CONVOCAR** candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018 elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 13/09/2019, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos

Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos

referenciados neste Edital, deverão se apresentar de imediato na SEMEC no horário de 08:00 as 11:00 e de 13:00 ás 17:00.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do

candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de Setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

Anexo I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

LIMPEZA ÁREA INDÍGENA
Aldeia São Pedro-EMI Imaculada Conceição
DOMERCIO TSIWARI TSEREDZA E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 3205 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR EUILDES LUCAS MACHADO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº 039/2019 datado de 09 de setembro de 2019.

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerado por motivo de concessão de aposentadoria ao servidor EUILDES LUCAS MACHADO que exercia o cargo de ELETRICISTA, CLASSE "D" NIVEL "09" junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 210 de 03 de janeiro de 1994

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: CONSTRUTORA MODELAR LTDA - ME, CNPJ nº 10.788.243/0001-90.

Objeto: prorrogar da vigência do contrato original por mais 120 (cento e vinte) dias, período que compreende 09/12/2019 a 07/04/2020; prorrogar o prazo de execução da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias, período que compreende 22/08/2019 a 18/02/2020.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original não mencionadas neste instrumento. Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Marcos Teixeira de Queiroz – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 2581/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na comercialização de veículos de rodoviário conforme detalhamento do termo convênio nº 867704/2018, observadas as especificações contidas no anexo I – Termo de Referência.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2019, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na comercialização de veículos de rodoviário conforme detalhamento do termo convênio nº 867704/2018, observadas as especificações contidas no anexo I – Termo de Referência; no qual foi vencedoraB a empresa COMÉRCIO, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES DINÂMICA Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.821.956/0001-50:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEN	MARCA/ MODELO	UNID.	QTD.	V. UNIT. (R$)	V. TOTAL (R$)
91104	CAMINHÃO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA UTIL MÁXIMA 15.350 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 6.02 M, POTÊNCIA 290 CV, COM CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M³. ANO 2019/2019 GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	FORD CARGO 2429 6X2 DIESEL ANO 2019/ 2019	UNID	1	325. 000,00	325. 000,00

Devendoser pago mediante a entrega do objeto, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 09 de setembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREVICAMP
PORTARIA

PORTARIA N.º 005/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição ào servidor Sr. Euildes Lucas Machado"

O Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, c/c Art. 12, § 2º, da Lei Municipal n.º 653 18 de agosto de 2004, que rege a previdência municipal, Súmula vinculante n. 33 c/c artigo art. 2º da Lei n.º 11.417 de 19 de dezembro de 2006, e Instrução Normativa SPPS n.º 03/2014, que altera a Instrução Normativa SPPS nº 01/2010; Lei Complementar nº 017 de 07 de abril de 2008 que dispõe sobre o Plano de Cargo Carreira e Salário dos servidores da Administração Municipal; e o anexo IX da Lei nº 086 de 02 de julho de 2019 que concede reajuste anual aos servidores do Município.

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição por – Agente Nocivo ao **Sr. EUILDES LUCAS MACHADO**, casado, portador do RG n.º 826058 SSP/MT e do CPF n.º 532.130.171-91, servidor Efetivo no cargo de Eletricista, Classe "D", Nível "09", 40 horas, devidamente matriculado sob nº 76, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, contando com 25 (vinte e cinco), 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, com proventos calculados pela integralidade da média aritmética**,** conforme processo administrativo do **PREVI-CAMP, n.º 2019.04.00018P,** a partir de **07/09/2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **07 de setembro de 2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Campinápolis - MT, 09 de setembro de 2019.

JANDER JOSE QUEIROZ FRANCO

Secretário de Administração

Homologo:

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT.

Contratada: COMPEC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.530.100/0001-34.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA QUARTA, para prorrogação de prazo, do contrato original firmado em 07 de janeiro de 2015.

Vigência: 24 de maio de 2019 a 24 agosto de 2019.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Fernanda de Oliveira Magno – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT.

Contratada: COMPEC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.530.100/0001-34.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA QUARTA, para prorrogação de prazo, do contrato original firmado em 07 de janeiro de 2015.

Vigência: 25 de agosto de 2019 a 25 de novembro de 2019.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Fernanda de Oliveira Magno – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
***REPUBLICADO PARA CORREÇÃO* LEI Nº 2.026, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019**

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 18.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 18. 000,00 (dezoito mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, para o reforço da seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

002.20.606.0016.20053. Apoio à Agricultura Familiar

3.3.90.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....
...R$ 18.000,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....
.....R$ 18.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320, de 1.964, da seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

002.20.606.0016.20053. Apoio à Agricultura Familiar

4.4.90.00. Aplicações Diretas

01.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....
...R$ 18.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO.....
.....R$ 18.000,00**

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 04 dias do mês de setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

*** REPUBLICADO PARA CORREÇÃO***

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 58/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**ALGOR METALURGICA LTDA**, CNPJ/MF 19.138.457/0001-95.

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas para atender a Agricultura Familiar através do Programa PRODESA, Contrato de Repasse nº 835604/2016/MAPA/CAIXA **.**

Valor: 13.950,00

Dotação Orçamentária

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 002 – Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena

Programática: 08.002.20.606.0016.20053.4.4.90.52.00.00

Fonte de Recurso: 03.24.054000 – Outros Convênios Com A União Não Relacionados Com A Educação - Exercícios Anteriores

Data: 09/09/2019

Prazo: até 31 de dezembro de 2019

Procedimento Licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 016/2019**

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2019

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 018/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO do ANEXO I do Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2019**, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de veículo tipo microônibus rodoviário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. Terá sua abertura no dia 20 de setembro de 2019 as **às 09:05 horas.** (horário de Brasília - DF), conforme publicações.

Retifica-se a especificação (largura das poltronas) do Anexo I do citado edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"...POLTRONAS RECLINÁVEIS, COM LARGURA MÍNIMA DE 950 MM.. ."

As demais disposições ficam sem alterações.

O edital com as retificações pode ser obtido junto aos sites:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes... e http://bll.org.br/

Campo Novo do Parecis, 09 de setembro de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 090/2019

ABERTURA: 23 de setembro de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 23 de setembro às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Procon.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de setembro de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2019

ABERTURA: 11 de outubro de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO: 11 de outubro de 2019 às 08:00 horas.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na produção e aplicação de massa asfáltica CBUQ, Capa selante com emulsão RR-2C, a ser aplicado na pista de pouso/decolagem do aeródromo municipal de Campo Novo do Parecis.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de setembro de 2019.

Leandro Nery Varaschin Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 495, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

RETIFICA A PORTARIA Nº 456 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

1. RETIFICAR a Portaria nº 456 de 20 de agosto de 2019, para constar como a lei determinante para o processo administrativo nº 07/2019 a Lei nº 1.458/2011, excluindo a lei nº 1.130/2006 do rol de legislação aplicáveis.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 503, DE 09 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR A SERVIDORA **DANIELA CRISTINA KUNZLER** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 502, DE 09 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR A SERVIDORA **CLEIDE SOARES DE MEDEIROS** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL, VINCULADO AO GOVERNO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 501, DE 09 DE SETEMBRO 2019.

EXONERA A SERVIDORA **CLEIDE SOARES DE MEDEIROS** DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 57/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **CLADIS BROLIO**, RG 0405491-1 SSP/MT, CPF 303.636.911-20.

Objeto: O objeto tem por finalidade a locação de imóvel em alvenaria com 430,22 metros quadrados, edificado na Rua Paraná, 810 NE, Bairro Centro, nesse Município, para atender a sede da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: 91.843,32

Dotação Orçamentária

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.122.0008.20084.3.3.90.36.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 **–** Recursos Ordinário Exercício

Data: 09/09/2019

Prazo: 12 (meses)

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação nº 10/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 500, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019, PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O ANO LETIVO DE 2020.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 491, DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

DESIGNA AS SERVIDORAS **LENIR REGINA DA SILVA JACOB E MARILANE CRISTINA MARTINS COSTA**, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃ0 DE BEM IMÓVEL Nº 57/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 492, DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR **RODRIGO SCHWEIG**, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 56/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 494, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS.

Presidente: Edilson José Sonsin/ matricula 599;

Membro: Pablo Marcelo Borges Carpinetti/ matricula 2254;

Membro: José Isair Godoi/ matricula 476;

Membro: Rodrigo Schweig/matricula: 4286;

Membro: Maria do Carmo de Jesus/matricula 2546;

Membro: João dos Santos Brito/matricula: 2541.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R$ **2.301,70.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 13/2019

TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, PARA APOIO FINANCEIRO, NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA USO DA ENTIDADE.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, inscrito no CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, representado pelo Prefeito Sr. **RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Alvorada, nesta cidade.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – APAE, CNPJ 01.657.456/00014-91, mantenedora da Escola Especial Bem-Me-Quer, neste ato representada por sua presidente, Sra. **LUCÉLIA ADRIANA FERREIRA**, CPF 023.304.101-07, residente e domiciliada na Rua Andiroba, nº 75-NE, Bairro Jardim Alvorada, nesta Cidade de Campo Novo do Parecis.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Novo do Parecis – APAE, para a apoio financeiro, na aquisição de materiais permanente e de consumo da entidade, conforme especificações do Plano de Trabalho (Ofício 127/2019 – parte integrante deste Instrumento).

Parágrafo Único: O presente Termo de Fomento encontra respaldo na lei 13.019/2014, em especial em seu artigo 46, IV.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A liberação dos recursos encontra respaldo nas Leis Federais 13.019/2014, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária especifica.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - **APAE** o montante de R$ 20. 000,00(vinte mil reais) que será desembolsado em parcela única.

§ 1º. As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 007. Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Programática: 11.007.08.242.0013.20123.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinário Exercício Anterior

DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – APAE no Ofício de nº 094/2019, em parcela única.

§ 1º Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

Nº	Competência	Data do Repasse	Valor R$
01	Setembro/2019	Até 16 de Setembro/2019	20.000,00
	TOTAL		20.000,00

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – APAE

I- aplicar os recursos **exclusivamente** nas finalidades estabelecidas no plano de trabalho e projeto,

II - transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento;

III - prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecido na Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

IV - fornecer dados complementares à Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

V - contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

VI - excluir o Município de campo Novo do Parecis de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;

VII - dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico (se houver) ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

CLÁUSULA SEXTA – Compete ao Município de Campo Novo do Parecis**:**

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar a superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

III - emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

IV - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, será composta por agentes públicos dos quais no mínimo 1/3 devem ser titulares de cargos permanentes.

a) a Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão.

b) São itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

b.1. descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b.2. análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

b.3. relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

b.4. menção aos valores pagos na forma do art. 54 da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

b.5. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

b.6. análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

V - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

VI – o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

VII – Transferir os recursos à Organização da Sociedade Civil de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante deste termo.

Parágrafo Único. O presente Termo terá como Gestor responsável a Sra. **SUSANA HENRIQUE**, a qual terá as incumbências descritas nos incisos deste artigo, conjuntamente com a comissão de Monitoramento e Avaliação.

DO PRAZO

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo terá vigência de 90 dias, com início de 05 de julho de 2019 e término em 03 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado em caso de atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA OITAVA - A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, dividida em duas partes, para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

CLÁUSULA NONA A prestação de contas deve conter o relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas no plano de trabalho com respectivo material comprobatório (notas fiscais emitidas em nome da associação, comprovantes de despesa, cupons fiscais, extratos bancários, etc.)

§ ÚNICO: A entidade deverá presta contas no prazo máximo de 30 dias a conta do recebimento dos recursos.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

Parágrafo Único: - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e Contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em Chamamento Público ou celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil - APAE ressarcir

a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

IV - a sanção estabelecida no inciso III, conforme o caso é facultado à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Será de responsabilidade da Administração Pública, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Este Termo de Fomento poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – APAE no Ofício nº 127/2019.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no Departamento Legislativo deste Município.

Campo Novo do Parecis/MT, em 04 dias do mês de setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO LUCÉLIA ADRIANA FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL PRESIDENTE DA APAE

SUSANA HENRIQUE

Agente Fiscalizadora

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº 14/2019

TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A ASPCNP - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, AGEM – PROJETO AGENTE MIRIM, PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETO QUE VISA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE EDUCACIONAL EM CUIABÁ, VISITA AO EXÉRCITO BRASILEIRO, BOPE, SOE, GOE, CIOPAER E EVENTUALMENTE A OUTROS LOCAIS DA CIDADE.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, inscrito no CNPJ/MF 24.772.287/0001-36, representado pelo Prefeito Sr. **RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, Bairro Alvorada, nesta cidade.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ASPCNP, CNPJ 26.607.686/0001-77, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Paraná, nº 1665-NE, Centro, Campo Novo do Parecis, neste ato representada por seu Presidente, Sr**. EVANILDO DE ARRUDA RODRIGUES**, brasileiro, inscrito no RG 1298484 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 901.075.431-68, residente e domiciliado em Campo Novo do Parecis.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade "Associação dos Servidores Penitenciários de Campo Novo do Parecis – ASPCNP - AGEM, para a apoio financeiro, no Projeto Agente Mirim – AGEM, que visa a consecução de atividade educacional em Cuiabá, visita a Exército Brasileiro, BOPE, SOE, GOE, CIOPAER e eventualmente a outros locais da cidade, conforme especificações do Plano de Trabalho (Ofício 205/2019 – parte integrante deste Instrumento).

Parágrafo Único: O presente Termo de Fomento encontra respaldo na lei 13.019/2014, em especial em seu artigo 46, II.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – A liberação dos recursos encontra respaldo nas Leis Federais 13.019/2014, 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária especifica.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL -ASPCNP o montante de R$ 21.440,00 (vinte e um mil quatrocentos e quarenta reais) que será desembolsado em parcela única.

§ 1º. As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 004. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Programática: 11.004.08.243.0013.20118.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinário Exercício

DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento será efetuado conforme plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – ASPCNP no Ofício de nº 205/2019, em parcela única.

§ 1º Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

Nº	Competência	Data do Repasse	Valor R$
01	setembro/2019	Até 05 de setembro/2019	21.440,00
	TOTAL		21.440,00

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – ASPCNP.

I- aplicar os recursos **exclusivamente** nas finalidades estabelecidas no plano de trabalho e projeto,

II - transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento;

III - prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecido na Lei nº 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

IV - fornecer dados complementares à Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

V - contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente termo;

VI - excluir o Município de campo Novo do Parecis de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto;

VII - dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico (se houver) ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

CLÁUSULA SEXTA – Compete ao Município de Campo Novo do Parecis**:**

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar a superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

III - emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

IV - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, será composta por agentes públicos dos quais no mínimo 1/3 devem ser titulares de cargos permanentes.

a) a Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, que será submetido à homologação pela Comissão.

b) São itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

b.1. descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b.2. análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

b.3. relação entre valores transferidos e valores comprovadamente utilizados;

b.4. menção aos valores pagos na forma do art. 54 da Lei 13.019/2014 (por exceção, sem transferência eletrônica), custos indiretos, remanejamentos autorizados, sobras de recursos financeiros, aplicações e valores devolvidos, se houver;

b.5. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas na prestação de contas;

b.6. análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

V - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

VI – o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

VII – Transferir os recursos à Organização da Sociedade Civil de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante deste termo.

Parágrafo Único. O presente Termo terá como Gestor responsável a Sra. **SUSANA HENRIQUE**, a qual terá as incumbências descritas nos incisos deste artigo, conjuntamente com a comissão de Monitoramento e Avaliação.

DO PRAZO

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo terá vigência de 90 dias, com início de 04 de setembro de 2019 e término em 02 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado em caso de atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA OITAVA - A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria, dividida em duas partes, para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

CLÁUSULA NONA A prestação de contas deve conter o relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas no plano de trabalho com respectivo material comprobatório (notas fiscais emitidas em nome da associação, comprovantes de despesa, cupons fiscais, extratos bancários, etc.)

§ Ú: A entidade deverá prestar contas no prazo máximo de 30 dias após o recebimento dos recursos.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A inexecução total ou parcial do presente Termo ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

Parágrafo Único: - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e Contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em Chamamento Público ou celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil - APAE ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

IV - a sanção estabelecida no inciso III, conforme o caso é facultado à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Será de responsabilidade da Administração Pública, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Este Termo de Fomento poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Integram este Termo, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil – ASPCNP no Ofício nº 205/2019.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no Departamento Legislativo deste Município.

Campo Novo do Parecis/MT, em 04 dias do mês de setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO EVANILDO DE ARRUDA RODRIGUES

PREFEITO MUNICIPAL PRESIDENTE DA ASPCNP

SUSANA HENRIQUE

Agente Fiscalizadora

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2019

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RAFAEL MACHADO**, brasileiro, em união estável, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF Nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, atendendo o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e cumprindo o disposto na Lei Municipal nº 883, de 08 de maio de 2002, torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** onde serão apresentados os seguintes assuntos:

a) Cumprimento das Metas Fiscais do 2° Quadrimestre, maio a agosto de 2019, nos termos do art. 9°, § 4°, da Lei de Responsabilidade Fiscal; b) Prestação de Contas do 2º Quadrimestre, maio a agosto de 2019 do Fundo Municipal de Saúde de Campo Novo do Parecis-MT em atendimento ao disposto no parágrafo 5º do artigo 36 da Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012;

c) Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 – PLOA 2020.

Data: 26 de setembro de 2019, quinta-feira. Horário: 18h30min. Local: Plenário da Câmara Municipal.

Campo Novo do Parecis, aos 09 dias do mês de setembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 102/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 102/2019** a se realizar no dia **23/09/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 09 de setembro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 020/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade **de Aquisição de licença de Softwares(Autodesk), para atender a demanda da equipe de Engenharia e Arquitetura, para atender à necessidade na execução de projetos urbanísticos e arquitetônicos para prestação dos serviços públicos essenciais ao Município de Campos de Júlio-MT**., cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link - licitações” e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 20/09/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 09 de setembro de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto 006/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2019.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO**:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e auditoria tributaria/fiscal para, em apoio a Administração, executar os serviços técnicos para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado, a União e ou terceiros nos limites do Município, e ainda, a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, bem como a recuperação demais tributos municipais (impostos, taxas etc.) que eventualmente demandem desta prestação de serviços.

VALOR GLOBAL ESTIMADO R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), baseando-se na expectativa do êxito que poderá ser alcançado pelo contratado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 4 - Secretaria Municipal de Finanças;

Unidade: 3 – Departamento de Fiscalização;

Centro de Custo: 4300 – Departamento de Fiscalização;

Despesa: 102 – 04.03.2.016.3.3.90.39.79.00.00.00 – Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 06/09/2019 a 05/09/2020.

VINCULAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 018/2019, Processo Administrativo nº 092/2019 e Processo de Compra nº 089/2019.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ/MF Nº 04.17.501/0001-84 / CONTRATADA.

LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT formalizou procedimento de Adesão a Ata de Registro de Pre-

ços nº 021/2019, originada do Pregão Presencial nº 005/2019, para futuras aquisições de materiais de construção para atender as necessidades das Secretarias pertencentes ao Municipio de Sapezal para os itens (11 e 15), realizado pelo pela Prefeitura Municipal de Sapezal, realizado pelo Município de Sapezal-MT, nos termos da referida Ata e do respectivo Edital, sendo detentora do preço registrado a empresa , MÁRCIO ANDRÉ FABRIN - EPP CNPJ/MF nº 00.752.255/0001-00, com valor total de R$ 187.267,50 (cento e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 09 de setembro de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 720/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO N. 720/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

ALTERA PARCIALMENTE O DECRETO N. 682/2019, QUE ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que as medidas adotadas se constituirão de instrumento básico de prevenção do equilíbrio fiscal preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o estabelecimento de um padrão de gestão responsável, mas acima de tudo, eficaz.

D E C R E T A:

Art. 1º. Altera parcialmente o artigo 4º, inciso I, do decreto municipal n. 682/2019, que passa a viger com a seguinte redação:

"[....]

Art. 4º*. Com a finalidade de promover economia e bom uso dos saldos de cotas liberadas, cada unidade orçamentária deverá adotar, no âmbito de suas competências, medidas necessárias para o controle e a redução dos gastos, ficando limitada a emissão de empenhos e a movimentação financeira, com base nos critérios estabelecidos no presente Decreto, quais sejam:*

I – *A concessão de diárias, fica restrita a autorização expressa do chefe do Poder Executivo Municipal e na sua ausência, subordinada a autorização do Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, ficando autorizado apenas aquelas viagens consideradas inadiáveis, no período de limitação de empenho;*

[...]"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogada as disposições em contrário, podendo seus efeitos serem suspensos, conforme se obtenha resultados de equilíbrio financeiro e orçamentário, nos termos do artigo 17º, do Decreto n. 682/2019, bem como, ser prorrogado por prazo indeterminado, conforme se fazer necessário.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte – MT, 09 de setembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 719/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO N. 719/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE-MT AFETADAS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS CONSTANTES – CÓDIGO COBRADE/CODIFICAÇÃO BRASILEIRA DE DESASTRES: 1.4.1;1.4.1.3;1.4.1.3.2, CONFORME IN/MI 01/2012".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

I – a imensa quantidade de focos de incêndios constatados na zona rural do Município, segundo levantamento dos servidores municipais, bem como pelas notícias e inúmeros pedidos de socorro trazidos pelos moradores da zona rural;

II - que em decorrência desses incêndios o dano material tem sido gigantesco, vez que tem sido atingidas lavouras, pastagens e até casas de moradores da zona rural;

III – que os incêndios provocam grande concentração de monóxido de carbono na atmosfera, acarretando danos à saúde da população, principalmente nos grupos etários mais vulneráveis, como idosos e crianças;

IV – que o período de estiagem ainda se prolongará por extenso período;

V – que o Município necessita tomar medidas emergenciais para combater e mitigar as consequências dos incêndios;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município atingidas por incêndios, conforme classificado e codificado como 1.4.1; 1. 4.1.3; 1.4.1.3.2, conforme IN/MI 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Sr.ª Glauce de Castro e Silva Costa, responsável pelo Órgão Municipal de Defesa Civil *(*Coordenaria Municipal de Defesa Civil - COMDEC*)*nas ações de resposta ao desastre, com as medidas necessárias**.**

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, sob a coordenação da (Coordenaria Municipal de Defesa Civil - COMDEC).

Art. 4º. A Sr.ª Glauce de Castro e Silva Costa, responsável pelo Órgão Municipal de Defesa Civil *(*Coordenaria Municipal de Defesa Civil - COMDEC*)* Poderá requisitar apoio técnico e logístico de toda Administração Pública estadual e federal, direta e indireta.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas propriedades, para prestar socorro ou para determinar a evacuação, se necessário;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 6º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 7º. O Órgão Municipal de Defesa Civil deverá apresentar num prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação deste Decreto, relatório descrevendo a situação das áreas atingidas pelos incêndios.

Art. 8º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com areabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 09 de setembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 003/2019/GAPRE

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 003/2019/GAPRE

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções;

CONSIDERANDO o poder discricionário, o ordenador primário pode delegar este poder a um agente administrativo por meio de ato formal, considerado como ordenador secundário.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional n. 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 035.116.061-28, com e-mail jackgrecchi@gmail.com para conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas das Empresa A.B.NETO-ME – CNPJ/MF sob o nº 05.595.288/0001-08, que tem por objeto as Publicações no Jornal Diário Oficial da União

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **HELEM DA SILVA NUNES**, matrícula funcional nº 1767 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 053.614.981-06, com e-mail helem_nunes@hotmail.com, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas das Empresa A.B.NETO-ME CNPJ/MF sob o nº 05.595.288/0001-08, que tem por objeto as Publicações no Jornal Diário Oficial da União.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 117/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 062/2019

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, **Lei Federal nº 8.666/93 corrigida e atualizada pelo Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018**, para a contratação da empresa **RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.830.704/0001-45, estabelecida na Avenida Pedro Ludovico Teixeira, nº 2457, Qd. 34, Lote 11, Setor Aeroporto, Cidade Aragarças, Estado de Goiás, pelo valor total de **R$ 3.625,00 (Três mil e seiscentos e vinte e cinco reais)**, que tem por objeto a **aquisição de Kits de estimulação Precoce para Secretaria Municipal de Saúde**, conforme termo de referência, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Canarana-MT, 06 de Setembro de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 041/2019

1º TERMO ADITIVOao Contrato nº 041/2019, firmado com a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME** para a **Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial (meio fio e sarjetas)** na Avenida Mato Grosso, trecho entre a Avenida 07 de Setembro e Rua Saudades, pista esquerda.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, devidamente inscrição no CNPJ nº 09.302.764/0001-06, com sede na Cidade de Cuiabá-MT, a Avenida General Mello, nº 1455, Sala 111, Bloco 02 – Conjunto General Center, Bairro: Campo Velho, CEP: 78065-290, representada na visita pelo seu sócio proprietário, e também engenheiro civil responsável técnico, o Sr. **SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JUNIOR**, portador do RG nº 0839732-5 SSP/MT e CPF nº 812.087.311-49, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO nº 041/2019**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 010/2018**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do contrato** e do **prazo de execução do 041/2019**, que tem por objeto a **Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial (meio fio e sarjetas)** na Avenida Mato Grosso, trecho entre a Avenida 07 de Setembro e Rua Sau-

dades, pista esquerda, Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Ficam acrescidos o total de **120 (cento e vinte) dias** para a **execução da obra**, estendendo-se o prazo até **07/11/2019** e **120 (cento e vinte) dias** para a **vigência** do contrato, prorrogando a vigência até o dia **28/02/2020**.

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II e III da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de execução do contrato por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, onde, em virtude dos poucos recursos financeiros municipais houve a redução do ritmo da obra, justificando que a prorrogação de execução não trará qualquer tipo de prejuízo aos cofres públicos, bem como da vigência do contrato para os futuros pagamentos de medições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 05 de Julho de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME

SEBASTIÃO DIAS DA SILVA JUNIOR

Sócio Diretor (proprietário)

CONTRATADA

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES

PORTARIA Nº 136/2019 de 28/02/2019

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 039/2019

Processo Seletivo Simplificado 001/2018

Edital de Convocação N° 039/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2018 homologado pelo decreto n° 2948 de 18 de janeiro de 2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura como segue:

CANDIDATO	CARGO	SELETIVO
SIMONE BELIZARIO DE SOUZA	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	001/2018

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 05 setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 038/2019

Processo Seletivo Simplificado 001/2018

Edital de Convocação N° 038/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2018 homologado pelo Decreto n° 2948 de 18 de janeiro de 2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura como segue:

CANDIDATO	CARGO	SELETIVO
ANDREA CAETANO DA SILVA	AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR	001/2018

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 03 setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº508/2019

Portaria nº508/2019

De 05 de setembro de 2019.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Esmeralda França da Rocha Medrado Bispo**, para exercer o cargo de Maestrina Coral Municipal cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos à 02/09/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 05 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.458 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Lei Municipal nº 1.458 de 09 de setembro de 2019

(Projeto de Lei nº054/2019 de autoria do Executivo).

"Dispõe sobre a AUTORIZAÇÃO para que o Executivo insira item à Lei 1.367/18 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a modificar e inserir na Lei 1.367/18 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2019, as modificações que seguem especificadas em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.457 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Lei Municipal nº 1.457 de 09 de setembro de 2019

(Projeto de Lei nº052/2019 de autoria do Executivo).

"Dispõe sobre a AUTORIZAÇÃO, para que o Executivo insira item à Lei 1.291/17 – Plano Plurianual, para o Quadriênio de 2018/2021".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a modificar e inserir na Lei 1.291/17 – PLANO PLURIANUAL para o Quadriênio de 2018/2021, as modificações que seguem especificadas em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.456 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Lei Municipal nº 1.456 de 09 de setembro de 2019

(Projeto de Lei nº053/2019 de autoria do Executivo).

"Dispõe Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar Especial por Excesso de Arrecadação (Operação de Crédito), com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional Suplementar Especial por Excesso de Arrecadação (Operação de Crédito Interna) no valor de R$ 6.071.478,84 (Seis Milhões, Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Oitenta e Quatro Centavos) para dar cobertura às dotações a serem inseridas na Lei Municipal 1.398/18 de 02 de outubro de 2018:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 0019 – URBANIZAÇÃO HUMANIZADA E SUSTENTÁVEL

FONTE DE RECURSO: 090 – Operações de Créditos Internas

Proj:/Ativ: 1.038 – Construção de Ciclovias Parque de Ginástica e Calçadas 07.02. 15.452.1.038.4.4.90.51.00

– Obras e Instalações R$ 3.407.749,34

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 0018 – ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL SUSTENTÁVEL

FONTE DE RECURSO: 090 – Operações de Créditos Internas

Proj:/Ativ: 1.040 – Ampliação e Reforma do sistema e Energia Elétrica

07.02.25.752.1.040.4.4.90.51.00 –

Obras e Instalações R$ 1.365.794,53

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E RODAGENS

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS

PROGRAMA: 0019 – URBANIZAÇÃO HUMANIZADA E SUSTENTÁVEL

FONTE DE RECURSO: 090 – Operações de Créditos Internas

Proj:/Ativ: 2.060 – Manutenção e Ampliação da Sinalização do Transito

07.02.15.452.2.060.4.4.90.51.00 –

Obras e Instalações R$ 1.297.934,97

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar Especial autorizado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de Operação de Crédito firmado entre a Prefeitura Municipal de Canarana e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme Lei municipal, 1.432/19 de 27 de março de 2019.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA R$ 6.071.478,84.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de setembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2019

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 116/2019 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 061/2019

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, **Lei Federal nº 8.666/93 corrigida e atualizada pelo Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018**, para a contratação da empresa **RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.830.704/0001-45, estabelecida na Avenida Pedro Ludovico Teixeira, nº 2457, Qd. 34, Lote 11, Setor Aeroporto, Cidade Aragarças, Estado de Goiás, pelo valor total de **R$ 9. 017,75 (Nove mil e dezessete reais e setenta e cinco centavos)**, que tem por objeto a **aquisição de 01 (uma) cadeira de rodas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme termo de referência, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Canarana-MT, 06 de Setembro de 2019.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 263/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 257/ 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado os membros representantes do conselho tutelar constantes no artigo 1º do Decreto nº257/2019, da seguinte forma:

Representante do Conselho Tutelar

Titular à Maria da Guia Freitas Dias, CPF: 928.065.891-34

Suplente à Osmar Luiz de Oliveira Mendonça, CPF: 910.544.941-34

Artigo 2º - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº257/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de setembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 168 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na data 09 de Setembro de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3837	Meire Viana de Freitas	Agente Comunitária de Saúde	Filha: Mayane Emanuely de Freitas Menegheti	09/09/2019	13/09/2019	05

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

SALUA SAMYRA CIACON SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 181/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 255/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica **CONVOCADO**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, o candidato aprovado pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOME	CLASSIFICAÇÃO
Professor de Educação Física (Licenciatura)		
333314	ROBISON LUCAS DO NASCIMENTO	4º CLASSIFICADO

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 09 de setembro de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora a empresa

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ 61.198.164/0001-60

LOTE 02 FRACASSADO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO - MARCA/MODELO	QUANT
4	51776	**KOMATSU/ESC. HIDRÁULICA PC200 LC8MO** Ano/Modelo: 2017/2017 Chassi: KMTPC244VHBB50338 SERIE B50338	1

5	85095	**KOMATSU/MOTONIVELADORA MODELO GD655-5** Ano/Modelo: 2018/2018 Chassi: KMIG-DO26LJBB40228 SÉRIE B40228	1
6	51774	**XCMG/MOTONIVELADORA GR180BR** Ano/Modelo: 2016/2016 Chassi: 9BX180D5LGAB00115	1
7	51775	**XCMG/PÁ CARREGADEIRA ZL30BR** Ano/Modelo: 2016/2016 Chassi: 9BX0300KVGAB00053	1

Carlinda – MT, 09 de Setembro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 167 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA, Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **TATIANE ROCHA CERQUEIRA DA SILVA** matricula n.º 3245, cargo de Pedagoga Social, na data 09 de Setembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 05 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA

Secretaria Municipal de Assistência Social

Decreto 113/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 166 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

GILBERTO PISKLEVTZ, Secretario Municipal Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALDEMIR GOMES DE ARAÚJO** matricula n.º 4130, cargo de Operador de Máquinas, na data 09 de Setembro de 2019, lotado na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 06 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

GILBERTO PISKLEVTZ

Secretaria de Municipal de Agricultura, Pecuária,

Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo.

Decreto 198/2018

GABINETE DO PREFEITO
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Carlinda-MT, CNPJ nº 01.617.905/0001-78**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Prévia, Instalação e de Operação, referente a implantação da Área de Recebimento de Resíduos de Construção Civil CLASSE A – INERTES, para recebimento e destinação de solos e concretos removidos nas atividades de construção civil, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aquela resultante da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos. A área está localizada na Linha 23, projeto de chácaras Carlinda 3, lote praça 22, conforme matricula 7.519, no município de Carlinda /MT.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2019

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DE EXTREMA POBREZA, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARLINDA - MT.**

E que teve como vencedora a empresa

FLOR DE MAIO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

CNPJ 26.511.522/0001-41

Carlinda – MT, 09 de Setembro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N. º 185/2019

PORTARIA N. º 185/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **julho/2015**, a Srª. LUZIA AUXILIADORA SILVA, portadora da Cédula de Identidade nº 1585025-0 SSP/MT e CPF nº 006.379.131.59 que exerce o cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 a 30 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 01 de agosto de 2019.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 184/2019

PORTARIA N.º 184/2019

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - . Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Abril/ 2019**, a servidora Srª NOELI GONÇALVES DE BORBA, Portadora da Cédula de Identidade nº 969591 SSP/MT e CPF nº 622.333.941-00, que exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2019.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N. º 182/2019

PORTARIA N. º 182/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici, Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

.

R E S O L V E:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JANEIRO/ 2019**, o servidor Srº JOAO FERNANDES DE LIMA, Portador da Cédula de Identidade nº 1287133-8 SSP/MT e CPF nº 009.456.241.58, que exercer o cargo de VIGIA lotado no Executivo Municipal –DMAE (Departamento Municipal de Agua e Esgoto) a contar de 01 a 30 de agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2019.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N. º 183/2019

PORTARIA N. º 183/2019

Mabel de Fatima Melanezi Almici , Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em março/ 2018, à servidora Srª OLIVIA RIOS FIGUEIREDO MONTEIRO, Portadora da Cédula de Identidade nº 12651354 SSP/MT e CPF nº 882.356.611.87, que exerce o cargo de BIOLOGA, lotado na Secretaria de Agricultura, a contar de 01 a 30 de agosto de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Mabel de Fatima Melanezi Almici

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PORTARIA N.º 008/2017 – REPUBLICAÇÃO.

PORTARIA N.º 008/2017 – REPUBLICAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR para o cargo de Secretário Municipal de Administração, de provimento em comissão, de Direção e Assessoramento Geral – DAG, a Senhora, SONIA APARECIDA PEREIRA, portadora da Cédula de Identidade n.º 0966.057-7, SESP/MT, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 622.012. 391-34, residente e domiciliado no Município de Castanheira-MT, com jornada de Dedicação Integral e vencimento/subsídio estabelecido por Lei Específica da Câmara Municipal c/c as disposições do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Executivo, a partir de 02 de janeiro de2017.

Art. 2.º As competências do cargo de Secretário Municipal nomeado pela presente Portaria estão dispostas na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo.

Art. 3.º NOMEAR a Servidora qualificada acima, interinamente, nas atribuições do cargo de provimento em comissão, de Administrador de Tesouraria – DAS-5, sem ônus para a Administração Municipal, como responsável pela movimentação das Contas Bancárias do Poder Executivo do Município de Castanheira-MT, relacionadas no ANEXO I e ANEXO II, da presente Portaria, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, data da primeira publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 02 de janeiro de 2017 - Republicação em 06 de setembro de 2019.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

GESTÃO 2017 Á 2020

Rua Mato Grosso, n.º 142, Bairro Centro, 78345-000, (66) 581-1166 Castanheira/MT

CNPJ: 24.772.154/0001-60 - e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

ANEXO I

Portaria n.º 008/2017

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita Municipal de Castanheira, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Fede-

ral e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor.

RESOLVE:

Atribuir os poderes abaixo discriminados a Servidora Sra. Sonia Aparecida Pereira, junto a Administração da Prefeitura Municipal de Castanheira CNPJ 24.772.154/0001-60, Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ 13.995.523/0001-67, Fundo Municipal de Saúde - CNPJ 13.995.526/0001-09 , Fundo Municipal de Defesa Civil – CNPJ 24.772.154/0005-93 .

- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS E COMPROVANTES
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES
- ENDOÇAR CHEQUES
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
-EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS E REPASSES E RECURSOS
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
-SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITOS
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA PARA MESMA TITULARIDADE
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de janeiro de 2017 - Republicação em 06 de setembro de 2019.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal de Castanheira

GESTÃO 2017 Á 2020

Rua Mato Grosso, n.º 84, Bairro Centro, 78345-000, (66) 581-1166 Castanheira/MT

CNPJ: 24.772.154/0001-60 - e-mail: prefeituracastanheira@gmail.com

ANEXO II

PORTARIA Nº 008/2017

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita Municipal de Castanheira, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor.

RESOLVE:

De acordo com a Lei Municipal nº 482/2005, que rege o Fundo de Previdência Municipal de Castanheira - CASTPREV, atribuir os poderes abaixo discriminados a Servidora Sra. Sônia Aparecida Pereira, referente ás contas bancárias Banco do Brasil AG 2226-8 Conta 28.805-9, Banco Bradesco AG 1584-9 CC 521.050-0 e CC 500.010-6, Caixa Econômica AG 3435 CC 58-5, Cooperativa de Créditos Sicredi AG 0821 CC 89997-2.

- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS DE CONTA CORRENTE
- CONSULTAR SALDOS E EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SUSTAR/CONTRA -ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR E BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
- EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO ELETRÔNICO E CHEQUES
- CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS E REPASSES DE RECEITA FEDERAL
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITOS E INVESTIMENTOS
- EMITIR COMPROVANTES
-EFETUAR TRANSFERÊNCIA PARA MESMA TITULARIDADE E OUTRAS TITULARIDADES, INCLUSIVE POR MEIO ELETRÔNICO
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO
- EFETUAR PAGAMENTOS POR CHEQUES E MEIO ELETRÔNICO COM OU SEM CÓDIGO DE BARRAS

Castanheira, Estado de Mato Grosso, 02 de janeiro de 2017 - Republicação em 06 de setembro de 2019.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal de Castanheira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 750/GP/2019 EM, 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 750/GP/2019

Em, 05 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª MARCIA FERNANDA PEREIRA GUEDES,** portadora do RG nº 08591261 e CPF nº 568. 702.301-10, na função de PSICOLOGO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, **10 (dez) dias de férias**, referente ao período de 03/04/2016 a 03/04/2017, restando 20 (vinte) dias para serem gozados em data oportuna, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 14/01/2020 e término em 23/01/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 24/01/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 14/01/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 753/GP/2019 EM, 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 753/GP/2019

Em, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º JOSE NEY FERREIRA,** portador do RG nº 630474 e CPF nº 452.685.091-87, na função de ASSESSOR JURIDICO, lotado no SECR. MUN.AGRICULTURA E ASS. FUNDIARIOS, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/09/2018 a 01/09/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/09/2019 e término em 09/10/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 10/10/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 10/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 752/GP/2019 EM, 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 752/GP/2019

Em, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal comissionada **Sr.ª MAILI DA SILVA MATOSO,** portadora do RG nº 16018818 e CPF nº 006.219.971-45, na função de ASSESSOR JURIDICO, lotada no GABINETE, **05 (cinco) dias de férias**, referente ao período de 17/09/2018 a 17/09/2019, restando 25 (vinte e cinco) dias para serem gozados em data oportuna, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 14/10/2019 e término em 18/10/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 21/10/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 14/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 751/GP/2019 EM, 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 751/GP/2019

Em, 05 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal contratada **Sr.ª SILVIA PATRICIA DE ARRUDA LIMA,** portadora do RG nº 2114810-4 e CPF nº 033.086.481-56, no cargo de PROFESSOR II 20 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**,** 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 05/09/2019 e término em 19/09/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 20/09/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 05/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ERRATA A CONVOCAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

ERRATA A CONVOCAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

I – TORNAR a ERRATA A CONVOCAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, SEM EFEITO para o mundo jurídico, não trazendo obrigações ao Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II - No corpo do Art. 2º, da Convocação da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Chapada dos Guimarães/MT, onde se lê: "A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT, no dia 30 de agosto de 2019".

Leia-se: "A Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT, no dia 27 de setembro de 2019".

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 09 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 754/GP/2019 EM, 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Portaria nº 754/GP/2019

Em, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CEDER – O servidor Público Municipal contratado **Sr. º LUCIANO ROSARIO DOS SANTOS,** portador do RG nº 18765718 e CPF nº 021.686.711-84, no cargo de MOTORISTA, para a Secretaria Municipal de Obras, conforme Oficio 888/2019/SMS.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir 02/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de setembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 036/2015

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 036/2015, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, E A EMPRESA O. W. ZAGO CONSTRUTORA ME.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, inscrito no CNPJ sob o n. 01.310.499/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Fiscal do Contrato, Fabrício Profeta da Cruz, RG n. 1710783-0 SSP/MT e CPF n. 030.420.591-54, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 731, de 01 de novembro de 2017, e a Empresa O. W. ZAGO Construtora Me, com sede na Avenida Dos Jacarandás, n. º 5013, Jardim Primaveras, Sinop/MT, inscrita no CNPJ sob o n. 20.728. 496/0001-21, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento no art. 79, II, da Lei n. 8.666/93, rescindir o Contrato n. 036/2015, a partir de 06 de setembro de 2019.

Fica assegurado à CONTRATADA o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados ao CONTRATANTE até a data da rescisão, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato.

Fabrício Profeta da Cruz

Fiscal de contrato

Portaria 731/2017

Prefeitura Municipal de Cláudia

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 069/2018

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 069/2018

CONTRATADA: **ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI**

OBJETO: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **26 de Outubro de 2019**. **DATA:** 27/08/2019**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 59/2019

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Noboru Tomiyoshi, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n.º 3032/ 2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Programa 2.019, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 42.342,64 (Quarenta e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), a serem consignados nas seguintes dotações orçamentarias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO 001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA 17. 982,373390300000 MATERIAL DE CONSUMO 1.365,293390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 001.10.302. 0044.20380 BLOCO II - MAC 14.033,533190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 400,003190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 2.038,953191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 6.522,503390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA SUBTOTAL 42.342,64 TOTAL 42.342,64

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no Artigo 1º, serão utilizados os recursos provinientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercicio anterior em conformidade com o Inciso I, §1º do artigo 43, da Lei 4.320/64:

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposicões em contrário:

Página: 1 2TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO, COLIDER - MATO GROSSO /

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito de Colider-MT, aos De , 1 de Julho de 2019

_____ NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 407/2019

O Senhor NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colíder - MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: Designar os servidores (as) *Clemencilva Pereira dos Santos Madeira, Babiere Pelissari, Janete Aparecida Nicastro Moreira, Rosangela Spontam Marques, Sueli Aparecida de Almeida Pinto e Sabino Gomes Barbosa*, para constituírem a Comissão Examinadora do Concurso Público 001/2019 desta Prefeitura, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento do referido certame.

ARTIGO 2º: A Presidente da Comissão será *Babiere Pelissari* e em suas ausências e impedimentos eventuais deverá ser substituída por *Clemencilva Pereira dos Santos Madeira*.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colíder – MT, 02 de setembro de 2019.

Noboru Tomiyoshi

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2019

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que do julgamento da documentação de habilitação do Processo Licitatório sob Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2019**, deliberou-se pela HABILITAÇÃO da empresa CEREZOLI & SANTOS LTDA ME, bem como pela INABILITAÇÃO da empresa GENÉZIO FERREIRA DE SOUZA ME. Fica pelo presente Intimada a empresa declarada Inabilitada, para, querendo, no prazo legal, apresentar eventual recurso contra a sua inabilitação nos termos do art.109, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/1993.

Colider/MT, 09 de setembro de 2019

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 58/2019

DE SEGUNDA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito Municipal de COLIDER, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 3035/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de COLIDER - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 928.833,00 (NOVECENTOS E VINTE E OITO MIL E OITOCENTOS E TRINTA E TRES REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO 001.04.122.0008.20030 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00 001.04.122.0008.20040 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA JSM 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00 SUBTOTAL 30.000,00 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA 001.27.812.0013.20070 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 3.000,00 002.13.392.0036.10150 CONSTRUÇÃO, REFORMA E READEQUAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.500,00 002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3190040000 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO 5.000,00 SUBTOTAL 14.500,00 05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO 001.04.122.0008.20110 MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA SPLAFA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 6.000,00 SUBTOTAL 6.000,00 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO 001.12.361.0037.10300 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-SME

0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.809,00 001.12.361.0037.20160 QUATO DO SALARIO EDUCACAO 0.1.15.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃ 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 50.000,00 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 16.800,00 003.12.361.0037.20310 FUNDEB 40 - FUNDAMENTAL 0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 2.945,49 003.12.365.0037.20320 FUNDEB 40 - INFANTIL CRECHE 0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 4.691,05 SUBTOTAL 89.245,54 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO 001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 4.000,00 3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 10.713,64 001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 5.498,76 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 5.353,71 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 125.798,00 001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 33,15 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.400,00 3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 10.250,00 3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 700,00 001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 1.700,00 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 3.420,20 3190130000 OBRIGACOES PATRONAIS - INSS 700,00 SUBTOTAL 174.567,46 08 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 001.20.608.0019.10460 APOIAR A REALIZACAO DE FEIRAS, FESTAS E EXPOSICOES 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3350410000 CONTRIBUICOES 15.000,00 SUBTOTAL 15.000,00 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL 001.08.244.0008.20500 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMAS

0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 9.520,00 3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 10.000,00 001.08.244.0033.10540 MANUTENCAO DO CRAS/PAIF/SCFV 0.1.29.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 25.000,00 SUBTOTAL 44.520,00 10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO 001.26.782.0008.20550 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SINFRA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 350.000,00 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 205.000,00 SUBTOTAL 555.000,00 TOTAL 928.833,00

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 GABINETE DO PREFEITO 001.04.131.0007.10100 PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 30.000,00 SUBTOTAL 30.000,00 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E CULTURA 001.27.812.0013.20070 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00 3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 6.500,00 002.13.392.0041.20090 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CULTURA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00 SUBTOTAL 14.500,00 05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E ADMINISTRACAO 001.04.122.0008.20110 MANUTENCAO DA ATIVIDADES DA SPLAFA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390920000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES 6.000,00 SUBTOTAL 6.000,00 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO 001.12.361.0037.10300 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-SME 0.1.22.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 14.809,00 001.12.361.0037.20180 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR-

ESTADO-F125 0.1.25.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO

Página: 3 5 /TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO, COLIDER - MATO GROSSO

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER GABINETE DO PREFEITO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 66.800,00 002.12.361.0037. 20280 FUNDEB 60 - FUNDAMENTAL 0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MA 3190050000 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS 23. 642,01 SUBTOTAL 105.251,01 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO 001.10.301.0044.20340 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMS F-102 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 4.000,00 3390930000 INDENIZACOES E RESTITUICOES 10.713,64 001.10.301.0044.20370 BLOCO I - ATENCAO BASICA 0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 92.898,00 3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 40.000,00 001.10.302.0044.20380 BLOCO II - MAC 0.1. 46.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00 3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO 250,35 001.10.304.0044.20400 BLOCO III - VIGILANCIA SANITARIA 0.1.46.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE 3191130000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS 700,00 SUBTOTAL 158.561,99 08 SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 001.21. 631.0023.20470 REGULARIZACAO FUNDIARIA RURAL E URBANA 0.1. 00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00 001.22.661.0019.10480 PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00 SUBTOTAL 15.000,00 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL 001.08.244.0008.20500 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FMAS 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.449,00 3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 3.311,00 3390320000 MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA 1.760,00 3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5. 000,00 3390360000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA 5.000,00 001.08.244.0033.10540 MANUTENCAO DO CRAS/PAIF/ SCFV 0.1.21.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00

Página: 4 5 /TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO, COLIDER - MATO GROSSO

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER GABINETE DO PREFEITO

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00 SUBTOTAL 44.520,00 10 SEC.MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRA E URBANISMO 001.06.182.0034.10590 DEFESA CIVIL - OBRAS EMERGENCIAIS 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00 4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00 4490510000 OBRAS E INSTALACOES 5.000,00 001.15.451.0043.10560 CONSTRUCAO, REFORMA, AMPL. E READEQ/ INFRA 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 10.000,00 4490510000 OBRAS E INSTALACOES 10.000,00 4490510000 OBRAS E INSTALACOES 10.000,00 001.15.451.0046.10620 AQUISICAO DE IMOVEIS DE INTERESSE PUBLICO 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 4490610000 AQUISICAO DE IMOVEIS 10.000,00 001.15.452.0046.20560 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE SERVICOS URBANOS 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS 3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 300.000,00 001.26.782.0032.20580 MANUTENCAO DO FETHAB-F130 0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB 3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 150.000,00 4490510000 OBRAS E INSTALACOES 25.000,00 SUBTOTAL 555.000,00 TOTAL 928.833,00

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO COLIDER - MT. AO HUM DIA DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

NOBORU TOMIYOSHI

Página: 5 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091/GP/2019

DECRETO Nº. 091/GP/2019, DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre Nomeação de Fiscais de Contrato, revogando as disposições em contrário, e dá outras providencias".

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam designados os seguintes servidores para atuarem como Fiscais de Contrato nos termos da Lei nº. 8.666/93:

a)- Gabinete do Prefeito:

Conceição Cameran Kopp

Matrícula nº. 6317

CPF nº. 816.629.981-04

b)- Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral:

Anderson Garcia Maia

Matrícula nº. 264

CPF nº. 953.405.136-53

Lucas Silva Silveira

Matrícula nº. 6933

CPF nº. 101.114.366-64

c)- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude:

Dimas Ferreira da Silva

Matrícula nº. 778

CPF nº. 420.032.022-34

Ceres Regina Bahls Kava

Matrícula nº. 494

CPF nº. 478.434.709-72

Joaquim Silas Tavares Fagundes Assis

Matrícula nº. 1696

CPF nº. 582.863.732-00

Wesley de Oliveira Pego

Matricula nº. 6932

CPF nº. 054.430.101-31

d)- Secretaria Municipal de Finanças:

João Paulo Miquelin Todesco

Matrícula nº. 6226

CPF nº. 350.830.878-20

e)- Secretaria Municipal de Administração:

André Zanchettin

Matrícula nº. 273

CPF nº. 877.335.791-04

f)- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Acir José de Campos

Matrícula nº. 5

CPF nº. 595.293.692-04

g)- Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego; Cidadania e Assistência Social:

Cristiane Oliveira da Silva

Matrícula nº. 654

CPF nº. 351.191.618-63

h)- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:

Nilcéia Santos Cardoso

Matrícula nº. 7261

CPF nº. 029.549.941-93

Reginaldo da Silva Gonçalves

Matrícula nº. 2908

CPF nº. 253.719.108-08

i)- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo:

Levi Gomes

Matrícula nº. 2053

CPF nº. 212.648.569-20

j)- Secretaria Municipal de Infra-Estrutura:

Juliano Schulze da Silva

Matrícula nº. 6941

CPF nº. 047.955.571-01

Claudio Ferreira Marinho

Matricula nº. 580

CPF nº. 204.569.642-15

Mauricio Cavichon Gomes

Matricula nº. 6444

CPF nº. 010.275.281-80

Jeferson da silva Rodrigues

Matrícula nº. 6913

CPF nº. 023.162.842-05

K)- Sub-Prefeitura do Distrito do Guariba

Raquel da Silva Simão

Matrícula nº. 2887

CPF nº. 031.067.201-58

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 03 de setembro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 03 de setembro de 2019

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO TERMO DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 005/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICA PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE FORMA EMERGENCIAL, CONFORME ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO DAS ESTRATÉGIAS DA SAÚDE DA FAMÍLIA (CONSULTAS AMBULATORIAIS, AVALIAÇÕES E ACOMPANHAMENTOS E OUTROS), SENDO QUE O ATENDIMENTO DEVERÁ OCORRER NAS UNIDADES QUE ESTÃO SEM MÉDICOS, CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DOTAÇÃO: 07.06.2.037.33.90.39.00.00.00.00.2000 (475)

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 070/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 09/09/2019 às 11:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 070/2019, tendo como objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL ATENDENDO AS SECRETARIAS DE SAÚDE, OBRAS E EDUCAÇÃO,** consagraram-se vencedora as empresas licitantes:**SAFRA AUTO PEÇAS LTDA ME, BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, ADRIANO DOS REIS EIRELI EPP.**

Comodoro – MT, 09 de Setembro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

EDITAL N.º 044/2019

EDITAL n.º 044/2019

De: 09.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Convoca o candidato abaixo relacionado nos termos do Decreto nº 030/2019, de 06 de agosto de 2019, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**:

ENFERMEIRO

Nome:	Colocação
MELQUIADES CASTRO DA SILVA NETO	4º lugar

Art. 2º. Os documentos para a **CONTRATAÇÃO** deverão ser apresentados conforme normas do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. O não comparecimento no período de 07(sete) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga para contratação.

Art. 4º. A contratação objeto do presente Edital, não prejudicará a classificação dos candidatos no resultado do Concurso Publico nº. 001/2018, que deverão ser convocados na ordem, e conforme necessidade da Administração Publica, para futura efetivação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

EDITAL N. 044/2019

EDITAL n.º 044/2019

De: 09.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Convoca o candidato abaixo relacionado nos termos do Decreto nº 030/2019, de 06 de agosto de 2019, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**:

ENFERMEIRO

Nome:	Colocação
MELQUIADES CASTRO DA SILVA NETO	4º lugar

Art. 2º. Os documentos para a **CONTRATAÇÃO** deverão ser apresentados conforme normas do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. O não comparecimento no período de 07(sete) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga para contratação.

Art. 4º. A contratação objeto do presente Edital, não prejudicará a classificação dos candidatos no resultado do Concurso Publico nº. 001/2018, que deverão ser convocados na ordem, e conforme necessidade da Administração Publica, para futura efetivação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 450/2019

PORTARIA Nº. 450/2019

DE: 02.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CEDER à servidora efetiva **GEANE GRANDE – Professora PII,** para exercer suas funções junto a **GUARDA MIRIM**, a partir de 01 de agosto de 2019, com ônus para esta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N. 449/2019

PORTARIA Nº. 449/2019

DE: 02.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS Regulamentares de 30 (trinta) dias aos servidores municipais abaixo relacionados, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	Período Aquisitivo	Período de Gozo
3273	Andreia Alves Garrido	Recepcionista/ Secretário da Junta de Serviço Militar	01.01.17 a 31.12.17	02.09.19 a 01.10.19
1545	Inez Francisca S. Elesbão de Oliveira	Gari	01.08.17 a 31.07.18	02.09.19 a 01.10.19
114	Luiz Moreira da Silva	Motorista de Veículo Pesado	01.01.17 a 31.12.17	02.09.19 a 01.10.19
1872	Mario Ramos Camargo	Vigia	17.07.18 a 16.07.19	02.09.19 a 01.10.19
539	Mauro Gomes Polli	Vigia	01.09.18 a 31.08.19	02.09.19 a 01.10.19
1884	Paulo Roberto Piovezan	Vigia	09.08.18 a 08.08.19	02.09.19 a 01.10.19
547	Ricardo Gomes Cardoso	Motorista de Veículo Pesado	01.09.18 a 31.08.19	02.09.19 a 01.10.19
3194	Sandra Santana Silva Varella	Gari	01.02.18 a 31.01.19	02.09.19 a 01.10.19
1539	Sivoneis José Teodoro	Agente de Combate as Endemias	01.01.18 a 31.12.18	02.09.19 a 01.10.19
4080	Vera Lucia da Silva Navarro	Coordenador do Lar da Criança	06.07.18 a 05.07.19	02.09.19 a 01.10.19

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 069/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 06/09/2019 às 08:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 069/2019, tendo como objeto**LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 14 (QUATORZE) PASSAGEIROS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, COM A FINALIDADE DE TRANSPORTAR PACIENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E OUTROS PROCEDIMENTOS NOS MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA, CÁCERES, CUIABÁ E VILHENA ESTADO DE RONDÔNIA,**consagraram-se vencedora a empresa licitante:**W V TURISMO LTDA.**

Comodoro – MT, 06 de Setembro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

PORTARIA N. 448/2019

PORTARIA Nº. 448/2019

DE: 02.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. ADQUIRIR 10 (dez) dias de férias dos servidores abaixo relacionados, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Abono Pecuniário
45	Carla Beatriz Guandalini	Assistente Administrativo/ Chefe de Gabinete	02.09.19 a 11.09.19
3627	Cleiton Willian Smaniotto de Oliveira	Auxiliar Administrativo/ Assessor de Gabinete	02.09.19 a 11.09.19
54	Marco Antonio Zimermann	Assistente Administrativo/ Coordenador de Obras e Projetos Públicos Geo-Obras	02.09.19 a 11.09.19

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 447/2019

PORTARIA Nº. 447/2019

DE: 02.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a servidora efetiva **JOANA DARQUE DA SILVA – Recepcionista, Matrícula 1465,** pelo período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de **01.09.2019,** em conformidade com o Art. 26,§ 5º da Lei Municipal n.º 1519, de 23 de junho de 2014, nesta municipalidade.

Art. 2º. Durante o afastamento da servidora o pagamento dos proventos da mesma ficará a cargo do COMODORO-PREVI.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administraçã

PORTARIA N. 446/2019

PORTARIA Nº. 446/2019

DE: 02.09.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde, a partir de **14. 08.2019** ao servidor efetivo **DOMINGOS DA GRAÇA DE LEMOS – Técnico em Enfermagem, Matrícula 2777,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a alínea "b", do art. 50, da Lei Municipal n.º 1.328, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Art. 2º. O servidor deverá ser colocado à disposição do COMODORO-PREVI, **a partir de 14 de agosto de 2019**, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo daquele órgão previdenciário inclusive perícia médica, até o final do afastamento, em consonância com o art. 16 da Lei Municipal n.º 1.519, de 23 de junho de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 445/2019

PORTARIA Nº. 445/2019

DE: 28.08.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR Servidores Municipais abaixo relacionados sob a presidência do primeiro para comporem, a **COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS**, nesta municipalidade, nos moldes do art. 8º e seguintes da Resolução Normativa n. 24/2014 – TP.

Ø **Wanderley Jovio de Oliveira - Presidente;**

Ø **Stelany Ribas Nogueira da Silva – Secretária;**

Ø **Everaldo de Jesus Costa – Membro, e**

Ø **Pollyne Rodrigues de Avelar – Membro.**

Art. 2º. A Comissão terá prazo de no máximo 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos, conforme art. 17, Resolução Normativa n. 24/2014 – TP, para apresentação de relatório circunstanciado da Constatação realizada.

Art. 3º. Os Servidores ora designados não perceberão remuneração pelos trabalhos que trata esta Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 401, de 01 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio Cesar Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 444/2019

PORTARIA Nº. 444/2019

DE: 28.08.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos abaixo relacionados para comporem a **JUNTA DE JULGAMENTO E RECURSOS DA SAÚDE**, de acordo com o Decreto nº. 037/2018, de 24 de setembro de 2018, artigo 5º e inciso 1º e 2º, nesta Municipalidade.

Membros:	Segmento:
Gilmar dos Santos Souza	Agente de Combate as Endemias
Carlos Alberto dos Santos Gama	Agente de Combate as Endemias
Richardicson dos Santos Cunha	Agente Comunitário de Saúde

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio César Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

NA EDIÇÃO Nº 3.307, do Diário Oficial dos Municípios no dia 05 de setembro de 2019

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 114/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO: N°. 177/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 124/2019

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIV | N° 3.307, Página 105, do dia 05 de setembro de 2019. Contratada: A.P. DA SILVA MULTIEVENTOS - ME, CNPJ: n° 10.883.236/0001-77.

Onde lê se:

VIGÊNCIA: 04/08/2019 a 04/03/2020.

Ler -se:

VIGÊNCIA: 04/09/2019 a 04/03/2020.

Confresa-MT, 09 de setembro de 2019.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 175/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 035/2019.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFECÇÃO DE GARAGEM E BRINQUEDOS EM AÇO E CONFECÇÃO TOLDO**,** PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE CONFRESA - MT**.**

CONTRATADA: MARCOS TULIO RIBEIRO SILVA 03757432193.

CNPJ:30.762.494/0001-02.

AVENIDA GABRIEL FERREIRA N°294, QD1, LT 1, BAIRRO SANTA ROSA-BARRA DO GARÇAS-MT- CEP: 78.600.000.

TELEFONE: 66-99671-6589/98425-8809.

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 26.000,00 (Vinte seis mil reais), para o fornecimento do item do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 035/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, em 09 de setembro de 2.019.

Ronio Condão Barros Milhomem.

Prefeito Municipal.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 115/2019.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 115/2019.

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, que o **Pregão Presencial SRP nº 115/2019**, com abertura prevista para o dia **11 de Setembro de 2019**, as 09h00min, cujo objeto é **"PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS E CAPACETES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E FINANÇAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT"**, prorroga-se o prazo de abertura do edital, **para 23 de Setembro de 2019 às 09h00min**., assim como retificar o Edital e Termo de Referência. O Edital retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departa-

mento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

Confresa-MT, 09 de Setembro de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro.

Portaria nº 134/2019.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 281/2019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

Portaria 281/2019 de 03 de Setembro de 2019.

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA SUA REALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em especial às contidas na Instrução Normativa SCI nº. 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar a COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL com a finalidade de apurar irregularidades na execução do CONTRATO Nº CPL 066/2012.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipal efetivos abaixo relacionados e qualificados para comporem a COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, que será presidida pelo primeiro, substituído pelo segundo nas ausências e impedimentos, secretariada pelo terceiro e auxiliada pelo quarto e quinto:

MEMBRO	CARGO/FUNÇÃO	MATRICULA
HUDSON KENNEDY DE SOUZA SILVA	TÉCNICO NÍVEL MÉDIO COMPUTAÇÃO	012503
MÁRCIA APARECIDA COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	010450
MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLE	PNSPJ - CONTADOR - 40 HORAS	012484
ADALBERTO DE ARAÚJO BASTOS PAGIOLLI	PNSG - ENGENHEIRO CIVIL	012481
ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA COSTA	PNSG - ARQUITETO	012840

Art. 3º - A Comissão ficará desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções.

Art. 4º - Os membros da Comissão terão o prazo de 05 (cinco) dias para início da apuração e desenvolverão os trabalhos sem prejuízo de suas atribuições rotineiras conforme horário exclusivo estabelecido pelo presidente da mesma.

Art. 5º - A comissão terá prazo de 90 (noventa) dias, para fazer a apuração dos fatos constantes desta portaria podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante pedido tempestivo e devidamente justificado, emanado pela Comissão da Tomada de Contas Especial e sujeito à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 067/2019 de 07/03/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Setembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 084/2019.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

NA EDIÇAO Nº 3.284, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na página 86, publicado no dia 05 de Agosto de 2019, e;

NA EDIÇÂO Nº 1690, do Diário Oficial de Contas, Tribunal de Contas de Mato Grosso, na página 45, publicada no dia 06 de Agosto de 2019.

ONDE SE LÊ:

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 084/2019, conforme segue:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES, INSUMOS E CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para a empresa:

C. A.DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME.

CNPJ: 26.457.348/0001-04.

END: AVENIDA GRAÇAS ARANHA, S/N, QUADRA 29, LOTE 09, SALA 02 e 03, JARDIM NOVA ERA, MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.916-070.

TELEFONE: (62) 3983-2238 / (62) 3983-2239.

E-MAIL: ca.distribuidora@hotmail.com.

Vencedora dos itens 3, 4, 12, 13, 30, 31, 34, 42, 48, 58, 61, 64, 67, 70, 72, 73, 80, 93, 123, 130, 131, 143, 152 e 166 do certame no valor global de R$ 82.797,86 (Oitenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Seis Centavos).

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.

CNPJ: 05.443.348/0001-77.

END: AVENIDA SEGUNDA RADIAL, Nº 363, SETOR PEDRO LUDOVICO, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.280-090.

TELEFONE: (62) 3241-8277.

E-MAIL: centermedica.hospitalar@hotmail.com.

Vencedora dos itens 5, 7, 8, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 35, 38, 43, 44, 49, 56, 57, 62, 65, 76, 77, 84, 85, 89, 92, 96, 100, 101, 105, 106, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 122, 126, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 156, 158, 163, 167, 168 e 171 do certame no valor global de R$ 235.697,70 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Setenta Centavos).

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME.

CNPJ: 03.250.803/0001-92.

END: RUA PROFESSOR JOÃO FÉLIX, Nº 635, SALA 05 e 07, BAIRRO LIXEIRA, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, CEP: 78.008-435.

TELEFONE: (65) 3611-7200.

E-MAIL: licitacao@distribuidorafama.com.br. e famahospitalar@hotmail.com.

Vencedora dos itens 6, 15, 33, 41, 47, 50, 52, 53, 55, 59, 63, 71, 74, 75, 79, 83, 90, 91, 98, 99, 107, 124, 125, 127, 132, 133, 142, 145, 146, 147, 151, 157, 159, 160 e 162 do certame no valor global de R$ 717.775,63

(Setecentos e Dezessete Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos).

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME.

CNPJ: 12.313.826/0001-90.

END: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, Nº 1158, QUADRO 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.840-090.

TELEFONE: (62) 3086-6453.

Vencedora dos itens 1, 2, 9, 10, 11, 19, 20, 23, 28, 29, 32, 36, 37, 39, 40, 45, 46, 51, 54, 60, 68, 69, 78, 81, 82, 86, 87, 88, 94, 95, 97, 102, 103, 104, 108, 112, 113, 116, 119, 120, 121, 128, 129, 136, 138, 144, 148, 149, 150, 161, 164, 165, 169 e 170 do certame no valor global de R$ 245.352,10 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Dez Centavos).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 02 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

LEIA-SE:

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 084/2019, conforme segue:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES, INSUMOS E CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA LABORATÓRIO MUNICIPAL DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para a empresa:

C. A.DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME.

CNPJ: 26.457.348/0001-04.

END: AVENIDA GRAÇAS ARANHA, S/N, QUADRA 29, LOTE 09, SALA 02 e 03, JARDIM NOVA ERA, MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.916-070.

TELEFONE: (62) 3983-2238 / (62) 3983-2239.

E-MAIL: ca.distribuidora@hotmail.com.

Vencedora dos itens 3, 4, 12, 13, 30, 31, 34, 42, 48, 58, 61, 64, 67, 70, 72, 73, 80, 93, 123, 130, 131, 143, 152 e 166 do certame no valor global de R$ 82.797,86 (Oitenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Seis Centavos).

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.

CNPJ: 05.443.348/0001-77.

END: AVENIDA SEGUNDA RADIAL, Nº 363, SETOR PEDRO LUDOVICO, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.280-090.

TELEFONE: (62) 3241-8277.

E-MAIL: centermedica.hospitalar@hotmail.com.

Vencedora dos itens 5, 7, 8, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 35, 38, 43, 44, 49, 56, 57, 62, 65, 76, 77, 84, 85, 89, 92, 96, 100, 101, 105, 106, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 122, 126, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 156, 158, 163, 167, 168 e 171 do certame no valor global de R$ 277.297,70 (Duzentos e Setenta e Sete Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Setenta Centavos).

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME.

CNPJ: 03.250.803/0001-92.

END: RUA PROFESSOR JOÃO FÉLIX, Nº 635, SALA 05 e 07, BAIRRO LIXEIRA, MUNICÍPIO DE CUIABÁ-MT, CEP: 78.008-435.

TELEFONE: (65) 3611-7200.

E-MAIL: licitacao@distribuidorafama.com.br. e famahospitalar@hotmail.com.

Vencedora dos itens 6, 15, 33, 41, 47, 50, 52, 53, 55, 59, 63, 71, 74, 75, 79, 83, 90, 91, 98, 99, 107, 124, 125, 127, 132, 133, 142, 145, 146, 147, 151, 157, 159, 160 e 162 do certame no valor global de R$ 717.775,63 (Setecentos e Dezessete Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos).

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME.

CNPJ: 12.313.826/0001-90.

END: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, Nº 1158, QUADRO 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.840-090.

TELEFONE: (62) 3086-6453.

Vencedora dos itens 1, 2, 9, 10, 11, 19, 20, 23, 28, 29, 32, 36, 37, 39, 40, 45, 46, 51, 54, 60, 68, 69, 78, 81, 82, 86, 87, 88, 94, 95, 97, 102, 103, 104, 108, 112, 113, 116, 119, 120, 121, 128, 129, 136, 138, 144, 148, 149, 150, 161, 164, 165, 169 e 170 do certame no valor global de R$ 245.352,10 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Dez Centavos).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 02 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

Confresa-MT, 09 de Setembro de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 181/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 037/2019.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFORMAS DE EQUIPAMENTOS DE GINASTICA E BRINQUEDOS BANCOS E MESAS DE REFEITÓRIOS,PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

CONTRATADA:

MARCOS TULIO RIBEIRO SILVA 03757432193.

CNPJ:30.762.494/0001-02.

AVENIDA GABRIEL FERREIRA N°294, QD1, LT 1, BAIRRO SANTA ROSA-BARRA DO GARÇAS-MT- CEP: 78.600.000.

TELEFONE: 66-99671-6589/98425-8809

VALOR TOTAL CONTRATADO R**$ 26.068,00 (Vinte Seis mil e Sessenta e Oito reais),**para o fornecimento do item do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 037/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, em 09 de Setembro de 2.019.

Ronio Condão Barros Milhomem.

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA DE INSTALAÇÃO		
LI N°: 012/2019	**VÁLIDA ATÉ:** 09/09/2021	
PROCESSO N°:463/2019	**DATA DE PROTOCOLO:** 14/05/2019	
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME		
ATIVIDADE LICENCIADA: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.		
LOCALIZAÇÃO: Avenida dos Jardins, Nº 1051 – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: 14°32'12.99"S , 59°32'49.46"W		
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME **CNPJ/CPF:** 11.888.463/0001-58		
ATIVIDADE PRINCIPAL: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.		
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 019/SDS/2019		
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 09/09/2019	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS**	**Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

A renovação da licença deve ser protocolada 90 dias antes de seu vencimento.

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA DE INSTALAÇÃO		
LP N°: 11/2019	**VÁLIDA ATÉ:** 05/09/2021	
PROCESSO N°: 721/2019	**DATA DE PROTOCOLO**: 19/07/2019	
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: Prefeitura Municipal de Conquista D Oeste.		
ATIVIDADE LICENCIADA: Pavimentação asfáltica e Drenagem Pluviais em vias urbanas		
LOCALIZAÇÃO: Rua dos Jacarandás, Rua das Aroeiras, Rua dos Cajueiros, Rua dos Pequizeiros, Avenida das Palmeiras, Avenida das Acácias e Avenida dos Oitis. **Zona Urbana** Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254 000		
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Conquista D Oeste. **CNPJ/CPF:** 04.219.688/0001-56		
ATIVIDADE PRINCIPAL: Administração Publica		
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 016/SDS/2019		
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 05/09/2019	Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretario/SDS	Analista Ambiental Eliane Aparecida de Freitas Portaria: 146/2018 Matricula: 274

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

A renovação da licença deve ser protocolada 90 dias antes de seu vencimento.

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA PRÉVIA		
LP N°: 11/2019	**VÁLIDA ATÉ:** 05/09/2021	
PROCESSO N°: 721/2019	**DATA DE PROTOCOLO**: 19/07/2019	
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: Prefeitura Municipal de Conquista D Oeste.		
ATIVIDADE LICENCIADA: Pavimentação asfáltica e Drenagem Pluviais em vias urbanas		
LOCALIZAÇÃO: Rua dos Jacarandás, Rua das Aroeiras, Rua dos Cajueiros, Rua dos Pequizeiros, Avenida das Palmeiras, Avenida das Acácias e Avenida dos Oitis. **Zona Urbana** Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254 000		
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Conquista D Oeste. **CNPJ/CPF:** 04.219.688/0001-56		
ATIVIDADE PRINCIPAL: Administração Publica		
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 016/SDS/2019		
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 05/09/2019	Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretario/SDS	Analista Ambiental Eliane Aparecida de Freitas Portaria: 146/2018 Matricula: 274

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA PREVIA		
LP N°: 012/2019	**VÁLIDA ATÉ:** 09/09/2021	
PROCESSO N°:463/2019	**DATA DE PROTOCOLO:** 14/05/2019	
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME		
ATIVIDADE LICENCIADA: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.		
LOCALIZAÇÃO: Avenida dos Jardins, Nº 1051 – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: 14°32'12.99"S , 59°32'49.46"W		
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME **CNPJ/CPF:** 11.888.463/0001-58		

ATIVIDADE PRINCIPAL: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.		
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 019/SDS/2019		
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 09/09/2019	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS**	**Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA DE OPERAÇÃO	
LO N°: 07/2019	**VÁLIDA ATÉ:** 09/09/2022
PROCESSO N°:463/2019	**DATA DE PROTOCOLO:** 14/05/2019
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME	
ATIVIDADE LICENCIADA: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.	
LOCALIZAÇÃO: Avenida dos Jardins, Nº 1051 – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: 14°32'12.99"S , 59°32'49.46"W	
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: M. De Lourdes Da Silva Peres – HOTEL - ME **CNPJ/CPF:** 11.888.463/0001-58	
ATIVIDADE PRINCIPAL: Meio de Hospedagens- Localizados fora de APP e área de conservação - HOTEL.	
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.	
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 019/SDS/2019	
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 09/09/2019	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS** — **Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

A renovação da licença deve ser protocolada 90 dias antes de seu vencimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na lei Federal Nº 8.069/90 e na Lei Complementar Municipal Nº 128 de 03 de Abril de 2019 que "Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Conselho Tutelar no Município de Curvelândia e dá outras providências."

Resolve:

Art.1º - Convocar o conselheiro suplente Sr. **Eliel Pereira da Silva**, em razão da conselheira suplente **Srª Diana Kerolaine Frade de Andrade**, convocada em **28/06/2019**, para substituir escala de férias das Conselheiras Tutelares Titulares do cargo, estar afastada para tratamento de saúde, conforme atestado médico.

Art. 2º – A nomeação do segundo suplente será pelo prazo que perdurar o atestado da primeira suplente, ou ao término da escala de férias das Conselheiras Titulares do cargo.

Art. 3º - Este edital entrará em vigora na data de sua publicação.

Curvelândia - MT, 06 de Setembro de 2019.

_____

BENEDITO BORGES DE CARVALHO

Presidente do CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 010/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019, do tipo "Menor Preço Global", tendo como objetivo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE COZINHA, REFEITORIO E ADEQUAÇÕES NOS BANHEIROS DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARINHA DE ANJO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 12/08/2019, onde se sagrou vencedor desta licitação a empresa ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME, inscrita no CNPJ nº 18.627.821/0001-18, com o valor de R$ 128.481,96 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 09 de Setembro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019/SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÃO COMERCIAL E FORNECIMENTO DE COFFE BREAK PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologada a empresa:

SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - EPP, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.813.461/0001-58, para os itens nº 47225, 47226, 47227, 47228, 47229, 47230, 47231, 47220, 47221, 47232, 47233, 47238, 47239, 47240, 47241, 47245, 47246, 47222, 47223 e 47224 no valor total de R$ 267.688,00 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e oito reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 09 de Setembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2.287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PRE-

ÇOS, do tipo “Menor preço por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MESA, CADEIRA, TAMPÕES E TOALHAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT**, que se deu no dia 05/09/2019, onde **sagrou-se vencedora de todos os itens do certame a empresa MARIA CLEIDE DE OLIVEIRA - EPP, Inscrita no CNPJ Nº 02.774.709/0001-70, com um valor total de R$ 61.250,00 (sessenta e um mil duzentos e cinquenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 09 de Setembro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

SETOR RH
T E R M O DE P O S S E

Aos cinco dias do mês de Setembro do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***MARIA EDUARDA MUFARDINI DE ALMEIDA***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 3009771-1 SESP/MT e CPF sob nº 062.248.551-29, Título de Eleitor sob 0354 7590 1805 - Zona 007 - Seção 240, CTPS sob nº 59819/Série nº 0060/MT, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 291, Bom Jesus, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 168/2019, de 02 de Setembro de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 05 de Setembro de 2019.

MARIA EDUARDA MUFARDINI DE ALMEIDA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÃO COMERCIAL E FORNECIMENTO DE COFFE BREAK PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - EPP.**

CNPJ nº: **09.813.461/0001-58**

Valor total da ata: **R$ 267.688,00 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e oito reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 10 de Setembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 172/2019

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR 011/2011 E DECRETO Nº 065/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela abaixo, anexa de acordo com o Decreto Nº 065/2019.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/09/2019, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 06 de Setembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA						
SERVIDOR	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE/ NIVEL ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SAL. REENQ.**
Marilene Almeida Santos	Técnico de Desenvolvimento Infantil	Técnico de Desenvolvimento Infantil	B - 03	C - 03	R$ 2.899,49	R$ 3. 286,09
Claudia Cristina Tavares Grandizolli	Apoio Administrativo Educacional	Nutrição Escolar - Profissionalizado	B - 02	B - 03	R$ 3.015,72	R$ 3. 131,71

Diamantino, 06 de Setembro de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2018

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATADA:NILTON SERGIO GONÇALVES EIRELLI ME, CNPJ 27. 948.452/0001-56

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de doze (12) mesesdo prazo de execução e da vigência, constante da Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 039/2018, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2019

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 004/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 004/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 004/2019, TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE REFORMA DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE NA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL (SISREG), DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO E REDE/LÓGICA, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, AMBOS PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE COM CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR e **ADJUDICAR** a *Y. GABRIELLY DALMAGRO CNPJ: 23. 478.976/0001-70 - Fantasia: R. V. CONSTRUCOES, com sede na AV JOSE TURQUINHO 177, LOTEAMENTO MONTE LIBANO- RONDONOPOLIS, CEP: 78.710-320*, conforme resultado da TOMADA DE PREÇOS 004/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO 024/2019, no valor global de **R$ 61.860,83 (sessenta e um mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e três centavos).**

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 09 de setembro de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

Órgãos:. Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo e Departamento de Água e Esgoto

Identificação: Pregão Presencial nº 020/2019

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, de forma parcelada, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 20/09/2019

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 09 de setembro de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2019, *TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE - MODALIDADE INTERMEDIÁRIA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, AMBOS PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, COM RECURSOS ORINDOS DO FNS DE SAÚDE/MS, PROJETO DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA SISMOB/MS E PORTARIA Nº 4.139, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.*

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR e **ADJUDICAR** a EMPRESA: *AFAN SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - CNPJ: 33.621.765/0001-06- Fantasia: AFAN SERVICOS ADMINISTRATIVOS, com sede na RUA SAO BENEDITO, 238, SALA A, BAIRRO: LIXEIRA, MUNICIPO DE CUIABÁ MT, CEP: 78.008-405*, conforme resultado da TOMADA DE PREÇOS 003/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2019, no valor global de **R$ 112.067,78 (Cento e doze mil, sessenta e sete reais e setenta e coito centavos)**.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 09 de setembro de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 042/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 06 de setembro de 2019, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 042/2019**, tendo como objeto **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NATALINOS PARA A DECORAÇÃO NATALINA NAS AVENIDAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa **DIA DE FESTA LTDA**, que foi vencedora dos itens: 001, com valor final de R$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos), 002, com valor final de R$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos), 003, com valor final de R$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos), 004, com valor final de R$ 3,00 (três reais), 005, com valor final de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), 006, com valor final de R$ 9,80 (nove reais e oitenta centavos), 007, com valor final de R$ 1,00 (um real), 008, com valor final de R$ 378,50 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), 009, com valor final de R$ 378,50 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), 010, com valor final de R$ 399,50 (trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), 014, com valor final de R$ 378,50 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), 015, com valor final de R$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos), 016, com valor final de R$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), 017, com valor final de R$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos), 018, com valor final de R$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos), 019, com valor final de R$ 378,50 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), 020, com valor final de R$ 378,50 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), 021, com valor final de R$ 34,00 (trinta e quatro reais), 022, com valor final de R$ 88,10 (oitenta e oito reais e dez centavos), 023, com valor final de R$ 156,10 (cento e cinquenta e seis reais e dez centavos), 024, com valor final de R$ 20,10 (vinte reais e dez centavos), 025, com valor final de R$ 102,00 (cento e dois reais), 026, com valor final de R$ 102,80 (cento e dois reais e oitenta centavos), 027, com valor final de R$ 40,30 (quarenta reais e trinta centavos).

Feliz Natal – MT, 09 de setembro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 260/2019

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 06 de setembro de 2019, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2019**, tendo como objeto **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, Sendo que a Empresa**BIEDERMANN & SANTOS LTDA. ME**, que foi vencedora do presente certame no valor final de R$ 545.018,80 (quinhentos e quarenta e cinco mil, dezoito reais e oitenta centavos).

Feliz Natal – MT, 09 de setembro de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 260/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº058/2019

PREGÃO PRESENCIAL - SRP - Nº 037/2019

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa para prestação de serviços **MÉDICOS CLINICO GERAL E CIRURGIÃO** para o município de Gaúcha do Norte-MT, que será realizada no dia **20/09/2019 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O edital será disponibilizado no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 06 de setembro de 2019.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE – MT.

Contratado: MEDEIROS ENGENHARIA EIRELI - CNPJ Nº 27.406.174/0001-05.

Modalidade: Carta Convite Nº 001/2019.

Objeto: Reforma da cobertura do Prédio da Câmara Municipal.

Valor Global: R$ 122.735,42 (cento e vinte e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

Dotação: 01.001.1.004– 4.4.90.51.00.

Data Assinatura Contrato: 09/09/2019.

GNRT-MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019. ELÇO DOMINGOS ALVES **Vereador Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

TERMO ADTIVO CTR 044/2018

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO **Nº** 044**/201**8 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**.**

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.612/0001-95, com sede na Avenida Delson Rodrigues s/nº Centro – General Carneiro - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente e Domiciliado à BR 070, Km 66, Centro, nesta cidade, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, denominada como CONTRATANTE, e de outro lado e a Empresa **AUTO POSTO BACABA LTDA-EPP,** CNPJ nº 09424309000183, situada a Rua 7 de Setembro nº S/N, Bairro Centro, cidade General Carneiro, estado Mato Grosso, CEP 78.620-000, representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) Deuseny Damásio de Sousa, portador(a) da RG nº 885.278 SSP/MT CPF nº **568.483.741-72**, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, CEP 78.600-000, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo aditivo;

CLAUSULA PRIMEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente aditivo encontra embasamento legal nos art. 57 e 65, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 e nas Cláusulas Notado referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. Necessidade de acréscimo nos preços de Diesel comum, Diesel S10, Etanol e Gasolina comum, conforme reajustes autorizados pela Agência Reguladora Nacional do Petróleo, conforme clausula 12 do contrato 044/2018;

Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATO	REAJUSTE	VALOR ATUAL
01	ETANOL	2,79	3.6%	2,89
02	DIESEL COMUM	3,99	4%	4,14
03	DIESEL S10	4,05	3.5%	4,19
04	GASOLINA COMUM	4,64	3,3%	4,79

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 Fica ajustado o preço do litro do etanol (item 01), passando de preço do contrato de R$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.1.1 Etanol : R$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos), corresponde a 3,6 % (três ponto seis por cento) do valor inicial contratado;

3.2 Fica ajustado o preço do litro do diesel comum (item 02), passando de preço do contrato de R$ 3,99 (treis reais e noventa e nove centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.2.1 diesel comum : R$ 4,14 (quatro reais e quatorze centavos), corresponde a 4,0 % (quatro por cento) do valor inicial contratado;

3.3 Fica ajustado o preço do litro de diesel S-10 (item 03), passando de preço do contrato de R$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.3.1 DIESEL s10: R$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos), corresponde a 3,5 % (três ponto cinco por cento) do valor inicial contratado;

3.4 Fica ajustado o preço do litro da gasolina comum (item 04), passando de preço do contrato de R$ 4,64 (quatro reais e quatro centavos) para o preço abaixo, conforme segue:

3.4.1 Gasolina comum: R$ 4,79 (quatro reais e setenta e nove centavos), corresponde a 3,3 % (três ponto três por cento) do valor inicial contratado;

3.5 Passando a vigorar a partir do dia 06 de setembro de 2019

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

General Carneiro/MT, em 05 de setembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL GENERAL CARNEIRO

CONTRATANTE

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

AUTO POSTO BACABA LTDA-EPP

CNPJ nº 09424309000183

Responsável

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ **NOME:** _____

RGNº:_____

RGNº:_____

O presente Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração, em 05 de setembro de 2.019.

_____

UBIRATAN BARROSO DE CASTRO JUNIOR

Procurador Geral do Município

OAB/MT 20.394

PORTARIAS 2019

PORTARIA Nº 180/GP/2019 De, 01 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário VALDIR VIEIRA LIMA, exercendo a função de MOTORISTA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 08 de JUNHO de 2016 a 08 de JUNHO de 2017, que serão gozadas do dia 01 de Agosto a 30 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 01 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/GP/2019 De, 05 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária LUCEIA RODRIGUES DA SILVA, exercendo a função de CONSELHEIRA TUTELAR, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 10 de JANEIRO de 2018 a 10 de JANEIRO de 2019, que serão gozadas do dia 05 de Agosto a 03 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/GP/2019 De, 06 de Agosto de 2019.

“Dispõe sobre nomeação de servidor

e dá outras providências."

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **RAFAEL CARNEIRO LEÃO**, Portador do RG nº 24298247 SEJUSP/MT e CPF nº. 046.434.991-50, para exercer em Comissão o Cargo de **SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTOS**, junto ao Departamento de Administração desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 06 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/GP/2019 De, 07 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário JOSÉ ASSUNÇÃO DA SILVA, exercendo a função de GUARDA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2018 a 03 de AGOSTO de 2019, que serão gozadas do dia 07 de Agosto a 05 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 07 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/GP/2019 De, 16 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária ODETH RIBEIRO DA SILVA, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2017 a 20 de JANEIRO de 2018, que serão gozadas do dia 16 de Agosto a 14 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/GP/2019 De, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de FÉRIAS a funcionária LIEGY DIVINA ONOFRE DE OLIVEIRA, exercendo a função de ASSISTENTE JURÍDICO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 02 de JANEIRO de 2018 a 02 de JANEIRO de 2019, que serão gozadas do dia 21 de Agosto a 30 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/GP/2019 De, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário PETROLICE LEITE SANTOS, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2018 a 03 de AGOSTO de 2019, que serão gozadas do dia 21 de Agosto a 19 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/GP/2019 De, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO FILHO, exercendo a função de PEDREIRO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 16 de ABRIL de 2018 a 16 de ABRIL de 2019, que serão gozadas do dia 20 de Agosto a 18 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/GP/2019 De, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a funcionária TÂNIA DE SOUSA FERREIRA, exercendo a função de MERENDEIRA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2014 a 03 de AGOSTO de 2019. Que será indenizada, fracionada em 06 (seis) parcelas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/GP/2019 De, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a funcionária HELEM CRISTINA SOUZA FERREIRA, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, que será gozada 01 (um) mês, do dia 19/08/2019 à 17/09/2019 e indenizada os (02) dois meses restantes referente ao período aquisitivo de 05 de FEVEREIRO de 2012 a 05 de FEVEREIRO de 2017, fracionada em 04 (quatro) parcelas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/GP/2019 De, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a funcionária EDVÂNIA BATISTA RESENDE, exercendo a função de PROFESSORA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, que será indenizada, fracionada em 06 (seis) parcelas, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 1998 a 02 de AGOSTO de 2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/GP/2019 De, 03 de Setembro de 2019.

"Dispõe sobre designação de servidor

e dá outras providências."

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o funcionário Srº. **ARTHUR PEREIRA SANTOS**, Portador do RG nº 2005499-8 SSP/MT e CPF nº. 042.418.481-84, no Cargo de **FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO**, como **RESPONSÁVEL PELA REDE DE ÁGUA DO MUNICÍPIO**, com a jornada de 20 horas semanais, junto ao Departamento de Água e Esgoto, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT. Considerando seus efeitos retroagidos desde a data de admissão de 15 de Fevereiro de 2018, e para o biênio 2019/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/GP/2019 De, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO ao funcionário JOSÉ ELEVAIR DE MATOS, exercendo a função de MOTORISTA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 1998 a 02 de AGOSTO de 2003. Que serão gozadas do dia 02 de Setembro de 2019 à 30 de Novembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/GP/2019 De, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária WALQUIRIA ROSA BARBOSA DE MORAES, exercendo a função de AGENTE DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 01 de FEVEREIRO de 2013 a 01 de FEVEREIRO de 2014, que serão gozadas do dia 02 de Setembro a 01 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/GP/2019 De, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária DALVA OLIVEIRA DE LACERDA, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2018 a 03 de AGOSTO de 2019, que serão gozadas do dia 02 de Setembro a 01 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 03 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/GP/2019 De, 09 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária LUZIA PRIMO PARREIRA, exercendo a função de CONSELHEIRA TUTELAR, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 10 de JANEIRO de 2018 a 10 de JANEIRO de 2019, que serão gozadas do dia 09 de Setembro a 09 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Setembro de 2019.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ERRATA AO CONTRATO N.º 059/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE/MT**, torna público para conhecimento dos interessados **ERRATA AO CONTRATO N.º 059/2019**, referente a matéria publicada no diário oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, mais especificamente no dia 28 de Agosto de 2019, página 122-123 da edição de nº 3.301.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 3.1 O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses, sendo desde a data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade e interesse público, de comum acordo entre as partes, Mediante Termo Aditivo, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO

3.1 A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, pagará à contratada, pelos combustíveis os preços integrantes da proposta aprovada, Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários totais incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos combustíveis objeto do processo licitatório, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim único pagamento pela aquisição e entrega dos combustíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Emitido as requisições, a contratada deverá apresentar na sede da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, junto à Secretaria de Administração e Finanças, a Nota Fiscal correspondente ao combustível.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de entrega dos combustíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

4.1 O valor do presente Contrato, a preços iniciais, é de R$ 63.840,00 (Sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais), correspondentes a entrega dos seguintes produtos nos respectivos valores:

PARTE INTERESSADA	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos Próprio	6.000 litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 23. 940,00
Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer - Recursos Próprio	6.000litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 23. 940,00
Secretaria Municipal de Saúde	4.000 litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 15. 960,00
T O T A L			R$ 63. 840,00

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 5.1 A despesa, correrá a conta da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, conforme ordem de fornecimento.

Código Reduzido: 042

Orgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2011 – Manutenção Das Despesas do Dep. de Agricultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 099

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.25 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 097

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 088

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 059

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2024 – Manutenção e Encargos C/ Dept. de Obras Publicos e Serv. Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 153

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0122 – Fethab

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

Código Reduzido: 178

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 179

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 164

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 165

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 371

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 373

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1 O prazo para a entrega dos combustíveis será de acordo com a necessidade da CONTRATANTE de acordo com o Edital e Termo de Referencia desta Licitação que originou este Contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos combustíveis será fracionada, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste-MT, da qual deverá abastecer diretamente nos veículos, dentro do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos produtos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

7.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula terceira deste CONTRATO.

7.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

7.4. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

7.5. Solicitar a substituição de todo e qualquer produto: cuja marca seja diferente da ofertada na proposta, que apresente vícios de qualidade que os torne impróprios para a utilização, ou que não atenda qualquer das especificações deste contrato e do Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.2 Entregar os produtos definidos na cláusula quarta deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo III do Edital de Pregão nº 08/2019, com os termos do Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 08 (oito) dias a partir da solicitação;

8.3 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

8.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

8.5 Responsabilizar-se pela entrega dos produtos inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

8.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

8.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos produtos objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

8.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao município de Glória D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

8.9 Entregar os produtos com todos os recursos necessários à sua utilização, garantindo a substituição dos que estiverem em desacordo com os padrões de qualidade exigidos no Edital ou cuja marca diferir da ofertada na proposta da CONTRATADA;

8.10 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

8.11 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

8.12 Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

8.13 A CONTRATADA deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado a ser entregue, que deverá ser solucionado no período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da entrega dos produtos objeto deste CONTRATO;

d) a Contratada não efetuará a entrega do produto sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

8.14 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

9.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

9.2.1. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

9.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de

Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

9.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

9.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

9.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

9.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

9.7. A multa prevista no Item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

9.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstas na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT., fiscalizará a entrega e a qualidade dos combustíveis, através do Fiscais de Contratos, e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

12.1 O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data de sua publicação, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da cidade de Porto Esperidião – MT, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

13.2 E, por assim estarem justas e acertadas, as partes por seus Representantes Legais firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Glória D´Oeste – MT, que assinam juntamente com duas testemunha.

LEIA – SE:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 3.1 O presente Contrato vigorará desde a data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade e interesse público, de comum acordo entre as partes, Mediante Termo Aditivo, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO

4.1 A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, pagará à contratada, pelos combustíveis os preços integrantes da proposta aprovada, Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários totais incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos combustíveis objeto do processo licitatório, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim único pagamento pela aquisição e entrega dos combustíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Emitido as requisições, a contratada deverá apresentar na sede da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, junto à Secretaria de Administração e Finanças, a Nota Fiscal correspondente ao combustível.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de entrega dos combustíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 O valor do presente Contrato, a preços iniciais, é de R$ 63.840,00 (Sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais), correspondentes a entrega dos seguintes produtos nos respectivos valores:

PARTE INTERESSADA	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos Próprio	6.000 litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 23. 940,00
Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer - Recursos Próprio	6.000litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 23. 940,00
Secretaria Municipal de Saúde	4.000 litros de óleo diesel B S10	R$ 3,99	R$ 15. 960,00
T O T A L			R$ 63. 840,00

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 6.1 A despesa, correrá a conta da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, conforme ordem de fornecimento.

Código Reduzido: 042

Orgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2011 – Manutenção Das Despesas do Dep. de Agricultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 099

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.25 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 097

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 088

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 059

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2024 – Manutenção e Encargos C/ Dept. de Obras Publicos e Serv. Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 153

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0122 – Fethab

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

Código Reduzido: 178

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 179

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 164

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 165

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 371

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Código Reduzido: 373

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

7.1 O prazo para a entrega dos combustíveis será de acordo com a necessidade da CONTRATANTE de acordo com o Edital e Termo de Referencia desta Licitação que originou este Contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos combustíveis será fracionada, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste-MT, da qual deverá abastecer diretamente nos veículos, dentro do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos produtos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula terceira deste CONTRATO.

8.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

8.4. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.5. Solicitar a substituição de todo e qualquer produto: cuja marca seja diferente da ofertada na proposta, que apresente vícios de qualidade que os torne impróprios para a utilização, ou que não atenda qualquer das especificações deste contrato e do Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.2 Entregar os produtos definidos na cláusula quarta deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo III do Edital de Pregão nº 08/2019, com os termos do Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 08 (oito) dias a partir da solicitação;

9.3 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

9.5 Responsabilizar-se pela entrega dos produtos inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

9.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

9.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos produtos objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

9.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao município de Glória D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

9.9 Entregar os produtos com todos os recursos necessários à sua utilização, garantindo a substituição dos que estiverem em desacordo com os padrões de qualidade exigidos no Edital ou cuja marca diferir da ofertada na proposta da CONTRATADA;

9.10 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

9.11 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.12 Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

9.13 A CONTRATADA deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado a ser entregue, que deverá ser solucionado no período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da entrega dos produtos objeto deste CONTRATO;

d) a Contratada não efetuará a entrega do produto sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

9.14 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

10.2.1. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

10.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

10.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

10.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

10.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

10.7. A multa prevista no Item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

10.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstas na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT., fiscalizará a entrega e a qualidade dos combustíveis, através do Fiscais de Contratos, e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

13.1 O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data de sua publicação, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da cidade de Porto Esperidião – MT, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

14.2 E, por assim estarem justas e acertadas, as partes por seus Representantes Legais firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Glória D´Oeste – MT, que assinam juntamente com duas testemunha.

Glória D'Oeste – MT, 09 de Setembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito

ERRATA AO CONTRATO N.º 058/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE/MT**, torna público para conhecimento dos interessados **ERRATA AO CONTRATO N.º 058/2019**, referente a matéria publicada no diário oficial da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, mais especificamente no dia 28 de Agosto de 2019, página 124-126 da edição de nº 3.301.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 3.1 O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses, sendo desde a data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade e interesse público, de comum acordo entre as partes, Mediante Termo Aditivo, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO

3.1 A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, pagará à contratada, pelos combustíveis os preços integrantes da proposta aprovada, Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários totais incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos combustíveis objeto do processo licitatório, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim único pagamento pela aquisição e entrega dos combustíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Emitido as requisições, a contratada deverá apresentar na sede da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, junto à Secretaria de Administração e Finanças, a Nota Fiscal correspondente ao combustível.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de entrega dos combustíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

4.1 O valor do presente Contrato, a preços iniciais, é de R$ 447.060,00 (Quatrocentos e quarenta e sete mil e sessenta reais), correspondentes a entrega dos seguintes produtos nos respectivos valores:

PARTE INTERESSADA	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos do FETHAB	30.000 litros de óleo diesel comum	3,86	115.800,00
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos Próprio	6.000 litros de óleo diesel comum 4.000 litros de gasolina comum 3.000 litros de álcool comum	3,86 4,58 2,88	23.160,00 18.320,00 8.640,00
Secretaria Municipal de Educação Recursos do PNATE	32.000 litros de óleo diesel comum	3,86	123.520,00
Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer - Recursos Próprio	3.000 litros de óleo diesel comum	3,86	11.580,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social - CONSELHO TUTELAR	2.000 litros da gasolina comum	4,58 2,88	9.160,00

	1.000 litros de álcool		2.880,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social	4.000 litros da gasolina comum 1.000 litros de álcool	4,58 2,88	18.320,00 2.880,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social - CRAS VOLANTE	2.000 litros de Gasolina 1.000 litros de álcool comum	4,58 2,88	9.160,00 2.880,00
Secretaria Municipal de Saúde	14.000 litros de gasolina comum 2.000 litros de álcool comum	4,58 2,88	64.120,00 5.760,00
Departamento de Agricultura	8.000 litros de óleo diesel comum 1.800 litros de gasolina 1.000 litros de álcool comum	3,86 4,58 2,88	30.880,00 8.244,00 2.880,00
T O T A L			447.060,00

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 5.1 A despesa, correrá a conta da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, conforme ordem de fornecimento.

Código Reduzido: 021

Orgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 1.329,90

Código Reduzido: 042

Orgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2011 – Manutenção Das Despesas do Dep. de Agricultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 13.536,28

Código Reduzido: 099

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.25 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 11.284,82

Código Reduzido: 097

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 4.292,23

Código Reduzido: 088

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 28.024,81

Código Reduzido: 059

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2024 – Manutenção e Encargos C/ Dept. de Obras Publicos e Serv. Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 687.779,33

Código Reduzido: 153

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0122 – Fethab

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

R$ 209,40

Código Reduzido: 178

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 156.849,11

Código Reduzido: 179

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 1.520,77

Código Reduzido: 164

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 129.800,00

Código Reduzido: 165

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 90.599,50

Código Reduzido: 371

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 22.801,31

Código Reduzido: 373

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 0,00

Código Reduzido: 207

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção das Despesas com Conselho Tutelar

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 5.000,00

Código Reduzido: 216

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2043 – Manutenção do Fundo de Assistencia Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 176,11

Código Reduzido: 240

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.29 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Projeto/Atividade: 2051 – Manutenção do Programa CRAS Volante

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 0,00

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1 O prazo para a entrega dos combustíveis será de acordo com a necessidade da CONTRATANTE de acordo com o Edital e Termo de Referencia desta Licitação que originou este Contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos combustíveis será fracionada, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste-

MT, da qual deverá abastecer diretamente nos veículos, dentro do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos produtos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

7.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula terceira deste CONTRATO.

7.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

7.4. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

7.5. Solicitar a substituição de todo e qualquer produto: cuja marca seja diferente da ofertada na proposta, que apresente vícios de qualidade que os torne impróprios para a utilização, ou que não atenda qualquer das especificações deste contrato e do Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

8.2 Entregar os produtos definidos na cláusula quarta deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo III do Edital de Pregão nº 08/2019, com os termos do Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 08 (oito) dias a partir da solicitação;

8.3 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

8.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

8.5 Responsabilizar-se pela entrega dos produtos inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

8.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

8.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos produtos objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

8.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao município de Glória D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

8.9 Entregar os produtos com todos os recursos necessários à sua utilização, garantindo a substituição dos que estiverem em desacordo com os padrões de qualidade exigidos no Edital ou cuja marca diferir da ofertada na proposta da CONTRATADA;

8.10 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

8.11 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

8.12 Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

8.13 A CONTRATADA deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado a ser entregue, que deverá ser solucionado no período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da entrega dos produtos objeto deste CONTRATO;

d) a Contratada não efetuará a entrega do produto sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

8.14 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

9.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

9.2.1. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

9.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

9.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita

na dívida ativa do município, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

9.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

9.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

9.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

9.7. A multa prevista no Item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

9.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstas na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT., fiscalizará a entrega e a qualidade dos combustíveis, através do Fiscais de Contratos, e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

12.1 O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data de sua publicação, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da cidade de Porto Esperidião – MT, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

13.2 E, por assim estarem justas e acertadas, as partes por seus Representantes Legais firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Glória D´Oeste – MT, que assinam juntamente com duas testemunha.

LEIA – SE:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES 3.1 O presente Contrato vigorará desde a data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade e interesse público, de comum acordo entre as partes, Mediante Termo Aditivo, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO – DO REAJUSTAMENTO

4.1 A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, pagará à contratada, pelos combustíveis os preços integrantes da proposta aprovada, Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários totais incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos combustíveis objeto do processo licitatório, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim único pagamento pela aquisição e entrega dos combustíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Emitido as requisições, a contratada deverá apresentar na sede da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, junto à Secretaria de Administração e Finanças, a Nota Fiscal correspondente ao combustível.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de entrega dos combustíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 O valor do presente Contrato, a preços iniciais, é de R$ 455.304,00 (Quatrocentos e cinqüenta e cinco mil e trezentos e quatro reais), correspondentes a entrega dos seguintes produtos nos respectivos valores:

PARTE INTERESSADA	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos do FETHAB	30.000 litros de óleo diesel comum	3,86	115.800,00
Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura urbana Recursos Próprio	6.000 litros de óleo diesel comum 4.000 litros de gasolina comum 3.000 litros de álcool comum	3,86 4,58 2,88	23.160,00 18.320,00 8.640,00
Secretaria Municipal de Educação Recursos do Transporte Escolar - Estado	32.000 litros de óleo diesel comum	3,86	123.520,00
Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer - Recursos Próprio	3.000 litros de óleo diesel comum	3,86	11.580,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social - CONSELHO TUTELAR	2.000 litros da gasolina comum 1.000 litros de álcool	4,58 2,88	9.160,00 2.880,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social	4.000 litros da gasolina comum 1.000 litros de álcool	4,58 2,88	18.320,00 2.880,00
Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social - CRAS VOLANTE	2.000 litros de Gasolina 1.000 litros de álcool comum	4,58 2,88	9.160,00 2.880,00
Secretaria Municipal de Saúde	14.000 litros de gasolina comum 2.000 litros de álcool comum	4,58 2,88	64.120,00 5.760,00
Departamento de Agricultura	8.000 litros de óleo diesel comum 1.800 litros de gasolina	3,86 4,58	30.880,00 8.244,00
TOTAL			455.304,00

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 6.1 A despesa, correrá a conta da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT, conforme ordem de fornecimento.

Código Reduzido: 021

Orgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 1.329,90

Código Reduzido: 042

Orgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2011 – Manutenção Das Despesas do Dep. de Agricultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 13.536,28

Código Reduzido: 099

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.25 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 11.284,82

Código Reduzido: 097

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção e Encargos com Transporte Escolar - Estado

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 4.292,23

Código Reduzido: 088

Orgão: 04 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.01 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Projeto/Atividade: 2013 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 28.024,81

Código Reduzido: 059

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2024 – Manutenção e Encargos C/ Dept. de Obras Publicos e Serv. Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 687.779,33

Código Reduzido: 153

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0122 – Fethab

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

R$ 209,40

Código Reduzido: 178

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 156.849,11

Código Reduzido: 179

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 1.043 – Aquisição, Manutenção e Locação de Veiculos, Máquinas e Caminhões

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 1.520,77

Código Reduzido: 164

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 129.800,00

Código Reduzido: 165

Orgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Departamento de Obras Publicas e Serviços Urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0025 – Infraestrutura Urbana e Rural

Recurso: 0.1.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Estradas Vicinais

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 90.599,50

Código Reduzido: 371

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.02 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 22.801,31

Código Reduzido: 373

Orgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0.1.42 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado

Projeto/Atividade: 2028 – Manutenção e Encargos com ESF - Estratégia Saúde da Familia

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 0,00

Código Reduzido: 207

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção das Despesas com Conselho Tutelar

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 5.000,00

Código Reduzido: 216

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2043 – Manutenção do Fundo de Assistencia Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 176,11

Código Reduzido: 240

Orgão: 07 – Secretaria Municipal Assistencia Social

Unidade: 02 – Fundo Municipal Assistencia Social

Função: 08 - Assistencia Social

Subfunção: 244 – Assistencia Comunitaria

Programa: 0487 – Descentralização das Ações de Assistencia Social

Recurso: 0.1.29 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Projeto/Atividade: 2051 – Manutenção do Programa CRAS Volante

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

R$ 0,00

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

7.1 O prazo para a entrega dos combustíveis será de acordo com a necessidade da CONTRATANTE de acordo com o Edital e Termo de Referencia desta Licitação que originou este Contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos combustíveis será fracionada, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste-MT, da qual deverá abastecer diretamente nos veículos, dentro do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos produtos adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula terceira deste CONTRATO.

8.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e seus anexos e proposta da Licitante vencedora;

8.4. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.5. Solicitar a substituição de todo e qualquer produto: cuja marca seja diferente da ofertada na proposta, que apresente vícios de qualidade que os torne impróprios para a utilização, ou que não atenda qualquer das especificações deste contrato e do Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.2 Entregar os produtos definidos na cláusula quarta deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo III do Edital de Pregão nº 08/2019, com os termos do Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 08 (oito) dias a partir da solicitação;

9.3 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

9.5 Responsabilizar-se pela entrega dos produtos inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

9.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

9.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos produtos objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

9.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao município de Glória D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

9.9 Entregar os produtos com todos os recursos necessários à sua utilização, garantindo a substituição dos que estiverem em desacordo com os padrões de qualidade exigidos no Edital ou cuja marca diferir da ofertada na proposta da CONTRATADA;

9.10 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

9.11 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.12 Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com a necessidade e o interesse da CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

9.13 A CONTRATADA deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do produto solicitado a ser entregue, que deverá ser solucionado no período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

b) Manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos produtos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com a CONTRATANTE, para o fluxo operacional da entrega dos produtos objeto deste CONTRATO;

d) a Contratada não efetuará a entrega do produto sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE.

e) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

9.14 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

10.2.1. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

10.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

10.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

10.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

10.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

10.7. A multa prevista no Item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

10.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstas na Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste – MT., fiscalizará a entrega e a qualidade dos combustíveis, através do Fiscais de Contratos, e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

13.1 O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data de sua publicação, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 As partes elegem, de comum acordo, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da cidade de Porto Esperidião – MT, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

14.2 E, por assim estarem justas e acertadas, as partes por seus Representantes Legais firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Glória D´Oeste – MT, que assinam juntamente com duas testemunha.

Glória D'Oeste – MT, 09 de Setembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2019

A Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar de Glória D´Oeste, criada através da Resolução nº001/2019-CMDCA, de 30 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, com fundamento da Lei Federal 8.069/90 – ECA, na Lei Municipal nº565/2015 - Lei Municipal nº655/2019 e na Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA torna público o resultado da AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, realizada no dia 04 de setembro de 2019, às oito horas, nas dependências do CEEFARR – Centro Educacional de Ensino Fundamental Aparecido Rúbens Remédis, em Glória D´Oeste, como segue:

CANDIDATOS CLASSIFICADOS			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF:	RESULTADO
018	ALINE MARIA RODRIGUES DA SILVA ROCHA	004.994. 721-44	CLASSIFICADA
010	DAGMAR PERPÉTUA DE FARIA	942.137. 801-63	CLASSIFICADA
002	DHECIA VON ANCKEN ALVES SIQUEIRA	035.114. 741-16	CLASSIFICADA
007	GEIZE GRAZIELLY VIEIRA ZOCAL	017.408. 401-35	AUSENTE
013	GUSTAVO CASADO RAMOS	053.208. 671-66	CLASSIFICADO
019	JAQUELINE PINTO DA CUNHA	030.997. 361-98	CLASSIFICADA
012	JEFFERSON DOUGLAS DE OLIVEIRA	031.992. 041-04	CLASSIFICADO
008	JOÃO BATISTA DE SOUZA	042.699. 191-59	CLASSIFICADO
011	SIMONE MARQUIORETO DA ROCHA	024.026. 761-32	CLASSIFICADA
009	ROSANA ADELAIDE DA SILVA FREIRE	030.633. 281-70	CLASSIFICADA
002	VALDECIR OLIVEIRA VIANA	828.493. 581-34	CLASSIFICADO
016	WANDERSON LOURENÇO DA SILVA	032.125. 221-78	CLASSIFICADO

Este Edital Complementar ficará a disposição dos interessados no Quadro Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e no endereço eletrônico**HTTP://www.gloriadoeste.mt.gov.br,** a partir desta data**.** Glória D´Oeste – MT., 06 de setembro de 2019. **Josélia Bressanin Bossolani Presidente CMDCA Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar de Glória D´Oeste**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE ANULAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT resolver tornar sem efeito a Publicação do aviso de Licitação Deserta Pregão Presencial nº 058/2019 – SRP, para conhecimento dos interessados, publicado dia 29 de agosto de 2019 com circulação nos jornais no dia 29 de agosto de 2019: Mural da Prefeitura e site da Prefeitura, no dia 30 de agosto de 2019: Associação Mato-grossense dos Municípios P. 104, Nº 3.303, Diário Oficial da União P. 228, Nº 168 e no dia 02 de setembro de 2019: Diário Oficial de Contas de Mato Grosso P. 61, Nº 1.714. Guarantã do Norte/MT, 09 de setembro de 2019.***Gislaine Ascanio/Pregoeira***

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2019

OBJETO: Prorrogação do prazo inicial do contrato 115/2019, para mais 01 mês.

VALOR GLOBAL: R$ 2.500,00 (dois mil quinhentos reais)

DATA: 09/09/2019

CONTRATADO: VALDIR DE SOUZA SANTOS 03656770190

Guarantã do Norte, 09 de setembro de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

LEI 675/2019.

LEI Nº 675/2019.

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Indiavaí para o Exercício Financeiro de 2020, e dá outras providências;

Valteir Quirino dos Santos, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - **E**sta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Indiavaí para o exercício financeiro de 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1. 964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2019 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2019, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2019, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2019, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder

Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

§ 1º - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2017/2022;

II. - Anexo de Riscos Fiscais;

III – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000.

Art. 3º - **A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:**

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medidas e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2019 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder**, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.**

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2020, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º - Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º - O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2019, o orçamento de 2020 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 8%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º - As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 35 – O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Art. 36 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2020, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, aos (08) oito dias do mês (07) julho do ano de (2019) dois mil e dezenove.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

LEI 675/2019.

LEI Nº 675/2019.

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Indiavaí para o Exercício Financeiro de 2020, e dá outras providências;

Valteir Quirino dos Santos, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - **E**sta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Indiavaí para o exercício financeiro de 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1. 964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2019 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2019, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2019, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2019, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

§ 1º - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2017/2022;

II. - Anexo de Riscos Fiscais;

III – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000.

Art. 3º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive

por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medidas e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2019 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder**, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.**

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2020, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º - Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º - O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias

de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2019, o orçamento de 2020 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 8%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º - As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 35 – O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Art. 36 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2020, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, aos (08) oito dias do mês (07) julho do ano de (2019) dois mil e dezenove.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO DE NOMEAÇÃO

TERMO DE NOMEAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIAVAI-MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2019 da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, designada pela Portaria n. 24/2019 de 16 de Julho de 2019, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o que exige o art. 132 da Constituição Federal;

RESOLVEM::

NOMEAR o **Dr. Anatoly Hodniuk Junior**, OAB/MT nº 7963, como representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil para acompanhamento de todas as fases do Concurso Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, quanto ao Provimento do Cargo de Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT.

Publica-se e Cumpra-se.

Indiavaí - MT, aos 06 de setembro de 2019.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS **PREFEITO MUNICIPAL**	**ILSON GOMES BARROS** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO**

TERMO DE NOMEAÇÃO

TERMO DE NOMEAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE INDIAVAI-MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2019 da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, designada pela Portaria n. 24/2019 de 16 de Julho de 2019, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o que exige o art. 132 da Constituição Federal;

RESOLVEM::

NOMEAR o **Dr. Anatoly Hodniuk Junior**, OAB/MT nº 7963, como representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil para acompanhamento de todas as fases do Concurso Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT, quanto ao Provimento do Cargo de Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de Indiavaí - MT.

Publica-se e Cumpra-se.

Indiavaí - MT, aos 06 de setembro de 2019.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS **PREFEITO MUNICIPAL**	**ILSON GOMES BARROS** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO**

LEI 675/2019.

LEI Nº 675/2019.

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Indiavaí para o Exercício Financeiro de 2020, e dá outras providências;

Valteir Quirino dos Santos, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - **E**sta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Indiavaí para o exercício financeiro de 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1. 964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2019 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2019, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2019, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2019, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

§ 1º - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2017/2022;

II. - Anexo de Riscos Fiscais;

III – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000.

Art. 3º - **A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:**

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medidas e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2019 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder**, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.**

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2020, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de

abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º - Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º - No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de até 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º - Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º - O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2019, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2019, o orçamento de 2020 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 8%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º - As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 35 – O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Art. 36 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2020, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, aos (08) oito dias do mês (07) julho do ano de (2019) dois mil e dezenove.

Valteir Quirino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 205/2019

PORTARIA N° 205/2019

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 024/2009, bem como pela Lei Complementar 090/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. CAROLINE DE JESUS SILVA, portadora do CPF nº 042.890.651-63, ao cargo em comissão de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2º **Atribuir a servidora ora nomeada, a responsabilidade pelas atribuições e encargos da Farmácia Municipal de Itanhangá - MT, pelo período 02/09/2019 a 24/10/2019 referente Licença para Tratamento de Saúde da servidora** CRISTYANE SOLANGE AZAMBUJA CAVALCANTE**,** matricula 1234, servidora efetiva no cargo de Farmacêutica 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de setembro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO

ELMUCIO JACINTO MOREIRA, Oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Tapurah, Estado de Mato Grosso (1º Oficio), na forma da Lei, faz público, em cumprimento ao disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6766/79, que a proprietária: **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.209.225/0001-00, com sede na Rua Florianópolis, Centro, Itanhangá-MT, apresentou o REQUERIMENTO, inclusive memorial, planta e demais documentos necessários, para o registro do LOTEAMENTO aprovado pela Prefeitura Municipal na forma da Lei, referente ao imóvel localizado na área de expansão urbana deste município, com a área equivalente a 485.156,00m², denominado LOTEAMENTO AGROVILA SIMIONE, com as demais características constantes da matricula nº 6.341 deste Registro Imobiliário, cujo imóvel foi havido pelo loteador nos termos da R-04 da matrícula 6.341 do CRI de Tapurah-MT, cuja área será dividida em 21 Quadras, subdivididas em 246 Lotes Urbanos, 07 Lotes Urbanos no Setor Industrial e 03 Áreas Verdes, totalizando 256 Lotes, cujo loteamento se denominará “**LOTEAMENTO AGROVILA SIMIONE”**. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15(quinze) dias a contar da data da terceira e última publicação do presente edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, durante o horário de expediente ao público. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Tapurah-MT, aos 09 de Setembro de 2019.

ELMUCIO JACINTO MOREIRA- OFICIAL

Para acessar o mapa entre no link

https://www.itanhanga.mt.gov.br/imprensa/noticia/edital-de-loteamento-urbano/1748

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 017/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: SIM ENGENHARIA EIRELI – EPP – ME – CNPJ - 26.884.260/0001-60.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação de vigência contratual e de execução dos serviços, alterando o previsto na Cláusula Quarta, do Contrato nº 017/2019.

DATA DE ASSINATURA: 06/09/2019.

DATA DE VIGÊNCIA: 20/12/2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 243, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

1. LUCIANA RODRIGUES ARAGÃO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, admitido em 05/09/2013, aprovado em Concurso Público, pelo período de 03 (três) anos – **período de 21/08/2019 à 21/08/2022, referente ao período aquisitivo de 29/05/2018 à 20/08/2019.**

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 09 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 240, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 06 de setembro de 2019**, como segue:

1- MARCELO JOSÉ PARREIRA

CPF: 551.125.521-15

Coordenador de Gestão e Planejamento-CGP

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 06 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 244, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

CONSIDERANDO, que a servidora esta enquadrada na exceção contida no inciso I do artigo 3º do Decreto Municipal nº 45/2018.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

1. TEREZINHA PRESOTTO DE ARAÚJO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, empossado em 01/04/2002, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 05/09/2019 à 05/12/2019, referente ao período aquisitivo 01/04/2012 a 01/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **06/12/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/09/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 09 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 081 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 040/2019 de 27 de maio de 2019 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 011, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2019, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Av. Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, em Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
01	EVERTON TAFFAREL DE SOUZA SILVA	ENGENHEIRO CIVIL	ITIQUIRA	1º COLOCADO APROVADO
02	ALISSON SOUZA DE SALES	MOTORISTA	ITIQUIRA	9º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 09 de setembro de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 242, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Aplica ao servidor que menciona a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA, prevista no inciso I do art. 120 da Lei Municipal n.º 379, de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e Art. 132, inciso I, da Lei Municipal nº 379/99 e,

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos processos administrativo disciplinar, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar, concluindo que o servidor infringiu o art. 110 inciso XIV, da Lei Municipal n° 379/99;

R E S O L V E:

Art. 1° Aplicar à Servidora **JOANA D'ARC BARBOSA** – matrícula nº 938, efetivo no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, pertencente ao quadro permanente de servidores do Poder Executivo Municipal, a penalidade disciplinar de ***ADVERTÊNCIA***, nos termos do inciso I, do art. 120 da Lei n.º 379, de 03 de março de 1999, por ter infringido o art. 110 inciso XIV da Lei Municipal n.º 379, de 03 de março de 1999.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 06 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DECRETO Nº. 3.494 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº. 3.494 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS, VISANDO O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DE JACIARA".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a necessidade de manter em funcionamento os serviços essenciais à população;

CONSIDERANDO que o pagamento de pessoal e seus encargos constitui em prioridade para o pleno funcionamento da Administração;

CONSIDERANDO a urgente necessidade de buscar-se um equilíbrio orçamentário e financeiro;

CONSIDERANDO que a retração na economia do país afeta a saúde financeira dos Municípios, com reflexos inequívocos no pagamento dos gastos municipais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado à Secretaria de Administração e Finanças para que no período correspondente à **01 de outubro de 2019 à 31 de março de 2020**, promova a redução salarial , na seguinte proporção:

a) 20% (vinte por cento) dos vencimentos do Prefeito e Vice-Prefeito;

b) 15% (quinze por cento) dos vencimentos dos cargos comissionados e função de confiança dos servidores com vencimentos acima de R$ 4. 000,00.

c) 10% (dez por cento) dos vencimentos dos cargos comissionados e função de confiança dos servidores com vencimentos entre R$ 2.000,00 à R$ 4.000,00.

Parágrafo único: Os servidores efetivos que ocupam cargo comissionados e funções gratificadas terão a redução de seus vencimentos na proporção do caput acima, respeitado o limite de desconto até seus vencimentos de efetivo.

Art. 2º – Fica suspenso o pagamento de sobreaviso, horas extra, diárias**, e toda e qualquer despesa de pessoal, pelo mesmo período.**

Parágrafo único. **Os casos de extrema necessidade deverão ser submetidos à consideração e aprovação da Secretaria de Administração e Finanças.**

Art. 3º - Ficam suspensos os gastos com diárias, passagens, cursos, seminários e congressos, salvo em casos excepcionais de interesse do serviço e mediante prévia e expressa autorização da Secretaria de Administração e Finanças.

GABINETE DO PREFEITO DE JACIARA/MT- 06 DE SETEMBRO DE 2019.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº. 001/2019 de 02 de Janeiro de 2019 "ADJUDICA" as Empresas **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ Nº 33.955.893. /0001-88, a empresa **SOMA COMÉRCIO SERVIÇOS EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ Nº 26.877.656/0001-80 e a empresa **WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI** visto que as mesmas foram vencedoras desta Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 0023/2019 Registro de Preço**, porque as mesmas sagraram vencedoras do referido certame no valor de **R$ 59.361,00 (cinquenta e nove mil e trezentos e sessenta e um reais)** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referencia deste Edital.

JAURU-MT, aos 09 de setembro de 2019.

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

ERRATA

ERRATA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2019

Retifica-se a data da publicação do edital de convocação nº 09/2019, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 05 de setembro de 2019, na pagina 136.

Onde se Lê:

A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO RESGATE, com sede na Rua da Agricultura no:570, Centro, Jauru – MT. CEP. 78.255-000, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Presidente Nato Sr. Joaquim Luiz Ferreira, CONVOCA através do presente edital, todos os membros, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede das Assembleias de Deus nesta cidade de Jauru, sito à Rua Pastor Benedito da Silva, 906, Centro, Jauru-MT. Cep. 78.255-000, **às 19:00 horas, do dia 20 de novembro de 2019**, com a seguinte ordem do dia:

Lê se:

A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO RESGATE, com sede na Rua da Agricultura no:570, Centro, Jauru – MT. CEP. 78.255-000, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Presidente Nato Sr. Joaquim Luiz Ferreira, CONVOCA através do presente edital, todos os membros, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede das Assembleias de Deus nesta cidade de Jauru, sito à Rua Pastor Benedito da Silva, 906, Centro, Jauru-MT. Cep. 78.255-000, **às 19:00 horas, do dia 20 de setembro de 2019**, com a seguinte ordem do dia:

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATOS:

CONTRATO Nº 0107/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: ANDREIA DE ARAUJO SONAQUE - MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0108/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0109/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: CAMILA FERREIRA MOTA FERNANDES -MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 110/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: CELIA ROSA DA CUNHA RIBEIRO – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0111/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: DALILA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS – MEI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0112/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: DIVINO ELECIO DA SILVA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0113/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: EDNA DA SILVA PORTO DA CUNHA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0114/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: GISLAINE ERMISDORF FERREIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0115/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOANA DARK CORREIA DE SOUZA -MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EDUCACIONAL.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0116/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: KAROLLA CAMARGO ESILVA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0117/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: KEILA PEREIRA DE OLIVEIRA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0118/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LARISSA BARBOSA DA SILVA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0119/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LAUDICEIA ETIENE DE SOUZA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0120/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: LOANA GRACIELI DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0121/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LUCAS ALEXANDRO HERCULANO– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0122/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LUZIMAR DE SOUZA RIBEIRO– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0123/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0124/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: MARIANA DE SOUZA QUARESMA ANDRADE - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TEC. DE LABORATÓRIO DE INFORMATICA.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 6.326,10 (Seis mil trezentos e vinte e seis reais e dez centavos)

CONTRATO Nº 0125/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: MONTE ZUMA BARRAS BORBA– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0126/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: RESE CRISTINA DE OLIVEIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0127/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: NILSON VICENTE DOS SANTOS – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0128/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: OZENIR ALVES DE OLIVEIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0129/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: SIMONI PEREIRA DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITORA.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0130/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: TALITA MATOS DE OLIVEIRA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.919,09 (Quatro mil novecentos e dezenove reais e nove centavos)

CONTRATO Nº 0131/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: TATIANE NOGEUIRA GONZAGA – MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO NUTRICIONISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 13.251,33 (Treze mil duzentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos)

CONTRATO Nº 0132/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VALDEIR CORDEIRO– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 5.624,56 (Cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATO Nº 0133/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VAUDELUCIA ALVES MARCELINO - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 meses e 20 dias (Três meses e vinte dias)

VALOR: R$ 4.026,00 (Quatro mil e vinte e seis reais)

CONTRATO Nº 0134/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VALDIVINO RIBEIRO DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGILANTE NOTURNO.

VIGÊNCIA: 4 MESES

VALOR: R$ 6.314,84 (Seis mil trezentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos).

CONTRATO Nº 0135/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ABERONI FIRME DE OLIVEIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 0136/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: CLEITON RODRIGUES DE ANDRADE CAMPOS - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 4.680,00 (Quatro mil seiscentos e oitenta reais).

CONTRATO Nº 0137/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: EDIVALDO DE SOUZA NOVAES - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OPERADOR DE MAQUINAS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº 0138/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ERICO JOSE DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OPERADOR DE MAQUINAS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

CONTRATO Nº 0139/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: FERNANDO GOMES LEMOS - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO BORRACHEIRO.

VIGÊNCIA: 4 MESES

VALOR: R$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)

CONTRATO Nº 0140/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: GERALDO MARTINS DE OLIVEIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA.

VIGÊNCIA: 4 MESES

VALOR: R$ 4.392,00 (Quatro mil trezentos e noventa e dois reais)

CONTRATO Nº 0141/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOAO JUSTO DE ALMEIDA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 0142/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOSE AUGUSTO FAGUNDES - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA.

VIGÊNCIA: 4 MESES

VALOR: R$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)

CONTRATO Nº 0143/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOSE CHAVES - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA.

VIGÊNCIA: 4 MESES

VALOR: R$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)

CONTRATO Nº 0144/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOSE LUIZ GONÇALVES DE ABREU - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 0145/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VALDIVINO RIBEIRO DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OPERADOR DE MAQUINAS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

CONTRATO Nº 0146/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: VALDIVINO RIBEIRO DA SILVA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 0147/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: WANDERSON JUNIOR RODRIGUES - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO SERVIÇOS GERAIS.

VIGÊNCIA: 3 MESES

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 0148/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JULIANO PLÁCIDO VIANA– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA

VIGÊNCIA: 3 meses e 18 dias (Três meses e dezoito dias)

VALOR: R$ 5.573,42 (Cinco mil quinhentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos)

CONTRATO Nº 0149/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: LUIZ PAULO FARJADO– MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO eletricista mecânico

VIGÊNCIA: 3 meses e 15 dias (Três meses e quinze dias)

VALOR: R$ 7.175,00 (sete mil cento e setenta e cinco reais)

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

OBJETO: **Show artístico musical com Banda "ALTO ASTRAL", em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT.** Favorecido: **JOAO CRISTINO DE FRANÇA E NARA REGINA MACIEL - ME,** no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, no período de 20 e 21 de setembro de 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO Nº 2768/2019, RATIFICO a presente Inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 do supracitado diploma legal e alterações posteriores, bem como em conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Jauru/MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Jauru – PREVI-JAURU

CONTRATADO: MAIS VALIA EDUCAÇÃO LTDA.

OBJETO: prestação dos serviços de desenvolvimento de atividades de ensino, compreendendo iniciativas de treinamento e capacitação profissional e gerencial na modalidade presencial no município de Jauru/MT, contemplando as atividades relacionadas a seguir:

- Curso preparatório para o programa de certificação profissional CGRPPS – APIMEC;

- Vídeos diversos abrangendo conjuntura econômica, oportunidades de investimentos, alterações no mercado financeiro e legislação normativa dos investimentos relacionados aos RPPS.

VIGÊNCIA: até 31/12/2019, sendo que o curso presencial deverá ser realizado no período de 26 a 28 de agosto/2019.

VALOR GLOBAL: R$ 7.740,00 (Sete mil setecentos e quarenta reais),

DATA: 26/08/2019.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2019

OBJETO: Contratação Show artístico musical com a NAIARA AZEVEDO, em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT, a ser realizado no dia 22 de setembro de 2019. Favorecido: **NA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA,** no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil) reais, no período de 22 de setembro de 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO Nº 2766/2019, RATIFICO a presente Inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 do supracitado diploma legal e alterações posteriores, bem como em conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Jauru/MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Pregão n° 0023/2019, Registro de preços para a futura e eventual **Aquisição de FRALDAS DESCARTAVEIS**, conforme discriminados no Edital. De conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pela Pregoeira e Equipe de Apoio nomeado através da Portaria n° 001/2019, FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 0023/2019, tendo como vencedoras as empresas: **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ Nº 33.955.893./0001-88, 17.424,00 (dezessete mil, quatrocentos e vinte quatro reais), **SOMA COMÉRCIO SERVIÇOS EIRELI** inscrita noCNPJ Nº 26.877.656/0001-80, 17.217,00 (dezessete mil, duzentos e dezessete reais) e a empresa **WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ N° 30.985.777/0001-13 24.720,00 (vinte e quatro mil,setecentos e vinte reias) por sagrar-se vencedoras da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 09 dias do mês de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal Educação

WALDIR LUIS GARCIA DE MOURA

Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

OBJETO: **contratação de Show artístico musical com Banda "FORRO BOYS', em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT, a ser realizado no dia 20 de setembro de 2019.** Favorecido: **L2 ENTRETENIMENTO LTDA,** no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais, no período de 20 de setembro de 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO Nº 2764/2019, RATIFICO a presente Inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 do supracitado diploma legal e alterações posteriores, bem como em conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Jauru/MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

OBJETO : **Show artístico musical com a dupla "Marcelo viola e Ricardo", em comemoração a 25ª Feira da Amizade da Cidade de Jauru-MT, a ser realizado no dia 21 de setembro de 2019.** Favorecido: PEDAGIO BRASIL LTDA-ME**,** no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos)

reais, no período de 21 de setembro de 2019. Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO Nº 2767/2019, RATIFICO a presente Inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 26 do supracitado diploma legal e alterações posteriores, bem como em conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos.

Jauru/MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, o Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, nº. 480, centro, CEP: 78.255-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelos Secretários Municipal: Isabel Cristina Lemos, brasileira, divorciada, portadora da Célula de Identidade RG: 11478160 SSP/MT e do CPF: 522.369.271-34, Waldir Luis Garcia de Moura, brasileiro,casado, portador da Célula de Identidade RG: 363474 SSP/MT e do CPF: 460.811.511-15, RESOLVE, registrar os preços da empresa Mathic Distribuidora de Materiais de Limpeza, Higiene e Escritório Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.955893/0001-88, com sede na Rua Umutina, Nº 26 Bairro Residencial Coxipó, CEP: 78.090-466 cidade Cuiabá - MT, representada pelo Gean Diego Meister, nas quantidades estimadas na secção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 058/2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

§ Único - Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, que possuam postos localizados a 500 km, do Edifício sede da Prefeitura.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento para aquisição de fraldas descartáveis para atender as Secretarias Municipais do Município de Jauru/MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Este instrumento não obriga aos ÓRGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais de órgãos

públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante previa consulta ao órgão gerenciador.

2.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

2.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4 – As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

3.2 – A Presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3.3 – A SECRETARIA/ÓRGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

Secretaria Municipal de Saúde;

4. DO CONTRATO

4.1 – O preço a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD. PRODUTO	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	085.001.214	180	Fralda Descartável Infantil Tam P	R$ 18,85	R$ 3.393,00
02	085.001.207	180	Fralda Descartável Infantil Tam XG	R$ 18,70	R$ 3.366,00
03	085.001.208	180	Fralda Descartável Geriátrica Adulto Tam XG	R$ 19,75	R$ 3.555,00
04	085.001.210	180	Fralda Descartável Geriátrica Adulto Tam P	R$ 19,75	R$ 3.555,00
05	085.001.212	180	Fralda Descartável Infantil Tam GG	R$ 19,75	R$ 3.555,00

TOTAL	R$ 17.424,00

5. DA ENTREGA

5.1 – Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do Edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2 – O prazo máximo para entrega será diário conforme solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 – Promover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 – A falta de quaisquer itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 – Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para o recebimento de correspondência;

6.6 – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 – Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

6.11 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12 – O atraso na execução caberá penalidade e sanções previstas no item 12 da presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2 – Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 – Efetuar o pagamento á empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 – Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação e qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.6 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 – Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado até 30 dias após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 – O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado no Anexo I e sua proposta de preço.

8.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5 – O Contratante não efetuará pagamento de titulo descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidades do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeiro inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 – Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

9.3 – Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la.

9.4 – Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da primeira, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no Edital e nessa Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de execução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.5 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

10.6 – Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 – A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de validade;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS.

11.1 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registros de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02% (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2 – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I. III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3 – Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Jauru, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

12.4 – A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, o Município de Jauru

solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5 – A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão da Prefeitura Municipal de Jauru, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na divida ativa do Município, podendo, ainda a Prefeitura proceder à cobrança judicial da multa;

12.6 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Jauru.

12.7 – Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados da intimação por parte da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Secretaria Municipal de Administração, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Divida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município;

12.8 – Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DOS ILICITOS PENAIS

13.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial da forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária do ano em curso, ou das demais que possam vir a aderir o presente Ata ás quais serão elencadas em momento oportuno:

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II – vinculam-se a esta Ata para fins de analise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 023/2019 e seus anexos e as propostas das licitantes classificadas.

III – É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 – e por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

WALDIR LUIS GARCIA D EMOURA

Secretaria Municipal Saúde

MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITÓRIO EIRELI

Carlos Roberto Vitor da Silva

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

TESTEMUNHAS:

FABRICIO RODRIGUES DA SILVA JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAÚJO

CPF: 020.191.791-21 CPF: 393.881.901.-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, o Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, nº. 480, centro, CEP: 78.255-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelos Secretários Municipal: Isabel Cristina Lemos, brasileira, divorciada, portadora da Célula de Identidade RG: 11478160 SSP/MT e do CPF: 522.369.271-34, Waldir Luis Garcia de Moura, brasileiro, casado, portador da Célula de Identidade RG: 363474 SSP/MT e do CPF: 460.811.511-15, RESOLVE, registrar os preços da empresa Waleria dos S. Cordeiro Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.985.777/0001-13, com sede na Av. Miguel Sutil, Nº 119 Bairro Cidade Alta CEP: 78. 030-485 cidade Cuiabá - MT, representada pelo Ricardo Cordeiro Costa, nas quantidades estimadas na secção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 058/2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

§ Único - Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, que possuam postos localizados a 500 km, do Edifício sede da Prefeitura.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento para aquisição de fraldas descartaveis para atender as Secretarias Municipais do Município de Jauru/MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Este instrumento não obriga aos ÓRGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante previa consulta ao órgão gerenciador.

2.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

2.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4 – As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

3.2 – A Presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3.3 – A SECRETARIA/ÓRGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

Secretaria Municipal de Saúde;

4. DO CONTRATO

4.1 – O preço a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD. PRODUTO	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	085.001.151	800	Fralda descartável – composta de fibras de celulose e PC Extra G – pacote com 10 unidades	R$ 30,90	R$ 24.720,00
TOTAL					R$ 24.720,00

5. DA ENTREGA

5.1 – Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do Edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2 – O prazo máximo para entrega será diário conforme solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 – Promover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 – A falta de quaisquer itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 – Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para o recebimento de correspondência;

6.6 – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 – Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

6.11 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12 – O atraso na execução caberá penalidade e sanções previstas no item 12 da presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2 – Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 – Efetuar o pagamento á empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 – Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação e qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.6 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 – Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado até 30 dias após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 – O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado no Anexo I e sua proposta de preço.

8.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5 – O Contratante não efetuará pagamento de titulo descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidades do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeiro inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 – Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

9.3 – Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la.

9.4 – Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da primeira, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no Edital e nessa Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de execução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.5 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

10.6 – Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 – A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de validade;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS.

11.1 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registros de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02% (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2 – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I. III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3 – Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Jauru, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

12.4 – A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, o Município de Jauru solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5 – A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão da Prefeitura Municipal de Jauru, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento

da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na divida ativa do Município, podendo, ainda a Prefeitura proceder à cobrança judicial da multa;

12.6 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Jauru.

12.7 – Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados da intimação por parte da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Secretaria Municipal de Administração, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Divida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município;

12.8 – Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DOS ILICITOS PENAIS

13.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial da forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária do ano em curso, ou das demais que possam vir a aderir o presente Ata ás quais serão elencadas em momento oportuno:

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II – vinculam-se a esta Ata para fins de analise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 023/2019 e seus anexos e as propostas das licitantes classificadas.

III – É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 – e por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 09 de Setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

WALDIR LUIS GARCIA D EMOURA

Secretaria Municipal Saúde

WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI - ME,

Ricardo Cordeiro Costa

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

TESTEMUNHAS:

FABRICIO RODRIGUES DA SILVA JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAÚJO

CPF: 020.191.791-21 CPF: 393.881.901.-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, o Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, nº. 480, centro, CEP: 78.255-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelos Secretários Municipal: Isabel Cristina Lemos, brasileira, divorciada, portadora da Célula de Identidade RG: 11478160 SSP/MT e do CPF: 522.369.271-34, Waldir Luis Garcia de Moura, brasileiro,casado, portador da Célula de Identidade RG: 363474 SSP/MT e do CPF: 460.811.511-15, RESOLVE, registrar os preços da empresa Soma Comércio Serviços Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.877.656/0001-80, com sede na Av. Alzira Santana, Nº s/n Bairro Ikaray, Quadra 17, Lote 02 CEP: 78.128-474 cidade Várzea Grande - MT, representada pelo Gean Diego Meister, nas quantidades estimadas na secção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 058/2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

§ Único - Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, que possuam postos localizados a 500 km, do Edifício sede da Prefeitura.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento para aquisição de fraldas descartáveis para atender as Secretarias Municipais do Município de Jauru/MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Este instrumento não obriga aos ÓRGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais de órgãos

públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante previa consulta ao órgão gerenciador.

2.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

2.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4 – As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

3.2 – A Presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3.3 – A SECRETARIA/ÓRGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

Secretaria Municipal de Saúde;

4. DO CONTRATO

4.1 – O preço a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD. PRODUTO	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	085.001.205	180	Fralda Descartável Infantil Tam G	R$ 18,70	R$ 3.366,00
02	085.001206	180	Fralda Descartável Infantil Tam XXG	R$ 18,70	R$ 3.366,00
03	085.001.215	180	Fralda Descartável Geriátrica Adulto Tam G	R$ 19,75	R$ 3.555,00
04	085.001.209	180	Fralda Descartável Geriátrica Adulto Tam M	R$ 19,75	R$ 3.555,00
05	085.001.211	180	Fralda Descartável Infantil Tam M	R$ 18,75	R$ 3.375,00
TOTAL					R$ 17.217,00

5. DA ENTREGA

5.1 – Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do Edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2 – O prazo máximo para entrega será diário conforme solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 – Promover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 – A falta de quaisquer itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 – Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para o recebimento de correspondência;

6.6 – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 – Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

6.11 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12 – O atraso na execução caberá penalidade e sanções previstas no item 12 da presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2 – Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 – Efetuar o pagamento á empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 – Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação e qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.6 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 – Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado até 30 dias após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 – O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado no Anexo I e sua proposta de preço.

8.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5 – O Contratante não efetuará pagamento de titulo descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidades do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeiro inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 – Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

9.3 – Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la.

9.4 – Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da primeira, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no Edital e nessa Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de execução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.5 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

10.6 – Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 – A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de validade;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS.

11.1 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registros de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02% (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2 – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I. III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3 – Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Jauru, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

12.4 – A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, o Município de Jauru

solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5 – A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão da Prefeitura Municipal de Jauru, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na divida ativa do Município, podendo, ainda a Prefeitura proceder à cobrança judicial da multa;

12.6 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Jauru.

12.7 – Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados da intimação por parte da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Secretaria Municipal de Administração, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Divida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município;

12.8 – Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DOS ILICITOS PENAIS

13.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial da forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária do ano em curso, ou das demais que possam vir a aderir o presente Ata ás quais serão elencadas em momento oportuno:

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II – vinculam-se a esta Ata para fins de analise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 023/2019 e seus anexos e as propostas das licitantes classificadas.

III – É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 – e por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 09 de setembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

WALDIR LUIS GARCIA D EMOURA

Secretaria Municipal Saúde

SOMA COMÉRCIO SERVIÇOS EIRELI - EPP

Gean Diego Meister

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

TESTEMUNHAS:

FABRICIO RODRIGUES DA SILVA JOELMA GOMES DE OLIVEIRA ARAÚJO

CPF: 020.191.791-21 CPF: 393.881.901.-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DECISÃO ADMINISTRATIVA - L SALESIO

Juara/MT, 05 de setembro de 2019.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO

Trata de Processo Administrativo de Sindicância, instaurado por intermédio da Portaria nº 469/2019, que nomeou membros para compor a Comissão de Sindicância, cujo objeto é apuração de irregularidade e pagamento de valores em favor da empresa L. Salesio de Luca – ME – CNPJ 07.383.450/0001-50.

Refere-se ao pagamento relativo aos empenhos de nº 12103/2017 e nº 13301/2017, cujo valor total é de R$ 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais), com descrição de aquisição de refeições, para atender servidores responsáveis pela reforma da Escola Municipal Francisco Sampaio.

A comissão instaurada se limitou a analisar a prova documental presente nos autos, tendo relatado que os pedidos foram assinados pelo Sr. Daniel de Oliveira, sendo que este nunca ocupou cargo junto ao Município de Juara/MT, ressaltando que a reforma da Escola Municipal Francisco Sampaio foi realizada pela empresa Candido de Souza – EPP, sendo de referida empresa a obrigação de alimentar seus trabalhadores.

Relatou ainda que os memorandos não estão assinados pelo então Secretário Municipal de Educação, todavia, as notas fiscais foram firmadas pelo chefe da pasta, apontando, por fim, inconformidades em datas dos documentos juntados aos autos.

Contudo, em que pese todas as desconformidades descritas acima, e relatada na Ata nº 002/2019, a Comissão de Sindicância opinou pelo pagamento de valores em benefício da empresa L. Salesio de Luca – ME, sob pena de locupletamento ilícito da Administração.

O posicionamento da comissão diverge dos documentos aportados aos autos, sendo que o dispositivo diverge até mesmo do relatório/fundamentação, que concluiu pela inexistência de dever do Município em custear a alimentação dos prepostos da empresa contratada, não bastasse, as aquisições sequer foram feitas por agente público legitimado, não sendo convertida em benefício do Município.

Em hipótese alguma a Administração Pública busca se esquivar do dever de pagamento de qualquer débito, todavia, tão somente deve ser pago os valores devidos e legítimos.

O cerne da questão em tela, que até então não ficou comprovado, diz respeito à aquisição de produtos em benefício do Município, por agente público legítimo, que ainda que houvesse irregularidade no processo de aquisição, por equívoco ou até mesmo má-fé de agente público, o Município de Juara/MT arcaria com os valores, todavia, não restou comprovado nos presentes autos a legitimidade de quem recebeu os produtos.

Ainda que tenha sido emitida Nota de Liquidação, não há possibilidade de compelir o Município ao pagamento de produtos que não foram adquiridos pela administração pública municipal, sendo plenamente possível a administração pública anular seus próprios atos quando eivados de vício, conforme Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Se de fato ocorreu a entrega de produtos a terceiro, se intitulando como servidor público legitimado para tal aquisição, quando nunca foi, cabe à empresa L. Salesio de Luca – ME tomar as medidas cabíveis em busca punir o falsário, não podendo impor ao Município de Juara/MT o custo do golpe que sofreu.

Por fim, caso a empresa subsidie elementos concretos a ensejar o pagamento dos valores, provando que os produtos foram entregues à agente público legitimado, e em benefício do Município, esta deve se manifestar nos autos no prazo abaixo descrito, possibilitando nova análise, haja vista que a atual Administração busca não se locupletar injusta e ilicitamente, quão menos pagar valor indevido.

Do Exposto:

Considerando que, não restou comprovado que o fornecimento dos produtos se deram à agente público municipal legitimado e em benefício do Município, decido pelo não pagamento dos valores pleiteados, de modo a resguardar o erário, anulando a Nota de Liquidação nº 18331 e Nota de Liquidação nº 21337, por estar eivada de vício, conforme entendimento pacífico exteriorizado em Súmula 473 do STF.

Notifique-se a empresa L. SALESIO DE LUCA – ME – CNPJ 07.383.450/0001-50, quanto a presente decisão, para conhecimento e, em querendo, em um prazo de até 15 dias, apresentar manifestação/recurso munida de documentos que comprove que os produtos foram fornecidos para agente público municipal legitimado, em benefício do Município de Juara/MT, para possível/eventual reconsideração.

Remeta-se cópia desta decisão à Comissão de Processo de Sindicância, Procuradoria Geral Municipal e a Secretaria Municipal de Finanças para conhecimento da presente decisão e providências necessárias.

Nada sendo requerido e após as devidas apurações, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 552 E 553-2019

PORTARIA Nº 552/2019.
DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DO SERVIDOR VALDEIR DA SILVA MATOS.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando: O Processo de SAD nº 16.651 de 29/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o servidor: **Valdeir da Silva Matos**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 1013131 SJ/MT e do CPF nº 819.984.301-20, que exerce o cargo de Motorista de Caminhão Ônibus e Carreta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para o Escritório Regional de Saúde do Município de Juara, o presente Termo terá vigência até 31 de dezembro de 2020;

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 29 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 553/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere.

Considerando, O Processo de SAD nº 16.261 de 22/08/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Mauro Sérgio da Silva,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 288, **Simara Brizolla,** Brasileira, maior, efetiva no cargo Agente Administrativo da Saúde, matrícula nº 4380 e **Patrícia Alves da Silva** brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matricula nº5100, para, sob a **presidência do primeiro**, constituírem **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**, com sede a Rua Niterói, número 81 N, Centro, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar as possíveis irregularidades na conduta do servidor M.M.R, matrícula nº 7167.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 30 de agosto de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 097 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE PROFESSOR NÍVEL III.

A Prefeita Municipal de Juruena, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe o art. 35, inciso VII da Lei n.º 847, de 09/08/2010.

RESOLVE:

Art. 1 º – Fica declarada a Vacância do Cargo de Professor Nível III, ocupado pela servidora efetiva ADENIR VENDRAME, Mat. 1718, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 9086420 SSP/MT e CPF n.º 777.607.001-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por posse em outro cargo inacumulável, a partir desta data.

Art. 2 º – Caso a servidora não venha a ser aprovada no estagio probatório período de três anos, será reconduzida ao cargo, dando continuidade em seus assentamentos funcionais.

Parágrafo Único – A Recondução só poderá ser exercida durante o período do estagio, após esse período, cessam os efeitos do pedido de vacância.

Art. 3 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 10 de setembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 088/2019 torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 24 Inc. V, da Lei 8.666/93, realiza a Dispensa de Licitação nº 004/2019, para Aquisição de 01 (um) veículo automotivos do tipo motocicleta 160 Cilindrada Zero KM, para sorteio da Promoção denominada "Sua Nota e Seu IPTU Vale Prêmio/2018", para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena.

Juruena- MT, 09 de setembro de 2019.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 005/2019 - PROCESSO: 025/2019 - PREGÃO PRESENCIAL: 015/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 005/2019

PROCESSO: 025/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 015/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDORA REGISTRADA:

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI -ME

CNPJ: 26.877.656/0001-80**.**

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Produtos de Limpeza, Utensílios Domésticos e Gás de Cozinha para Atender Todas as Secretarias de Governo Municipal**.**

VALOR DA ARP: R$ 396.016,00 (trezentos e noventa e seis mil e dezesseis reais **VIGÊNCIA:** ATÉ 02 DE SETEMBRO DE 2020.

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 02 de SETEMBRO de 2019.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal de Luciara

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 020/2019, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Eletricidade, Instalações e Manutenções Elétricas Preventivas e Corretivas em Geral, em Redes de Baixa Tensão, para atender diversas secretarias do município de Marcelândia-MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITEM	VLR. TOTAL
NILTON LUIZ BARBOSA DOS SANTOS MEI	01, 02,03 e 04	R$ 63. 969,90

Marcelândia/MT, em 09 de Setembro de 2019

RAPHAELLA ESPINDOLA BENÍCIO

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 069/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 03 de setembro de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO AMBULÂNCIA DO TIPO B DE SIMPLES REMOÇÃO COM MOTORISTA, TECNICO DE ENFERMAGEM E ENFERMEIRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE", aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **LG LOCADORAS DE VEICOLOS LTDA, inscrita no CNPJ:** 09.540.688/0001-77, com valor total de R$ 173.950,00. Matupá – MT, 09 de setembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO ÁREA DENOMINADA ZP 002, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES**", onde se contratou a Empresa **TOPOS – PROJETOS E TOPOGRAFIA EIRELI ME – CNPJ 12.488.349/0001-58**, com um valor total de R$ 14.000,00**.** O processo tem Fundamento Legal no Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores e Lei Municipal nº 1002/2017. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 09 de setembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.557 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

ESTABELECE LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas e,

Considerando o pesar que se abateu sobre Mirassol D´Oeste com o falecimento ocorrido no dia 08/09/19 às 1h22min na cidade de São José do Rio Preto/SP do Sr. AMADEU TELES TAMANDARÉ, **pessoa simples e direta em seus objetivos que desde o ano de 1970 ainda como comerciante de cereais, participou intensamente das atividade políticas do município;**

Vereador nos mandatos de 1977 à 1982; 1983 à 1988, 2005 à 2006 e 2009 à 2012;

Municipalista, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, do período de 1989 a 1992;

Suplente de Deputado Estadual, tendo exercido mandato por vários meses representado o Município na Assembléia Legislativa;

Como empresário atuou em diversas áreas, desde comerciante de cereais à proprietário de imobiliária quando criou vários bairros, dentre eles um dos principais o Cidade Tamandaré, popular Jardim São Paulo. .

Considerando que seu falecimento representa inegável perca para o povo miradolense e sentimento de luto a todos os familiares e amigos;

Considerando a importância da sua contribuição na incansável luta pelo desenvolvimento de Mirassol D´Oeste e região quer como político ou como empresário;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica estabelecido LUTO OFICIAL por 03 (três) dias à partir da presente data, em todo o território do Município, sendo os pavilhões nacional, estadual e municipal hasteados a meio mastro em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º - Faz-se registrar à família os votos de pesares de todo povo mirassolense.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de setembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 53/2019 – **(Participação exclusiva de ME e EPP nos itens cujo valor total de referência seja de até R$80.000,00 (oitenta mil reais),**Tipo de Licitação: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICIPIO ATRAVÉS DE RADIO, TELEVISÃO, JORNAL, SONORIZAÇÃO, CARRO E MOTO SOM. Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: **20 de setembro de 2019 às 08 horas.** LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparência/licitação. Informações fone: (0**65) 3241.1012/3090/5152. PREGOEIRA: MARA APARECIDA AMARANTE. Portaria 148/2018. M. D' Oeste, 10/09/2019.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE E TRANSFERE SESSÃO ORDINÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições:

R E S O L V E:

ARTIGO 1º. – Fica estabelecido Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, no dia:

09 de Setembro de 2019, tendo em vista o Decreto nº 3.557/2019, do Poder Executivo, que estabeleceu Luto Oficial no município de Mirassol D'Oeste em virtude do Falecimento do Sr. AMADEU TELES TAMANDARÉ.

Vereador por quatro mandatos (1977-1982, 1983-1988, 2005-2006, 2009-2012);

Prefeito Municipal de 1989-1992;

Suplente de Deputado Estadual, tendo exercido mandato por vários meses representando o município na Assembleia Legislativa;

ARTIGO 2º. Fica Transferida a Sessão Ordinária do dia 09 de setembro de 2019 para o dia **10 de Setembro de 2019 às 18:30 hs**.

ARTIGO 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Edifício Leocídio Pereira Benevides, em 09 (nove) de setembro de 2019 (dois mil e dezenove).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3554/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3554 , DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 23.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 02 DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

133	20.606.0004.1125.0000	REALIZAÇAO DE EVENTOS P/ EXPOSIÇAO AGROPECUARI/	20.000,00	
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	F.R.: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 08 01 SECRETARIA DE FAZENDA

531	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEI	3.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02 DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

115	20.601.0004.1016.0000	IMPLANTAÇAO DE UND. DE REFÊRENCIA TECNOLOGICA	-3.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
117	20.602.0004.1021.0000	INCENTIVO A INSEMINACAO ARTIFICIAL AQUIS. DE NITROGE	-2.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
118	20.602.0004.1021.0000	INCENTIVO A INSEMINACAO ARTIFICIAL AQUIS. DE NITROGE	-4.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
119	20.602.0004.1128.0000	APOIO A POLITICA DE INCENTIVO A PISICULTURA	-3.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
121	20.602.0004.1128.0000	APOIO A POLITICA DE INCENTIVO A PISICULTURA	-2.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
124	20.606.0004.1011.0000	PROMOÇAO DA PROD VEGETAL/SEMENTES E FRUTICULTUR	-3.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3554 , DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

02	04	02	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA					
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
		125	20.606.0004.1013.0000	PROJETO PORTEIRA A DENTRO	-3.000,00			
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
02	08	01	SECRETARIA DE FAZENDA					
		532	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEND.	-3.000,00			
			3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇ	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 05 de setembro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 54/2019 – (Participação exclusiva de ME e EPP nos itens cujo valor total de referência seja de até R$80.000,00 (oitenta mil reais), Tipo de Licitação: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: SERVIÇOS DE CASA DE APOIO NA CIDADE DE CÁCERES-MT. Credenciamento, recebimento das propostas escritas e início da sessão: **23 de setembro de 2019 às 08**

horas. LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Sala do Departamento de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste – MT na Rua Antonio Tavares n. 3310. Aquisição do edital pelo site: www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparência/licitação. Informações fone: (0**65) 3241.1012/ 3090/5152. PREGOEIRA: ANA CLAUDIA DE SOUZA. Portaria 179/2018. M. D' Oeste, 10/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3556/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3556 , DE 06 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

769	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	30.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

479	15.451.0019.1170.0000	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO	-6.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
486	17.512.0015.1166.0000	AMPLIAÇÃO REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO	-6.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
487	17.512.0015.1167.0000	AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA	-5.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
488	17.512.0015.1236.0000	CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL	-5.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
490	17.512.0015.1238.0000	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-8.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 06 de setembro de 2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3556 , DE 06 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PE. 16/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO n. 16/2019. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO SEDAN E MICRO ONIBUS PARA SECRETARIA DE SAUDE. Empresa vencedora: **MASCARELLO CARROCERIAS E ONIBUS LTDA**, CNPJ 05.440.065/0001-71. Valor: R$260.800,00 (duzentos e sessenta mil e oitocentos reais); **NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA**, CNPJ 04.

104.117/0007-61. Valor: R$57.290,00 (cinquenta e sete mil e duzentos e noventa reais). Não houve interposição de recurso, sendo HOMOLOGADO pelo Prefeito **em 09/09/19**. ANA CLAUDIA DE SOUZA - Pregoeira - Portaria 179/2018. M. D' Oeste, 10/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3556/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3556 , DE 06 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

769	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	30.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

479	15.451.0019.1170.0000	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO	-6.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
486	17.512.0015.1166.0000	AMPLIAÇÃO REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO	-6.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
487	17.512.0015.1167.0000	AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA	-5.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
488	17.512.0015.1236.0000	CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL	-5.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
490	17.512.0015.1238.0000	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-8.000,00
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 06 de setembro de 2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3556 , DE 06 DE SETEMBRO DE 2019 - LEI N.1493

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 362/2019

PORTARIA Nº. 362/2019

*Dispõe sobre a exoneração da Sr.ª **Márcia Lúcia Pires**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Sr.ª. Márcia Lúcia Pires, portadora do RG nº. 19364954 SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 003.897.259-00, do cargo em comissão de Secretária Escolar da Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, a partir de 01/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de setembro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 363/2019

PORTARIA Nº. 363/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Maria Cargnin Parzianello****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.197/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora Maria Cargnin Parzianello, portadora do RG nº. 985.403 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº. 361.505.921-20, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do dia 09/09/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2003 a 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de setembro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091/2019

DECRETO Nº. 091/2019

"Dispõe sobre Luto Oficial e Ponto Facultativo, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º. Considerando o falecimento da Sra. ***Elis Regina Godoy***, servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Nobres, ocorrido no dia 08 de setembro de 2019, fica decretado *Luto Oficial de 03 (três) dias,* nos órgãos que compõem a Administração Pública.

Art. 2º. Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** somente período das 13:00 às 17:00 horas no dia 09 de setembro de 2019, na Secretaria de Saúde.

Art.3º. No Laboratório Municipal não haverá expediente no dia 09 de setembro de 2019.

Art.4º. Excetua-se do Ponto Facultativo o serviço de Transportes das Vans e Ambulâncias.

Parágrafo Único – Permanecem mantidos de forma integral os serviços das demais secretarias

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 09 de setembro de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
LEI Nº 517 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Autoria: Vereador Silvino Santana Araújo-P.L.

"Dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio, conhecido como narguilé, aos menores de dezoito anos de idade, bem como seu consumo e uso em locais públicos e dá outras providências".

Art. 1º - Fica proibida a venda e a comercialização do cachimbo de água, conhecido como narguilé, aos menores de dezoito anos de idade, bem como seu consumo e uso em locais públicos.

§ 1º - Incluem-se na proibição estabelecida no *caput* as essências, o fumo o tabaco, o carvão vegetal e as peças vendidas separadamente, que compõe aparelho e qualquer acessório para a prática desse instrumento.

§ 2º - Os estabelecimentos que comercializam o produto só poderão vender os itens para essa prática aos consumidores que comprovarem sua maioridade, por meio da apresentação de registro de identidade ou documento de identificação pessoal com foto.

§ 3º - Os estabelecimentos que, além da venda do produto de que trata essa Lei, comercializam gêneros alimentícios, ficam obrigados a manter os componentes do narguilé em local específico e isolado, distante das demais mercadorias.

§ 4º - Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, além de praças de lazer e espaços esportivos, qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas, no que diz respeito à parte externa do estabelecimento, tendo que assim, o estabelecimento providenciar "*lounge*" (salão) exclusivo para os consumidores na parte interna do estabelecimento.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator à penalidade prevista no art. 243 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Art. 3º - O descumprimento desta Lei implica, sucessivamente:

I - multa de 10 (dez) Unidades Padrão Monetária do Município – UPMs;

II - cassação do alvará de funcionamento pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

III – fechamento definitivo do estabelecimento.

Parágrafo único. A fiscalização e aplicação das penalidades, pelo descumprimento desta Lei, ficarão a cargo dos órgãos competentes da municipalidade.

Art. 4º - O estabelecimento comercial ao qual está Lei se aplica deverá fixar no seu interior placa de aviso, escrito de forma clara e em local visível, quanto à proibição estabelecida no art. 1º desta Lei e as consequências do uso do mesmo à saúde.

Art. 5º - Fica obrigado a todos os produtos, com vínculo ao art. 1°, trazer em seu rótulo/embalagem informações sobre os malefícios do fumo do narguilé, com frases sucintas e esclarecedoras.

Art. 6º - O Poder Público fica responsável pela ampla divulgação e conscientização dos jovens sobre os males causados, conforme exposto no art. 5º.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentais próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias no que entender necessário, a contar de publicação da mesma.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NORTELÂNDIA-MT, EM 09 DE SETEMBRO DE 2019.

MARIANO GOMES MIRANDA

PRESIDENTE DA CÂMARA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 590/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a Senhora **Elena Regina Campanholi,** portadora da Cédula de Identidade **RG nº 3238922-8 SSP/PR** e do **CPF nº 206.848.781-00** do **Cargo em Comissão "Assessora Especial de Programas e Projetos – da Secretaria Municipal de Assistência Social"** da Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 9º dia do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 09.09.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

JURIDICO
LEI Nº 515/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar José Fernandes, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial e Suplementar Orçamentária vigente, nas seguintes dotações detalhadas no Anexo Único, com as respectivas alterações orçamentárias conforme estabelecido na CF/88.

Art. 2º Para cobertura dos presentes Créditos Adicionais Especiais, objetos do artigo anterior, serão utilizados os recursos indicados nos quadros das dotações, de acordo com as justificativas detalhadas de cada crédito, no valor de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, aos 09 de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 09.09.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Órgão:	05. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER		
Unidade:	005 COORDENADORIA DE DESPORTO, CULTURA E LAZER		
Função:	13 CULTURA		
Subfunção:	392 DIFUSÃO CULTURAL		
Programa:	00017 INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS E LAZER		
Ação:	1006- PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAL		
Categoria econômica:	3. DESPESAS CORRENTES		
Grupo de Natureza:	3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Modalidade de aplicação:	90. APLICAÇÕES DIRETAS		
Elemento de despesa:	**Fonte de recurso/ Valor R$:**		
666 33.90.30.00.00 Material de consumo	0100. Recursos Próprios	30.000,00	
668 33.90.36.00.00 Out. Serv. Terc. Pessoa Física	0100. Recursos Próprios	50.000,00	
670 33.90.39.00.00 Out Serv. Pessoa Jurídica	0100. Recursos Próprios	100.000,00	
671 33.90.39.00.00 Out Serv. Pessoa Jurídica	0124. Recursos Convênios	300.000,00	
CRÉDITO ( ) Suplementar (X) Especial TOTAL R$		**480.000,00**	
O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**		
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:	
(X) Excesso de arrecadação		Para:	
( ) Anulação de dotações	( ) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:	
( ) Operações de crédito		Para:	
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:	
( ) Créditos reabertos		Para:	
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.		
Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:		**R$**	
TOTAL DA COBERTURA:			
Justificativa para os créditos adicionais:			

( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
( )incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
( ) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs: O CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR REFERE-SE A RECEBIMENTO DE RECURSOS RELATIVO À REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO COM RECURSOS PRÓPRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA 17ª EDIÇÃO DO FESTIVAL DE PRAIA, COM AS DOTAÇÕES E FONTES DE RECURSOS JÁ PREVISTAS, MAS OS SALDOS DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO SÃO INSUFICIENTE PARA CUSTEIO DA AÇÃO.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 591/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º Nomear o Senhor **JOSÉ SILVA DOS SANTOS JUNIOR,** Portador da Cédula de Identidade **RG nº 21399026 SSP/MT** e do **CPF nº 034.491. 411-98**, para o **Cargo de "Assessor Especial de Assistência Social" e "Coordenador de Programa e Projetos Sociais" da Secretaria de Assistência Social**a Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, a partir desta data, do qual será remunerado com apenas 01 (um) cargo em **Comissão Nível DAS-3.**

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria nº 055/2017, de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 9º dia do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 09.09.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 489/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Cleuza de Lourdes Monte Sião dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Cleuza de Lourdes Monte Sião, Psicóloga, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 23/12/2010 (vinte e três de dezembro de dois mil e dez) a 23/12/ 2015 (vinte e três de dezembro de dois mil e quinze), cujo gozo se observará no período no período de 09/09/2019 (nove de setembro do ano de dois mil e dezenove) a 07/11/2019 (sete de novembro do ano de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art.2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 9º dia do mês de setembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 09.09.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL
LEI Nº 516 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Autoria: Vereador Jocemar Kestring-P.R.P

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de alarme e monitoramento em todas as barragens existentes na cidade de Nortelândia-MT.

Art. 1º – As empresas e companhias que necessitem de barragens de contenção para realizar suas atividades, independentemente de quais sejam estas, ficam obrigadas a instalar sistemas de alarme, monitoramento e controle das estruturas e segurança de suas unidades.

Art. 2º – O sistema deverá, obrigatoriamente, estar interligado com as prefeituras e comunidades adjacentes e órgãos de gerenciamento de riscos, a fim de possibilitar a rápida e efetiva retirada das populações em risco, em conjunto com a Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º – Deverá ser criado plano de contingenciamento e evacuação das populações afetadas ou em risco, com a realização de treinamento e capacitação periódicos, em conjunto com os órgãos de gerenciamento de riscos, sob supervisão da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º – Esta lei deve ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NORTELÂNDIA-MT, EM 09 DE SETEMBRO DE 2019.

MARIANO GOMES MIRANDA

PRESIDENTE DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO 003/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ao Contrato nº 003/2018 de

prestação de serviços entre si a CÂMARA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

E STAF SISTEMAS LTDA, CNPJ 07.941.056/0001-90.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.987.617/0001- 30, sito a Praça da Bandeira, nº 253, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Presidente da Mesa Diretora, GILSON CÉSAR DE ALMEIDA**,** brasileiro, VEREA-

DOR PRESIDÊNCIA, inscrito no CPF sob o nº, 616.993.301-15 residente e domiciliado Sitio GA , COMUNIDADE LAGINHA DE CIMA Município de Nossa Senhora de Livramento CEP : 78.170-000, em pleno exercício de seu mandato e funções, denominado simplesmente **CONTRATANTE**,

e , de outro lado, STAF SISTEMAS LTDA **,** inscrita no CNPJ sob o nº 07. 941.056/0001-90, com sede na Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade nº 1042, centro, Nova Andradina-MS denominado simplesmente **CONTRATADO**,

O presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 03/2018, tem por objeto aditar a Cláusula 1.1 do PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO Contrato original, no que tange ao prazo de validade, com prerrogativa no mesmo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.1 O Prazo de vigência do contrato n. 003/2018, com vencimento em 10/09/2019, de comum acordo entre as partes, fica prorrogado pelo presente aditamento, por mais 12 (DOZE) meses **(10/09/2019 à 10/09/2020).**

"1.2 Conforme a cláusula 3.5 do contrato 003/2018 será atribuído o valor de R$ 1.808,99 (um mil, oitocentos e oito reais e noventa e nove centavos) mensais de acordo com a variação do IGPM acumulado nos proximos 12 meses o respectivo reajuste.

Permanecem inalteradas as demais clausulas do presente contrato.

E, por assim estarem de pleno acordo assinaram, o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

Câmara Municipal de Nossa Sra do Livramento/MT, 03 de setembro de 2019.

Câmara Municipal de Nossa Sra do Livramento Contratante

STAF SISTEMAS LTDA

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 35/2019

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 35/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada para realização de serviços e reposição de peças no serviço de rebobinagem de motor e painel eletrônico de comando atende a demanda do Município.

Favorecida: NÉLIDA SAPIAGINSKI COMÉRCIO - ME R$ 21.000,00 (vinte e um reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 09 de setembro de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 141/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 059/2019, 060/2019 e 061/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 059/2019, 060/2019 e 061/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 15 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 142/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2019, 062/2019, 063/2019, 064/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Obras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 058/2019, 062/2019, 063/2019, 064/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 21 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 134/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 057/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 057/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 132/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 056/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ANA LUCIA DE ARAUJO,** brasileira,casada, assistente social, inscrita no CPF/MF sob o nº 281.038.88-18, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 056/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 132/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 056/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ANA LUCIA DE ARAUJO,** brasileira,casada, assistente social, inscrita no CPF/MF sob o nº 281.038.88-18, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 056/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 133/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 054/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA,** brasileiro,casado, servidor publico, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.606.561-60, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 054/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 131/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 053/2019 e 055/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Obras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 053/2019 e 055/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 05 de agosto de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 124/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2019, 049/2019, 050/2019 e 051/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Obras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 048/2019, 049/2019, 050/2019 e 051/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 123/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2019, 042/2019, 043/2019, 044/2019, 045/2019, 046/2019, 047/2019 e 052/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 042/2019, 042/2019, 043/2019, 044/2019, 045/2019, 046/2019, 047/2019 e 052/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 08 de julho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 116/2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 040/2019 e 041/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar a servidora **ROZIENE BEZERRA RODRIGUES,** brasileira,casada, servidora Diretora do Departamento de Obras, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.971.811-97, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 040/2019 e 041/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 28 de junho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 106/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 039/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **SELIMARIO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de Professor de Pedagogia, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.774.368-55, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 039/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 064/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: V C AZAMBUJA-ME**;**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS ESPORTIVO FUTEBOLÍSTICO ORGANIZADO PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.

VIGÊNCIA: 20/08/2019 até 20/08/2020;

VALOR: R$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)**;**

Nova Lacerda-MT, 20 de agosto de 2019

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 063/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: CLEBER SELLA-ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS EM TRANSPORTE COLETIVOS E ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA.

VIGÊNCIA: 20/08/2019 até 20/08/2020;

VALOR: R$ 14.350,00 (quatorze mil e trezentos e cinquenta reais);

Nova Lacerda-MT, 20 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 062/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: AKIYAMA S.A – INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER KIT BIOMÉTRICO DESTINADO A CONFECÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE, ATENDENDO O SETOR DE IDENTIFICAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT.

VIGÊNCIA: 16/08/2019 até 16/08/2020;

VALOR: R$ 15.495,94 (quinze mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos);

Nova Lacerda-MT, 16 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 061/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ROBERTO CONCEIÇÃO NOGUEIRA-ME;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo do valor do item, devido ao aumento de 14 km diários no percurso da linha da Fazenda da Chica, Fazenda do Donizete X Escola Municipal Getúlio Vargas, sendo a diferença de valor de R$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais), que totaliza o valor de R$ 13.766,00 (treze mil e setecentos e sessenta e seis reais) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A Supressão de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado de acordo com a coleta de preço Nº 352/2019.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 059/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 141.790,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos e noventa reais);

3.2 – O valor do saldo após o acréscimo passará a ser R$ 146.170,00 (cento e quarenta e seis mil e cento e setenta reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 061/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ROBERTO CONCEIÇÃO NOGUEIRA-ME;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, SENDO IDA E VOLTA ATÉ AS ESCOLAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES DE TRAJETO, HORÁRIO E QUILOMETRAGEM, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019.

VIGÊNCIA: 01/08/2019 até 01/08/2020;

VALOR: R$ 141.790,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos e noventa reais;

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo do valor do item, devido ao aumento de 26.4 km diários no percurso da linha da Escola Municipal Angelo Tripoloni X Rio Novo, sendo a diferença de valor de R$ 1.133,33 (um mil e cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), que totaliza o valor de R$ 7.133,33 (sete mil e cento e trinta e três reais e trinta e três centavos) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A Supressão de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado de acordo com a coleta de preço Nº 352/2019.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 059/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

3.2 – O valor do saldo após o acréscimo passará a ser R$ 71.666,33 (setenta e um mil e seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 060/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, SENDO IDA E VOLTA ATÉ AS ESCOLAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES DE TRAJETO, HORÁRIO E QUILOMETRAGEM, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019.

VIGÊNCIA: 01/01/2019 até 01/01/2020;

VALOR: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 059/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: JAIR TIAGO DA SILVA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo do valor do item, devido ao aumento de 27 km diários no percurso da linha Bahia Funda X São Judas, sendo a diferença de valor de R$ 2.005,15 (dois mil e cinco reais e quinze centavos), que totaliza o valor de R$ 12.105,15 (doze mil, cento e cinco reais e quinze centavos) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A Supressão de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado de acordo com a coleta de preço Nº 352/2019.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 059/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 111.100,00 (cento e onze mil e cem reais);

3.2 – O valor do saldo após o acréscimo passará a ser R$ 121.125,15 (cento e vinte e um mil e cento e vinte e cinco reais e quinze centavos);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 059/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: JAIR TIAGO DA SILVA;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS, SENDO IDA E VOLTA ATÉ AS ESCOLAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES DE TRAJETO, HORÁRIO E QUILOMETRAGEM, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 003/2019.

VIGÊNCIA: 01/08/2019 até 01/08/2020;

VALOR: R$ 111.100,00 (cento e onze mil e cem reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 058/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ÂNGULO-INSTITUTO ANALITICO DE PESQUISAS LTDA;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ADMINISTRATIVA, ESSA PESQUISA É LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO PARA AVALIAR A ATUAL ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT.

VIGÊNCIA: 09/08/2019 até 09/08/2020;

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Nova Lacerda-MT, 09 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 057/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: SANDRA R DI PAOLA BRANDAO NEGOCIOS E EVENTOS;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA APLICAR PALESTRAS PARA PAIS E ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E SERVIDORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO DIA 06 DE AGOSTO, COM O OBJETIVO DE ORIENTÁ-LOS E MOTIVÁ-LOS DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2019, ATENDENDO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VIGÊNCIA: 01/08/2019 até 01/08/2020;

VALOR: R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 056/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO-ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA LOCALIZADA NA CAPITAL CUIABA-MT, ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES DE NOVA LACERDA QUE SE DESLOCAM ATÉ A CAPITAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E TRATAMENTOS MEDICO, DE ACORDO COM AS NORMAS VOLTADAS AO SETOR PUBLICO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 032/2019.

VIGÊNCIA: 22/07/2019 até 22/07/2020;

VALOR: R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais);

Nova Lacerda-MT, 22 de julho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 44/2019

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 44/2019

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 44/2019.

ABERTURA: 20 de setembro de 2019 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:10 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de preços para aquisição de Materiais de Consumo, Gênero alimentícios, limpeza e outros materiais de consumo de, mediante Sistema de Registro de Preços, para confecção de Cestas Básicas visando atender a Secretaria de Assistência Social do município de Nova Lacerda - MT.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 09 de setembro de 2019.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 36/2019

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 36/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada em serviços funerários para atender as famílias carentes do Município de Nova Lacerda.

Favorecida: A. COSTA MIRANDA ME R$ 16.874,00 (dezesseis mil e oitocentos e setenta e quatro reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 09 de setembro de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 055/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MILENE JORGE LIBORIO CREPALDI DE CARVALHO 01120136199;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE LAYOUT-CRIAÇÃO DE ARTE GRÁFICA, VETORIZAÇÃO DE IMAGENS, ARTES GRÁFICAS DE BANNERS, CARTAZES, CERTIFICADOS, FAIXAS, PLACAS, LOGOTIPO, FOLDERS E PANFLETOS, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA: 01/08/2019 até 01/08/2020;

VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 054/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ILOISIO NEVES NASCIMENTO 97467324120;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/EQUIPAMENTOS NA ÁREA DE SAÚDE- DO TIPO EQUIPAMENTOS DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VIGÊNCIA: 01/08/2019 até 01/08/2020;

VALOR: R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 053/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: SISTEMA DE RADIO E TELEVISÃO NOVA LACERDA LTDA ME;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MÍDIA TELEVISIVA, EM DIVULGAÇÃO EM TELEVISÃO DE ATOS, PROGRAMAS, CAMPANHA DE INTERESSE PÚBLICO E COMUNITÁRIO, ATENDENDO O MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 033/2019.

VIGÊNCIA: 22/07/2019 até 22/07/2020;

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais;

Nova Lacerda-MT, 22 de julho de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 052/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA;

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de material de consumo, classificados como material de copa e cozinha, Gênero alimentício e de limpeza para recomposição de estoque, visando atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, constantes no procedimento do Pregão Presencial nº 028/2019, especificamente do seguinte item;

VIGÊNCIA: R$ 339.770,82 (trezentos e trinta e nove mil e setecentos e setenta reis e oitenta e dois centavos),

VALOR: 04/07/2019 até 04/07/2020;

Nova Lacerda-MT, 04 de julho de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 051/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: PORTO SEGURO E CIA SEGUROS GERAIS;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCEDIO E ROUBO), COBERTURA A TERCEIRO, DANOS MATERIAIS E DANOS PESSOAIS POR PASSAGEIROS, FRANQUIA OBRIGATÓRIA NORMAL, VIDROS E RETROVISORES, ATENDENDO A FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA, conforme descrito no termo de referência do procedimento de dispensa de licitação 029/2019.

VIGÊNCIA: R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais);

VALOR: 06/06/2019 até 06/06/2020;

Nova Lacerda-MT, 06 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 184/2019

PORTARIA MUNICIPAL Nº 184/2019

Data: 03 de setembro de 2019

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO-DOENÇA A SERVIDORA **MARIA PEREIRA NUNES**".

A Secretária Municipal de Administração do Município de Nova Marilândia Estado de Mato, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal Nº 412/2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª **MARIA PEREIRA NUNES**, portadora da Carteira de Identidade sob RG Nº 494 246-0 – SSP/MT, efetiva no cargo de ZELADORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Nova Marilândia – MT, com vencimentos integrais pagos pelo PREVINOM, a partir de 15/08/2019 e término em 11/01/2020 conforme amparado por lei.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOVA MARILANDIA – MT, em 03 de setembro de 2019.

MARTA REGINA WAIANDT DA SILVA

Secretária Municipal de Administração Nova Marilândia-MT.

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2019

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2018, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s)à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:183– **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – LIMPEZA E MANUTENÇÃO – SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
06°	PATRICIA VIDAL DA SILVA

Nova Maringá - MT, 09 de Setembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 219/2019 DO CONTRATO 68/2019

09 de Setembro de 2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o

Contrato nº 068/2019 DEPTO/RH.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidor para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato nº 027/2019 DEPTO/RH, celebrado com amparo na Lei Municipal 936/2017, entre o **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE e ANTONIO COELHO DE PAULA** para a prestação de serviço como Operador de PC Escavadeira Hidráulica vigência prevista de 12 (doze) meses, a partir da data de 04 de setembro de 2019.

Art. 2º - Nomear o servidor **ADRIANO MANOEL FERREIRA**, Matrícula nº 1377, CPF nº 834.597.741.34, RG nº 1178626-4 SSP/PR, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato especificado no artigo anterior.

Art. 3º - Nomear o servidor **LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI,** matrícula nº 3125, CPF nº 023.128.491-86, RG nº 1889860-2 SSP/MT, Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, como substituto eventual para os fins mencionados no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de setembro de 2019 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 09 de Setembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5229/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE OFEREÇA SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE FONOAUDIÓLOGO COM EXAMES, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT*.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 011/2019 de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 38/2019, Processo Administrativo 5229/2019, o mesmo foi declarado **DESERTO**, já que não houve participantes interessados ao certame no dia 09 de Setembro de 2019, ás 08:00 horas, conforme registro na ata da sessão do mesmo dia.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Setembro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Presidente da CPL

Decreto 011/2019

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DOS CONTRATOS 68/2019

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e **ANTONIO COELHO DE PAULA.**

2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERADOR DE PC ESCAVADEIRA HIDRAULICA CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 04 de setembro de 2019.

4. VIGÊNCIA: 04/09/2020.

5. VALOR: R$ 40.672,44 (quarenta mil seiscentos e setenta dois reais e quarenta e quatro centavos)

6. BASE LEGAL: Lei 970/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da empresa RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 10.830.704/0001-45, estabelecida na cidade de Aragarças - GO, à Av. Pedro Ludovico Texeira n°2457, Qd 34, Lt 11 setor Aeroporto, neste ato representada por **Weverton da Silva Lemes**, portador do CPF nº 044.894.841-94, **nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ N°: 10.830.704/0001-45

Item	Descrição	Qtd.	Marca	Valor unit (R$)	Valor total (R$)
01	**Aparelho de Raio X Odontológico** – tensão de no mínimo 7 MA, instalação com coluna com braço convencional, modo de operação digital. **(com montagem e/ou instalação inclusa)**	2	Xdente	**4. 790,00**	9. 580,00
05	**Armário Vitrine** – confeccionado em aço/ferro pintado, com laterais de vidro e no mínimo 02 portas	2	Ortomed	**680,00**	1. 360,00
06	**Arquivo** – com trilho telescópio para deslizamento da gaveta, confeccionado em aço com 04 gavetas	4	Nobre	**450,00**	1. 800,00
07	**Articulador Odontológico –** distancia intercondilar e guia condilica e ângulo de bennet ajustável	1	Denteflex	**480,00**	480,00
12	**Balde a Pedal** – confeccionado em polipropileno com capacidade de 30 à 49 litros	7	Plastisul	**80,00**	560,00
13	**Balde/ Lixeira** – confeccionado em aço/ferro pintado com capacidade mínima de 11 à 20 litros	2	Bnnox	**96,00**	192,00
14	**Bebedouro/ Purificador Refrigerado** – tipo de pressão com coluna, simples.	1	Masterfrio	**640,00**	640,00
19	**Cadeira** – confeccionada em aço/ferro pintado, sem rodas, sem braços, sem regulagem de altura e com assento e encosto em polipropileno	20	Nobre	**80,00**	1. 600,00
24	**Caixa para Desinfecção de Limas Endodônticas**, com capacidade de até 09 limas	8	Golgran	**45,00**	360,00
27	**Central de Nebulização** – tipo compressor, com no mínimo 04 saídas s/ rodízios, com potencia de no mínimo ¼ de HP	2	Olidef C71 plus	**1. 470,00**	2. 940,00
29	**Computador (Desktop-Básico)** - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes; possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (**gabinete, teclado, mouse e monitor**) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	5	Lenovo v520	**2. 850,00**	14. 250,00
31	**Destilador de Água** – capacidade mínima de 05 litros por hora, 220W ou bivolt	1	Solidsteel 5 1	**1. 350,00**	1. 350,00
39	**Estante** – com reforço, confeccionado em anexo ou ferro pintado, com capacidade mínima de 101 à 200 kg	2	Nobre	**208,00**	416,00
40	**Estetoscópio Adulto** – auscultador em aço inoxidável, tipo duplo	9	Premium	**15,00**	135,00
41	**Estetoscópio Infantil** – auscultador em aço inoxidável, tipo duplo	3	Premium	**15,00**	45,00
48	**Lanterna Clínica** – em Led	4	Missouri	**30,00**	120,00
49	**Leitor de Código de Barras -** Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; tipo pistola manual com feixe de luz bidirecional, fonte de luz laser 650nm; indicador sonoro de leitura; velocidade de leitura de 100 linhas por segundo, capacidade de ler etiquetas de códigos de barras com 16cm ou mais de largura; capacidade de decodificação dos códigos: UPC/EAN, UPC/EAN com complementos, UCC/EAN 128, código 39, código 39 FULL ASCII, código 39 TRIOPTIC, código 128, código 128 FULL ASCII, codabar, intercalado 2 de 5, discreto 2 de 5, código 93, MSI, código 11 possuir interface minimamente USB, garantia mínima de 12 meses.	1	Bematech	**325,00**	325,00
50	**Mesa de Escritório** - tamanho mínimo de 1,20m, em madeira/MDP/MDF/SIMILAR dobrável com 02 gavetas	2	Nobre	**275,50**	551,00
52	**Mesa de Reunião** – Redonda com diâmetro de no mínimo 1,20m, confeccionada em madeira/MD/MDP ou similar	2	Nobre	**230,00**	460,00
63	**Televisor** – de Led, com porta USB, Full HD, Entrada HDMI, com conversor digital, tamanho mínimo de 32 à 41 polegadas.	1	Philco	**1. 160,00**	1. 160,00

VALOR GLOBAL---------- 38.324,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ nº 10.830.704/0001-45

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da empresa I.S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 18.031.325/0001-05 estabelecida na cidade de Rialma- GO, à Av. Bernardo Sayão, n°785, Qd 46 Lt 06, neste ato representada pela **Ludimilla Aparecida Vilela da Luz Lui**, portadora do CPF nº 043.542.151-44, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: I.S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI

CNPJ N°: 18.031.325/0001-05

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	R$ unt	R$ total
17	**01**	**UND**	**Bisturi Elétrico (até 150 W) –** com função bipolar, com alarmes **(com montagem e/ou instalação inclusa)**	**TRANSMAI mode: BP150S**	**4. 590,00**	**4. 590,00**
18	**01**	**UND**	**Bomba de Vácuo até 2HP/CV –** potencia/vácuo - DE 0,5 A 1,2 HP/ 110 A 730 MMHG **(com montagem e/ou instalação inclusa)**	**EVOXX Model: evo.01**	**2. 000,00**	**2. 000,00**
32	**02**	**UND**	**Detector Fetal** – do tipo portátil e tecnologia digital	**MD Modelo: FD 200B**	**500,00**	**1. 000,00**
33	**01**	**UND**	**Eletrocardiógrafo** com aquisição simultânea de 12 derivações. Impressora térmica de alta resolução integrada ao equipamento, para papel termo-reativo no formato A4. Múltiplos formatos de impressão em 1, 3, 6 e 12 canais e todas configuráveis para melhor legibilidade gráfica. Alimentação AC 100 a 240V automático e através de bateria interna recarregável, com autonomia aproximada para 100 exames. O equipamento deve ser compacto e de fácil manuseio, com peso aproximado de 3 kg com a bateria. Tela de LCD para visualização da sensibilidade, velocidade, filtros, frequência cardíaca, formas de impressão e derivações. Teclado de membrana alfa numérico para acesso rápido das funções e entrada das informações do paciente como nome, idade, sexo, altura, peso. Circuito de proteção contra desfibrilador. Detecção de eletrodo solto. Software interno de interpretação automática do ECG na língua portuguesa e medida da frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS QT/QTc, eixos P-R-T. Porta RS232 e para comunicação com PC e LAN e possibilitar os registros de ECG via fax. Permitir a visualização dos exames no computador. Deve acompanhar os seguintes acessórios: 01cabo de alimentação; 1 cabo paciente de 10 vias; 4 eletrodos de membros tipo clipe; 6 eletrodos precordiais de sucção isento de látex; 1 tubo de gel para eletrodos; 1 rolo de papel termo-reativo, software em português e manual de instruções em português. Apresentar Carta de credenciamento do fornecedor,	**COMEN Model. CM300A**	**5. 700,00**	**5. 700,00**
47	**01**	**UND**	**Jato de Bicarbonato** – console com entrada de ar, agua e reservatório de bicarbonato com 01 de peça de mão para jato de bicarbonato.	**MICRODONT Modelo; JETSTAR**	**249,00**	**249,00**

VALOR GLOBAL---------- 13.539,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

I.S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI

CNPJ nº 18.031.325/0001-05

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 015/2019

PROCESSO Nº. 044/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 27.331.614/0001-02 estabelecida na cidade de Canarana – MT à Rua Santo Ângelo, Bairro Nova Canarana, n° 225, neste ato representada por **Carla Chaves Martins**, portadora do CPF nº 655.131.851-72**,** nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação

por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 015/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos lubrificantes para atender as necessidades das secretarias municipais para atender as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 015/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 044/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	DESENGRIPANTE SPLAY 300ML 1ª LINHA	UND	150	ORBI	8,50	1.275,00
2	FLUIDO FREIO DOT3 E DOT4 1ª LINHA	UND	100	RADNAQ	17,00	1.700,00
3	GRAXA BALDE 20 KG 1ª LINHA	UND	300	GRAX	339,00	101.700,00
4	LIMPA CONTATO SPLAY 300ML 1ª LINHA	UND	150	ORBI	13,00	1.950,00
5	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 MOTOR A GASOLINA 1ª LINHA 1 LITRO	UND	30	LUBRAX	22,00	660,00
6	OLEO LUBRIFICANTE 10W30 1ª LINHA BALDE 20 LITROS	UND	20	LUBRAX	338,00	6.760,00
7	OLEO LUBRIFICANTE 140 BALDE 20 LITROS 1ª LINHA	UND	20	LUBRAX	245,00	4.900,00
8	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 SINTETICO 1ª LINHA 1 LITRO	UND	200	LUBRAX	25,00	5.000,00
9	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 MOTOR A DIESEL 1ª LINHA BALDE 20 LITROS	UND	125	LUBRAX	300,00	37.500,00
10	OLEO LUBRIFICANTE 68 1ª LINHA BALDE 20 LITROS	UND	125	MULTLUB	162,00	20.250,00
11	OLEO LUBRIFICANTE 90 1ª LINHA BALDE 20 LITROS	UND	25	LUBRAX	240,00	6.000,00
12	OLEO LUBRIFICANTE ATF 1ª LINHA	UND	150	RADNAQ	15,50	2.325,00

Valor Global ----------R$ 190.020,00 (cento e noventa mil e vinte reais).

3.2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

3.2.1 - Os lubrificantes deverão ser entregues de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, de forma parcelada, mediante a autorização por escrito.

3.2.2 – A empresa terá o prazo de até 03 (três) dias corridos, com tolerância e justificativa, excepcionalmente de no máximo 01 (um) dia corrido contado da data da ordem de fornecimento do setor de compras do Município, onde deverão estar incluídos nos preços as despesas de frete, carga, descarga, etc;

3.2.3 – Os materiais a serem entregues deverão ser de primeira qualidade, motivos pelo qual, não serão adjudicados e/ou homologados itens de qualidade que não seja aprovada e/ou aceita pela administração após a apresentação de amostras;

3.2.4 - Deverão estar inclusos no preço todas as despesas de fretes, impostos, etc.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS GERENCIADOR

4.1 – O órgão gerenciador desta ata de preços **é a Secretaria Municipal de Administração e órgãos participantes as secretarias de Educação, Saúde, Viação e Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Assistência Social, Agricultura, Esportes e Lazer e Assuntos Indígenas**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(26/08/2019 até 26/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 26 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA

CARLA CHAVES MARTINS

CPF: 655.131.851-72

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.371.628/0001-70 estabelecida na cidade de Cuiaba-MT, à Av. General Mello n°1527 setor Pico do Amor, neste ato representada por **Willians Carriel Viana Noveli Filho**, portador do CPF nº 028.679.341-50, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde),** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 009/2019**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME

CNPJ N°: 15.371.628/0001-70

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QDE	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
8	Aspirador de Secreções Elétrico Móvel com rodízios, válvula de segurança, frasco termoplástico/vidro, com fluxo de aspiração de 31 a 49 LPM. Anvisa 80112550003	UND	1	NEVONI 14014POC	**1.980,00**	1.980,00
16	Biombo em aço/ferro pintado, com rodízios e tamanho triplo	UND	4	ORTOMED OM312	**280,00**	1.120,00
20	Cadeira de Rodas Adulto confeccionada em aço ou ferro, pintado, escamoteavel, removível, com elevação, com apoio para os braços, apoio para os pés e elevação de pernas. Anvisa 80917280001	UND	3	CDS 301	**780,00**	2.340,00
21	Cadeira de Rodas para Obeso confeccionada em aço ou ferro, pintado, escamoteavel, pés removíveis, com apoio para os braços, apoio para os pés, capacidade de 120 kg. Anvisa 80917280001	UND	2	CDS H16	**1.030,00**	2.060,00
22	Cadeira de Rodas Pediátrica confeccionada em aço ou ferro, pintado, escamoteavel, removível, com elevação, com apoio para os braços, apoio para os pés e elevação de pernas. Anvisa 80917280001	UND	2	CDS RE-PAN	**826,00**	1.652,00
26	Carro Maca Simples com suporte de soro, colchonete, grades laterais e confeccionada em aço inoxidável	UND	1	STA LUZIA S-0400-B	**1.900,00**	1.900,00
28	Cilindro de Gases Medicinais confeccionado em alumínio, sem rodízios, com válvula, manômetro e fluxometro, capacidade mínima de 03 à 10 litros.	UND	3	FLUXOS/ PROTEC	**810,00**	2.430,00
42	Foco Refletor Ambulatorial com iluminação de LED e haste flexível	UND	3	G&G	**290,00**	870,00
54	Nebulizador Portátil ultrassônico com 01 saída simultânea. Anvisa 10332170032	UND	4	MEDICATE MD3000	**155,00**	620,00
58	Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu) com reservatório, confeccionado em silicone e com válvula unidirecional. Anvisa 80440960008	UND	4	FARMATEX	**154,00**	616,00
59	Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu) infantil, com reservatório, confeccionado em silicone e com válvula unidirecional. Anvisa 80440960008	UND	2	FARMATEX	**164,00**	328,00
60	Seladora manual-pedal/ grau cirúrgico	UND	1	CETRO SGP25/P	**650,00**	650,00

VALOR GLOBAL---------- R$ 16.566,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME

CNPJ nº 15.371.628/0001-70

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da empresa K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 09.251.627/0001-90, estabelecida na cidade de Araçatuba - SP, Avenida Marechal Mascarenhas de Morais n°88, neste ato representada por, **Jose Victor Guimaraes,** portador do CPF nº 054.280.121-37, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: K.C.R. INDÚSTRIA E COMERCIO DE

CNPJ N°: 09 251.627/0001-90

Item	Qnt	Unid	Descriçao	Marca	R$ unt	R$ total
11	7	UND	**Balança Digital Portátil** – confeccionada em aço carbono	**LIDER**	**880,00**	6.160,00

VALOR TOTAL ---------- R$ 6.160,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ nº 09.251.627/0001-90

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da** empresa **GMB DA COSTA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.017.797/0001-16, estabelecida na cidade de Agua Boa- MT, Avenida Gov. Julio Campos, n°111, Bairro Industrial, neste ato representada por, **Gilson Marcio Braida da Costa,** portador do CPF nº 025.951.018-11, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: GMB DA COSTA & CIA LTDA

CNPJ N°: 06.017.797/0001-16

Item	Quant	Unid.	Descrição	Marca	R$ unt	R$ total
04	8	UND	**Armário** – Em aço, ALTURA DE 180 A 210 CM X LARGURA DE 70 A 110CM/ 04 prateleiras com capacidade mínima de 40 kg cada	**NOBRE AÇO**	**565,00**	4.520,00
34	3	UND	**Escada com 2 degraus** – Confeccionada em aço inoxidável	**NOBRE AÇO**	**247,00**	741,00
43	1	UND	**Forno de Microondas** – com capacidade mínima de 26 á 30 litros	**LG**	**480,00**	480,00

VALOR GLOBAL---------- --R$ 5.741,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do**

quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

GMB DA COSTA & CIA LTDA

Gilson Marcio Braida da Costa

CPF nº 025.951.018-11

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441. 299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da empresa DI BENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 14.238.297/0001-32, estabelecida na cidade de Goiânia-GO, à Rua 25 A n° 628 Setor Aeroporto, neste ato representada por, **Luiz Alberto Bento,** portador do CPF nº 424. 206.791- 72, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: DI BENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ N°: 14 238.297/0001-32

Item	Qnt	Unid	Descrição	Marca	R$ unt	R$ total
3	7	UND	**Ar Condicionado** – capacidade de 9.000 a 12.000 BTU's, tipo Split, somente frio **montagem e/ou instalação inclusa)**	**ELGIN**	**1. 275,68**	8. 929,76
45	2	UND	**Geladeira/ Refrigerador** – capacidade mínima de 250 à 299 litros, bivolt ou 220w'	**CONSUL**	**1. 520,23**	3. 040,46
46	1	UNID	**Grupo Gerador Portátil (até 7 KVA)** – à diesel de 4,1 à 7 KVA	**MOTOMIL**	**3. 943,99**	3. 943,99

VALOR GLOBAL----------R$ 15.914,21

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

DI BENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 14.238.297/0001-32

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441. 299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 33.256.924/0001-02, estabelecida na cidade de Cuiaba-MT, à Rua Domicinio Pereira Barcelo n°431, Bairro Canjica, neste ato representada por **Jose Luiz Souza de Paula Junior**, portador do CPF nº 010.016.521-42, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde),** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 009/2019**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Nome do Equipamento	Qtd.	MARCA	Valor unit (R$)	Valor total (R$)
02	**Aparelho de Som** – com entrada USB, CD e MP3, radio AM/FM – bivolt ou 220w	1	Modial	217,50	217,50
30	**Computador Portátil (Notebook)** - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel core i5 ou AMD a10 ou similar; 1 (um) disco rígido de 500 GIGABYTES velocidade de rotação 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2. 133 MHZ ou superior; tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2; mouse touchpad com 02 (dois) botões integrados; mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll); interfaces de rede 10/100/1000 conector rj-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11a/b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); bateria recarregável do tipo íon de lítion com no mínimo 06 (seis) células; fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou display port e 01 (uma) VGA, leitor de cartão; webcam FULL HD (1080p); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	1	acer	3. 364,00	3. 364,00
55	**No-break (para computadores/impressoras)** - Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); alarmes audiovisual; bateria interna selada; autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 wats; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	3	Ts shara	478,00	1. 434,00
57	**Projetor Multimídia (Datashow)** - Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD com matriz ativa TFT com 16 milhões de cores; Resolução mínima nativa de 1024 x 768 e compatibilidade 16:9; Deve possuir interfaces de comunicação, sendo 01 (uma) VGA e 01 (uma) HDMI; Deve possuir entrada USB; Luminosidade mínima de 2500 lumens; Alto-falante integrado no projetor com o mínimo de 1W de potência; Alimentação automática 100-120V, 220-240V; Controle remoto IR, cabo de alimentação, cabo VGA; Manual do usuário; Suporta apresentações a partir de um pen-drive direto no projetor (sem o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.	1	Epson	2. 640,00	2. 640,00
62	**Tela de Projeção** - Deve estar em linha de produção pelo fabricante; Tela projeção com tripé retrátil manual; Área visual de aproximadamente 1,80 x 1,80 m (+ ou - 10%); Deverá possuir estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões; Possuir poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela citada acima; Deverá possuir superfície de projeção do tipo matte white (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho; possuir bordas pretas que permita enquadramento da imagem; O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.	1	Nardelli	500,00	500,00

Valor total ----------R$ 8.155,50

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI

Jose Luiz Souza de Paula Junior

CPF nº 010.016.521-42

PREFEITURA
LEI Nº. 552 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

LEI Nº. 552 de 09 de setembro de 2019

(PROJETO DE LEI Nº 14/2019)

DATA: 09/07/2019

SÚMULA: "**Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Nova Nazaré-MT, conforme especifica e da outras providências".**

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Nova Nazaré - MT.

Art. 2°. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerenciado pela Secretaria Municipal a que se vincula o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Art. 3°. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - as transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II – as transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI – as doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII – as receitas estipuladas em lei.

§ 1° Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e

provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

§ 2° Os recursos de responsabilidade do Município de Nova Nazaré - MT , destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

Art. 4° A Secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

Art. 5°. O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto, no prazo de 30 dias da publicação desta Lei, estabelecerá as normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6°. Para o primeiro ano do exercício financeiro, O Prefeito Municipal remeterá à Câmara Municipal projeto de lei específica do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo único – A partir do exercício do primeiro ano financeiro, o Poder Executivo providenciará a inclusão das receitas e das despesas autorizadas por esta Lei, no Orçamento do Município.

Art. 7°. Fica incluído **no art. 2º, da Lei nº 467/2016**, que instituiu o conselho municipal de defesa dos direitos da pessoa idosa, dispõe sobre a política de assistência a pessoa idosa , o seguinte inciso:

"XI – deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal Direitos da Pessoa Idosa".

Art. 8º. Fica autorizado no prazo para que no prazo de 30 dias uteis a contar da aprovação da lei e publicação, a contadoria municipal providenciar junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil a abertura do Cadastro Nacional da Pessoa Juridica.

Art. 9°. Esta lei entrará em vigor em 30 dias após a publicação dessa Lei, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Nazaré – MT, em 09/09/2019

_____

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 082 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

LEI COMPLEMENTAR Nº. 082 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008 DE 27 DE JUNHO DE 2019 Do Executivo).

"Dispõe sobre a criação e Extinção de Cargos de Provimento em Comissão (CC) na estrutura Administrativa Município de Nova Nazaré, e dá outras providências".

O Prefeito municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, ***JOÃO TEODORO FILHO****, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Faço saber que a Câmara Municipal, pelos seus representantes, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:*

Art. 1º - *Fica criado na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração, o seguinte Cargo de Provimento em Comissão* ***"DIRETOR PREVIDENCIÁRIO".***

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº. de Cargos Vagas	*Nome do Cargo Denominação*	*Vínculo*	*Subsídio R$*	*Requisitos Exigidos*
01	*DIRETOR PREVIDÊNICÁRIO*	*Comissionado*	*2.930,00*	*Superior em qualquer área*

Descrição e Especificação Do Cargo

CATEGORIA FUNCIONAL: DIRETOR PREVIDÊNCIÁRIO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES:

I - propor e efetivar:

a) *diretrizes gerais para o Órgão Gestor, quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos;*

b) *diretrizes gerais quanto à qualificação dos recursos humanos;*

c) *administração do quadro geral de pessoal do PREV-NAZARÉ;*

d) *gerenciar a aquisição, utilização e manutenção de bens móveis, materiais e serviços, em*

consonância com os limites estabelecidos para as despesas administrativas, adotando, se necessário, ações corretivas, devendo:

e) *instruir processos administrativos para aquisição de materiais e serviços; e*

f) *realizar licitações, dispensas e inexigibilidades.*

II *- exercer a supervisão técnica das atividades de gestão interna;*

III*- estabelecer diretrizes gerais para a concepção, adequação e avaliação de serviços prestados, fiscalizando a execução das cláusulas dos convênios e contratos celebrados com prestadores de serviços relacionados à área administrativa;*

IV *- acompanhar a execução físico-orçamentária e financeira da programação anual estabelecida, propondo, se necessário, ações corretivas;*

V *- gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos;*

VI *- desenvolver e manter sistemas de inventário de competências e potencialidades gerenciais e operacionais;*

VII *- manter a base cadastral dos funcionários efetivos atualizada;*

VIII *- propor ações voltadas para a modernização administrativa institucional;*

IX *- administrar e gerenciar a concessão de benefícios do PREV-NAZARÉ, devendo:*

a) *gerenciar a fiscalização, pelo PREV-NAZARÉ, de direito ao recebimento de benefícios por ele administrados, bem como os valores, prazos e condições;*

b) *desenvolver análises voltadas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios;*

c) *gerenciar e acompanhar as atividades de perícia médica e de reabilitação profissional, inclusive as efetuadas por executores indiretos;*

d) *propor ao Órgão Gestor diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos, programas e metas das atividades de reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários;*

e) *orientar e uniformizar os procedimentos de reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários;*

f) *planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades de reconhecimento inicial de direitos, manutenção do reconhecimento de direitos e revisão de direitos e recursos; e*

g) *planejar a especialização de ações para a qualidade, correção e aprimoramento do reconhecimento de direitos, voltadas para os segmentos de aposentadorias, pensões e auxílios.*

X- *gerenciar a avaliação atuarial anual, bem como a base de dados necessária para sua execução;*

XI *- acompanhar e controlar a qualidade do atendimento, zelando pela agilidade e comodidade aos segurados;*

XII *- gerenciar os resultados dos processos judiciais cometidos por executores indiretos relativos à administração geral do PREV-NAZARÉ;*

XIII *- gerenciar as ações inerentes à administração de recursos humanos;*

XIV *- assumir a responsabilidade por qualquer ato e fato relativos à área administrativa do Instituto:*

XV *– realizar todas as tarefas Administrativas na Sede do PREV-NAZARE*

Art. 2º - *A lotação do referido cargo e de seu ocupante, será definido mediante indicação do chefe do poder executivo municipal.*

Art. 3º - *As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentaria desse município de Nova Nazaré, no departamento de administração e em caso de serem insuficientes serão suplementadas nos termos da lei.*

Art. 4º Fica EXTINTO o seguinte Cargo:

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
Chefe do Departamento de Previdência

Art.5º - *Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 6º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré/MT, aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da empresa OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº22.228.679/0001-03, estabelecida na cidade de Aparecida de Goiânia-GO, à Av. das Mangueiras, Qd 51, lt 16, Sl 01 setor Vila Alzira, neste ato representada por, **Danilo Pereira de Araújo,** portador do CPF nº 041.949.961-00, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde),** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 009/2019**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI CNPJ N°: 22 228.679/0001-0

Item	Nome do Equipamento	Qtd.	MARCA	Valor unit (R$)	Valor total (R$)
09	**Autoclave Horizontal de Mesa (até 75 litros)** – modo de operação digital, com câmara de esterilização em aço inoxidável	3	Stermax	3.800,00	11.400,00
35	**Esfigmomanômetro Adulto** – confeccionado em tecido algodão, com braçadeira;/fecho em velcro	16	Premium	170,00	2.720,00
36	**Esfigmomanômetro Infantil** – confeccionado em tecido algodão, com braçadeira/fecho em velcro	4	Premium	100,00	400,00
37	**Esfigmomanômetro Obeso** - confeccionado em tecido algodão, com braçadeira;/fecho em velcro	6	Premium	200,00	1.200,00
38	**Estadiômetro** – confeccionado em alumínio, escala de 0 a 230 cm	2	MD	500,00	1.000,00

VALOR GLOBAL---------- R$ 10.833,50

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do**

quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI

Danilo Pereira de Araújo

CPF nº 041.949.961-00

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BHDENTAL COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 29.312.896/0001-26, estabelecida na cidade de Belo Horizonte- MG, à Av. dos Bandeirantes, N° 710, Loja 05, Bairro Cometico, neste ato representada por, **Carlos Alberto Rodrigues Junior,** portador do CPF nº 651.120.671-87, nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Nome do Equipamento	Qtd.	MARCA	Valor unit (R$)	Valor total (R$)
23	**Cadeira Odontológica Completa (equipo/ sugador/ refletor)** – com comando no pedal. Cabeceira articulada, reflator multifocal (com mais de 01 intensidade), equipo tipo Cart ou acoplado, com unidade auxiliar de 01 sugador, cuba em porcelana ou cerâmica, com seringa tríplice, pela reta, contra ângulo, micro motor, caneta de rotação e com no mínimo 03 terminais. **(com montagem e/ou instalação inclusa)**	1	dentemed	7.500,00	7.500,00

VALOR GLOBAL---------- 7.500,00

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

BHDENTAL COMERCIAL EIRELI

CNPJ nº 29.312.896/0001-26

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2019

PROCESSO Nº. 027/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87**, RESOLVE registrar os preços da** empresa **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 12.313.826/0001-90, estabelecida na cidade de Goiânia-GO, Avenida Antônio Fidelis n° 1.158, Qd 156, Lot 08 Setor Parque Amazônia, neste ato representada por, **Jonathan Silva Luz,** portador do CPF nº 013.221.861- 54, **nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 009/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT, conforme propostas 11394.499000/1180-03, 11394.499000/1180-04 e 11394.499000/1180-01 (Ministério da Saúde), conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 027/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.2 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

EMPRESA: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ N°: 12 313.826/0001-90

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	R$ unt	R$ total
10	4	UND	**Balança Antropométrica Adulto** – digital	**WELMY**	**820,00**	3.280,00
25	1	UND	**Carro de Curativos** – com balde e bacia, confeccionado em aço inoxidável	**SUPREMA**	**810,00**	810,00
44	1	UND	**Fotopolimerizador de Resinas** – tipo Led, sem fio e sem radiômetro	**SCHUSTER**	**525,00**	525,00
51	1	UND	**Mesa de Mayo** – confeccionada em aço inoxidável	**AMH**	**350,00**	350,00
53	1	UND	**Mesa Ginecológica Elétrica** – com acionamento elétrico (subida, descida, encosto e perneira), comando no pedal, com apoio de pernas e calcanheiras reguláveis, com gaveta auxiliar para coleta de material, capacidade de 180 à 250 kg, com suporte para papel. **(com montagem e/ou instalação inclusa).**	**MEDPEJ**	**11.900,00**	11.900,00
56	2	UND	**Otoscópio Simples** – iluminação em fibra óptica/alógena/xênon, composto de 05 a 10 espéculos reutilizáveis	**MIKATOS**	**215,00**	430,00
61	4	UND	**Suporte de Soro** – confeccionado em aço inoxidável, tipo pedestal	**AMH**	**225,00**	900,00
64	1	UND	**Ultrassom Odontológico** – com jato de bicarbonato integrado, caneta/transdutor do ultra-som autoclável	**SCHUSTER**	**1.465,50**	1.465,50

VALOR GLOBAL ---------- R$ 19.660,50

3.3 - Os materiais permanentes serão adquiridos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação por escrito, o qual a empresa terá o prazo de ATÉ 30 (trinta) dias corridos para a efetiva entrega.

3.4 – Para os equipamentos que exigem mão de obra qualificada para instalação e/ou montagem, ficará sob a responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas para a instalação, incluindo mão de obra e despesas em geral.

3.4.1 – Os itens que deverão ser entregues com a montagem e/ou instalação são: 01, 17, 18, 23, 33 e 53.

3.5 – Todas as despesas para o fornecimento dos equipamentos ficarão por conta da empresa vencedora, tais como, impostos, fretes, encargos sociais, carga, descarga, etc.

3.6 - DO PRAZO DE DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS E TROCA EM CASO DE INCONSISTÊNCIAS, PERDAS E AVARIAS:

3.6.1 - O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais será de até 10 (dez) dias corridos, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

3.7.2 - A partir desse prazo de troca, a Secretaria Municipal de Saúde solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com a proposta, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais permanentes.

3.8 - DO PRAZO DE GARANTIA:

3.8.1 – Todos os materiais permanentes deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**.**

3.8.2 - Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total do fornecedor que não cumpriu as exigências deste Termo, arcando com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta do Fornecedor**.**

3.9 - DAS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E RECEBIMENTO:

3.9.1 - O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até a Secretaria Municipal de Saúde**.**

3.9.2 - O transporte deve ser feito pela empresa Fornecedora, conforme exigência das legislações vigentes, evitando qualquer tipo de risco**.**

3.9.3 - Os volumes deverão estar devidamente embalados, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

3.9.4 - Caso não se cumpra tais especificações os materiais permanentes estes poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

3.10 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.10.1 – As mercadorias serão fiscalizadas pelo fiscal de contrato bem como pelos membros do conselho municipal de educação.

3.11 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

3.12 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **òrgão Gerenciador é a Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(21/08/2019 até 21/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E

PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ º 12.313.826/0001-90

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°034/2019

Objeto	Contratação de pessoa física para prestação de serviços como instrutora de cursos junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de atender os programas do CRAS de Nova Nazaré-MT
Favorecido	**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA**, inscrita no CPF nº 881. 497.651-15, residente na cidade de Nova Nazare-MT., à Rua Frei Agostine Setor Sul
Prazo de Vigência	07 (sete) meses.
Valor global	**R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**
Fundamento Legal	art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigida e atualizada pelo Decreto Federal 9.412/2018
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 034/2019.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Nazaré – MT, 09 de Setembro de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

CONTRATO N°: **062/2019.**

BENEFICIARIO: **ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP**.

OBJETO: Aquisição de combustíveis (abastecimento na bomba) para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT, diariamente.

VALOR R$: **1.010.300,00.**

VIGÊNCIA: 01/08/2019 A 01/08/2020.

CONTRATO N°: **063/2019**

BENEFICIARIO: **CARLINHO PEREIRA DE ABREU.**

OBJETO:*Prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino do Município de Nova Nazaré-MT para o ano letivo de 2019, para transitar em rodovias estaduais e municipais com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador*.

VALOR R$: **71.760,00.**

VIGÊNCIA: 01/08/2019 A 31/12/2019

CONTRATO N°: **064/2019.**

BENEFICIARIO:**CRISTIANO DOS SANTOS DURO - ME.**

OBJETO: *prestação de serviços de engenharia para consultoria técnica nas áreas de planejamento; revisão de projetos em andamento; assessoria técnica especializada e apoio à supervisão e fiscalização de execução de obras de pavimentação, drenagem, urbanização, construções, reformas e ampliação de prédios públicos do município, confecção de relatórios de medição, projetos arquitetônicos, projetos complementares, projetos de infra-estrutura urbana e paisagismo.*

VALOR R$: **24.500,00.**

VIGÊNCIA: 09/08/2019 A 09/04/2020

CONTRATO N°: **065/2019.**

BENEFICIARIO: **BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP.**

OBJETO:*prestação de serviços com caminhão espargidor e vassoura mecânica rotativa e/ou jato de ar comprimido para a aplicação de asfalto diluído CM-30 na Avenida Zélia Gattai*

VALOR R$: **5.220,00**

VIGÊNCIA: 12/08/2019 A 12/11/2019

CONTRATO N°: **066/2019.**

BENEFICIARIO:**ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA.**

OBJETO: Fornecimento de diversos lubrificantes para atender as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT

VALOR R$: **190.020,00**

VIGÊNCIA: 26/08/2019 A 26/08/2020

CONTRATO N°: **067/2019.**

BENEFICIARIO: **BHDENTAL COMERCIAL EIRELI.**

OBJETO:fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT

VALOR R$: **7.500,00**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **068/2019.**

BENEFICIARIO: **GMB DA COSTA & CIA LTDA.**

OBJETO:*fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT*

VALOR R$: **5.741,00**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **069/2018.**

BENEFICIARIO: **I.S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI.**

OBJETO:fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **13.539,00.**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **070/2019.**

BENEFICIARIO: **K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.**

OBJETO:*fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT*.

VALOR R$: **6.160,00**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **071/2019.**

BENEFICIARIO: **OLIMPO TECNOLOGIA EIRELI.**

OBJETO: **F**ornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **8.155,50.**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **072/2019.**

BENEFICIARIO: **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI.**

OBJETO: **F**ornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **10.833,50**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **073/2019.**

BENEFICIARIO: **RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**

OBJETO:*Fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT*.

VALOR R$: **38.324,00**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **074/2019.**

BENEFICIARIO: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME.**

OBJETO:Fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT**.**

VALOR R$: **19.660,50**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **075/2019.**

BENEFICIARIO: **DI BENTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

OBJETO:fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **15.914,21**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **076/2019.**

BENEFICIARIO: **CIRURGICA GONÇALVES LTDA-ME.**

OBJETO:fornecimento de equipamento e material permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde do Município de Nova Nazaré-MT.

VALOR R$: **16.566,00**

VIGÊNCIA: 27/08/2019 A 27/08/2020

CONTRATO N°: **077/2019.**

BENEFICIARIO: **BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP.**

OBJETO:execução de mão-de-obra de pavimentação asfáltica em TSD em diversas ruas e avenidas do Município de Nova Nazaré, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Convite nº. 001/2019

VALOR R$: **143.348,59**

VIGÊNCIA: 30/08/2019 A 30/08/2020

CONTRATO N°: **078/2019.**

BENEFICIARIO: **CIVOX COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**

OBJETO: **C**ontratação de empresa para serviços de gestão de todas as linhas de telefonia fixa da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração**.**

VALOR R$: **7.200,00**

VIGÊNCIA: 30/08/2019 A 30/08/2020

CONTRATO N°: **079/2019.**

BENEFICIARIO: **JOSÉ ANTONIO BORTOLUCCI - ME.**

OBJETO*: C*ontratação de empresa para serviços de engenharia para realização de estudo para redução do custo de energia elétrica nos edifícios públicos do município de Nova Nazaré-MT

VALOR R$: **19.200,00**

VIGÊNCIA: 30/08/2019 A 30/05/2020

CONTRATO N°: **080/2019.**

BENEFICIARIO: **CLAUDEMIR JOSÉ MUNARINI.**

OBJETO: **C**ontratação de pessoa física com formação em engenharia para serviços de estaqueamento em ruas e avenidas de Nova Nazaré-MT, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Nova Nazaré-MT**.**

VALOR R$: **16.600,00**

VIGÊNCIA: 30/08/2019 A 26/02/2020

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 016/2019

PROCESSO Nº. 048/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 01.840.707/0001-79 e Inscrição Estadual nº 13,174,906-4, estabelecida na cidade de Varzea Grande-MT, à Av. da Feb nº 2241, Bairro Ponte Nova, representada por seu procurador Sr. **MOACIR FISCHER JUNIOR**, portador do CPF nº 024.271.939-25 e RG nº 6.837.116-3 SSP/PR**, nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 016/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de escavadeira hidráulica conforme contrato de repasse nº 871934/2018/MAPA/CAIXA, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 016/2019**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 048/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Unid.	Quant.	Especificação detalhada do objeto	MARCA E MODELO	R$ UNIT.	R$ TOTAL

1	01	Unid.	**Escavadeira Hidráulica**, nova, fabricada no ano corrente, **com peso operacional e 17,400 kg**, a fim de viabilizar o transporte durante os trabalhos o **peso operacional máximo não deve exceder a 18.500 kg**, com motor à diesel, com redução de poluentes no mínimo Tier III, de **potência de 121 Hp**, cabine ROPS/POS fechada e equipada com ar condicionado, **caçamba com capacidade de1,05 m3,** sapatas da esteira com largura de 700 mm, esteira com no mínimo 07 roletes inferiores de cada lado, no mínimo 02 velocidades de deslocamento, Bomba de Pistão com deslocamento ou Fluxo variável, equipamento de monitoramento e gerenciamento via satélite original da fabricante da máquina, serviço de gerenciamento via satélite a ser feito pelo fabricante da máquina com fornecimento de relatórios de consumo, falhas, localização e manutenções por no mínimo 08 (oito) anos gratuitos, **garantia da máquina de no mínimo 03 (três) anos**.	KOMATSU PC 160 LC-8	449. 000,00	**449. 000,00**

3.2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

3.2.1 - O **EQUIPAMENTO** deverá estar de acordo com as especificações mínimas especificadas no **Termo de Referência – Anexo I deste Edital**, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

3.2.2 - Todas as despesas para o fornecimento do objeto deste processo serão por conta da contratada, tais como, impostos, fretes, transporte, carga, descarregamento na sede do município, etc.

3.2.2.1 – O EQUIPAMENTO deverá ser entregue no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da autorização de fornecimento e emissão da nota de empenho;

3.2.2.1.1 - A ***CONTRATADA*** poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante formalização de justificativa.

3.2.2.1.2 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a ***CONTRATANTE*** examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação dos prazos ou aplicação das sanções cabíveis

3.2.3 - ENTREGA TÉCNICA

3.2.3.1 - A entrega técnica será realizada, dentro do prazo estabelecido para o recebimento definitivo, por um profissional especializado da contratada que possua domínio das especificações técnicas dos produtos a serem oferecidos. O profissional apresentará todos os recursos tecnológicos oferecidos pelo equipamento bem como demonstração das primeiras técnicas de operação e os itens a serem verificados que necessitem de manutenção diária.

3.2.3.2 - O contratado oferecerá curso de treinamento, de operação e manutenção básica e preventiva aos empregados da contratante, com duração mínima de 08 (oito) horas/aula em local e data a ser indicado pela licitante, com as despesas de local, fornecimento de material didático equipamentos multimídia e alimentação. Toda teoria apresentada acerca do equipamento deverá ser demonstrada na prática.

3.2.4 - GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.2.4.1 - O licitante deverá garantir expressamente em sua proposta financeira, garantia e assistência técnica nos seguintes parâmetros:

a - A contratada deverá prestar assistência técnica no período da garantia, no prazo de até 72(setenta e duas) horas, contados da notificação expressa do Contratante ao Contratado, podendo esta notificação ser implementada inclusive (através de fac-símile, e-mail ou requisição entregue diretamente a empresa autorizada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural);

b - Caso as garantias oferecidas pela contratada, pelo(s) fabricante(s) ou fornecedor(es) sejam distintas, prevalecerá a de maior prazo, devendo estar explicitas na proposta da(s) Licitante(s), bem como constar da Nota Fiscal;

c - Em caso de defeitos constatados no período de garantia, o fornecedor se obriga a efetuar a reposição imediata das peças defeituosas, sem qualquer ônus para a Contratante;

d - O fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição dos produtos que apresentarem falhas de funcionamento ou deficiência de desempenho, devidamente comprovado por ocasião de sua utilização, serão substituídas no prazo máximo de 20(vinte) dias, a contar da apresentação de notificação formal da Contratante;

e - Se qualquer peça apresentar qualquer defeito, e ficar comprovado que a falha e causa por vicio de fabricação, o fornecedor se obriga a substituí-la em todas as unidades fornecidas, sem ônus para a contratante;

f - Os consertos, reparos e revisões deverão ser feitos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do prazo máximo estabelecido no item anterior;

3.2.4.2 - A garantia sobre os objetos contidos no Termo de Referência será de no **mínimo 03 (três) anos**, contados a partir do recebimento definitivo, considerando as condições normais de uso.

3.2.4.3 - Os objetos fornecidos deverão atender as exigências de validade, garantia inspeção e certificação exigidas pelos órgãos de fiscalização oficiais.

3.2.4.4 - A contratada deverá garantir e ter a assistência técnica integral no Estado de Mato Grosso.

3.2.4.5 - A empresa contratada deverá prestar garantia em todos os itens do presente processo, assegurando a execução do contrato considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito a contratação.

3.2.4.6 - Ocorrerão por conta da contratada às despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários dos seus associados;

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS GERENCIADOR

4.1 – O órgão gerenciador desta ata de preços **é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(30/08/2019 até 30/08/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 30 de Agosto de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ-MT

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

EMPRESA REGISTRADA:

_____

DYMAK MAQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA

MOACIR FISCHER JUNIOR

CPF nº 024.271.939-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA MUNICIPAL N.º 177 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor ALMIR ROGERIO BARBOSA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 09 de Setembro de 2019 e término em 07 de Dezembro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº054/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 054/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS DESTINADOS A CONFECÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **20 de setembro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 09 de setembro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 050/2019/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 05/09/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 05/09/2019 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CAMISETAS E UNIFORMES DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. **LICITANTE (s) VENCEDOR (s)**: FABIO DA SILVA SANTOS ME ,CNPJ:15.474.089/0001-03 VALOR GLOBAL:R$ 45.320,00 (quarenta e cinco mil trezentos e vinte reais), IMPACTO CONFECÇÕES,CNPJ: 08.952.092/0001-11, VALOR GLOBAL:R$67.785,57 (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), SM GIUSTTIDE ARRUDA E CIA LTDA EPP, CNPJ: 08.711.005/0001-34, VALOR GLOBAL:R$ 39.401,00 (trinta e nove mil quatrocentos e um reais).

Nova Olímpia/MT, 05 de Setembro de 2019.

Eliete Silva

Port. 058/2019

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 044/2019/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 06/09/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 06/09/2019 **OBJETO:** OREGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (CARNES E AFINS) DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT. **LICITANTE (s) VENCEDOR (s)**: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELI ME 12.835.034/0001-85 VALOR GLOBAL:R$ 426.765.17 (quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais e dezessetes centavos), M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS – EIRELI CNPJ:13.553.837/0001-00, VALOR GLOBAL R$: 314.129,67 (trezentos e quatorze mil cento e vinte nove reais e sessenta e sete centavos), CR DOS SANTOS ALIMENTOS COMERCIO DE ALIMENTOS-ME CNPJ: 20.307.873/0001-59, VALOR GLOBAL R$:154.870,07 (cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e sete centavos).

Nova Olímpia/MT, 06 de Setembro de 2019.

Eliete Silva

Port. 058/2019

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL-SRP N.º 040/2019/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 04/09/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 04/09/2019 **OBJETO:**REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE PATRULHA MECANIZADA E CAMINHAO PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL RECURSO/MAPA. LICITANTE (s) VENCEDOR(s) M .DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA CNPJ**:**07.811.058/0001-64 VALOR GLOBAL: R$ 342.500,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais). MAXICASE MAQUINAS LTDA CNPJ: 05.380.321/0001-82 VALOR GLOBAL: R$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

Nova Olímpia/MT, 04 de Setembro de 2019.

Eliete Silva

Port. 058/2019

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO PP 032/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 032/2019

PROCESSO Nº. **058/2019/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 02 de Setembro de 2019, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA.***

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS VOLTADOS NO LEVANTAMENTO DE DADOS E A APURAÇÃO DE VALORES A SEREM RECUPERADOS SOBRE RECOLHUMENTOS INDEVIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PASEP.

NOVA SANTA HELENA/MT, 09 de Setembro de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 012/2019 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 012/2019

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

DATA: 09 de Setembro de 2019

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, Sr. **VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital nº 001/2019 de 26 de Março de 2019 que trata do Concurso Público Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público 001/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 2 e anexo VI, do referido edital, para fins de nomeação, posse e exercício.

CARGO: 028 - ENFERMEIRO

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0000000255	LUCIA KALINOSKI SPULDAR	2º CLASSIFICADO

ART. 2º - A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação.

ART. 3º - É vedada a posse mediante procuração.

ART. 4º - O não cumprimento por parte do candidato das exigências previstas no Edital nº 001/2019 e demais legislações vigentes implicará em desistência da vaga ao cargo ao qual foi aprovado ou classificado e convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não apresentação do candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação e renuncia ao cargo ao qual foi convocado.

ART. 5º - O exercício do cargo público para qual o candidato foi aprovado e convocado deverá acontecer imediatamente após o ato de passe, sob pena de exoneração daquele que não cumprir esta determinação.

ART. 6º - A não apresentação de qualquer documento previsto neste Edital e demais legislações vigentes impossibilitará o candidato a ser empossado e entrar em exercício do cago público.

ART. 7º - Relação de documentos exigidos, originais e cópias:

ÿ Atestado de Saúde Ocupacional - ASO,(especialmente para fins de Trabalho).

ÿ Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura.

ÿ Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável.

ÿ Cédula de Identidade (RG);

ÿ Cadastro de Pessoa Física (CPF);

ÿ Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);

ÿ Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;

ÿ Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;

ÿ Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)

ÿ Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;

ÿ Título de Eleitor;

ÿ Comprovante de votação da última eleição

ÿ Documento Militar (Se homem);

ÿ *Documento Escolar, Antecedentes Criminais, 01 Foto 3x4, Telefone e E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

NOVA UBIRATA 09 DE SETEMBRO DE 2019

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPUGNAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2019

DECLARAÇÃO

A Comissão Interna do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2019, após verificada a regularidade, declara que não houve recursos contra o Edital de Abertura do certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, para o cargos de Professor 1º ao 5° ano, Técnico Educacional em Desenvolvimento Infantil – TEDI, Apoio Administrativo Educacional – AAE - Manutenção da Infraestrutura, Apoio Administrativo Educacional – AAE – Alimentação Escolar e Apoio Administrativo Educacional – AAE – Transporte.

Nada mais havendo a declarar, assino o presente.

Nova Xavantina, 09 de setembro de 2019.

CARLA BEATRIZ PEREIRA BERNARDES

Presidente da Comissão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2.017

1º ADITIVO AO CONTRATO N° 040/2.017

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **BIG BRAIN COMUNICAÇÃO LTDA – ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.474.688/0001-16, resolvem alterar a vigência do Contrato **n° 040/2.017,** conforme **Concorrência Pública nº 002/2.017**, bem como resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 040/2.017, previsto na cláusula segunda, pelo período de 15 de setembro de 2.019 a 15 de setembro de 2.020, com fundamento no artigo 57, II da Lei 8.666/93;

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 186/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor: **João Paulo Medeiros,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1594699-1 SSP/MT e do CPF: nº 006.563.041-62, lotado na **Secretaria Municipal de Infra-Estrutura** no cargo de **Operador de Saneamento,** referente ao período de 2017/2018, a partir de 09/09/2019 a 28/09/2019, retornando no dia 29/09/2019.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 09 de Setembro de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **“Pregão Eletrônico”** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, através do site: www.bll.org.br, às 10h00min do dia 14 de agosto de 2019, objetivando **Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos, Material para Exames Laboratoriais e Material Hospitalar em Geral para Atendimento à Farmácia Básica, Ao Laboratório Municipal e o Atendimento Ambulatorial do Município de Novo Mundo – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram – se vencedoras do citado certame as seguintes licitantes: **HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA** com o valor de R$ 10.854,00 (Dez Mil e Oitocentos e Cinquenta e Quatro Reais), **LIGIA MARIA CARNEIRO** com o valor de R$ 159.631,00 (Cento e Cinquenta e Nove Mil e Seiscentos e Trinta e Um Reais), **NOVASULCOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES** com o valor de r$ 62.936,00 (Sessenta e Dois Mil e Novecentos e Trinta e Seis Reais), **JD DE ANDRADE DROGARIA** com o valor de R$ 30.845,00 (Trinta Mil e Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI** com o valor de 53.526,00 (Cinquenta e Três Mil e Quinhentos e Vinte e Seis Reais), **LUMANN DISTRIBUIDORA DE**

MEDICAMENTOS LTDA - EPP com o valor de R$ 79.330,80 (Setenta e Nove Mil e Trezentos e Trinta Reais e Oitenta Centavos),**SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI** com o valor de R$ 142.251,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Duzentos e Cinquenta e Um Reais), **CECHETTI & CADINI COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ME** com o valor de R$ 14.384,00 (Quatorze Mil e Trezentos e Oitenta e Quatro Reais), **DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** com o valor de R$ 18.960,00 (Dezoito Mil e Novecentos e Sessenta Reais), **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** com o valor de R$ 180.437,26 (Cento e Oitenta Mil e Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Vinte e Seis Centavos)**, FERNAMED LTDA** com o valor de R$ 130.066,70 (Cento e Trinta Mil e Sessenta e Seis Reais), **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** com o valor de R$ 488.686,28 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Mil e Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Oito Centavos), **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA EPP** com o valor de R$ 187.800,00 (Cento e Oitenta e Sete Mil e Oitocentos Reais), **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATORIO LTDA** com o valor de R$ 139.131,26 (Cento e Trinta e Nove Mil e Cento e Trinta e Um Reais),**PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** com o valor de R$ 26.534,87 (Vinte e Seis Mil e Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Oitenta e Sete Centavos)**, FEMAP COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** com o valor de R$ 110.087,17 (Cento e Dez Mil e Oitenta e Sete Reais e Dezessete Centavos), **VIGILANTE DA GLICOSE COMERCIO DE PRODUTOS PARA DIABETICOS LTDA ME** com o valor de R$ 160.440,00 (Cento e Sessenta Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais), **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS** com o valor de R$ 2.599,50 (Dois Mil e Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta Centavos)**, W.N DIAGNOSTICA EIRELI-EPP,** com o valor de R$ 2.550,82 (Dois Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Dois Centavos).Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 09 de setembro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 06/2019

Onde se lê:

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva** nomeado pela portaria nº 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público aos interessados a homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamento Pregão, Decreto Municipal nº 1005/2014, Lei Municipal 1.485/2017, 1.492/2017 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP., tendo por Objeto: a Contratação de Empresa Especializada visando a Execução na Construção do Portal de Entrada do Mini Estádio de Futebol, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME	09.666.823/0001-25	R$: 27.737,61

. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Leia se:

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva** nomeado pela portaria nº 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público aos interessados a homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamento Pregão, Decreto Municipal nº 1005/2014, Lei Municipal 1.485/2017, 1.492/2017 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP., tendo por Objeto: a Contratação de Empresa Especializada visando a Execução na Construção do Portal de Entrada do Mini Estádio de Futebol, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME	09.666.823/0001-25	R$: 29.737,61

Em 09 de setembro de 2019. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 062/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da presente licitação para a Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Caminhão Pipa para atender o Distrito do Salto da Alegria,a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
JOAO INÁCIO MOELLMANN 34462830130	27.691.585/0001-90	R$: 87.500,00

Em 09 de setembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA- MT, CNPJ 15.023.971/0001-24, torna público que requereu à SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Industria e Comercio, Turismo e Regularização Fundiária, LICENÇA DE PRÉVIA, LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO (LP), (LI) e (LO), referente a atividade de construção, pavimentação, conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais) em diversas ruas no município de Paranatinga/MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 09 de setembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 270/2019

PORTARIA Nº 270 DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DO Diretor de Controle, Fiscalização do Meio Ambiente e Regularização Fundiária DE PARANATINGA-MT.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a Sra **ELUANE CRISTINE DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o número 036.194.721-65 e portador do RG de número 2095085-3 SSP/MT**, DIRETORA DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.**

II – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 04 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 04 de Setembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA- MT, CNPJ 15.023.971/0001-24, torna público que requereu à SEMATUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Industria e Comercio, Turismo e Regularização Fundiária, LICENÇA DE PRÉVIA, LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO (LP), (LI) e (LO), referente a atividade de construção, pavimentação, conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana (galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais) na Av. aeroporto e rotatória no município de Paranatinga/MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 09 de setembro de 2019

.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 276 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. SUELI SILVA RAMOS**, Matrícula 3786 inscrita no CPF/MF sob o nº 964.754.041-87, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento do Servidor.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2011-2016	05/09/2019 A 04/12//2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 05 setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 09 de setembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, CNPJ nº 15.023.971/0001-24, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP e LI) referente a implantação da Área de Recebimento de Resíduos de Construção Civil CLASSE A – INERTES, para destinação de solos removidos, nas atividades de construção, reforma e reparos de estradas (pavimentação), bem como por aqueles resultante da remoção de vegetação (gramíneas e solo orgânico) e escavação de solos, por tratarem-se de materiais homogêneos que podem ser inclusive aplicados para regularização/terraplanagem de terrenos, localizado na Rua Paralela II no Loteamento Jardim Ipê Florido II no município de Paranatinga/MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 09 de setembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 01 AO CONTRATO Nº 73/2018

Aditivo nº 01 ao Contrato 73/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME**, **CNPJ 09.666.823/0001-25.** Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada visando a Retomada de Execução Física da Obra da Escola Municipal Moreira Cabral – Santiago do Norte, Termo de Compromisso Plano de Ações Articuladas - PAR 7509/2013, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Prazo solicitado de 03 (seis) meses, de 19/09/2019 a 19/12/2019. Departamento de Licitações e Contratos, em 09 de setembro de 2019.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 03 AO CONTRATO Nº 69/2018

Aditivo nº 03 ao Contrato 69/2018 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **MARIA BRITO OLIVEIRA DA MATA - ME**, **CNPJ 09.666.823/0001-25.** Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada para Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Meu Pequeno Lar – PAR 32685/2014, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Prazo solicitado de 06 (seis) meses, de 10/09/2019 a 10/02/2020. Departamento de Licitações e Contratos, em 09 de setembro de 2019.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE 15/2019

Onde se lê:

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 15/2019**, referente a Contratação da empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI CNPJ: 07.838.209/0001-78. Objeto:** A Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Revisão (Garantia – 20.000 Km) com reposição de Peças do Veículo Ônibus (On-16 Marcopolo/Volare V8L, Placa QCF 7169, Ano 2018), em Conformidade com o Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/93, à pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. **Valor: R$: 2.608,25. Homologada em 30/07/2019**. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Onde se lê:

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 15/2019**, referente a Contratação da empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI CNPJ: 07.838.209/0001-78. Objeto:** A Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Revisão (Garantia – 20.000 Km) com reposição de Peças do Veículo Ônibus (On-16 Marcopolo/Volare V8L, Placa QCF 7169, Ano 2018), em Conformidade com o Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/93, à pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. **Valor: R$: 2.608,59. Homologada em 30/07/2019**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 09 de setembro de 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – RDC PRESENCIAL 01/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria nº 010 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade Regime Diferenciado de Contratação - **RDC PRESENCIAL Nº. 01/2019**, regido pela Lei nº Lei nº 12.462/2011, subsidiariamente à Lei nº 8. 666/93 (e suas alterações posteriores). Objeto: **Contratação Integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços necessários à elaboração de Estudos técnicos preliminares, projeto executivo e Reconstrução de Ponte de Concreto Armado Pré-moldado, Ponte em concreto e Reconstrução de Bueiro Triplo Celular BTCC, contemplando fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos previsto em projeto básico,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Data de abertura **25/09/2019**, Quarta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou -Telefone 66 3573-1329/1756. Em 09 de Setembro de 2019. Presidente da CPL Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 046/2019

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL SRP – COM EXCLUSIVIDADE PARA ME e EPP nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

Objeto:Registro de Preço para Aquisição parcelada de gêneros alimentícios (CESTA BÁSICA) para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, de forma temporária cadastradas, nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I do edital.

Data da Abertura: Dia 24/09/2019 às 09h30min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br ou telefone (66) 3486-4416.

Pedra Preta - MT, 09 de Setembro de 2019.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 478/2019.

09 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede Licença Maternidade a senhora PATRICIA APARECIDA GOLIBERTOe dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora PATRICIA APARECIDA GOLIBERTO,ocupante do Cargo deProfessora, lotada junto à Secretaria de Educação, a serem usufruídas pelo período de 120 dias a partir do dia10/09/2019 conforme atestado à gestante.

ART. 2º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada Nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial Da AMM

PORTARIA Nº 479/2019.

09 DE SETEMBRO DE 2.019.

Institui a Comissãode **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2019**, para apurar a divida consolidada com a empresa LOPES E DISSEGNA LTDA ME, para posterior pagamento.

JUVENAL PEREIRA BRITO**,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do Requerimento de Valores a receber, protocolado pela empresa LOPES E DISSEGNA LTDA ME,

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da legalidade dos atos administrativos, com a observância estrita da moralidade e da probidade administrativa;

RESOLVE:

ART. 1º - Instaurar a ComissãodeSindicância e consequentemente, nomear os Servidores Municipais: **REJANE OLIVEIRA HORTA, LEVINO JOSE DE OLIVEIRA, e ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO,** para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo nº 011/2019, que ira averiguar os fatos onde a empresa LOPES E DISSEGNA LTDA ME, requer o pagamento da divida adquirida de acordo com ordens de serviço apresentadas.

ART. 2º - A Comissão deverá, com senso de responsabilidade, ouvir quem achar de direito e demais servidores ou outros que possam colaborar para elucidar os fatos, buscar documentos e diligenciar na prática de todos os atos necessários, para ao final, apresentar no prazo de até 30 (trinta), dias um relatório conclusivo.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

EDITAL Nº 046/2019 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018.

09 DE SETEMBRO 2.019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 003/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento do Memorando n° 335/2019/SME;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição da Patrícia Aparecida Goliberto da Silva que encontra-se em Licença Maternidade;

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado à Rua Oscar Soares, Centro – Pedra Preta – MT, com fundamento no Artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 017/2014, no prazo de 03 (três) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO

PROFESSORA ED. INFANTIL-ENS. FUNDAMENTAL/SEDE

CLASSIF.	Nº DE INSC.	CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	PERIODO	LOCAL
56	0296	DANUBIA APARECIDA DO NASCIMENTO	Em substituição a Professora PATRICIA APARECIDA GOLIBERTO DA SILVA, que se encontra de atestado médico solicitando licença medica. Vale ressaltar, que a mesma estava substituindo a professora, CLAUDETE DOS SANTOS SILVA, que se encontra de atestado médico. (desvio de função).	Até dia 21 de dezembro de 2019.	ESCOLA MUNICIPAL DULCE MEIRY SILVA SABINI.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 480/2019 - FÉRIAS REGULARES LAZARA BORGES MENDONÇA

09 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **27/05/2015 à 27/05/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora LAZARA BORGES MENDONÇA, lotada na Secretaria Municipal de Limpeza Publica e Serv. Urbanos de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Continua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **11/09/2019 à 10/10/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 477/2019.

09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Designação de servidor efetivo para o exercício de função no Departamento de Tributação.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar o Servidor Público Municipal **EDER SEQUINI CORREIA,** para desempenhar suas funções no Departamento de Tributação, da Secretaria de Finanças do município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 030/2019

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **Pregão Presencial - SRP nº 030/2019**

Objeto:Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Panificáveis (Pães, Biscoitos e Bolos) para atender as Demandas das Secretárias Municipais do Município de Pedra Preta - MT, conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital.

Data da Abertura: Dia 26/09/2019 às 09h30min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401.

Pedra Preta - MT, 09 de Setembro de 2019.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 1061/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.061, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

"Fica proibido o uso do "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo, essências e complementos para crianças e adolescentes, no Município de Peixoto de Azevedo/MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica proibida a utilização de "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo conhecido como "Narguilé", essências e complementos e de similares para crianças e adolescentes, no Município de Peixoto de Azevedo/MT.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições, vias e passeios públicos, bem como qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

§ 2º Fica autorizado o uso do "Narguilé" em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência e/ou frequência de menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º O estabelecimento comercial ao qual esta Lei se aplica fixará placa de aviso escrito em lugar visível, no seu interior, quanto à proibição de venda aos menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

Art. 3º O responsável pelos locais de que trata a presente Lei, deverá advertir os eventuais infratores sobre as proibições e obrigatoriedades nela contida, bem como, caso persista a conduta coibida, providenciar a imediata retirada do(s) infrator(es) do local e, se necessário mediante, auxílio de força policial.

Art. 4º O setor de fiscalização da Prefeitura Municipal Peixoto de Azevedo/MT., será o órgão competente fiscalizador.

Art. 5º O não cumprimento ao que determina a presente Lei, sujeitará ao infrator as seguintes penalidades:

I - notificação;

II - multa no valor de 134 (cento e trinta e quatro) Unidades Fiscais do Município, vigente no ato do descumprimento;

III - no caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro;

IV - cancelamento do Alvará de Funcionamento;

§ 1º As penalidades impostas por esta Lei, não prejudicará a aplicação das sanções previstas no artigo 243 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

§ 2º Os recursos oriundos deste caput parcial ou integral, serão destinados para ações e campanhas educativas.

Art. 6º O usuário que descumprir a presente Lei estará sujeito:

I - Apreensão e guarda do aparelho "narguilé" e acessórios, pela equipe de fiscalização municipal, sendo que a devolução ao infrator ficará sujeita ao pagamento integral da multa de que trata o inciso II deste artigo;

II - Multa de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município, aos que infringirem a proibição contida no artigo 1º desta lei;

II - Multa de 30 (trinta) Unidades Fiscais do Município para os casos de reincidência.

Art. 7º Torna obrigatório o encaminhamento ao Conselho Tutelar do menor flagrado em local público fazendo uso de "narguilé", respondendo à aplicação de sanções ao proprietário se a infração for cometida em estabelecimento comercial.

§ 1º Caberá punição por negligência, na forma da lei, aos pais ou responsáveis dos menores infratores reincidentes.

§ 2º Responderá o proprietário do estabelecimento comercial onde a infração for cometida, às sanções dispostas nos incisos I, II e III do Artigo - 5º da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias de Setembro de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

Projeto de Lei do Legislativo nº 010/2019

Autoria: Joranir José Soares

"Fica proibido o uso do "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo, essências e complementos para crianças e adolescentes, no Município de Peixoto de Azevedo/MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica proibida a utilização de "Narguilé" em locais públicos, abertos ou fechados, bem como a venda do cachimbo conhecido como "Narguilé", essências e complementos e de similares para crianças e adolescentes, no Município de Peixoto de Azevedo/MT.

.§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, entende-se por locais públicos, praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições, vias e passeios públicos, bem como qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

§ 2º Fica autorizado o uso do "Narguilé" em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência e/ou frequência de menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º O estabelecimento comercial ao qual esta Lei se aplica fixará placa de aviso escrito em lugar visível, no seu interior, quanto à proibição de venda aos menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive o fumo e demais componentes para o seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

Art. 3º O responsável pelos locais de que trata a presente Lei, deverá advertir os eventuais infratores sobre as proibições e obrigatoriedades nela contida, bem como, caso persista a conduta coibida, providenciar a imediata retirada do(s) infrator(es) do local e, se necessário mediante, auxílio de força policial.

Art. 4º O setor de fiscalização da Prefeitura Municipal Peixoto de Azevedo/MT., será o órgão competente fiscalizador.

Art. 5º O não cumprimento ao que determina a presente Lei, sujeitará ao infrator as seguintes penalidades:

I - notificação;

II - multa no valor de 134 (cento e trinta e quatro) Unidades Fiscais do Município, vigente no ato do descumprimento;

III - no caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro;

IV - cancelamento do Alvará de Funcionamento;

§ 1º As penalidades impostas por esta Lei, não prejudicará a aplicação das sanções previstas no artigo 243 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

§ 2º Os recursos oriundos deste caput parcial ou integral, serão destinados para ações e campanhas educativas.

Art. 6º O usuário que descumprir a presente Lei estará sujeito:

I - Apreensão e guarda do aparelho "narguilé" e acessórios, pela equipe de fiscalização municipal, sendo que a devolução ao infrator ficará sujeita ao pagamento integral da multa de que trata o inciso II deste artigo;

II - Multa de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município, aos que infringirem a proibição contida no artigo 1º desta lei;

II - Multa de 30 (trinta) Unidades Fiscais do Município para os casos de reincidência;

Art. 7º Torna obrigatório o encaminhamento ao Conselho Tutelar do menor flagrado em local público fazendo uso de "narguilé", respondendo à aplicação de sanções ao proprietário se a infração for cometida em estabelecimento comercial.

§ 1º Caberá punição por negligência, na forma da lei, aos pais ou responsáveis dos menores infratores reincidentes.

§ 2º Responderá o proprietário do estabelecimento comercial onde a infração for cometida, às sanções dispostas nos incisos I, II e III do Artigo - 5º da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Itamar Dias em 06 de Agosto de 2019

Joranir José Soares

Vereador

Justificativa

O Projeto de Lei que proíbe o uso do narguilé em locais públicos abertos ou fechados, bem como a venda de cachimbos, essências e complementos para menores de 18 anos no município de Peixoto de Azevedo/MT. A proposta prevê que o uso do narguilé ficará proibido em locais públicos, praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

A iniciativa do vereador se deve às doenças provenientes da fumaça. “Os prejuízos à saúde envolvem tanto os fumantes de fato quanto os chamados passivos, aqueles que apenas inalam a fumaça que sai do narguilé”, comentou Carlos Florentino.

Conforme a justificativa do projeto, esta é uma medida necessária para dificultar o acesso e o uso de narguilé, especialmente por crianças e adolescentes do Município.

No projeto, o vereador pontuou que a utilização do narguilé não é prejudicial apenas para os que usam o dispositivo, mas também para aqueles que estão ao redor, inalando a fumaça.

Ele baseou o projeto em um relatório publicado recentemente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com a demonstração dos malefícios do narguilé em relação ao cigarro normal. Segundo os estudos, uma seção de duração média de 20 a 80 minutos expõe o fumante a componentes tóxicos equivalentes ao de 100 cigarros.

O parlamentar lembra que, normalmente, a queima do carvão é usada como fonte de calor no narguilé e que a fumaça contém produtos tóxicos emitidos tanto pelo carvão, quanto pelo produto de tabaco, incluindo os aromatizantes, cuja composição pode influenciar o conteúdo tóxico da fumaça.

Conforme o Instituto Nacional do Câncer (INCA), estudos laboratoriais realizados durante a última década identificaram diversos carcinógenos e substâncias tóxicas, tais como nitrosanimas específicas do tabaco, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) (por exemplo, benzo[a]pireno e antraceno), aldeídos voláteis (por exemplo, formaldeído, acetaldeído e acroleína), benzeno, óxido nítrico e metais pesados (arsênico, cromo e chumbo). O carvão, por sua vez, contribui com altos níveis de monóxido de carbono (CO) e a geração do carcinógeno HAP2.

Alguns desses produtos químicos são classificados pela Agência Internacional para Pesquisa em Câncer (IARC, do inglês *International Agency for Research on Cancer*) como carcinógenos humanos. Em 2014, foi relatado que as pessoas expostas à fumaça de narguilé têm risco de leucemia por causa da assimilação de benzeno.

Essas substâncias tóxicas têm efeitos prejudiciais à saúde, aumenta comprovadamente a incidência de infarto, problemas pulmonares, disfunção erétil e vários tipos de câncer. Além disso, ao compartilhar o narguilé com outros usuários, a pessoa se expõe a hepatite C, tuberculose, herpes e outras doenças da boca.

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a Ata de Registro de Preço nº 023/2018 oriundo do Pregão Presencial - SRP nº 022/2018 realizado pelo município de Pedra Preta - MT, cujo objeto é a Aquisição de IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE ONIBUS conforme proposta e contrato firmado com a empresa WINS SERRALHERIA E SERVIÇOS EIRELLI 26.574.309/0001-89 no valor total de R$ 62.955,00 (Sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco reais). Peixoto de Azevedo, 09 de Setembro de 2019

Natália Fernandes da Silva

Chefe de Departamento de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ERRATA RESOLUÇÃO Nº 01, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

O Conselho Curador do IMPBRAN - Fundo Municipal de Previdência Social de Ponte Branca/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 211/1993, de 14 de dezembro de 1993, por seu Regimento Interno, retifica a Resolução nº 01 de 12 de Agosto de 2019.

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 12 de Julho de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

Considerando o erro material que consta na Resolução nº 01 de 12 de Agosto de 2019;

RESOLVE:

Art. 1o Retificar a Resolução nº 01 de 12 de Agosto de 2019, no qual O IMPBRAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Ponte Branca/MT, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Onde se lê: (...) Ponte Branca/MT, 12 de julho de 2019 (...)

Leia-se: "(...) Ponte Branca/MT, 12 de agosto de 2019 (...)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Ponte Branca/MT, 12 de Agosto de 2019.

MARCIO DE PAULA UREL

CPF

Presidente do Conselho Curador

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA inscrita no CNPJ/MF nº. 07.811.058/0001-64.

Valor total R$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 30/08/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 01 Veiculo tipo Caminhão Trucado, peso bruto total 22000 KG, carga útil máxima 15350 KG distancia entre eixos 5,17 M, potencia 238 CV, com Caçamba metálica basculante com capacidade de 10 M³ conforme Termo de Convênio nº 867702/2018 proposta nº 027503/2018, plano de trabalho, Ministério da Integração Nacional, e conforme termo adesão ao objeto padronizado – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE POSSE DA 6ª SUPLENTE DE CONSELHEIRA TUTELAR

Ata de posse da 6ª Suplente de Conselheira Tutelar, Aos 05 (cinco) dias do mês 09 (nove) setembro do ano de dois mil e dezenove (2019) as 08h00 na sede do conselho tutelar, situado na Av. Betumarcos, 270, centro, Comarca de Porto Alegre do Norte MT, reuniram-se os membros do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA, deste município, para dar posse a suplente de Conselheiro (a) Tutelar **Dulce Barbosa de Moura**, inscrita no CPF/sob o nº 865.980.071-00, portadora da cédula de identidade RG: 1955008 SSP/DF, residente e domiciliada na Av. Piraguassu, s/n, nesta urbe. Conforme eleição realizada no dia 04 (quatro) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), onde a mesma obteve 35 (trinta e cinco) votos, ficando como 6ª (sexta) suplente. Havendo o afastamento da conselheira tutelar **Lenilda da Silva Barcelos**, para Campanha de Reeleição de conselheira tutelar, e estará ausente no período determinado de **04/09/2019** a **06/09/2019**. Em seguida foi empossada a conselheira tutelar **Dulce Barbosa de Moura**, por um período determinado de **05/09/2019** a **06/10/2019**. Nada mais a acrescentar, dou por encerrado a presente **ata**, que vai assinada por min e os demais presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA CAPITAL DO ESTADO.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 008/2019.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual Prestação de Serviços de apoio administrativo na capital do Estado, sendo serviços de suporte de forma geral, quanto à articulação de assuntos inerentes a municipalidade, efetuando protocolos de documentos de interesse desta Prefeitura bem como assistência direta ao prefeito auxiliando junto aos Órgãos Governamentais e Não-Governamentais, **acontecerá no dia 23 de setembro de 2019, às 09:00h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 09 de setembro de 2019.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.995, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N.º 1.995/2019 Poxoréu/MT, 09 de setembro de 2019.

Dispõe sobre inclusão na LDO 2019 e PPA 2018/2021, do Projeto mencionado nesta Lei e dá outras providências**.**

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, incisos IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Ficam incluídas na LDO 2019 e PPA 2018/2021, as seguintes atividades:

Órgão: 12 - Departamento de Agua e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Agua e Esgoto de Poxoréu

Função: 04 - Administração

Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Abastecimento de Agua e Esgoto

Projeto: 2125 - Apoio Financeiro a Associação dos mini produtores rurais Carlos Marighella.

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Valor: R$ 35.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/09/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR 017/2019 - REGRAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EDITAL COMPL. N°. 017/2019 POXORÉU – MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019

Define as regras de participação dos Candidatos a Conselheiro Tutelar nas Audiências Públicas de que tratam as Normas do Certame

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

Considerando, especificamente, o disposto no inciso IX do Parágrafo Único do art. 2° da Resolução n°. 06/2019, datada de 31 de janeiro de 2019,

Tendo em vista o disposto na Resolução 09/2019, datado de 26/03/2019, inciso III, art. 9°, combinado com o art. 2°, parágrafo segundo do Edital Complementar n°. 15/2019, datado de 30/07/2019 e o art. 1°. do Edital Complementar n°. 16/2019, de 26 de agosto de 2019 e,

Considerando as deliberações da Comissão Eleitoral Especial sobre as normas das audiências, previstas para os dias 12 e 18/09/2019 com a finalidade de democratizar as propostas dos candidatos,

RESOLVE:

Art. 1° - As Audiências Públicas de que tratam as Normas do Certame poderão contar com a participação espontânea dos candidatos a Conselheiros, familiares, cabos eleitorais e a sociedade em geral com a finalidade de difundir e democratizar as propostas de trabalho dos candidatos com o fito de facilitar a escolha do eleitor.

Art. 2° - As Audiências Públicas serão promovidas pela Comissão Especial Eleitoral/CMDCA e serão realizadas, conforme o seguinte calendário:

a) **1ª Audiência**: Dia 12 de Setembro de 2019, na praça Manoel Dioz Silva, as 19h; b) **2ª Audiência**: Dia 18 de Setembro de 2019, na Confluência das Ruas Euclides da Cunha e João Ribeiro Vilela, bairro Santa Luzia, as 19h.

Art. 3° - As audiências serão estruturadas no que tange a apresentação do (a) candidato (a), propostas de trabalho e informações de campanha a serem afirmadas em duas fases.

Parágrafo Primeiro: Na primeira fase, o (a) candidato (a) terá 10 (dez) minutos para sua apresentação pessoal, a abordagem da sua candidatura, proposta de trabalho e informações de campanha no que tange ao nome, Codnome e número que será votado (a) na data da eleição, dia 06/10/2019.

Parágrafo Segundo: Na segunda Fase, o (a) candidato (a) terá 5 (cinco) minutos para reiterar aspectos relevantes já declarados na primeira fase ou acrescentar detalhes que não concluiu na sua preleção inicial.

Art. 4° - Será vedado, sob quaisquer aspectos, ataques pessoais aos candidatos concorrentes, lideres de sociedades e a autoridades constituídas, podendo facilitador retirar a sonoplastia e suspender sua participação no evento.

Art. 5° - As audiências públicas poderão contar com a presença de autoridades oficiais, membros do CMDCA, Ministério Público e representantes da Gestão do SUAS no município, podendo consignar suas mensagens na abertura do evento.

Art. 6° - A condução dos trabalhos será realizada por um facilitador, devidamente convidado pela Comissão Eleitoral Especial e um secretário com a incumbência de controle e monitoramento do tempo destinado a cada candidato (a)

Art. 7° - A Infraestrutura do evento corre à conta da Secretaria Municipal de Assistência Social de Poxoréu – MT.

Art. 8° - A Audiência Pública será realizada no decurso máximo de 2 (duas) horas.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Poxoréu – MT, Sala dos Conselhos Municipais, em 09 de Setembro de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE M. GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 11/2019 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMDCA

RESOLUÇÃO N°. 011/2019 POXORÉU – MT , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°.

529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

Considerando que os recursos do FMDCA (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente) foram incrementados com a Campanha Fiscal do Imposto de Renda/2019 no total de R$: 192.000,00 (Cento e Noventa e Dois) mil reais, advindo das contribuições de pessoas físicas e jurídicas, na forma estabelecida pela Receita Federal e nos termos da legislação pertinente;

Considerando que os recursos possuem a finalidade de financiar programas/projetos sociais, com abrangência territorial, no âmbito das entidades governamentais e não governamentais que atuem na promoção, defesa e proteção de crianças e adolescentes no município e na manutenção do FMDCA, observado o disposto na Lei Municipal n.º 594, de 18 de março de 1994, alterada pela Lei 1.963, datada de 19/03/2019 e, considerando as deliberações do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), em sessão extraordinária de 06/09/2019, consignadas em livro-ata do órgão, às folhas 08 e 09, Ata n°. 027/2019, de 06/09/2019,

RESOLVE:

DOS RECURSOS DO FMDCA

Art. 1° - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, incluindo as aplicações, serão destinados à manutenção do FMDCA e ao financiamento de Projetos sociais às crianças e adolescentes, desenvolvidos no município de Poxoréu através de Organizações sociais governamentais e não governamentais à seguinte razão proporcional:

I – 20% (vinte) por cento para a manutenção do FMDCA para custeio de despesas correntes e serviços de capacitação e divulgação das ações, na forma da legislação vigente e,

II – 80% (oitenta) por cento para financiamento de programas/projetos sociais, apresentados por Organizações Governamentais e Não Governamentais que atenderem aos pre-requisitos editalícios do chamamento público.

Parágrafo Unico: Será vedada a participação de organizações governamentais que já desenvolvem programas e/ou projetos com crianças e adolescentes financiados com recursos públicos do município de Poxoréu –MT e de quaisquer entidades não governamentais não cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social até o dia 30 de setembro de 2019.

DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO

Art. 2° - Poderão pleitear recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA/2019 toda qualquer Organização Governamental e Não Governamental que desenvolvam programas/projetos sociais de promoção, defesa e proteção da criança e do adolescente no município de Poxoréu –MT, observado os prazos e exigências editalícios para o credenciamento no CMDCA e as vedações contidas no artigo 1° desta Resolução e outras contidas no certame convocatório.

DOS RECURSOS E DA PERIODICIDADE

Art. 3° - Serão colocados a disposição das Organizações Sociais o aporte de recursos do FMDCA no valor de R$: 153.600,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil e Seiscentos Reais) para financiamento de Programas/projetos sociais.

Art. 4° - Deverão ser selecionados 04 (quatro) projetos sociais entre aqueles que vierem a se inscrever, na forma exigida pelo edital de chamamento.

Art. 5° - Cada projeto será contemplado com R$: 38.400,00 (Trinta e Oito Mil e Quatrocento Reais) para custeio das ações, mediante plano de Trabalho.

Art. 6° - Os projeto habilitados firmarão contrato com o CMDCA para a execução das ações no prazo de 6 (seis) meses.

Parágrafo Único: Os recursos serão pulverizados, mensalmente, em 6 (seis) parcelas de R$: 6.400,00 (seis mil e Quatrocentos Reais), mediante parecer técnico da Comissão de Monitoramento/CMDCA/Equipe de Técnica do SUAS dos projetos, podendo ensejar a interrupção das ações, em caso de violação dos procedimentos legais.

DAS ÁREAS DE FOMENTO E FORMAS DE ATENDIMENTO

Art. 7° - As Organizações Sociais interessadas em participar do processo deverão apresentar os projetos, na forma, prazos e critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público devendo comprovar, fundamentalmente:

a) O trabalho com crianças e adolescentes; b) Cadastrastramento no CMDCA até 30/09/2019, mediante cópia de Resolução c) Documentação legal e fiscal da Organização d) Proposta que atenda, no mínimo 25 crianças e adolescentes; e) Estrutura física mínima de atendimento; f) Quadro de recursos humanos compatíveis para com as exigências do programa/projeto social. g) Capacidade técnica de no mínimo 2 (dois) anos de experiências com Crianças e Adolescentes.

Art. 8° - As ações dos programas/projetos sociais deverão ser executadas no contra turno escolar do público-alvo, de forma a não comprometer o desempenho escolar e ofertadas em até 24 horas e/ou 3 (três) dias semanais.

Art. 9° - Os projetos devem priorizar, mediante objetivos claros e estratégias de execução atividades nas áreas:

a) De fomento cultural; b) De fomento ao esporte, em geral e c) De fomento ao lazer e entretenimento

Art. 10 – O edital de chamamento público deve constar, entre outros, das exigências e pontuações para selecionar os melhores projetos sociais a serem financiados pelos recursos do FMDCA

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 11 – Caberá ao Poder Público do município de Poxoréu a instituição legal das rubricas orçamentárias à aplicação dos recursos.

Art. 12 – A prestação de Contas será apresentada até 30 dias, a partir do encerramento do Termo de Contrato, inabilitando as Organizações Sociais, cuja prestação restar rejeitada, para participar de novos certames do FMDCA.

Art. 13 – Ficam instituídas duas comissões do FMDCA/SUAS com a finalidade de habilitar os projetos apresentados e de monitorar a execução dos projetos, respectivamente.

Parágrafo Único – As Comissões serão compostas por membros do CMDCA, servidores públicos e por membros de equipes técnicas do SUAS.

Art. 14 – os casos omissos a esta Resolução serão dirimidos pelo Plenário do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, Sala dos Conselhos Municipais, em 09 de Setembro de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE M. GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 022 /2019 - PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 022 /2019

PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2018

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no **resultado oficial** do Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 23/01/2019, homologado em 30/01/2019, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 004/2018, para, querendo, comparecerem na **Secretaria de Educação, Esporte e Lazer no** departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da publicação deste Edital, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

I – Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, bem como averbações, se houver;

II – Fotocópia (s) autenticada (s) da (s) certidão (ões) de nascimento do (s) filho (s), se tiver;

III – Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (para os cargos de nível superior), se for o caso e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – Número de cadastro no PIS/PASEP (se possuir);

V – Laudo Médico que o considere APTO PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES a que se submeterá, fornecido por médico indicado pela Prefeitura Municipal de Poxoréu, após a análise dos resultados obtidos em exames clínicos e laboratoriais elencados abaixo:

a) Hemograma com plaquetas;

b) Tipo sanguíneo – Fator RH;

c) Exame parcial de urina;

d) Exame parasitológico de fezes;

e) Glicemia, ureia e creatina;

f) Cópia do Cartão de Vacinação (atualizado com as vacinas anti-tetânica, hepatite B e tríplice viral) [vacina contra hepatite B exigida apenas para convocados acima de 39 anos];

g) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;

VI – 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;

VII – Fotocópia autenticada do Título de Eleitor, com Zona Eleitoral e Sessão de Poxoréu/MT, bem como do comprovante de votação na última eleição;

VIII – Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou dispensa (se do sexo masculino);

IX – Declaração de que não possui antecedentes criminais, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo fórum da Comarca de Poxoréu/MT;

X – Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa;

XI – Fotocópia autenticada do Comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo, bem como do registro no órgão de classe competente, quando cabível;

XII – Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública;

XIII – Declaração de bens;

XIV – Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XV – Fotocópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), caso possua; obrigatório para os convocados ao cargo de motorista;

XVI – Comprovante de conta bancária (Banco do Brasil);

XVII – Comprovante de residência; O não comparecimento do (a) convocado (a), **no dia e horário da atribuição** e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR (SEDE) - 30HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	PONTUAÇÃO
57º	Jeicimary Oliveira de Moraes	650.794.501-34	44

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de setembro de 2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 02/2019 - HOMOLOGAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 02/2019

O Prefeito Municipal **Nelson Antônio Paim,** em representação legal à **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, em conjunto com o **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO**, **RESOLVE**, com base no item 10.10 do EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2019, **HOMOLOGAR**, na íntegra, o resultado definitivo do mesmo, para que surta os seus devidos efeitos jurídicos, passando a Administração Pública Municipal de Poxoréu/MT, a partir deste ato, a poder convocar, de acordo com a necessidade e interesse público, os cadastrados para que, no prazo legal, tomem posse do cargo de sua competência, sempre observando a ordem de classificação por nota.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, faz publicar o presente **EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT**, que será afixado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, no site Oficial da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Ressalte-se, por derradeiro, que o Processo Seletivo n.º 002/2019 se presta à substituição de servidores de carreira do Município em casos de afastamentos, licenças e/ou vacância do cargo por qualquer razão, cabendo exclusivamente à Administração Pública Municipal a identificação do inte-

resse público em preenchimento de eventual vaga que possa vir a surgir no lapso temporal de vigência deste processo, inexistindo, em qualquer hipótese, direito líquido e certo à nomeação a qualquer candidato, independentemente de sua classificação.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09/09/2019.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito do Município de Poxoréu/MT

_____

DAYSE CRYSTINA DE OLIVEIRA LIMA

Presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado nº02/2019

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 053/2019

Ao Gabinete do Prefeito

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

EMENTA: REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE ITBI PARA INCORPORAÇÃO DE IMÓVEL AO PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO INCISO I, DO ART. 58, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

Veio, a minha apreciação, requerimento formulado pela empresa **ZANETTI AGROPECUÁRIA LTDA**, representada pelo **sr. Eswalter Zanetti**, ambos qualificados, onde pleiteia a isenção de pagamento de Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis, alegando se tratar de mera incorporação ao patrimônio da Pessoa Jurídica.

Protocolo n.º 40.442, em 06 de setembro de 2019.

É o relatório.

A redação da Lei Municipal n.º 1.738/2014 [Código Tributário Municipal] é expressa:

Art. 54. *A incidência do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis alcança as seguintes mutações patrimoniais:*

[...]

V – *Incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;*

[...]

XIX – *Incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;*

As hipóteses de não-incidência encontram-se elencadas no art. 58 do CTM, dentre elas:

Art. 58. *O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:*

I – *Quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;*

Mencionados os artigos de lei acima, ao observamos as atividades econômicas da empresa sob análise, tanto a principal, quanto as secundárias, notamos que as mesmas não estão no rol que veda a concessão da isenção de ITBI pleiteada, bem como, que os imóveis aos quais se pretende a isenção do ITBI, constam subscritos no Contrato Social da Requerente [matrículas n.º 11.521, 11.522 e 11.523, do CRI/Poxoréu-MT].

Neste contexto, nota-se que a empresa Requerente faz jus à isenção de ITBI pela não-incidência do imposto, nos termos do inciso I, do art. 58, da Lei Municipal n.º 1.738/2014 – Código Tributário Municipal.

Diante disso, manifesto-me **FAVORAVELMENTE** ao reconhecimento da não-incidência do ITBI nas transações de incorporação de patrimônios dos sócios ao capital social da empresa ZANETTI AGROPECUÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.681.436/0001-59, nos termos do protocolo em anexo.

É a manifestação.

Seguem em anexo os documentos apresentados pela Requerente, na íntegra.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09/09/2019.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O

Matrícula n.º 2452

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.994, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N.º 1.994/2019 Poxoréu/MT, 09 de setembro de 2019.

Autoriza firmar convênio com a Associação dos Mini Produtores Rurais "Carlos Marighella", para os fins de interesse público que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito do Município de Poxoréu, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação dos Mini Produtores Rurais "Carlos Marighella", criada em 27/09/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.709.182/0001-25, com sede no Assentamento Carlos Mariguella, s/n.º, na Zona Rural do Município de Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, objetivando o repasse de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em parcela única, para a aquisição e instalação de materiais hidráulicos correlatos ao abastecimento de água à Escola Municipal Pontal do Areia e à própria comunidade de assentados.

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* deste artigo será depositado diretamente na conta da Associação beneficiária, a saber: Agência n.º 0809 – Conta Corrente n.º 50330-4.

Art. 2.º A Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella, fica obrigada a prestar contas da efetiva utilização do valor mencionado no artigo 1.º desta Lei, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o efetivo repasse, anexando na mencionada prestação de contas:

I – Cópia do CNPJ e Ata de Constituição da Associação, bem como de sua Diretoria, devidamente autenticados;

II – Cotação de preços realizada para aquisição dos produtos/serviços necessários à compra e instalação dos materiais pagos com a verba pública municipal repassada;

III – Notas fiscais que demonstrem os valores pagos e fotos do serviço concluído.

§ 1.º Em caso de não utilização completa dos recursos destinados por intermédio desta Lei, assim aferido pela prestação de contas, deverá a Associação dos Mini Produtores Rurais Carlos Marighella, reembolsar aos cofres públicos o saldo não utilizado no evento.

§ 2.º A Associação beneficiária dará prioridade e despenderá esforços imediatos ao abastecimento de água à Escola Municipal Pontal do Areia.

Art. 3.º É vedado o desvio de finalidade na utilização dos recursos repassados por esta Lei, sob pena de responsabilização.

Art. 4.º As despesas provenientes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, abertas no presente exercício mediante Leis específicas.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/09/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 25 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO PARA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POXORÉU,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 30/09/2019, A PARTIR DAS 07h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** nomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 09 de setembro 2019.

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 11/2019 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMDCA

RESOLUÇÃO N°. 011/2019 POXORÉU – MT , DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

Considerando que os recursos do FMDCA (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente) foram incrementados com a Campanha Fiscal do Imposto de Renda/2019 no total de R$: 192.000,00 (Cento e Noventa e Dois) mil reais, advindo das contribuições de pessoas físicas e jurídicas, na forma estabelecida pela Receita Federal e nos termos da legislação pertinente;

Considerando que os recursos possuem a finalidade de financiar programas/projetos sociais, com abrangência territorial, no âmbito das entidades governamentais e não governamentais que atuem na promoção, defesa e proteção de crianças e adolescentes no município e na manutenção do FMDCA, observado o disposto na Lei Municipal n.º 594, de 18 de março de 1994, alterada pela Lei 1.963, datada de 19/03/2019 e, considerando as deliberações do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), em sessão extraordinária de 06/09/2019, consignadas em livro-ata do órgão, às folhas 08 e 09, Ata n°. 027/2019, de 06/09/2019,

RESOLVE:

DOS RECURSOS DO FMDCA

Art. 1° - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, incluindo as aplicações, serão destinados à manutenção do FMDCA e ao financiamento de Projetos sociais às crianças e adolescentes, desenvolvidos no município de Poxoréu através de Organizações sociais governamentais e não governamentais à seguinte razão proporcional:

I – 20% (vinte) por cento para a manutenção do FMDCA para custeio de despesas correntes e serviços de capacitação e divulgação das ações, na forma da legislação vigente e,

II – 80% (oitenta) por cento para financiamento de programas/projetos sociais, apresentados por Organizações Governamentais e Não Governamentais que atenderem aos pre-requisitos editalícios do chamamento público.

Parágrafo Unico: Será vedada a participação de organizações governamentais que já desenvolvem programas e/ou projetos com crianças e adolescentes financiados com recursos públicos do município de Poxoréu –MT e de quaisquer entidades não governamentais não cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social até o dia 30 de setembro de 2019.

DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO

Art. 2° - Poderão pleitear recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMDCA/2019 toda qualquer Organização Governamental e Não Governamental que desenvolvam programas/projetos sociais de promoção, defesa e proteção da criança e do adolescente no município de Poxoréu –MT, observado os prazos e exigências editalícios para o credenciamento no CMDCA e as vedações contidas no artigo 1° desta Resolução e outras contidas no certame convocatório.

DOS RECURSOS E DA PERIODICIDADE

Art. 3° - Serão colocados a disposição das Organizações Sociais o aporte de recursos do FMDCA no valor de R$: 153.600,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil e Seiscentos Reais) para financiamento de Programas/projetos sociais.

Art. 4° - Deverão ser selecionados 04 (quatro) projetos sociais entre aqueles que vierem a se inscrever, na forma exigida pelo edital de chamamento.

Art. 5° - Cada projeto será contemplado com R$: 38.400,00 (Trinta e Oito Mil e Quatrocento Reais) para custeio das ações, mediante plano de Trabalho.

Art. 6° - Os projeto habilitados firmarão contrato com o CMDCA para a execução das ações no prazo de 6 (seis) meses.

Parágrafo Único: Os recursos serão pulverizados, mensalmente, em 6 (seis) parcelas de R$: 6.400,00 (seis mil e Quatrocentos Reais), mediante parecer técnico da Comissão de Monitoramento/CMDCA/Equipe de Técni-

ca do SUAS dos projetos, podendo ensejar a interrupção das ações, em caso de violação dos procedimentos legais.

DAS ÁREAS DE FOMENTO E FORMAS DE ATENDIMENTO

Art. 7° - As Organizações Sociais interessadas em participar do processo deverão apresentar os projetos, na forma, prazos e critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público devendo comprovar, fundamentalmente:

a) O trabalho com crianças e adolescentes; b) Cadastrastramento no CMDCA até 30/09/2019, mediante cópia de Resolução c) Documentação legal e fiscal da Organização d) Proposta que atenda, no mínimo 25 crianças e adolescentes; e) Estrutura física mínima de atendimento; f) Quadro de recursos humanos compatíveis para com as exigências do programa/projeto social. g) Capacidade técnica de no mínimo 2 (dois) anos de experiências com Crianças e Adolescentes.

Art. 8° - As ações dos programas/projetos sociais deverão ser executadas no contra turno escolar do público-alvo, de forma a não comprometer o desempenho escolar e ofertadas em até 24 horas e/ou 3 (três) dias semanais.

Art. 9° - Os projetos devem priorizar, mediante objetivos claros e estratégias de execução atividades nas áreas:

a) De fomento cultural; b) De fomento ao esporte, em geral e c) De fomento ao lazer e entretenimento

Art. 10 – O edital de chamamento público deve constar, entre outros, das exigências e pontuações para selecionar os melhores projetos sociais a serem financiados pelos recursos do FMDCA

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 11 – Caberá ao Poder Público do município de Poxoréu a instituição legal das rubricas orçamentárias à aplicação dos recursos.

Art. 12 – A prestação de Contas será apresentada até 30 dias, a partir do encerramento do Termo de Contrato, inabilitando as Organizações Sociais, cuja prestação restar rejeitada, para participar de novos certames do FMDCA.

Art. 13 – Ficam instituídas duas comissões do FMDCA/SUAS com a finalidade de habilitar os projetos apresentados e de monitorar a execução dos projetos, respectivamente.

Parágrafo Único – As Comissões serão compostas por membros do CMDCA, servidores públicos e por membros de equipes técnicas do SUAS.

Art. 14 – os casos omissos a esta Resolução serão dirimidos pelo Plenário do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, Sala dos Conselhos Municipais, em 09 de Setembro de 2019.

LAURA CRISTINA XAVIER SILVA DE M. GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.993, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N.º 1.993/2019 Poxoréu/MT, 09 de setembro de 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com o Município de Primavera do Leste/MT, para os fins que especifica.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Município de Poxoréu/MT, visando o atendimento às comunidades sediadas em território poxorense, porém, em áreas limítrofes ao território do Município de Primavera do Leste/MT, estejam elas ou não no perímetro urbano do Distrito de Nova Poxoréu.

§ 1.º O termo de convênio identificará as comunidades e/ou conjunto de moradores a serem beneficiados por intermédio desta Lei, sendo possível a inclusão ou exclusão de beneficiários através de Termo Aditivo.

§ 2.º Com a celebração do convênio de que trata o *caput* deste artigo, o Município de Poxoréu/MT fica autorizado a utilizar pessoal, maquinário e material, especialmente cascalho, para a manutenção das vias e estradas vicinais localizadas na região.

§ 3.º O Município de Poxoréu/MT poderá, ainda, receber em doação, das próprias associações de moradores da região ou de terceiros interessados, o material necessário à manutenção de que trata o parágrafo anterior.

Art. 2.º O convênio terá vigência de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por Termo Aditivo, mediante concordância de ambas as partes, sempre por igual período.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunues Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/09/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.996, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LEI N.º 1.996/2019 Poxoréu/MT, 09 de setembro de 2019.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo municipal para abrir crédito adicional por anulação de dotação.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado abrir no corrente exercício um crédito adicional especial no valor de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**.

Art. 2.º O crédito citado no artigo 1.º, será aberto na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 12 -Departamento de Agua e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Agua e Esgoto de Poxoréu

Função: 04 - Administração

Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Abastecimento de Agua e Esgoto

Projeto: 2125 - Apoio Financeiro a Associação dos mini produtores rurais Carlos Marighella.

Elemento da despesa: 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Valor: R$ 35.000,00

Art. 3.º Para cobertura do crédito citado no art. 2º, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações abaixo:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Gabinete do Secretário de Administração

Função: 04 - Administração

Sub função: 122 - Administração Geral

Programa: 0003 - Administração Geral

Projeto: 2007 - Manutenção e encargos com a Secretaria de Administração

Elemento da despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

Valor: R$ 35.000,00

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/09/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
ATA Nº __03_____ JULGAMENTO DE RECURSO

RECORRENTE - ANDERSON PEREIRA DOS REIS

RECORRIDO – COMISSÃO ESPECIAL DE ELEIÇÃO

RELATORIO INICIAL:

O CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) Do Município de Reserva do Cabaçal/MT, pelo seu Presidente , no pleno exercício de suas atribuições estabelecidas na forma do Artigo 139 da Lei Federal de Nº. 8069/90, (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE), atualizada pela LEI Nº 13.824, DE 9 DE MAIO DE 2019, c/c com a Lei Municipal **Nº. 539 DE 31 DE MARÇO DE 2014,** conformado pelo subitem 11.7, item 11 do **EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE RESERVA DO CABÇAL/MT,** quadriênio 2020/2023**,** as 9:00 horas do dia 09/09/2019**,** se reuniu com os demais membros do Conselho em sessão plenária extraordinária para analisar e deliberar sobre recursoapresentado pelo senhor **ANDERSON PEREIRA DOS REIS**, no qual busca reverter decisão que indeferiu sua inscrição e declarou sua eliminação na prova seletiva para concorrer ao Cargo de Conselheiro Tutelar nas eleições unificadas de 06 de outubro de 2019. Em ato continuo foi lido o recurso apresentado no qual o Recorrente em breve relato requer a procedência do Recurso no sentido de modificar a decisão da Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Conselheiros Tutelares, que indeferiu a sua candidatura.

DEFESA DO RECORRENTE:

Como defesa Recorrente faz alegação de que a Declaração de Residência apresentada no ato da inscrição e, posteriormente, questionada por essa Comissão foi **elaborada no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal deste Município de Reserva do Cabaçal-MT e confirmado pela Sra.Letícia Venâncio Ferreira Lima, afirmando que Sra.Letícia, Diretora Municipal de Tributos confirmou que a Declaração foi por ela redigida**.

Na sequencia o Recorrente alega ainda que foi notificado que estava eliminado da prova seletiva, por ter rasurado o "gabarito" da prova seletiva realizada em 15.08.2019, "INDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO", a segunda onde consta "INSTRUÇÕES" e a terceira e ultima onde consta " FOLHA DE RESPOSTAS", assim dizendo:.

“Na segunda parte, onde consta "INSTRUCÕES", constam seis instruções aos candidatos, sendo que o item de nº 04 prevê:

4) Não amasse, não dobre, nem rasure sua folha deresposta;

Observando cópia do documento, podemos notar que a rasura que a comissão menciona como motivo para eliminação do Recorrente da prova seletiva, **ocorreu no local destinado para preenchimento de sua data denascimento. e não no gabarito que na verdade é a folha de resposta.**

O item n° 4, da prova é claro que no sentido de que o candidato não deve amassar, dobrar e nem rasurar **a folha de resposta,** que é justamente o local destinado para que o candidato indique as alternativas que entende correta na prova, também conhecido com "gabarito".

É obvio que a folha de resposta não pode ser rasurada, pois poderia levar a ideia de que houve alteração a posterior da resposta pelo candidato, ou seja, fraude na correção. Por óbvio, a data de nascimento do candidato não altera em nada o conteúdo de suas respostas, não influenciando de forma alguma na correção da prova, logo uma rasura naquele local não pode levar a eliminação do candidato. Fica claro que o que se buscou com a instrução de **n°** 04, era justamente evitar a rasura nas respostas da prova, no sentido de evitar possível fraude na correção, tanto que a vedação é explicita: **"(•••) nem rasure a folha de resposta".**

PARECER:

Em ato continuo foi feita a leitura do parecer jurídico requerido pela Presidente da Comissão que em breve relato assim, assim expressou:

“Note-se que a própria declaração de residência, na sua forma, por si, só, já não serviria como documento hábil e menos ainda com o agravante desta se configurar POSSIVEL fraude/falsificação porque redigida em papel timbrado do setor de tributos da prefeitura, porem assinada pelo próprio do declarante que sequer é servidor do Município, quando para ter validade e eficácia tal declaração deveria ter sido lavrada e assinada pela pessoa legitimada, qual seja a Diretora Letícia Venâncio Ferreira.

Note-se ainda que a senhora Letícia, Diretora do Departamento, em declaração própria ulterior, não afirma ter redigido declaração de residência, como defrauda o recorrente, expressando

apenas que o mesmo compareceu naquele setor de tributos para fazer declaração. **A Diretora não fala que Redigiu, não assinou.**

Conforme demonstrado, há suposta pratica do ilícito penal de falsificação de documento publico, que a teor das disposições do artigo 297 do Código penal incursa o agente em Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa:

“Art. 297 - **Falsificar**, no todo ou em parte, **documento** público, ou alterar **documento** público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Em função do ilícito ocorrido, devidamente comprovado, o recorrente padece a falta de idoneidade moral exigida nos termos do artigo 133 do ECA, inciso I, art. 12 da LEI municipal Nº. 539 DE 31 DE MARÇO DE 2014 e subitem 3.1, item 1 do edital 001/2019, portanto, nesse ponto, lhe faltando preencher requisito imprescindível para ingressar na concorrência ao cargo de conselheiro e, por consequência, também para exercer essa função no caso de uma eventual eleição sua. E:

Sem maiores questionamentos sobre o óbvio, quanto a ser eliminado da prova seletiva por ter rasurado o "gabarito" da prova seletiva realizada em 15.08.2019, "INDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO", não há de se falar em desmembrar ou separar itens/textos/tópicos inerentes ao conteúdo expresso folha de respostas, como quer o recorrente, porque a teor do item 4), "não amasse, não dobre nem rasure a folha de resposta**", há clareza de que a folha compreende e aperfeiçoa em todo seu conteúdo e que a rasura de qualquer item/texto/tópico, ou até a dobra desta**, configura

descumprimento de norma expressa e por consequência a desclassificação do Recorrente, porque se trata de norma afeta a todos que pleiteiam cargo de conselheiro, portanto, cogente e inafastável no trato da garantia de isonomia entre todos os concorrentes. E concluiu dizendo que ao se constatar com clareza o **descumprimento da Notificação Recomendatória nº09/2019 do Ministério Público no item 31**, e do subitem 3.4, item 4 do Edital 001/2019; se constatar o suposto ***ilício penal de falsificação de documento público*** (Declaração de Residência); e se constatar inequivocamente a rasura da folha de resposta da prova seletiva emite parecer, sem vinculação, pela manutenção do *indeferimento* da candidatura do senhor **Anderson Pereira dos Reis** para o Cargo de Conselheiro Tutelar.

DECISÃO:

Em ato continuo, após leitura do recurso do recorrente em analise com o parecer jurídico, em decisão plenária, por unanimidade dos presentes, este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, depois de ponderar sobre os acontecimentos dos fatos desde o seu inicio e analisar todo contexto mediante apreciação dos argumentos do recurso do recorrente e os esclarecimentos do parecer jurídico resolve deliberar por manter a decisão da Comissão de Eleição **negando provimento ao recurso para inscrição e candidatura do Recorrente** por este infringir o item 4), da folha de resposta que estabelece "não amasse, não dobre nem rasure a folha de resposta**", portanto havendo clareza de que a folha compreende e se aperfeiçoa em todo seu conteúdo e que a rasura de qualquer item/texto/tópico, ou até a dobra desta**, configura descumprimento de norma expressa e por consequência a desclassificação e o **indeferimento** da inscrição e candidatura do senhor **ANDERSON PEREIRA DOS REIS**, haja vista tratar-se de infringência de norma afeta a todos que pleiteiam cargo de conselheiro, portanto, cogente e inafastável no trato da garantia de isonomia entre todos os concorrentes. Entretanto, quanto ao item "DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA" os conselheiros desconsideram haver falsidade do referido documento, objetivando a despenalização do mesmo quanto a essa irregularidade por entender que a declaração da Diretora de Tributos da Prefeitura apresenta "ausência" de informação, todavia, reiterando a **desclassificação** e o **indeferimento** da inscrição e candidatura do senhor ANDERSON PEREIRA DOS REIS para o cargo de conselheiro tutelar no que se refere à rasura do Gabarito/folha de resposta.. Nada mais a ser tratado a Presidente do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) Declara encerrada a presente Reunião aos dias 09/09/2019, ás 11:20 horas, sala do Conselho, Reserva do Cabaçal–MT, cuja ata será assinada pelo Presidente e demais membros e regularmente publicada.

RESERVA DO CABAÇAL/MT, 09 de Setembro de 2019.

_____

Marilaine Negris

Presidente do C M D C A

Reserva do Cabaçal/MT.

MEMBROS:

Luzimar Oliveira Vieira Welica Silva Moura

Solange das Mercês Marcelo Tondato

Claudeni Alves Correia Sebastião Quirino Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N°. 1828/2019

DECRETO N°. 1828/2019

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2019

"DECRETA LUTO OFICIAL DIA 09 DE SETEMBRO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"**

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município.

DECRETA

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial no dia 09 de setembro de 2019, em homenagem do Poder Público Municipal "*post mortem"* **da Senhora Thaynara Rodrigues Pereira Viriato (30/03/1990 à 08/09/2019).**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 059/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao contrato de Locação de Sistemas nº 059/2017, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e a empresa RLZ Informática Ltda, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e a Empresa RLZ Informática Ltda, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 65.596.744/0001-66, estabelecida à Rua Santos Dumont, nº 86, Bairro Vila Ercília, São José do Rio Preto – SP, representada neste ato por Robson Rodrigues Pego, brasileiro, portador do RG n.º 07368 CTPS – MT e do CPF n.º 968.862.931-68, residente à Rua Couto Magalhães, s/nº, Centro, Ribeirãozinho–MT, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato 059/2017 nos termos do Processo Licitatório nº 020/2017, Pregão Presencial nº. 006/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo e valor para execução de Serviços do Contrato originário nº 059/2017

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução de serviços para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows com módulos W E B (Internet), serviços técnicos especializados para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal, inclusive com a prestação dos serviços de Instalação, configuração, Conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos, e Manutenção mensal, sendo acrescido de mais 07 (sete) meses. O prazo de vigência do referido contrato começa a contar a partir do dia 01 de agosto de 2019, vencendo no dia 29 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 –Fica acrescido o valor de R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), divididos em 07 (sete) parcelas iguais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais).

CLAUSULA QUARTA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 – A prorrogação promovida por este Termo Aditivo de deve aos seguintes fatores;

4.1.1 – A Administração de sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que trata se de serviços qualificados indispensáveis para que os setores da administração pública, além de ser economicamente viável para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

5.1 - As despesas decorrentes dos serviços licitados correrão por conta da Secretaria Municipal de Finanças a obedecer a seguinte dotação orçamentárias:

04.001.2014.33.90.39.00.00 (090) - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 19 de julho de 2019.

_____	**Ronivon Parreira das Neves**
Prefeito Municipal	
CONTRATANTE	
_____	
RLZ Informática Ltda	
CNPJ N.º 65.596.744/0001-66	
CONTRATADA	

Testemunhas:

_____	_____
Maria Auxiliadora C. Souza	**Rayane Peixoto da Silva**
CPF: 834.559.571-53	**CPF: 042.291.361-88**

_____

Elayne Bento Parreira

Assessora Jurídica

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA 003/2019

Processo Administrativo: 030/2019

Dispensa: 03/2019 Objeto: O Objeto da presente dispensa destina – se a Contratação de empresa para Confecção de móveis para Secretaria de Administração Geral. Base legal: art. 24, II, da Lei 8.666/93. Contratada: ***ROBSON RODRIGUES DA SILVA – MEI CNPJ: 34.666.845/0001-32 Valor R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)***

Ribeirãozinho – MT, 09 de setembro de 2019.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECRETO Nº 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019. "DECLARA LUTO OFICIAL EM RIO BRANCO – MT, PELO FALECIMENTO DO SRº JIVALDO SAMPAIO DE MENEZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

DECRETO Nº 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

"DECLARA LUTO OFICIAL EM RIO BRANCO – MT, PELO FALECIMENTO DO SRº **JIVALDO SAMPAIO DE MENEZES** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO , Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere á Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO; os preciosos trabalhos dedicados à comunidade de Rio Branco-MT no decorrer de sua vida como cidadão

CONSIDERANDO; o consternamento geral da comunidade de Rio Branco – MT, e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar, respeitável e de ilibado espírito público;

CONSIDERANDO; finalmente, que é dever do Poder Público de Rio Branco-MT render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Rio Branco-MT, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Srº *JIVALDO SAMPAIO DE MENEZES*, que, em vida, prestou inestimáveis serviços prestados ao município de Rio Branco-MT, como funcionário Público.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, 09 de Setembro de 2019

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 022/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **L2F SISTEMAS WEB LTDA-ME**, CNPJ n. 12.491.159/0001-35

Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais voltados à criação, suporte, consultoria da página eletrônica oficial do Município na internet, bem como a criação dos e-mails institucionais para todos os órgãos públicos municipais demais características técnicas previstas no Termo de Referência e Proposta de preços.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 012/2019-GABINETE

DL n. 008/2019

Fonte recursos: 02.01.04.122.0101.2.103.3.3.90.39.79.00.00.00.0000 – empenho n. 1494/2019 – valor R$ 4.560,00

Valor global do contrato: R$ 4.560,00

Prazo: 12 (doze) meses.

08/08/2019

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 021/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e BILU COMERCIO DE ÔNIBUS LTDA-ME, 05.482.295/0001-01

Objeto: fornecimento de veículo usado, ônibus, com (10) dez anos de uso, ano/modelo 2009-2009, com capacidade para (47) quarenta e sete passageiros, do tipo rodoviário, combustível diesel e demais características técnicas previstas no Termo de Referência e Proposta de preços.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 074/2019-SEMEC

Pregão Presencial n. 024/2019

Fonte recursos: 04.01.12.122.0110.2.128.4.4.9052.48.00.00.00.1000 - Empenho nº 1443/2019

Valor global do contrato: R$ 119.000,00

Prazo: 6 (seis) meses.

05/08/2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 063/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.595/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 063/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 114/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a**Aquisição de Câmeras de Segurança e No-Break com sistema de monitoramento e serviço de instalaçãopara montagem de estrutura de segurança, instalação de fornecimento de NVR.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cplrondolandia1720@hotmail.com* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 09 de Setembro de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 027/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **NILVA LEMES ALMEIDA DA SILVA-MEI**, CNPJ n. 27.339.939/0001-31

Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais voltados à assessoria e consultoria na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e medida socioeducativa

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 110/2019/SEMAD

DL n. 59/2019

Fonte: 07.01.08.122.0118.2.150.3.3.90.39.05.00.00.00 (0000) reduzido:254 – empenho n. 1654/2019

Valor global contrato: R$ 6.000,00

Prazo: 2 (dois) meses.

30/08/2019

DECRETO Nº 1.664/GAB/PMR, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

PODER EXECUTIVO

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 003 de 17 de outubro de 2007,

Considerando a necessidade de se instalar comissão disciplinar permanente para dar soluções aos interesses, conflitos, fatos que envolvam os servidores públicos municipais em suas ações e/ou omissões;

Considerando o princípio constitucional da isonomia em relação à aplicação da Legislação Municipal, especialmente a Lei Complementar nº 003/2007.

R E S O L V E:

Art 1º – Substituir membro da Comissão Disciplinar em caráter permanente, com atribuições de conduzir as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos disciplinares em face de servidores públicos da Administração Municipal pelo período de 01 (um) ano.

.....

MEMBRO: Luiz Francisco da Silva

.....

Art. 2º – A comissão processante será assessorada pela Procuradoria Geral do Município no que couber.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 029/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 091/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2019 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa **N. V. VERDE & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº:03.363.727/0001-21, instalada e localizada na Endereço: Av: seringueiras, Nº 87, Bairro: cafezinho, CEP: 76913-164, Ji-Paraná-RO representada neste ato por seu representante legal (Procuração de fls 243), Srº William Vieira de Araujo, CPF: 017.810.342-06 e RG de Nº 1195832 nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 031/2019 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual Registro de preço futura e eventual aquisição de tubos de polietileno de alta densidade (PEAD) e pasta lubrificante para manutenções das estradas do município de Rondolândia-MT**,** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 031/2019.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 031/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: **N. V. VERDE & CIA LTDA-ME**	
CNPJ Nº: 03.363.727/0001-21	
Endereço: Av: seringueiras, Nº 87, Bairro: cafezinho,	
Cidade/Estado: Ji-Parana-RO	CEP: 76913-164
Telefone: (69) 9 9972-0202	E-mail: nvverde2014@gmail.com
Representante Legal: William Vieira de Araujo	
CPF Nº: 017.810.342-06	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 01 – DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS INDEPENDENTEMENTE DO PORTE.						
Item	**Cód. TCE**	**Qunt**	**Especificação**	**Marca**	**Valor Unit**	**Valor Total**
04	00018518	17	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) EM POLIETILENO, COM DIAMETRO 1500 MM COM 06 METROS.	TIGRE	R$:11.398,0	R$: 193.766,00
VALOR TOTAL						**R$: 193.766,00**

LOTE 02 – RESERVADO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006							
ITEM	**CÓD. TCE**	**UNID**	**QUANT**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Marca**	**Valor Unit**	**Valor Total**
01	0008177	UN	04	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) EM POLIETILENO, COM DIAMETRO 600 MM COM 06 METROS	TIGRE	R$:2.470,00	R$: 9.880,00
02	172159-3	UN	06	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) EM POLIETILENO, COM DIAMETRO 750 MM COM 06 METROS	TIGRE	R$:3.620,00	R$: 21.720,00
03	289377-0	UN	06	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) EM POLIETILENO, COM DIAMETRO 900 MM COM 06 METROS	TIGRE	R$:4.250,00	R$: 25.500,00
05	00023815	PC	05	PASTA LUBRIFICANTE - PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS) (2.400G)	TIGRE	R$:120,00	R$: 600,00
VALOR TOTAL							**R$: 57.700,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R*$ 251.466,00 (*duzentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e sessenta e seis reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência dos produtos, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 – Fornecer os produtos deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 031/2019.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dado fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e fornecimento dos materiais, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos e ou prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos e ou prestar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os produtos e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos e ou prestação dos serviços;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus *prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da* Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na entrega/Fornecimento dos Produtos e ou Prestação dos Serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto a Prestação dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos e ou serviços prestados desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 031/2019.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá a Secretaria Solicitante, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 031/2019, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizada o fornecimento dos produtos os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis "podendo" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, p*ara a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos e ou prestação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2019/2020, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Obras* sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 031/2019 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 031/2019, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 06 de Setembro de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

N. V. VERDE & CIA LTDA-ME

CNPJ: 03.363.727/0001-21

William Vieira de Araújo, - Representante Legal

CPF: 017.810.342-06

Participante desta ARP:

_____

Luiz Pereira Viana

Secretário Municipal de Obras

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor_____(assinatura) em ____

de_____de 2019.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO N.º 023/2019-PGM/PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e **ORLANDO ANTÔNIO DE BARROS JUNIOR-MEI**, CNPJ n. 32.673.541/0001-77.

Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais voltados manutenção da rede informatizada da prefeitura municipal, assim como dependências, além de prestar serviços de manutenção de computadores promovendo serviços de substituição de hardware, para todos os órgãos públicos municipais e demais características técnicas previstas no Termo de Referência e Proposta de preços.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 085/2019-SEMAD

PP n. 030/2019

Fonte recursos: **08.01.2.112.3.3.90.39.00.00.00.0000**

Valor global contrato: R$ 28.000,00

Prazo: 12 (doze) meses.

08/08/2019

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 026/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **BRUNO ANDERSON CRUZ DE ALMEIDA-MEI**, CNPJ n. 26.500.720/0001-00

Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais voltados à consultoria e envio de (08) oito cargas de informações do sistema APLIC/TCE(MT) (sistema Informatizado via internet de prestação de contas enviada ao TCE/MT pelo contratante), sendo a carga inicial de 2019 e (07) sete cargas mensais: janeiro/19 à julho/2019.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 104/2019/SEMAD

DL n. 57/2019

Fonte: 08.01.04.122.0106.2.112.3.3.90.05.00.00.00 (0000) reduzido:302 – empenho n. 1579/2019

Valor global contrato: R$ 16.000,00

Prazo: 2 (dois) meses.

22/08/2019

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 025/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e **ROMANO ALEX CARDOSO-ME**, CNPJ nº 18450124/0001-34

Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais voltados a topografia com levantamento planialtimétrico, destinado a realização do planialtimétrico das ruas: Jaime freire, 28 de janeiro, 7 de setembro, Nossa Serª. Auxiliadora e Avenida Dom Bosco, nos trechos definido no mapa de localização, integrante.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 101/2019/SEMOSP

DL n. 55/2019

Fonte: 06.01.26.782.0106.2.123.3.390.39.05.00.00.00 (0000) reduzido:214 – empenho n. 1574/2019

Valor global contrato: R$ 3.500,00

Prazo: 6 (seis) meses.

20/08/2019

ASSISTÊNCIA SOCIAL
GABARITO OFICIAL

EDITAL Nº 001/CE/2019 - PROCESSO DE ESCOLHA 2019 (2020-2023), DESTINADO PREENCHER OS CARGOS DE CONSELHEIRO TUTELAR.

GABARITO OFICIAL

PROVA: 8 DE SETEMBRO DE 2019

QUESTÕES Nº	ALTERNATIVA CORRETA
01	D
02	D
03	A
04	C
05	D
06	D
07	D
08	A
09	D
10	D
11	A
12	B
13	D
14	B
15	A
16	B
17	A
18	D
19	D
20	B
21	A
22	C
23	A
24	B
25	C
26	D
27	B
28	ANULADA - CE
29	C
30	A
31	D
32	D
33	D
34	D
35	D
36	C
37	B
38	B
39	D
40	D

Rondolândia/MT, 9 de setembro de 2019.

Luiz Francisco da Silva

Presidente da CE

Leandro do Nascimento Silva

Secretário

Ivonete de Souza Andrade

Membro

Tatiana Pezzin Baldo

Membro

Marilza Gomes de Ameida

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO CONTRATO N.º 024/2019-PGM/PMR

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e DEFANTE CAPELOSSA SILVA LTDA, CNPJ n. 33.086.529/0001-29

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de PARA AQUISIÇÃO de um trator tipo pá carregadeira 4x4, CONFORME CARACTERISTICAS TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, e Plano de Trabalho do Convênio nº 827653/2019-MIN, e com as demais condições consignadas no Edital do Pregão Presencial nº 074/2018 e seus anexos.

Fundamentação: art. 60 e seguintes da Lei nº 8.666/93

Processo administrativo nº 139/2018/SEMAGRI

PP n. 74/2018

Fonte :contrapartida: 09.01.20.631.0119.2.186.4.4.90.52.40.00.00 (0000) reduzido: 332 – empenho n. 1559/2019 – convênio: 09.01.20.631.0119.2.186.4.4.90.52.40.00.00 (0024) reduzido: 333 – empenho n. nº1560/2019.

Valor global contrato: R$ 335.000,00

Prazo: 12 (doze) meses.

19/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 29/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 1.068.015-2 SSP/MT, e do CPF n. 823.357.531-34, **RESOLVE** registrar os preços das empresas **OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP inscrita no CNPJ n. 70.429.956/0001-99 representada neste ato pelo procurador o Sr. MAIKE ANDERSON PRATES FARESIN, portador do CPF n. 045.606.941-09 ; LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI,** inscrita no CNPJ n. 13.201.732/0001-91; representada neste ato pelo procurador o Sr. **MARCELO VITOR PETRAZZINI,** portador do CPF n. 006.386.729-02 **MARCOS S. BIUDES - ME** inscrita no CNPJ n 08.257.279/0001-03, representada neste ato pelo procuradora a Sra. **VANESSA APARECIDA HIRT DA SILVA,** portador do CPF n 038.892.331-80; **ROCHA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI**inscrita no CNPJ n 31.460.879/0001-88 representada neste ato pelo procurador o Sr. **JULIANO LOPES DE MAGALHAES** portador **do CPF n** 940.425.431-20 **DATA MANAGER-PREST SERV. DE INFORMATICA LTDA - ME inscrita no CNPJ n** 19.707.627/0001-05 **representada neste ato pelo procurador o Sr. ANTONIO JOSÉ MESSIAS DA SILVA** portador do CPF n 731.679.911-00 **JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA – EPP inscrita no CNPJ n 06.128.710/0001-88 representada neste ato pelo procurador o Sr. MARCIO JOEL SANTANA DA COSTA** portador do CPF n 328.156.891-20 nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n. 10.520/02 e na Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E TONNERS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial n. 037/2019**, com fundamento nas Leis Federais n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. João Antônio da Silva Balbino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá entregar os serviços, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do **Pregão Presencial n. 037/2019** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DO PREÇO REGISTRADO

4.1. Empresa Vencedora:

EMPRESA: OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP CNPJ: 70.429.956/0001-99	
AV. MATO GROSSO, 116N	**CIDADE/UF: JUINA/MT CEP: 78.320-000**
TELEFONE: (66) 3566-1339-1240	**E-mail: olmieletro@gmail.com**
REPRESENTANTE LEGAL: MAIKE ANDERSON PRATES FARESIN CPF: 045.606.941-09	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
APARELHO DE TELEFONE;COM FIO COM BASE DISCADORA E HEADSET.	UNIDADE	20,0000	85,0000	1.700,00
CABO DE REDE CATEGORIA 5E,CABO DE 4 PARES TRANCADOS COMPOSTO DE CONDUTORES	UNIDADE	30,0000	172,0000	5.160,00
CABO HDMI COM MINIMO 1,80 METROS DE COMPRIMENTO COM TAXA DE TRANFERENCIA NO MINIMO 2.2 GBPS	UNIDADE	20,0000	10,9900	219,80
CADEIRA PARA ESCRITORIO COM ENCOSTO COM RODAS	UNIDADE	90,0000	154,0000	13.860,00
DISCO DE ESTADO SOLIDO -HD SSD,COM CAPACIDADE MINIMA DE 240 GIGABYTES INTERFACE SATA	UNIDADE	30,0000	150,0000	4.500,00
IMPRESSORA JATO DE TINTAS COLORIDAS COM SCANER/COPIADORA COM RESERVATORIO DE TINTA EXTERNO.COM TINTA CMKY	UNIDADE	20,0000	845,0000	16.900,00
MOUSE TIPO 2; COM CONEXAO USB COM INTERFACE ERGONOMICA	UNIDADE	80,0000	6,0000	480,00
NOBREAK POTENCIA MINIMA DE 1000 VA;BIVOLT AUTOMATICO ENTRADA 115/127 V OU 220 V E SAIDA 115V.	UNIDADE	12,0000	429,0000	5.148,00
NOTEBOOK INTEL CORE 17 GERAÇAO 17 7500U	UNIDADE	25,0000	3.850,0000	96.250,00
PEN DRIVE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 16 GB	UNIDADE	30,0000	24,0000	720,00
PROJETOR MULTIMIDIA 3.500	UNIDADE	8,0000	1.529,0000	12.232,00
TABLET PADRAO ABNT-2 COM CONECTOR	UNIDADE	40,0000	1.077,0000	43.080,00
DISCO RIGIDO ESPECIFICACAO COM CAPACIDADE MININA DE 1T BYTES	UNIDADE	10,0000	430,0000	4.300,00

TOTAL DE FORNECEDOR: R$: 204.549,80

EMPRESA: LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI CNPJ: 13.201.732/0001-91

R. DR.MANOEL VARGAS	**CIDADE/UF: VARZEA-GRANDE CEP: 78.118-114**
TELEFONE: (65) 2129-5857	**E-mail: licita@licitamais.cuiaba.br**
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO VITOR PETRAZZINI	
CPF: 006.386.729-02	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ADAPTADOR PARA TOMADA 3 SAIDA	UNIDADE	58,0000	8,8793	515,00
CABO VGA E DVI-CABO DE TRANFERENCIA DE IMAGEM TIPO VGA E DVI	UNIDADE	10,0000	70,0000	700,00
CABO VGA E DVI-CABO DE TRANFERENCIA DE IMAGEM TIPO VGA E DVI 2 LINHAS E 8 RAMAIS.	UNIDADE	4,0000	705,0000	2.820,00
DISCO RIGIDO EXTERNO 1 TERABYTE ROTAÇAO POR MINUTOS MINIMAS DE 5.400	UNIDADE	20,0000	150,0000	3.000,00
FONTE DE ALIMENTAÇAO PARA MICROCOMPUTADOR ATX,POTENCIA MINIMA DE 200W.	UNIDADE	35,0000	209,0000	7.315,00
ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS PARA REDE SEM FIO	UNIDADE	20,0000	215,0000	4.300,00
SERVIDOR INTEL XEON 16GB-DDR4	UNIDADE	2,0000	10.700,0000	21.400,00
TECLADO PADRAO ABNT-2 COM CONECTOR TIPO USB SEM FIO	UNIDADE	50,0000	51,0000	2.550,00
TELA PARA PROJEÇAO MEDINDO NO MINIMO 2,00X2,00 METROS	UNIDADE	5,0000	1.360,0000	6.800,00
TONNER PANTIUM M6550NW	UNIDADE	100,0000	134,0000	13.400,00

TOTAL DE FORNECEDOR: R$ 62.800,00

EMPRESA: MARCOS S. BIUDES - ME CNPJ: 08.257.279/0001-03	
RUA DOM PEDRO I - 224	**CIDADE/UF: CUIABÁ/MT CEP: 78.031-020**
TELEFONE: (65) 3634-1101	**E-mail: vendas.msbrecargas@gmail.com**
REPRESENTANTE LEGAL: VANESSA APARECIDA HIRT DA SILVA	
CPF: 038.892.331-80	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS PARA EQUIPAMENTOS PADRÃO NBR14136 POTENCIA MAXIMA DE NO MINIMO 11VA	**UNIDADE**	20,0000	22,4700	449,40
IMPRESSORA JATO DE TINTAS COLORIDA COM SCANER/COPIADORA,COM CARTUCHO	**UNIDADE**	20,0000	533,9300	10.678,60
PASTA TERMICA;EMBALAGEM COM 100 GRAMAS	**UNIDADE**	5,0000	21,0000	105,00
TECLADO PADRAO ABNT-2 COM CONECTOR TIPO USB	**UNIDADE**	80,0000	19,9000	1.592,00
TONNER PARA IMPRESSORA TIPO CARTUCHO ORIGINAL BROTHER TN 2370	**UNIDADE**	300,0000	155,0000	46.500,00
TONNER PARA IMPRESSORA TIPO CARTUCHO ORIGINAL BROTHER TN 3382	**UNIDADE**	200,0000	244,5000	48.900,00
HP 177 KIT CF 350/CF351 /CF352/CF353 ORIGINAL	**UNIDADE**	5,0000	961,9300	4.809,65
TONNER HP CF218A-COMPATIVEL	**UNIDADE**	150,0000	66,0000	9.900,00
TONNER HP M28W-48A-COMPATIVEL	**UNIDADE**	150,0000	94,0000	14.100,00
TONNER HP CF226A-M426 COMPATIVEL	**UNIDADE**	700,0000	44,9000	31.430,00
TONNER LEXMARK MS 415DN COMPATIVEL	**UNIDADE**	150,0000	300,0000	45.000,00
TONNER UNIVERSAL 12 A- COMPATIVEL	**UNIDADE**	150,0000	26,0000	3.900,00
TONNER UNIVERSAL HP 35,36,85,83 A COMPATIVEL	**UNIDADE**	740,0000	22,5000	16.650,00
TONNER UNIVERSAL XEROS 3215-ORIGINAL	**UNIDADE**	150,0000	73,8300	11.074,50

TOTAL DE FORNECEDOR: R$: 245.089,15

EMPRESA: ROCHA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI CNPJ: 31.460.879/0001-88	
AV. MIGUEL SUTIL – JD SANTA ISABEL	**CIDADE/UF: CUIABÁ/MT CEP: 78.035-000**
TELEFONE: (65) 3051-2551/3057-0022	**E-mail: julio.rocha@imaginia.com.br**
REPRESENTANTE LEGAL: JULIANO LOPES DE MAGALHAES	
CPF: 940.425.431-20	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL DUPLEX IMPRESSAO COPIA DIGITALIZAÇAO E FAX	UNIDADE	20,0000	2.500,0000	50.000,00
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BANDEJA 1 CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS BANDEJA 2 CAPACIDADE PARA 250 FOLHAS	UNIDADE	25,0000	2.690,0000	67.250,00

TOTAL DE FORNECEDOR: R$: 117.250,00

EMPRESA: DATA MANAGER-PREST SERV. DE INFORMATICA LTDA - ME CNPJ: 19.707.627/0001-05	
AV. DOM BOSCO 1059-CENTRO SUL	**CIDADE/UF: CUIABÁ/MT CEP: 78020-050**
TELEFONE: (65) 3044-0671	**E-mail: licitacao@dtmananger.com.br**
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO JOSÉ MESSIAS DA SILVA	
CPF: 731.679.911-00	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

ADAPTADOR VEICULAR 12V INVERSOR PARA 110V	UNIDADE	30,0000	51,0000	1.530,00
COMPUTADOR INTEL CORE 15 8 GERAÇÃO -8GB RAM 1 TB HD MONITOR 20 POLEGADAS CAIXA DE SOM MOUSE TECLADO	UNIDADE	50,0000	2.720,0000	136.000,00
DISCO DE CD GRAVAVEL COMPACTO CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO 700 MB/80 MINUTOS	UNIDADE	40,0000	2.2100	88,40
DISCO DE DVD GRAVAVEL COMPACTO DE ARMAZENAMENTO 47 GB/120 MINUTOS	UNIDADES	40,0000	2,2100	88,40
MEMORIA RAM DDR3 E /OU DDR4 DE 4 GIGABYTES DE 1.333 MHZ	UNIDADES	32,0000	330,0000	10.560,00
MODEM ADSL2 + MODEM ADSL2 + ADS SEM WIFI	UNIDADES	4,0000	110,0000	440,00
PLACA DE REDE COM ADAPTADOR/PLACA DE REDE PCI	UNIDADE	30,0000	40,0000	1.200,00
TELA PARA PROJEÇÃO MEDINDO NO MINIMO 1,80X 1,80 METROS EM PLASTICO VINIL	UNIDADE	5,0000	780,0000	3.900,00
TESTADOR DE CABO DE REDE MT 200 COMPATIVEL COM CABOS RJ 11	UNIDADE	4,0000	140,0000	560,00
TESTADOR DE CABO DE REDE LAN TCL 101 COMPATIVEL COM PLUGS RJ	UNIDADE	15,0000	17,9000	268,50

TOTAL DE FORNECEDOR: R$: 154.635,30

EMPRESA: JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA – EPP CNPJ: 06.128.710/0001-88	
AV. MIGUEL SUTIL,13762	**CIDADE/UF: CUIABÁ/MT CEP: 78028-400**
TELEFONE: (65) 3637-6040	**E-mail: jvm.inf@jvminformatica.com**
REPRESENTANTE LEGAL: MARCIO JOEL SANTANA DA COSTA	
CPF: 328.156.891-20	

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ALICATE PARA CLIMPAR CONECTORES RJ – 11(4 PINOS)	UNIDADE	10,0000	49,0000	490,00
APARELHO DE TELEFONE SEM FIO COR PRETA DE 1,9 A 2,4 GHZ	UNIDADE	20,0000	120,0000	2.400,00
BATERIA DE LITIO TENSÃO 3V MODELOCR2032 PARA PLACA MÃE DE MICROCOMPUTADOR	UNIDADE	100,0000	1.1400	114,00
CONECTOR RJ45 MACHO 8 VIAS 5E UTILIZANDO EM CABO DE REDE 8 VIAS	UNIDADE	2.000,0000	0,1700	340,00
DISCO RIGIDO EXTERNO DE 2 TERABYTE ROTAÇÃO POR MINUTOS MINIMAS DE 5.400	UNIDADE	10,0000	475,0000	4.750,00
MINE RACK DE PAREDE 5UX450 MM PADRÃO 19 DIMENSOES PESO 10KG	UNIDADE	20,0000	320,0000	6.400,00
MOUSE SEM FIO COM CONEXÃO USB COM INTERFACE ERGONOMICA COM DESENHO	UNIDADE	60,0000	29,0000	1.740,00
MOUSE PAD COM APOIO ERGONOMICO PARA O PULSO EM MATERIAL GELATINOSO	UNIDADE	5,000	2.220,0000	11.100,00
SWITCH GERENCIAL LAN 10/100/100	UNIDADE	15,0000	1.245,0000	18.675,00
TONNER PARA IMPRESORA TIPO CARTUCHO BROTHER TN 1060	UNIDADE	375,0000	127,0000	47.625,00
TONNER HP 15 A COMPATIVEL	UNIDADE	50,0000	35,0000	1.750,00

TOTAL DE FORNECEDOR: R$: 96.384,00
TOTAL GERAL: R$ 880.708,25

4.1 Este termo não obriga o Município a firmar a aquisições, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à contados recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019, bem como 2020, na seguinte rubrica orçamentária:

Secretaria Municipal de Secretaria de Finanças

Elemento de despesa: **0506-04.001.04.123.0003.2016.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0497-04.001.04.123.0003.1079. 449052000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Administração

Elemento de despesa: **0083-03.001.04.122.0003.2010.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Agricultura

Elemento de despesa: **0318-07.001.20.122.0003.2051.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Governo

Elemento de despesa: **0011-02.001.04.122.0003.2003.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0001-02.001.04.122.0003.1005. 449052000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Infraestrutura

Elemento de despesa: **0337-08.001.04.122.0003.2054.339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0342-08.001.04.122.0003.2054.449052000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0387-08.002.17.512.0060.2060. 339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0380-08.002.17.512.0060.1094. 449052000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Educação

Elemento de despesa: **0134-05.001.12.122.0003.2058. 339030000000**

Fontes de recurso: 0101000000

Elemento de despesa: **0127-05.001.12.122.0003.1225. 449052000000**

Fontes de recurso: 0101000000

Secretaria Municipal de Secretaria de Ação Social

Elemento de despesa: **0443-09.003.08.244.0090.2001. 339030000000**

Fontes de recurso: 0129000000

Elemento de despesa: **0447-09.003.08.244.0090.2201. 449052000000**

Fontes de recurso: 0129000000

Secretaria Municipal de Saúde

Elemento de despesa: **0299-06.001.10.302.0045.2047. 339030000000**

Fontes de recurso: 0100000000

Elemento de despesa: **0232-06.001.10.301.0022.1125. 449052000000**

Fontes de recurso: 0147000000

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento dos serviços do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços prestados;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do Contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes ao fornecimento dos serviços, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes dos serviços;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente a prestação dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a prestação dos serviços fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do **Pregão Presencial n.37/2019,** o **MUNICÍPIO** e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Rosário Oeste/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.

11.6. O Município de Rosário Oeste/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação da prestação dos serviços;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do **Pregão Presencial nº. 37/2019** e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de Rosário Oeste/MT o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rosário Oeste,30 de Agosto de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Município de Rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 70.429.956/0001-99

MAIKE ANDERSON PRATES FARESIN

CPF: 045.606.941-09

LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI

CNPJ n. 13.201.732/0001-91

MARCELO VITOR PETRAZZINI

CPF: 006.386.729-02

MARCOS S. BIUDES - ME

CNPJ n 08.257.279/0001-03

VANESSA APARECIDA HIRT DA SILVA

CPF: **038.892.331-80**

ROCHA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI

CNPJ n 31.460.879/0001-88

JULIANO LOPES DE MAGALHAES

CPF : 940.425.431-20

DATA MANAGER-PREST SERV. DE INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ n 19.707.627/0001-05

ANTONIO JOSÉ MESSIAS DA SILVA

CPF n 731.679.911-00

JVM COPIADORAS E INFORMATICA LTDA – EPP

CNPJ n 06.128.710/0001-88

. **MARCIO JOEL SANTANA DA COSTA**

CPF n 328.156.891-20

CONTRATADAS

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇOS N° 006/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação Deserta

Tomada de Preços n° 006/2019

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Obras de Engenharia para Construção de Bueiro duplo de concreto armado, com 1,2 x 10m na estrada de acesso ao P A Brasipaiva no Município de Santa Cruz do Xingu. Modalidade Tomada de Preços n° 006/2019, tipo: Menor Preço global. Não havendo o comparecimento de interessados, a Comissão Permanente de Licitação declarou a licitação **DESERTA,** sendo encerrada a reunião às 09h35 minutos do mesmo dia. Santa Cruz do Xingu – MT, 09 de Setembro de 2019. **Wilson Pereira da Silva –** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 550/2019

Lei Municipal nº 550/2019

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 537/2018, LOA 2019 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu**, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Santa Cruz do Xingu, para o exercício financeiro de 2018, no valor de ***R$ 921.827,15 (novecentos e vinte e um mil oitocentos e vinte e sete reais e quinze centavos)***, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0009 - Educa Mais Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2226 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores - Receitas de Impostos e Transferências - R$ 268.540,82

Elemento de Despesa: 44.90.51.00.00. Obras e Instalações R$ 268. 540,82

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas de Impostos e Transferências R$ 268.540,82

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0009 - Educa Mais Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2227 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores - Recursos do FNDE R$ 75.164,21

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 - Vencimento e Vantagens Fixa R$ 50.793.67

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências – FNDE R$ 50.793.67

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 - Material de Consumo - QSE R$ 12.263,45

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências – FNDE R$ 12.263.45

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – PNAT R$ 12.107,09

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências - FNDE R$ 12.107,09

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete da Secretaria

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 006 - Infra estrutura Rural

Projeto/Atividade: 2228 - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores-Fethab R$ 578.122,12

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo R$ 283. 122,12

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab R$ 283.122,12

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 50.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab R$ 50.000,00

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$ 245.000,00

Fonte de destinação de Recursos: 0.3.30.00.000 – Recursos do Fethab R$ 245.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2018, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos de exercícios anteriores		
Fonte de Recursos	**Discriminação**	**Valor**
301	Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos	R$ 268. 540,82
329	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - Fethab	R$ 578. 122,12
315	Recursos de Transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	R$ 75. 164.21
Total		R$ 921. 827,15

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2019.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal - Santa Cruz do Xingu-MT, em 09 de Setembro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 086/2019

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 086/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **JB EVENTOS, COMUNICAÇÃO. PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.085.304/0001-85**; VIGÊNCIA: 06/09/2019 ATÉ 06/09/2020; VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS**: R$ 49.400,00;** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA COMPLETA DE PALCO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTECNICO, E LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS E TENDAS, PARA A COMEMORAÇÃO DO 20º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 para REGISTRO DE PREÇOS. **DATA:** 09/09/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 200/GP/2019

PORTARIA Nº 200/GP/2019

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 173 e seguintes da Lei nº 432/90, de 17/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

Considerando o disposto da Portaria nº 313/GP/2018, de 29/11/2018 – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de responsabilidades administrativas constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019 atribuída à servidora **CARMEN GEORGINA DE ARRUDA**, Técnico em Laboratório, no Hospital Municipal – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. – Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores, **Josanea Aparecida de Souza Oliveira**, que a presidirá, **Manoel Victor da Costa Campos** e **Thaysa Ferreira Brandão**, todos servidores efetivos estáveis, integrantes da Portaria Nº 313/GP/2018, que Criou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT.

Art. 3°. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Determinar o início imediato dos trabalhos, sendo que a Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem, para concluir a apuração dos fatos, em conformidade com o artigo 177, da Lei nº 432/90.

Art. 5°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 082/GP/2019

ATO Nº 082/GP/2019

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **ELIELSON SEBASTIÃO DE MAGALHÃES E SILVA**, do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo Ato nº 018/GP/2019, a partir de 28 de agosto de 2019.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 28 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº. 1.280/2019

LEI Nº. 1.280/2019

"AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A SUPLEMENTAR SEU ORÇAMENTO POR ANULAÇÃO PARCIAL DO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER –MT ATÉ O VALOR DE R$: 127.000,00 (CENTO E VINTE E SETE MIL REAIS)".

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante os princípios gerais de direito público e da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor correspondente a ***R$: 127.000,00 (Cento e vinte e sete mil reais)***, a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Anulação Orçamentaria do Executivo Municipal:

Código Funcional Programática	Descrição Funcional Programática	Valor R$
01	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger	
14	Secretaria Municipal de Fazenda	
99	Reserva de Contingência	
9999	RESERVA DE CONTIGENCIA	
2996	RESERVA DE CONTIGENCIA	
9.9.99.99.00.00	Reserva de contingência ou reserva	R$: 127.000,00
TOTAL:		R$: **127.000,00**
Fonte de Recursos	Fonte ordinária municipal	0100000

Suplementação Orçamentaria do Legislativo Municipal:

Código Funcional Programática	Descrição Funcional Programática	Valor R$
01	Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT	
01	Câmara Municipal	

031		
001		
2001	Gabinete da Presidência	
31.90.11.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas	R$: 106. 200,00
33.90.40.00.00.00	Serviço da Tecnologia da informação	R$: 20. 800,00
TOTAL:		**R$: 127. 000,00**
Fonte de Recursos	Fonte ordinária municipal	0100000

Art. 2º. Para amparar o Crédito Aberto no artigo anterior, será utilizado à anulação parcial de dotação orçamentaria.

Art. 3º. Para efeito de compatibilidade das Peças de Planejamento, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à readequação dos valores constantes no orçamento afetado por esta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Santo Antônio de Leverger/MT, em 05 de Setembro de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO.

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205/GP/2019

PORTARIA Nº 205/GP/2019

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 172 da Lei nº 432/90.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado o afastamento da servidora efetiva **GEUNICE DOMINGAS DA SILVA BARROS**, Auxiliar de Enfermagem, na Unidade Básica de Saúde “Manoel Julio Pedroso” – Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para apuração dos fatos, constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204/GP/2019

PORTARIA Nº 204/GP/2019

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 172 da Lei nº 432/90.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado o afastamento da servidora efetiva **MARIA NAZARE DO NASCIMENTO**, Auxiliar de Enfermagem, na Unidade Básica de Saúde “Manoel Julio Pedroso” – Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para apuração dos fatos, constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203/GP/2019

PORTARIA Nº 203/GP/2019

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 172 da Lei nº 432/90.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado o afastamento da servidora efetiva **CARMEN GEORGINA DE ARRUDA**, Técnico em Laboratório, no Hospital Municipal – Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para apuração dos fatos, constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 202/GP/2019

PORTARIA Nº 202/GP/2019

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 173 e seguintes da Lei nº 432/90, de 17/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

Considerando o disposto da Portaria nº 313/GP/2018, de 29/11/2018 – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de responsabilidades administrativas constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019 atribuída à servidora **GEUNICE DOMINGAS DA SILVA BARROS**, Auxiliar de Enfermagem, na Unidade Básica de Saúde “Manoel Julio Pedroso” – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. – Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores, **Josanea Aparecida de Souza Oliveira**, que a presidirá, **Manoel Victor da Costa Campos** e **Thaysa Ferreira Brandão**, todos servidores efetivos estáveis, integrantes da Portaria Nº 313/GP/2018, que Criou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT.

Art. 3°. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Determinar o início imediato dos trabalhos, sendo que a Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem, para concluir a apuração dos fatos, em conformidade com o artigo 177, da Lei nº 432/90.

Art. 5°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201/GP/2019

PORTARIA Nº 201/GP/2019

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 173 e seguintes da Lei nº 432/90, de 17/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

Considerando o disposto da Portaria nº 313/GP/2018, de 29/11/2018 – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de responsabilidades administrativas constante no Processo nº 958/2019 e CI nº 80/PGM/2019 atribuída à servidora **MARIA NAZARE DO NASCIMENTO**, Auxiliar de Enfermagem, na Unidade Básica de Saúde "Manoel Julio Pedroso" – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. – Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores, **Josanea Aparecida de Souza Oliveira**, que a presidirá, **Manoel Victor da Costa Campos** e **Thaysa Ferreira Brandão**, todos servidores efetivos estáveis, integrantes da Portaria Nº 313/GP/2018, que Criou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT.

Art. 3°. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Determinar o início imediato dos trabalhos, sendo que a Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem, para concluir a apuração dos fatos, em conformidade com o artigo 177, da Lei nº 432/90.

Art. 5°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 - TERMO DE POSSE EM CARGO EFETIVO

TERMO DE POSSE

Cargo Efetivo

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove **(03/09/2019)**, compareceu na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, na sala do Departamento de Administração de Recursos Humanos, a Senhora **ANGELA TAVARES TEIXEIRA**, portadora da carteira de identidade nº 2.671.617-8 - SEJUSP-MT e do CPF nº 058.672.471-04, com o fim de tomar posse no cargo efetivo de **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** a qual foi aprovada no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2016, devidamente homologado pelo Decreto nº 161/2016 de 28 de dezembro de 2016, e convocada para **POSSE** pelo Edital Complementar nº 36 de 27 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Município em 28 de agosto de 2019. Neste ato, a empossada declara expressamente que aceita as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo para o qual foi aprovada e empossada, comprometendo-se em bem servir e defender os interesses do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. A candidata ora empossada terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sendo exonerada se não entrar em exercício no prazo previsto, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 30 de outubro de 2003.

São Félix do Araguaia (MT), em 03 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

ANGELA TAVARES TEIXEIRA

EMPOSSADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
2º ADITIVO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: JÉSSICA DOS SANTOS COSTA, Brasileira, Solteira, Professora, residente e domiciliada na Av Espigão do Leste, s/nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 727.768.971-20 e Identidade nº 63.388.465-0 - SSP-SP, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.680.086.240-0, nascida no dia 18/06/1985

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 008/2019

CONTRATO emitido em 7 de fevereiro de 2019, com VIGÊNCIA de 10 meses e 15 dias, iniciando em 05 de fevereiro de 2019 e terminando em 20 de dezembro de 2019, com CARGA HORÁRIA de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 4.051,39 (quatro mil e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 15 de maio de 2019, com vigência acrescida de mais 10 meses e 15 dias, iniciando em 05 de fevereiro de 2019 e terminando em 20 de dezembro de 2019, com CARGA HORÁRIA de 34 (trinta e quatro) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3. 130,62 (três mil cento e trinta reais e sessenta e dois centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 27 de agosto de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: MANTIDO o prazo em 10 meses e 15 dias, com vigência final mantida para a data de 20 de dezembro de 2019.

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: R$ 3.683,08 (três mil seiscentos e oitenta e três reais e oito centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMADA PUBLICA Nº. 01/2019

AVISO DE RESULTADO

CHAMADA PUBLICA Nº. 01/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2019

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado da CHAMADA PUBLICA Nº. 01/2019, para**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEC, PNAEP, PNAEF DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 11.947/ 2009. A**berta no dia 05 de setembro de 2019, às 09h00min (horário de Brasília), tendo como vencedoras: **ASSOCIAÇÃO FAMILIA CASADÃO – AFC, proposta para o Item 27, no valor de R$54.400,00(cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais); a Agricultora ROSANIA DA SILVA SIQUEIRA, apresentou proposta para os itens 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32 e 33, no valor de R$19. 730,00(dezenove mil e setecentos e trinta reais) e a Agricultora OCEDÁLIA PEREIRA DA ROCHA, proposta para os itens 03, 06, 12, 16, 24, 25 e 28, no valor de R$9.350,00(nove mil e trezentos e cinquenta reais). As agricultoras ROSANIA DA SILVA SIQUEIRA e OCEDÁLIA PEREIRA DA ROCHA, apresentaram proposta de preços conforme a cotação do edital, com quantidades de itens complementares. Não houve cotação para os itens: 01, 02, 08, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23 e 29, do Edital.**

São Félix do Araguaia - MT, 05 de setembro de 2019.

Wilami Ribeiro Dias

PRESIDENTE DA CPL

Portaria nº532/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
1º ADITIVO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: JÉSSICA DOS SANTOS COSTA, Brasileira, Solteira, Professora, residente e domiciliada na Av Espigão do Leste, s/nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 727.768.971-20 e Identidade nº 63.388.465-0 - SSP-SP, inscrita no PIS/PASEP sob nº 2.680.086.240-0, nascida no dia 18/06/1985

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 008/2019

CONTRATO emitido em 7 de fevereiro de 2019, com VIGÊNCIA de 10 meses e 15 dias, iniciando em 05 de fevereiro de 2019 e terminando em 20 de dezembro de 2019, com CARGA HORÁRIA de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 4.051,39 (quatro mil e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 15 de maio de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: MANTIDO o prazo em 10 meses e 15 dias, com vigência final mantida para a data de 20 de dezembro de 2019.

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 34 (trinta e quatro) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 3.130,62 (três mil cento e trinta reais e sessenta e dois centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 157/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: KELLEN CRISTINA FERREIRA ARAÚJO, Brasileira, Divorciada, Professora, residente e domiciliada na Avenida Espigão do Leste, s/nº - CEP 78.670-000 - Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 026.809.101-33 e Identidade nº 5.151.743 - 2ª via - SSP-GO, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.371.190.031-2, nascida no dia 28/04/1988

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 157/2019

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 27 de agosto de 2019

VIGÊNCIA: 27 de agosto de 2019 a 20 de dezembro de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses e 23 dias

CARGA HORÁRIA: 15 (quinze) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 959,15 (novecentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA ALBERTO NUNES DA SILVEIRA (SEDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº01/2019

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01 DO CONTRATO Nº 77/2016 DE 30 DE JUNHO DE 2016 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - E A EMPRESA TRINDADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-EPP.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT**, com sede na Rua José Salmen Hanze, 924 – centro nesta cidade, neste ato representado pelo senhor prefeito o **Sr. ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA,** brasileiro, solteiro, residente neste município, portador da cédula de identidade RG nº. 491351 e CPF nº. 353.365.011-15**,** resolvem modificar unilateralmente o Contrato nº77/2016, conforme Decisão administrativado dia 11 de Junho de 2019 **(anexo)**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado na data de 12 de Julho de 2016, por parte da Administração, visando CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUIR A CRECHE CARINHO DE MÃE – EDUCAÇÃO INFANTIL, CONVENCIONAL TIPO 2 ID 4999, O PAC 8448/2014, DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, segundo tomada de preço 02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REALINHAMENTO DE PREÇO

Devido a prorrogação contratual pelo prazo estritamente necessário á conclusão da obra, bem como o deferimento do reequilíbrio econômico- financeiro no montante de R$ 110.693,69(CENTO E DEZ MIL SEISCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E SESSENTA CENTAVOS), referente aos valores dos serviços da construção civil que sofreram reajustes ao decorrer dos prazos do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e itens do contrato.

São José do José, 06 de Setembro de 2019.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.235, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019 DE 2019

VEDA A UTILIZAÇÃO DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA A REALIZAÇÃO DOS CHAMADOS FEIRÕES DE AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS, MOTOCICLETAS E SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica proibida a realização dos chamados Feirões de Automóveis, Utilitários, Motocicletas e Similares, nas vias e logradouros públicos do Município de São José do Rio Claro-MT.

Art. 2º. A desobediência ao disposto nesta Lei acarretará as seguintes penalidades:

I – Apreensão do(s) veículo(s) exposto(s);

II – Multa correspondente a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por veículo exposto.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro-MT, 9 de setembro de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 240/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão aos servidores da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **agosto/2019**, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	**CARGO**	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROGREDIDA**	**A PARTIR DE:**
ADELVINA LUIS VINHAL	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
ADENÍCIO TEODORO FERREIRA	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
ADILA GENY I. DOS SANTOS	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
ADRIANA PEREIRA	VIGIA EDUC	AII	AIII	-

ANA LILIAN DA CONCEIÇÃO	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
ARILDO ROBERTO DA CRUZ	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
BEATRIZ SONIA G. DOCKHORN	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
CLEIDE CABOCLO DIAS	AUX. SERV. GERAIS EDUC	AIII	AIV	-
CRISTINA OLEGARIO MACHADO	PROF. CURSO SUPERIOR	CII	CIII	-
DAMIANA FURTADO LEITE	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
DJANIRA SANTANA	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
EDILSON FERREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS EDUC	AIV	AV	-
ELIANE BOZETTI	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
HELLEN CRISTINA FIALHO	PROF. CURSO SUPERIOR	BIII	BIV	-
IDALINA DE OLIVEIRA	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
IRENE APARECIDA MARTINS CAMPOS	AUX. SERV. GERAIS EDUC	CIII	CIV	-
IVANETE SILVA DOS PRAZERES	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
JOSEFA TENCIANO BEZERRA	AUX. SERV. GERAIS EDUC	CIV	CV	-
JOSINEIA MEDEIROS	PROF. CURSO SUPERIOR	CII	CIII	
JOSINEIDE DOS SANTOS	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
JUSCIMAR DE SOUZA RAMOS	MOTOR. TRANSP. ESCOLAR	BIII	BIV	-
LEIDA JACOB MARIANO	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
LINDOLFO ROBERTO MOREIRA	VIGIA EDUC	BIV	BV	-
LIZETE TEREZINHA KAIPPERS	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA	PROF. CURSO SUPERIOR	CI	CII	Retroat. à 7/2019
MARCIA MARIA A. DA SILVA	PROF. CURSO SUPERIOR	BIV	BV	-
MARIA APARECIDA MUNIZ	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
MARIA BEATRIZ MAGALHAES	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
MARIA JOSE FARIAS DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS EDUC	CI	CII	-
MARLI FATIMA FELINI	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
MARLI MARIA BOTH	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
MARLI MENDONÇA G. LEITE	PROF. CURSO SUPERIOR	CI	CII	Retroat. à 6/2019
REGINA CELIA RAVELLI	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-
ROZINILDA FERREIRA DA SILVA	AUX. SERV. GERAIS EDUC	CI	CII	-
SHEILA Apª ALVES SANTOS	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
SIDNEY DE SOUZA CORDEIRO	PROF. CURSO SUPERIOR	BIV	BV	
SILVANA SAMPAIO DA SILVA	AGENTE ADM. EDUC	AIII	AIV	-
SIMONE ERCIAN DE SOUZA	PROF. CURSO SUPERIOR	BIII	BIV	-
SONIA APARECIDA BATISTELLA	PROF. CURSO SUPERIOR	CIV	CV	-
ZILDA GARCEZ CASAVECCHIA	PROF. CURSO SUPERIOR	CIII	CIV	-

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva proprogressão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 29 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.
RESOLUÇÃO N° 04/2019/CMAS

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ANO 2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, do MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, em reunião Ordinária realizada no dia 02 de setembro de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando a Reunião Ordinária realizada no dia 02 de setembro de 2019, conforme Ata 010/2019/CMAS,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Ação para Co-fiinanciamento do Governo Federal Sistema Único de Assistencia Social ano 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

Registra – se, publique – se e cumpra – se.

São José do Rio Claro-MT, 02 de setembro de 2019.

Ivone Antonia da Rosa Almeida

Presidente CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165/2019

PORTARIA Nº 165/2019

DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o teor da Portaria de Nº 143/2019 onde foi instaurada a SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA*, mais especificamente seu Art. 5º. "A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior."*

Analisando, o estabelecido pelo artigo 205, parágrafo único da Lei Complementar Municipal 007/2004 o qual dispõe que:

Art. 205*. Comprovada a existência ou não de irregularidades, a comissão deverá apresentar relatórios de caráter expositivo contendo, exclusiva-*

mente, os elementos fáticos colhidos, obtendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico e encaminhara o processo autoridade instauradora ***dentro do prazo de trinta dias*** *de sua constituição para:*

Parágrafo único. *O prazo referido no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado por igual período no interesse público.*

Analisando ainda, o teor do estabelecido no Item 2.5.14 da Instrução Normativa n º 027/2011.

O prazo para a conclusão do processo administrativo não excedera 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da portaria de constituição da Comissão de Processo Administrativo, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstancias o exigirem.

Considerando a complexidade dos fatos encontrados pela Comissão de Sindicância nas investigações, motivo pelo qual ainda não foi possível concluir a apuração dos fatos em 30 dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria 143/2019, por igual período, ou seja, por 30 (trinta) dias com contagem cronológica **a partir de 05/09/2019 e conclusão até 05/10/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 05 de setembro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 21/2019 – Processo Administrativo nº 2446/2019

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2446/2019** à Ata de Registro de Preço **007/2018** referente ao Pregão PRESENCIAL **nº 012/2018 do Município de Santa Terezinha – MT.**

Objeto: ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PRECO 007/2019 REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL 012/2019 DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA - MT , PARA AQUISICAO DE MATERIAL PARA USO NA PAVIMENTACAO ASFALTICA DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO FONTOURA.

EMPRESA DENTENTORA DA ATA DE REGISTRO PREÇO:

MARIA DAS M. M. BATISTA - ME

CNPJ – 09.583.969/0001-95, estabelecida BR 158, KM 145,5, ST SUL **CEP** – **78.78.652-00** do Município de CONFRESA – MT**.**

.

São José do Xingu – MT, 06 de setembro de 2019.

ROSENO CABRAL DE MELO

SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às **08h00min**, do dia **23/09/2019**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **23/2019**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS*".*** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

O Presidente da CPL da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 09h00min, do dia **25/09/2019**, realizará a licitação na modalidade Tomada de Preço nº. **07/2019**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual ‘’**OBRA DE REFORMA DA COBERTURA DO AUDITÓRIO DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR EVILÁSIO VASCONCELOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT***".* O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. REGINALDO SOUZA FERNANDES, Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS PERÍODO 02 A 06 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 249 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor GERALDO DE OLIVEIRA BARBOSA, no período de 01/08 a 30/08/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de agosto do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 250 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JHEISON SOARES RAQYMUNDO, no período de 01/08 a 30/08/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de agosto do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 251 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor DEUCLEISON BORTOLIN SILVESTRE, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 252 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor MARIA JOSE DE OLIVEIRA SILVA, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 253 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor MIGUEL ANASTACIO, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 254 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor NILSON MIRANDA DE ANDRADE, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 255 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor SEVERINO BARBOSA CAMELO FILHO, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 256 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor VALMIR IZIDORIO PEREIRA, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 257 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor VITOR APARECIDO MARTELO MILER, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 258 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor EDMAR CARVALHO DE MIRANDA, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 259 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora EDNA RAMOS PAES, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 260 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora EDILENE APARECIDA DA SILVA ANDRADE, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 261 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora TEREZINHA DO ESPIRITO SANTOS DE OLIVEIRA, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 262 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora SIMARA GONÇALVES FERREIRA, no período de 02/09 a 01/10/2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE SETEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2019

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: K C CARDOSO CONSTRUÇÃO CIVIL – EIRELI, CNPJ: nº 07.872.022/0001-90

Objeto: "EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA FEIRA LIVRE DO PRODUTOR, NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA"

CONVÊNIO: Contrato de Repasse Nº 847418/2017/Caixa

Prazo: 120 (cento e vinte) dias

VALOR GLOBAL: R$ 274.175,32 (duzentos e setenta e quatro mil cento e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

ASSINATURA: 02 de Setembro de 2019.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Comissão de Permanente de Licitação designada, torna público que, referente à Chamada Publica N.º 001/2019 foi vencedora a Produtora Rural **ELIANE FELIPE DA SILVA**, **nos itens 01 ao 31, ao valor total de R$ 43.359,18 (quarenta e três mil trezentos e cinqüenta e nove reais e dezoito centavos).**Conforme Relatório Geral de Sessões, anexo a Ata. São Pedro da Cipa-MT, 09 de Setembro de 2019. ***ELIANE GARCIA DE ALMEIA. PRESIDENTE DA CPL***

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 490/2019

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instaurar processo disciplinar, com fulcro no art. 137, da Lei 218/99, contra a Servidora **ELUZIA MARIA DA SILVA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1424418 SSP/SE, cadastrada no RH sob a matrícula nº 1832, servidora efetiva em estágio probatório nocargo de Técnico de Nível Superior I – Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Decreto nº 3.692/2018, para apurar falta funcional cometida no exercício de suas funções, que supostamente cometeu infrações aos deveres dos servidores, previsto no ***artigo 112, I, IV e XV e artigo 126, III e IV, ambos da Lei 218/1999***, haja vista, conforme denúncia encaminhada pelo Oficio nº 037/2019/SMAS, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo este processo disciplinar ser finalizado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instauração.

Artigo 2º -Constituir Comissão Processo, composta pelos servidores: - **ILSON FERREIRA COSTA**, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer**, NEIVA FARTO DE CARVALHO** – Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; **THANYS ALESSANDRO DE OLIVEIRA,** Técnico de Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário, lotado na Secretaria Municipal de Finanças para sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao artigo precedente.

Artigo 3º - Deliberar que os membros da Comissão, poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração de diligências necessárias à instrução processual.

Dê-se Ciência,

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 09 de Setembro 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 491/2019

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, nos termos do artigo 140, parágrafo único, da Lei 218/99, e considerando o teor do Parecer 014/2019 da Procuradoria Jurídica do Município de Tabaporã/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - **Afastar,** cautelarmente, por 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta portaria**,** a Senhora **ELUZIA MARIA DA SILVA,** brasileira, solteira, cadastrada no RH sob a matrícula nº 1832, servidora em Estagio Probatório no cargo de Técnico de Nível Superior I – Assistente Social**,** lotada **na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.**

Art. 2º - Fica determinado que a servidora deverá ficar a disposição da comissão constituída pela Portaria nº 490/2019, durante o horário normal de expediente, em local certo e conhecido.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 09 de Setembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, EXPURGO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA EM ORGÃOS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ.**

Repartições interessadas-----------SECRETARIA DE SAÚDE;

----------SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

W.K.F DEDETIZADORA EIRELI

CNPJ Sob n° 13.255.330/0001-70

Venceu os Itens:

Item	Duralex	Tce - MT	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total
1	98278	216877-4	13.088	MT²	Serviços de dedetização	R$ 2,00	R$ 26.176,00
2	99067	000/16354	64	LT	Serviço de reservatório de água - serviço de limpeza de reservatório (tipo caixa d'água) de água, com capacidade para 5.000 (cinco mil) litros.	R$ 99,00	R$ 6.336,00
3	27697	000/16353	1.995	MT²	Serviços de limpeza de forro	R$ 6,88	R$ 13.725,60
						Total	**R$ 46.237,60**

Valor total Adjudicado: R$ 46.237,60 (Quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 09 de Setembro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.858/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o término do período de substituição dos Titulares do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar licenciados, em razão de suas férias anuais e Licença Médica;

DECRETA:

Artigo 1º. – DAR POR ENCERRADA A SUBSTITUIÇÃO, a partir de 06/09/2019, da senhora **JESSICA SOARES DOS SANTOS**, **Conselheiro Tutelar em substituição,** com matricula no RH nº. 1876, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, por término do período de Férias Anuais de Titulares do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar, e pela cessação da necessidade imperiosa de substituição, nos termos das Leis Municipais nº. 787/2010 c/c 919/2013, 987/2015, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Setembro de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 030/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, EXPURGO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA EM ORGÃOS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ.**

Repartições interessadas-----------SECRETARIA DE SAÚDE;

----------SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10 de Janeiro de 2019.

Empresa vencedora:

W.K.F DEDETIZADORA EIRELI
CNPJ Sob n° 13.255.330/0001-70

Venceu os Itens:

Item	Duralex	Tce - MT	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total
1	98278	216877-4	13.088	MT²	Serviços de dedetização	R$ 2,00	R$ 26.176,00
2	99067	000/16354	64	LT	Serviço de reservatório de água - serviço de limpeza de reservatório (tipo caixa d'água) de água, com capacidade para 5.000 (cinco mil) litros.	R$ 99,00	R$ 6.336,00
3	27697	000/16353	1.995	MT²	Serviços de limpeza de forro	R$ 6,88	R$ 13.725,60
						Total	**R$ 46.237,60**

Valor Total da Homologação:

>>> R$: R$ 46.237,60 (Quarenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 09 de Setembro de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO N3854/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº 3854/2019.

DATA: 28/08/2019

SÚMULA: "Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento 2019 e dá outras providências. "

SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, com fulcro nos artigos 40, 42 e 43 da Lei 4320/64 e autorizado pela Lei Municipal 1178/2019;

DECRETA

Art.1º - Fica aberto crédito adicional especial remanejando saldos orçamentários no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), em nova dotação orçamentária no orçamento municipal do exercício 2019, nos termos dos artigos 42 e 43, §1º, inciso I da Lei 4320/64, criando e acrescendo saldos nas seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
00100 – Fundo Municipal de Saúde
10 - Saúde
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0008 – AÇÕES VOLTADAS A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.008.1090 - Aquisição de Ambulância para o Hospital Municipal

4.4.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	85.000,00

Fonte: 0300.00.00.00 – Recursos ordinários – Exercícios anteriores

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA DESPESA

R$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais)

Art. 2º - Os créditos autorizados no artigo 1º deste Decreto, serão abertos utilizando-se do saldo do superávit financeiro na fonte 0100.000000 (Recursos Ordinários) oriundos de receita de ITBI, especificação de receita 11180141 vindas do exercício 2018 em

fontes de recursos ordinários conforme DCASP - Balanço Patrimonial de 2018 até o valor de R$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais) nos termos do artigo 43, §1º inciso I da Lei 4320/64.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Tabaporã – MT, aos 28 dias do mês de agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PAULO KATSUMI TAKEDA
Sec. Municipal de Administração

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 3853/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº 3853/2019.

DATA: 28/08/2019

SÚMULA: "Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento 2019 e dá outras providências."

SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, com fulcro nos artigos 40, 42 e 43 da Lei 4320/64 e autorizado pela Lei Municipal 1177/2019;

DECRETA

Art.1º - Fica aberto crédito adicional especial remanejando saldos orçamentários no valor de R$ 1.250.000,00 (Hum milhão, duzentos e cinquenta mil reais) em nova dotação orçamentária no orçamento municipal do exercício 2019, nos termos dos artigos 42 e 43, §1º, inciso I da Lei 4320/64, criando e acrescendo saldos nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
00200 - Coordenadoria de Serv. Urbanos Iluminação Garagem
15 - Urbanismo
451 - Infraestrutura Urbana
0015 - Promover a qualidade de vida
1089 - Reestruturação física e revitalização de espaços públicos urbanos

4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.250.000,00

Fonte: 0300.00.00.00 – Recursos ordinários – Exercícios anteriores

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA DESPESA	R$ 1.250.000,00

(Hum milhão duzentos e cinquenta mil reais)

End.: Av. Comendador José Pedro Dias, nº 979, Centro, Tabaporã – Mato Grosso - CEP: 78563-000
CNPJ: 37.464.997/0001-40 – Fones: (66) 3557-1415 e (66) 3557-1414
http://www.tabapora.mt.gov.br

Art. 2º - Os créditos autorizados no artigo 1º deste Decreto, serão abertos utilizando-se do saldo do superávit financeiro na fonte 0100.000000 (Recursos Ordinários) oriundos de receita de ITBI, especificação de receita 11180141 vindas do exercício 2018 em fontes de recursos ordinários conforme DCASP - Balanço Patrimonial de 2018 até o valor de R$ 1.250.000,00 (Hum Mil, duzentos e cinquenta reais) nos termos do artigo 43, §1º inciso I da Lei 4320/64.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Tabaporã – MT, aos 28 dias do mês de agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

PAULO KATSUMI TAKEDA
Sec. Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - TABAPORÃ - MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 019/2019 – do 2º Processo Eleitoral

Unificado de Conselheiros Tutelares de Tabaporã/MT

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tabaporã/MT –CMDCA, no uso de suas atribuições legais, , instituído pela Lei Municipal nº. 787/2010, *de 22 de Abril de 2010*

c/c 919/2013, *de 13 de Agosto de 2013*, torna público o presente Edital Complementar de RETIFICAÇÃO DO ANEXO DO CRONOGRAMA do 2º Processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar e Suplentes, do Município de Tabaporã- MT., 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 001/2019**, expedida pelo CMDCA.

Resolve:

Art. 1º- Fica Retificado o nome do candidato abaixo relacionado dos Anexo I e II do Edital Complementar nº 018/2019- CMDCA, que trata do resultado da Entrevista Psicológica e Listagem Final dos Candidatos do CMDCA, que segue no Anexo I do presente Edital: Onde Lê:

09	Ione Maria de Melo	No presente momento está apta

Leia Sê:

09	Ione Maria de Melo Alves	No presente momento está apta

Art. 2º- Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação;

Tabaporã – MT, 10 de Setembro de 2019.

HANNA PAULA LUDKE

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e do Adolescente

De Tabaporã/MT

RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAR

PORTARIA Nº. 478/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora ***MARCIA REGINA BAESSO BRIXNER*****,** servidor com matricula no RH nº. 1784, no cargo de **Ouvidor Municipal**, lotada no Gabinete de Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 03/09/2019, transferindo os encargos salariais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, Art. 74 a 76 e Constituição Federal.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA - TABAPORÃ - MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 020/2019 – do 2º Processo Eleitoral

Unificado de Conselheiros Tutelares de Tabaporã/MT

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tabaporã/MT –CMDCA, no uso de suas atribuições legais, , instituído pela Lei Municipal nº. 787/2010, *de 22 de Abril de 2010* c/c 919/2013, *de 13 de Agosto de 2013*, torna público o presente Edital Complementar de RETIFICAÇÃO DO ANEXO DO CRONOGRAMA do 2º Processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar e Suplentes, do Município de Tabaporã- MT., 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 001/2019**, expedida pelo CMDCA.

Resolve:

Art. 1º- Divulgar a Resolução nº 013/2019- da Comissão Especial Eleitoral, que trata da Equipe de servidores que irão trabalhar na Eleição do dia 06/10/2019, conforme segue no Anexo I do presente Edital:

Art. 2º- Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação;

Tabaporã – MT, 10 de Setembro de 2019.

HANNA PAULA LUDKE

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e do Adolescente

De Tabaporã/MT

ANEXO I

RESOLUÇÃO Normativa Nº 013/2019, DE 9, de Setembro de 2019.

Dispõe sobre a Seleção de Equipe de Apoio, Mesários e Escrutinadores, do 2º Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares de Tabaporã/MT para o Quadriênio 2020 á 2023.

A Comissão Organizadora do 2º Processo Eleitoral Unificado de Conselheiros Tutelares, no Município de Tabaporã/MT, constituída por meio da **RESOLUÇÃO normativa cmdca Nº 003/2019,** de 12, de Abril de 2019, publicada no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais **TORNA PÚBLICO**, nos termos do Edital 001-2019- CMDCA, do 2º Processo Eleitoral Unificado de Conselheiros Tutelares, no Município de Tabaporã/MT:

Resolve:

Art. 1º- Convocar todos os servidores abaixo relacionados para atuar nos respectivos cargos e locais mencionados no dia 06 de Outubro de 2019 das 08:00 as 17:00 horas na Eleição 2º Processo Eleitoral Unificado de Conselheiros Tutelares, no Município de Tabaporã/MT, conforme segue abaixo:

Sede de Tabaporã – Local de Votação: Biblioteca Municipal		
EQUIPE DE APOIO		
01	JESSIKA ALINE LEITE TOMÉ	APOIO
02	JEIZIANE MENDONÇA DA SILVA	APOIO
MESÁRIOS/ ESCRUTINADORES		
01	BRUNA EYNG	TITULAR
02	ROBSON ALEXANDRO BERTAPELLI	TITULAR
03	VICTOR HUGO BORK BARBOSA	TITULAR
04	DARLI DE ALMEIDA	SUPLENTE
05	TALYTTA MAGALHÃES MELGARJO ROSAS	SUPLENTE
06	KARINA RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	SUPLENTE
FICAIS		
01	NILTON JOSE DA SILVA	TITULAR
02	DIRCEU DA SILVA DE ARAUJO	SUPLENTE

Nova Fronteira – Local de Votação: Escola M. Valdecir Dias Rodrigues		
EQUIPE DE APOIO		
01	EDSON DO REIS AMARAL	APOIO
02	JOSE RICARDO RODRIGUES	APOIO
MESÁRIOS/ ESCRUTINADORES		
01	ANA PAULA ARAUJO GARCIA	TITULAR
02	MARCIA HELENA VIEIRA	TITULAR
03	GENITA ZANON	TITULAR
04	RAKEL VIEIRA STREG	SUPLENTE
05	JANETE TEREZINHA GWIAZDECKI	SUPLENTE
06	CLAUDEMIR GOUVEIA	SUPLENTE
FICAIS		

01	TIAGO BORGES DA SILVA	TITULAR
02	LUCIO TELES	SUPLENTE

Americana do Norte – Local de Votação: Escola M. Lili Maria Konzen		
EQUIPE DE APOIO		
01	JEFERSON CAMARGO CORDEIRO	APOIO
02	THANYS ALESSANDRO DE OLIVEIRA	APOIO
MESÁRIOS/ ESCRUTINADORES		
01	ELIZANGELA CALADO MENDES FERREIRA	TITULAR
02	MARCIA TOSO	TITULAR
03	LORAINE CAROLINA BARBOSA	TITULAR
04	JULIANA DE PAULA	SUPLENTE
05	ROSANE DE FATIMA PINTO CORTES	SUPLENTE
06	REGIANE DE BARROS DOS SANTOS	SUPLENTE
FICAIS		
01	ELICA APARECIDA DOS SANTOS	TITULAR
02	DENISE DE ALMEIDA RIBEIRO NASCIMENTO	SUPLENTE

Art. 2º– Fica aberto o prazo para impugnação dos servidores acima selecionados que trabalharão no na Eleição no dia 06/10/2019, do dia 11/09 á 17/09/2019, das *08:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas,* mediante requerimento.

Art. 3º– Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação;

Tabaporã – MT, 9 de Setembro de 2019.

CARLA CRISTINA ROHENKOHL

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

2º Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares

de Tabaporã/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2019/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA COM MONITORAMENTO 24 HORAS DOS PRÉDIOS E REPARTIÇÕES EXISTENTES E FUTURAS INSTALAÇÕES DO SAMAE, JUNTAMENTE COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS POR MEIO DE COMODATO.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 20 de Setembro de 2019**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 09 de Setembro de 2019.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação-SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2019 PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais. **Torna público o gabarito da prova objetiva referente ao Processo Seletivo Nº 001/2019**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

1.1 Divulgar o gabarito da prova objetiva realizada no dia 08/09/2019, no Campus Universitário de Tangará da Serra – UNEMAT

CARGO: PEDAGOGO - SEMAS

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTAS	**A**	**B**	**A**	**C**	**C**	**B**	**D**	**C**	**A**	**D**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTAS	**A**	**C**	**C**	**D**	**C**	**A**	**D**	**B**	**A**	**A**
QUESTÕES	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
RESPOSTAS	**C**	**D**	**A**	**B**	**B**	**C**	**A**	**C**	**A**	**A**
QUESTÕES	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
RESPOSTAS	**B**	**D**	**C**	**A**	**C**	**D**	**A**	**B**	**B**	**B**

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SEMAS

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTAS	**A**	**B**	**A**	**C**	**C**	**B**	**D**	**C**	**A**	**D**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTAS	**B**	**C**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**D**	**C**	**C**
QUESTÕES	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
RESPOSTAS	**D**	**B**	**C**	**A**	**A**	**B**	**A**	**C**	**A**	**C**
QUESTÕES	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
RESPOSTAS	**B**	**A**	**D**	**B**	**C**	**A**	**B**	**D**	**C**	**D**

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTAS	**B**	**C**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**D**	**C**	**C**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTAS	**C**	**D**	**A**	**C**	**B**	**A**	**D**	**C**	**D**	**B**

QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	A	B	C	D	A	A	C	C	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	B	A	B	A	B	C	A	D	B	A

CARGO: ENTREVISTADOR SOCIAL

QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	B	C	B	D	A	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	D	B	A	A	A	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	A	C	A	B	A	B	C	C	C	A

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	D	A	C	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	B	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	D	C	A	B	D	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	B	D	A	C	D	A	C	B	D

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA – EMI FORMOSO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	D	A	C	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	B	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	D	C	A	B	D	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	B	D	A	C	D	A	C	B	D

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA – EMI ZOZOITERO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	D	A	C	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	B	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	D	C	A	B	D	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	B	D	A	C	D	A	C	B	D

CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	D	A	C	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	B	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	D	C	A	B	D	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	B	D	A	C	D	A	C	B	D

CARGO: PROFESSOR GEOGRAFIA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	C	B	B	A	B	C	D	C	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	A	B	C	B	A	A	B	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	A	B	C	C	B	D	D	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	A	B	A	C	C	B	D	C	A	D

CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - SEMEC

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	D	A	D	C	A	D	B	D	C

QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	A	B	C	D	B	D	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	D	A	C	D	C	B	C	D	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	ANULADA	B	D	B	C	B	C	D	D

CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	D	A	D	C	A	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	A	B	C	D	B	D	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	A	D	D	A	A	D	B	C	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	C	D	B	A	D	B	A	D	C

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ATLETISMO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	B	A	C	C	B	D	C	A	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	A	D	C	C	A	B	D	C	A
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	C	D	C	B	A	B	D	B	C

CARGO: INSTRUTOR DE ARTES MARCIAISJUDÔ

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	A	B	A	D	A	C	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	A	D	B	B	A	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	A	D	B	D	A	A	C	D	B	A

CARGO: MÉDICO INTERVENCIONISTA – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	B	A	C	C	B	D	C	A	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	C	D	A	D	B	D	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	B	C	A	B	A	ANULADA	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	C	D	D	B	A	C	B	B	B	A

CARGO: MÉDICO REGULADOR – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	B	A	C	C	B	D	C	A	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	C	D	A	D	B	D	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	B	C	A	B	A	B	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	C	D	D	B	A	C	B	B	B	A

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 4334/2014

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	B	D	A	D	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	A	D	C	C	A	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	C	C	C	C	C	A	B	A	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	B	D	B	D	A	C	B	D	B	B

CARGO: ENFEMEIRO – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	B	A	C	C	B	D	C	A	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	D	D	D	C	C	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	B	C	C	A	C	C	D	A	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	D	C	B	D	B	D	C	D	A

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40HS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	C	B	A	B	A	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	A	A	D	A	C	A	C	A	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	A	C	D	B	D	D	D	B	D	C

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	C	B	A	B	A	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	A	A	D	A	B	C	D	B	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	D	B	B	A	B	C	B	D	B	D

CARGO: ARTESÃO DO CAPS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	D	B	C	A	D	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	C	D	A	A	C	B	A	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	C	B	B	C	A	D	A	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	B	B	D	C	C	A	B	D	C	A

CARGO: RADIO OPERADOR - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	B	A	B	A	D	A	C	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	B	D	A	D	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	C	A	ANULADA	A	A	B	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	B	C	C	D	D	D	C	A	D	B

CARGO: TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	B	A	B	A	D	A	C	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	B	D	A	D	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	C	A	ANULADA	A	A	B	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	B	C	C	D	D	D	C	A	D	B

CARGO: MOTORISTA - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	B	A	B	A	D	A	C	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	B	A	A	D	A	B	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	C	D	A	B	B	D	A	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	B	B	C	C	B	D	D	A	B	B

CARGO: COZINHEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	A	D	C	A	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	C	A	D	A	D	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	C	B	D	C
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTA	A	B	C	D	C	A	B	D	B	A

CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS – TODOS AS SECRETARIAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	D	A	D	C	A	D	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	A	B	C	D	B	D	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	D	A	C	D	C	B	C	D	B
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	ANULADA	B	D	B	C	B	C	D	D

1.2 Os candidatos poderão protocolar interposição de recurso, conforme o Anexo VIII do Edital de Abertura no Protocolo Geral da Sede Administrativa desta Municipalidade, Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra –MT, nos dias 10 e 11 de Setembro de 2019 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, devidamente fundamentado.

Registre-se publique-se e cumpra-se. Tangará da Serra – MT, 09 de Setembro de 2019.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline M. Feix

Secretária Municipal de Saúde

Prof. Gilmar Utzig

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

Eude Camargo da Silva Pinto

Secretária Municipal de Assistência Social

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019/SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **INEXIGIBILIDADE Nº 004/2019/SAMAE**, cujo teor e objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PESQUISA, CAPACITAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, pelo valor global de R$ 8.990,00 (Oito mil novecentos e noventa reais); pelo período de 12 (doze) meses. A contratação será feita através da empresa**EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL EIRELI, CNPJ 06.132.270/0001-32;** Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 09 de Setembro de 2019.

WESLEY LOPES TORRES - Diretor Geral do SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019

AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2019, que fará realizar no dia **24 DE SETEMBRO DE 2019, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital**.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **11 de Setembro de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 09 de Setembro de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019, **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante do Edital.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 753 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitação/. Tangará da Serra-MT, 09 de Setembro de 2019. Jociane Cristina de Lima – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 075/2019

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 075/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 75/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM TENDO COMO OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT-MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 882611/2019, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESTE EDITAL, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 26 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 14H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2019.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2019.

A CPL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 72/2019

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 05/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTOR DE IMOVEIS.

EMPRESA VENCEDORA: FRANCIELI CORREA DE SOUZA

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, edição de nº 3.276, do dia 24 de julho de 2019, na página 371, do EXTRATO DE TERMO ADITIVO, referente ao Contrato de Execução de Obra, por Preço Global, de Construção de Salas de Apoio Pedagógico sob nº 018/2018, por motivo de ter sido publicado contendo incorreção. Será republicado o referido termo com a redação correta.

União do Sul, 09 de setembro de 2019.

ERINEU DIESEL

Secretário de Administração.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO (REPUBLICAÇÃO)

Espécie: V Termo Aditivo aoContrato de Execução de Obra, por Preço Global, de Construção de Salas de Apoio Pedagógico sob nº 018/2018.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Lenz & Lenz Ltda. ME.

CNPJ: 01.987.957/0001-36.

Da Prorrogação do Prazo de Execução: Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes supra identificadas, fica novamente prorrogado, até a data de **31 de Dezembro de 2019**, o prazo de execução da obra objeto do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Salas de Apoio Pedagógico sob nº 018/2018*, assinado em 11 de junho de 2018.

Da Prorrogação da Vigência do Contrato: Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes, fica também prorrogada a vigência do *Contrato de Realização de Obra por Preço Global de Construção de Salas de Apoio Pedagógico sob nº 018/2018*, até a data de **31 de Dezembro de 2019**.

Da Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Execução de Obra, por Preço Global, de Construção de Salas de Apoio Pedagógico sob nº 018/2018, de 11 de junho de 2018, bem como do I Termo Aditivo de 06 de setembro de 2018; do II Termo Aditivo de 07 de novembro de 2018, do III Termo Aditivo de 28 de dezembro de 2018 e do IV Termo Aditivo de 29 de maio de 2019,que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do V Termo Aditivo: 28/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº188/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Luzia Julio De Andrade	Professor – Va VIII	Professor – V a VIII	30/04/2002		25H	B–06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº186/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Gerson Dias Pereira	TAE – Nível Médio	TAE – Nível Médio	10/06/1992		30H	C–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 49 DE 05 DE SETEMBRO DE 2.019.

Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal 38/2.019 o qual dispõe sobre a nomeação de membros Conselheiros para compor o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Várzea Grande – CMPIR, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "b" do inciso IV do art. 1º do Decreto Municipal 38/2.019, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

b) Suplente: Joenice M. da Conceição Alves

(...)

Art. 2º Fica alteradoo*caput* inciso VII do art. 1º do Decreto Municipal 38/2.019, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

VII – Associação Quilombo Capão de Negro – Várzea Grande:

(...)

Art. 3º Fica alteradoo art. 4º do Decreto Municipal 38/2.019, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 4º** A Presidência e a Vice-presidência do Conselho serão exercidas, respectivamente, pela Conselheira Tacília Soares da Costa e o Conselheiro Paulo Henrique da Silva.*

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 05 de setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000, representado pelo Sr. **RICARDO AZEVEDO ARAÚJO**, portador do CPF n.º 165.914.158-31, e portador do RG nº 27889981 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 011/2019/DAE-VG** - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e necessária homologação devidamente publicada, conforme consta nos autos do respectivo processo licitatório, denominada **CONTRATANTE** e a empresa: **C.R.I. BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.052.265/0001-82, estabelecida na Av. Avenida Rodrigo Fernando Grillo, nº 457, Bairro: Araraquara – São Paulo – SP, neste ato representado pelo procurador Sr. **UDSON MAZIERI**, inscrito no CPF nº: 979.886.341-00 e portador do RG nº:55.351.182-8 SSP/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, e demais empresas relacionadas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material permanente, (conjunto moto bomba submersa), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

1. Os preços dos serviços estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Presencial nº 011/2019, Sistema de Registro de Preços, Processo Adm. nº 023/2019, conforme o tabela(s) abaixo:

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA		
Empresa: **C.R.I. BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA**		
CNPJ nº: 07.052.265/0001-82 IE nº 181.316.157.114		
Endereço: Av. Avenida Rodrigo Fernando Grillo, nº 457		
Bairro: Araraquara		
Cidade: São Paulo	Estado: SP	CEP: 14.801-534
Telefone(s): 16 3331-1099 e 3331-5344	E-mail: udson@cribombas.com.br	
Banco: Brasil	Agência: 3405-3	Conta Corrente: 76.634-8
Representante Legal: UDSON MAZIERI		
RG nº: 55.351.182-8	Órgão Emissor: SSP/SP	CPF nº: 979.886.341-00

LOTE ÚNICO							
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**CÓDIGO TCE**		**QUANT**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
		CÓDIGO	**COD. UNID**			
01	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 03 CV.	0006797	1	06	2.460,00	14.760,00
02	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 05 CV.	0006798	1	06	3.315,00	19.890,00
03	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 12 CV.	0006799	1	06	4.515,00	27.090,00
04	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 15 CV.	0006800	1	06	5.010,00	30.060,00
05	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 20 CV.	0006801	1	06	7.200,00	43.200,00
06	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 22 CV.	0006802	1	06	7.200,00	43.200,00
07	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 25 CV.	0006803	1	06	7.886,66	47.319,96
08	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 30 CV.	0006804	1	06	8.760,00	52.560,00
09	Conjunto moto bomba submersa para instalação em poço tubular profundo, com potência de 40 CV.	0006805	1	06	10.320,00	61.920,00

Parágrafo Primeiro: Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, a soma do valor global do presente instrumento é de **R$ 339.999,96 (trezentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar os serviços, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do **Pregão Presencial 011/2019/DAE-VG**, **Processo nº 023/2019**, e **Termo de Referência nº 037/2019** e anexos que integram a presente Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.

3.4. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

3.5. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo legal de acordo com o edital, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.6. A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

3.7. O prazo de execução dos serviços será sob demanda conforme a necessidades da Contratante em até 24 horas após o recebimento da solicitação.

3.8. A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

3.9. Os serviços executados serão conferidos por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que a qualidade do serviço prestado está de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir uma Nota de Conferência.

3.9.1. Se, mesmo após a conferência definitiva da prestação de serviço, a qualidade ou características não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48h, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

3.10. A conferência provisória ou definitiva do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as quantidades e qualidades contratadas no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

4.2. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

4.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

4.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

4.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

4.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

4.2.6. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário;

Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.

4.3. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

4.5. Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

4.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

4.6.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

4.7. O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

4.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS

5.1. O registro formalizado na Ata a ser firmada entre a Administração Pública e os Fornecedores classificados, observado o disposto no item 16 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preço, a Administração Pública não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

5.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, deforma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da Ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro de preço terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

5.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

5.11.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.11.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

5.11.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

5.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

5.12.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. A Ata de Registro de Preço implicará compromisso de prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.15.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

5.16. A contratação com os Fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

5.19. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.20. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

5.21. A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.22. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

5.23. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

5.24. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.25. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preço, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.26. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE/VG) obriga-se a prestar as informações esclarecimentos necessários a Contratada para que esta possa a realizar os serviços dentro do prazo e normas estabelecidas no instrumento contrato.

6.2. Designar Servidor na condição de Fiscal para acompanhar a execução do contrato.

6.3. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

6.4. Atestar o recebimento dos serviços contratados, notificando a contratado caso haja algum problema verificado.

6.5. Solicitar a reparação do objeto contratado, que esteja em desacordo com a especialização ou apresentar defeito.

6.6. Efetuar o pagamento na forma e prazo especializado no instrumento contratual.

6.7. Autorizar a contratada se necessário a realizar adaptações nas instalações e equipamentos.

6.8. É dever do fiscal, fiscalizar e supervisionar todas as atividades previstas para a prestação do serviço realizando avaliações periódicas.

6.9. Solicitar no prazo previsto toda a documentação legal referente á prestação do serviço.

6.10 Comunicar por escrito à contratada qualquer falha ou deficiência do serviço exigindo a imediata correção.

6.11. A fiscalização de serviço pela contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão às clausulas do contrato.

6.12. Aplicar as penalidades previstas no contrato e/ou na legislação vigente nos casos de descumprimento contratual.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até 03 (três) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

7.3. Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas sem qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

7.6. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a prestação/execução dos serviços.

7.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.9. É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus serviços atendam as condições exigidas.

7.10. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo serviço objeto do contrato nos termos da legislação vigente.

7.11. O fornecimento dos serviços, objeto deste termo de referencia deverá ocorrer conforme especificado em requisição emitida pelo fiscal do contrato.

7.12. A contratada manterá as condições de habilitação durante o prazo de vigência do contrato, sob pena de rescisão de contrato.

7.13. Executar fielmente o objeto deste termo de referencia, comunicando, imediatamente, ao representante legal do Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

7.14. Responder as notificações no prazo estabelecido.

7.15. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

7.16. Encaminhar a Nota Fiscal Eletrônica.

7.17. Apresentar junto com a nota fiscal os documentos que aprovem as regularidades fiscais.

7.18. Prestar os esclarecimentos que for solicitado pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea grande MT.

7.19. Após 03 (três) notificação e não ter solucionado o problema caberá a penalidade da legislação vigente e/ou rescisão contratual.

CLÁUSULA OITAVA - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1. Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

8.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

8.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

8.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

8.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preço pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoX, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

9.5. Será devida multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

9.6.1. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante;

9.6.2. Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

9.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

9.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA

11.1. Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

LOTE ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição: 2ª Classificada	Empresa: EBARA BOMBAS AMÉRICA DO SUL LTDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preço somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no *Jornal Oficial* Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

12.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial nº 011/2019/DAE-VG - Sistema de Registro de Preço.

12.3. A autoridade competente designará o Gestor da Ata de Registro de Preço através de Portaria.

12.4. A presente Ata e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

12.5. A simples apresentação da proposta implicará na aceitação pela licitante de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. As intimações e notificações serão realizadas através no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso,independente de qualquer intimação ou comunicação pessoal do licitante interessado ou contratado.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos no edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.8. Fica assegurado o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração Pública, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

12.9. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Autarquia Municipal não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

12.12. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

12.13. A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

12.14. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital eventuais alterações e retificações pelo site www.daevg.com.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 09 de Setembro de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

UDSON MAZIERI,

C.R.I. BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA

RESOLUÇÃO Nº. 025/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil – Pré-Escola e do Ensino Fundamental Anos Iniciais, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 035/2019/CME/VG, da **EMEB David Mayer**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua Três Marias, Quadra 57, Lote 06, Bairro Ouro Verde, CEP 78.110-148, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a convalidação dos estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental- Anos Iniciais, nos anos letivos de 2016, 2017 e 2018, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 028/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar a oferta da 1ª Etapa da Educação Básica, Educação Infantil – Creche, através do Processo Nº 038/2018/CME/VG ao **CMEI Manoel Antônio**, mantido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua das Andorinhas, S/N, Bairro Jardim Primavera, CEP: 78.132.680, neste município.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2019 à 31/12/2023.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº185/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
LUSINETE MARIA DA SILVA RODRIGUES	TSAE – Nível Elementar	TSAE – Nível Elementar	29/01/2009		30H	C–04

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº184/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
LUCI CORREIA DE MELO	TSAE – Nível Elementar	TSAE – Nível Elementar	02/02/2009		30H	B–04

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº183/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Claudio Agostinho da Silva	TSAE – Nível Elementar	TSAE – Nível Elementar	30/04/2002		30H	A–06

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº182/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Catarino Rodrigues de Almeida	TSAE – Nível Elementar	TSAE – Nível Elementar	17/11/2008		30H	B–04

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº181/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que “dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências”,

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
SONIA REGINA DE SOUZA NEVES	Professor I a IV	Professor I a IV	21/06/1994		25H	C–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 52 DE 06 DE SETEMBRO DE 2.019.

Nomeiam contribuintes por substituição tributária, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Município de Várzea Grande, no uso de atribuições, que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 128 da Lei Federal nº 5.172/1.955 (Código Tributário Nacional), combinado com o art. 80 da Lei Municipal nº 1.178/1.991 (Código Tributário Municipal) com redação alterada pela Lei Municipal nº 2.645/2.003.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir da vigência desta Decreto Municipal, sujeitos passivos por substituição tributária, as seguintes empresas:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL
27.284.417/0001-80	Condomínio Florais da Mata
33.420.685/0001-84	Duailibi Comércio de Peças Automotivas Eireli
26.594.945/0001-72	Marcos Antônio Pinto da Silva
08.860.168/0001-89	Saga Pantanal Comércio de Veículos Ltda.
09.364.747/0002-84	Vale Formoso Distribuição Ltda.
08.187.134/0024-61	Vip Gestão e Logística S.A.
02.302.647/0007-99	Federal Industrialização e Comércio de Resíduos Metálicos Ltda.
15.031.826/0001-95	Igreja Batista Nacional Renovação Espiritual
77.941.490/0343-00	Gazin Ind. E Com. de Móveis e Eletrod. Ltda.
77.941.490/0315-49	Gazin Ind. E Com. de Móveis e Eletrod. Ltda.
77.941.490/0305-77	Gazin Ind. E Com. de Móveis e Eletrod. Ltda.
77.941.490/0303-05	Gazin Ind. E Com. de Móveis e Eletrod. Ltda.
77.941.490/0316-20	Gazin Ind. E Com. de Móveis e Eletrod. Ltda.
03.853.890/0070-71	Marfrig Global Foods S.A
03.853.890/0069-38	Marfrig Global Foods S.A
03.326.437/0010-07	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte dos Estados de MT e MS

Art. 2º As empresas nomeadas deverão obedecer às Leis e regulamentos do Município de Várzea Grande - MT que disciplinam a forma, o prazo e o detalhamento do controle e recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 06 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 066/CORREG. GERAL/2019

APLICA a sanção disciplinar de **SUSPENSÃO** ao servidor do Quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, da prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, e dá outras providências.

O corregedor Geral da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 4.108/2015;

CONSIDERANDO os Autos da **SINDICÂNCIA** nº 004/2019, instaurada para apurar a conduta da servidor **CID CAMACHO JUNIOR** força da Portaria nº 038/CG/2019,

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão permanente de Procedimento Administrativo Disciplinar e;

CONSIDERANDO o Julgamento Final desta Autoridade Instauradora

RESOLVE:

Art. 1º. – **APLICAR** a sanção de **SUSPENSÃO** ao servidor CID CAMACHO JUNIOR. Matricula nº 100564, do Quadro de Pessoal de provimento Efetivo da Secretaria de Defesa Social e da Guarda Municipal, baseado no Art. 87, inc. II, c/c Art. 90, inc. I, ambas da Lei Complementar nº 4.180/2016 c/c Art. 22, inc. II, da LC nº 4.108/15.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação;

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 21 de agosto de 2019

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 203/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **AMANDA FERREIRA LIMA**, Brasileira, Matrícula 125262, Portador do RG nº 2422076-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 047.906.701-55, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, 10.4,** referente à ao **CONTRATO N° 078/2019** com a empresa **LUCAS COSTA RUBEL.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

RESOLUÇÃO Nº. 031/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/ 2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar a oferta da 1ª Etapa da Educação Básica, Educação Infantil – Creche, através do Processo Nº 050/2018/CME/VG ao **CMEI Aurélia Corrêa de Almeida, mantido pela** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Avenida São Gonçalo, Quadra 8, Lote 10, Bairro Jardim Maringá I, CEP: 78.120-605, neste município.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2019 à 31/12/2023.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidélis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RESOLUÇÃO Nº. 023/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/ 2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil – Pré-Escola e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 019/2019/CME/VG, da **EMEB Antônia Felipa de Campos Martins**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua Principal, S/N, Bairro Novo Mundo, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a convalidação dos estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental, no ano letivo de 2018, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 032/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/ 2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Fica declarada a Convalidação dos Estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental, nos anos letivos de 2016, 2017 e 2018, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar, através do Processo Nº 032/2019/CME/VG, da **EMEB Padre Luiz Maria Ghisoni**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua C, s/nº, Bairro Vila Arthur, neste Município.

Art. 2° - Assim que for contruído ou reformado o prédio da referida Unidade Escolar, a mesma deverá entrar com processos solicitando Credenciamento da Instiruição, Autorização das etapas atendidas e Convalidação de estudosdos alunos matriculados no ano letivo de 2019.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSO FISCAL

Processo CRF/VG n. 32

Recorrente: Primart Empreendimentos Participações e Administração Ltda

Recorrida: Fazenda Pública Municipal

Relator: Conselheiro MÁRIO CEZAR DE LIMA

EMENTA

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIALURBANA – IPTU - FATOR GLEBA – NATUREZA DO IMÓVEL – ART. 320, 373 E 434 CPC.

1. O Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, é um tributo cobrado de toda pessoa que tenha a propriedade, a posse ou domínio de algum imóvel que esteja dentro dos limites de um município. 2. O fator gleba é um benefício fiscal, cujos requisitos para o benefício são aqueles determinados pela Lei Complementar Municipal nr.3.349/2009, com alterações dadas pela lei 3.948/2013. 3. A natureza definida pela lei é aquela à qual se destina o imóvel e a construção nela existente, e não a situação circunstancial de sua ocupação no momento do lançamento do imposto. 4. A recorrente não conseguiu atender ao que requer os artigos 320, 434 e 373 do CPC, portanto, não conseguiu provar os fatos alegados e do qual dependia a existência do direito subjetivoque entendia existir.

Relatório:

A Empresa Primart Empreendimentos Participações e Administração Ltda, CNPJ: 96.632.153/0001-20, interpôs em desfavor da Secretaria de Fazenda Municipal de Várzea Grande/MT, o presente Recurso Voluntário por discordar da decisão de 1ª Instancia que manteve o valor do lançamento do IPTU apurado por esta, para os anos de 2018 e 2019 ao imóvel de inscrição imobiliária nr. 000000000019798, localizado à Av. Júlio Domingos

de Campos, KM 5 – Várzea Grande/MT, o que por consequência julgou improcedente os pedidos relativos à revisão do valor do IPTU.

Em suas razões recursais sustenta preliminarmente a tempestividade do presente Recurso Voluntário, cotejando datas.

Traz arrazoados das circunstâncias de fato, alegando que nos termos da Lei Complementar 3.349/2009, com alterações dadas pela lei 3.948/2013 o referido imóvel possui os requisitos mínimos legais para aplicação do fator gleba na apuração do IPTU, ou seja, alega que a área total do imóvel ultrapassa 5.000m², a proprietária não possui cadastro municipal de qualquer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviços, não possui alvará de funcionamento e por fim o imóvel não se encontra em região central do Município e Várzea Grande.

Destacou ainda que seus pedidos foram indeferidos pela 1ª instância por ausência de provas, entretanto, há requerimento expresso para realização de perícia técnica no local afim de ratificar as razões de pedir, que no caso seria ausência de melhoramentos, pedido este que ratifica no presente recurso.

Requereu também, o recebimento do presente recurso, para deferir a revisão do lançamento tributárioreferente aos exercícios de 2018/2019.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 15 deste recurso ordinário, onde reiterou-se o parecer de fls. 34 e 35 (do processo 578388/19 – da 1ª Instancia), em razão de não ter havido juntada de documentos novos que impliquem na alteração da decisão anterior.

É o relatório.

Voto

Exmos Conselheiros

Consta nos autos deste Recurso Voluntário, interposto pelaempresa EmpresaPrimart Empreendimentos Participações e Administração Ltda, CNPJ: 96.632.153/0001-20, seu inconformismo com decisão prolatada pela 1ª Instancia, que indeferiu seu pedido de aplicação do fator gleba e em ato contínuo julgou improcedente o pedido de revisão do lançamento tributário de IPTU relativo aos anos de 2018/2019 de seu imóvel de inscrição imobiliária nr. 000000000019798, localizado à Av. Júlio Domingos de Campos, KM 5 – Várzea Grande/MT.

Em seu entendimento alega que o referido imóvel enquadra-se nos requisitos determinados pela Lei Complementar Municipal nr.3.349/2009, com alterações dadas pela lei 3.948/2013, para aplicação do fator gleba, contudo, no cadastro Imobiliário municipal contém registro de existência de um barracão edificado no imóvel fato este que impediu tal aplicação de redução. O recorrente não nega a existência dos galpões e enumera os requisitos descritos na legislação de regência, comentando cada um deles, ou seja, que seu imóvel possui 7850 m², portanto acima do mínimo exigido; que a proprietária do imóvel não possui cadastro municipal de qualquer atividade, muito menos existe emissão de alvará de qualquer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviços e por fim que o imóvel não está localizado em área central do município, alega que com vistas ao princípio constitucional da justiça fiscal é plenamente possível aplicação do fator gleba para apuração do valor devido de IPTU no referido imóvel.

Entendo que a razão não está com o recorrente, pois como se sabe o fator gleba é um benefício fiscal que tem a finalidade de reduzir o valor devido a título de IPTU de imóveis que enquadram nos requisitos determinados pela lei.

A Lei Complementar Municipal nr.3.349/2009, sofreu alterações dadas pela lei 3.948/2013, de forma que foi alterado o caput do art. 13, e incluídos os parágrafos 3º e 4º.

Percebe-se que o recorrente enquadra-se na maioria do itens descritos na lei, ou seja, possui área superior a 5.000m², está em local afastado da região central do município, não encontra-se em condomínio horizontal ou vertical etc, todavia, a meu sentir deixou de atender ao requisito descrito no parágrafo 3º, pois em razão de 4 galpões, conforme se verifica na figura acostada às fls 6 destes autos, trazidos pelo recorrente, percebe-se claramente a natureza industrial ou no mínimo comercial do imóvel.

Equivoca-se o recorrente ao interpretar que o fatordefinidor da natureza comercial ou industrial do imóvel seja apenas a existência momentânea de atividades comerciais, industriais no imóvel, ou que haja alvará de funcionamento.

A natureza definida pela lei é aquela à qual se destina o imóvel e a construção nela existente, e não a situação circunstancial de sua ocupação no momento do lançamento do imposto.

Ressalte-se ainda que não é razoável entender que galpões situados em avenida comercial de Várzea Grande, como é o caso da Avenida Júlio Campos simplesmente por estarem sem alvarás, ou fechadas, sejam beneficiadas pelo referido benefício fiscal. Portanto, não assiste razão as alegações do recorrente neste item.

Alega o recorrente que a decisão de 1ª instancia indeferiu o pedido inicial por ausência de provas, todavia, alega que houve expressamente requerimento para realização de vistoria técnica no local para constatar eventual presença de melhoramentos. Ratificando neste recurso o pedido para a referida vistoria.

Como é sabido, o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, é um tributo cobrado de toda pessoa que tenha a propriedade, a posse ou domínio de algum imóvel que esteja dentro dos limites de um município.

O art.32, parágrafo 1º do Código Tributário Nacional, estabelece requisitos para que a prefeitura possa exigir esse imposto, apontando que é necessário que haja a existência de melhoramentos construídos ou mantidos pelo poder público, para que seja válida a cobrança do tributo,

Lei 5172/66

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Percebe-se que o parágrafo 1º contém afirmação de que a cobrança do IPTU pode ser ocorrer se a prefeitura tiver apenas promovido pelo menos 2 (dois) dos melhoramentos citados.

No caso desta demanda na referida avenida onde se localiza o imóvel, há melhoramentos de posteamento, meio fio, abastecimento de água, escolas a menos de 3 quilômetros de distância (Ubaldo Monteiro e Porfiria Paula Campos), portanto a meu sentir inviável qualquer vistoria, pois há notória atividade de melhoramentos realizados pelo poder público naquela região.

A meu sentir incumbia ao recorrente o ônus de demonstrar mediante provas suas alegações.

No meio jurídico a prova não é tão somente o fato processual, é muito mais que isso, trata-se de uma indução lógica onde a parte recorrente a qual está obrigada a produzi-la, deve demonstrar a certeza da existência positiva ou negativa do fato probando.

Neste feito, arecorrente não conseguiu atender ao que requer os artigos 320, 434 e 373 do CPC (descritos a seguir), no que e refere às provas, produziu apenas arrazoados relativos seus entendimentos relativos às interpretações sistemáticas das leis, porém, sem aparo de documentos que asseguram seu direito.

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Art. 434. Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações.

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

Em razão disso julgo improcedente o pedido do recorrente também neste item.

Portanto, diante de todas as alegações trazidas pela parte externo o meu voto singular de acordo com a convicção formada em face das provas produzidas neste processo administrativo.

Ante o exposto, dou conhecimento ao recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no méritoNego-lhe Provimento.

A C Ó R D Ã O

Vistos etc., acordam em Turma, o Conselho Municipal de Recurso Fiscal de Várzea Grande/MT, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, deu conhecimento ao recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito NEGOU-LHE PROVIMENTO.

Várzea Grande, 22 de julho de 2019.

MÁRIO CEZAR DE LIMA

Conselheiro

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO

Vice- Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

CÁSSIA REGIS LOPES

Conselheira

RESOLUÇÃO Nº. 030/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil - 4 e 5 anos e Ensino Fundamental- 1º ao 5º ano, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 048/2019/CME/VG, da **EMEB Tenente Waldemiro Delgado Bertúlio**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Avenida São Gonçalo S/N, Bairro Parque do Lago, CEP: 78.120-658, neste Município.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 029/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil-Pré-Escola e Ensino Fundamental 1º ao 9º anos, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 039/2019/CME/VG, da **EMEB Professora Lúcia Leite Rodrigues**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Avenida Várzea Grande S/N, no Bairro Novo Mato Grosso, neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a convalidação dos estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental- Anos Iniciais, nos anos letivos de 2017 e 2018, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 027/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1º - Credenciar, através do Processo Nº 37/2019/CME/VG, o CMEI Manoel Antônio, mantido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada à Rua das Andorinhas, S/N, Bairro Jardim Primavera, CEP: 78.132.680, neste município.

Art.2º - O presente ato terá vigência a partir 2019.

Art.3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 033/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° - Efetivar a **MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO** doCentro Educacional Abdala José de Almeida mantido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer através do **Processo** Nº 69/2019 e Lei 4.453/2.019, localizado na Rua das Palmeiras, Quadra 193, S/N, Bairro São Matheus, neste município,para "**Escola Municipal de Educação Básica Abdala José de Almeida".**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 024/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil – Pré-Escola e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 025/2019/CME/VG, da **EMEB Antônio Gomes da Cruz**, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua 07 de setembro, S/N, Bairro Jardim Glória I, CEP 78. 140-425, neste Município.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 01 (um) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2019.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 026/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar o Funcionamento da Educação Infantil – Pré-Escola e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, a partir do ano de 2019, através do Processo Nº 036/2019/CME/VG, da **EMEB Ana Rosa da Silva, m**antida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Avenida Dom Orlando Chaves, S/N, Bairro Cristo Rei , neste Município.

Art. 2º - Fica declarada a convalidação dos estudos realizados pelos alunos matriculados no Ensino Fundamental- Anos Iniciais, nos anos letivos de 2017 e 2018, conforme listas nominais arquivadas na secretaria da Unidade Escolar em epígrafe.

Art. 3º- O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 04 de setembro de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

PORTARIA Nº 075/CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria do C.I nº.192/GMVG/2019 encaminha Denuncia de Alteração do Livro de Anotações Diárias da GM apontando o possível cometimento de transgressões disciplinares por agente desconhecido;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva,

matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na "Denúncia", em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº187/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Regina Aparecida Dias de Oliveira	Professor – I a IV	Professor – I a IV	02/08/1999		25H	A–07

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 899/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Setembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
35116	MAURICIO DE OLIVEIRA MALHEIROS	Efetivo	**2016/2017**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
130115	MICHELE BARBOSA DE OLIVEIRA	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
126658	MORIEL RODRIGUES SANTANA	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
130089	MURY LUCIO MONTEZUMA PEREIRA DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
36119	NAGILA DAS DORES SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
36148	NAIR GONÇALVES DA SILVA	Efetivo	**2016/2017**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
109583	NIVALDO MONTEIRO MAGALHÃES	Comissão	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 898/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Setembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
84678	MARCIO FREDERICO DE MACEDO ARRUDA	Efetivo	**2016/2017**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
109584	MARCOS PAULO BARBOSA DA ROCHA	Comissão	**2016/2017**	10.09.19 a 19.09.19 (10 dias)
32678	MARIA ELIZA DA SILVA BARRETO	Efetivo	**2018/2019**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
32479	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS CARNEIRO	Efetivo	**2018/2019**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
34056	MARILEY FERREIRA DO ESPIRITO SANTO	Efetivo	**2017/2018**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
34697	MARLENE BATISTA CAMARA	Efetivo	**2017/2018**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 897/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Setembro/2019**,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
132352	JOSIANE VENITE DE SIQUEIRA	Efetivo	**2018/2019**	05.09.19 a 04.10.19 (30 dias)
25556	JULIO DE SOUZA	Efetivo	**2017/2018**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
25761	JUSSARA MACHADO PEREIRA	Efetivo	**2018/2019**	16.09.19 a 30.09.19 (15 dias)
130076	KARINE GONÇALVES CURVO	Efetivo	**2018/2019**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
130011	LAURA TOCANTINS DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	05.09.19 a 19.09.19 (15 dias)
130092	LUCAS LUZ ALBERTI	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
130513	MARCELO ANDRE DE MATOS	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 896/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Setembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
130112	JACKELINY RODRIGUES MENDONÇA	Efetivo	**2018/2019**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
130165	JADERSON CHAVES ELIAS	Efetivo	**2018/2019**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
21059	JAIRO PAES DE BARROS SOBRINHO	Efetivo	**2016/2017**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
21577	JEAN CARLOS DA SILVA	Efetivo	**2014/2015**	01.09.19 a 30.09.19 (30 dias)
21282	JANETE FRANCISCA DE MORAIS CARVALHO	Efetivo	**2017/2018**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
21341	JANIETE MAIA DA SILVA SANTOS	Efetivo	**2017/2018**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)
22080	JOANILZA RIBEIRO BISPO DOS SANTOS	Efetivo	**2017/2018**	02.09.19 a 01.10.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 102/2019

PORTARIA N° 102/2019

Ricardo Azevedo Araújo Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer Jurídico do Procurador Chefe **n°117/2019/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do Servidor **WILHAN DOUGLAS DOS REIS**, mat.**n°574,** lotado no Departamento Comercial - setor Projetos, exercendo o cargo de **AUXILIAR DE SANEAMENTO**, a licença prêmio, referente ao quinquênio **06/2012 a 06/2017**, a ser gozadas nos seguintes períodos.

1º período: 02.09.2019 a 01.10.2019

2º período: 02.10.2019 a 01.11.2019

3º período: 04.11.2019 a 04.12.2019

Art. 2°- Esta Portaria tem efeitos a partir de 02.09.2019.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 076/CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando Denuncia protocolada nesta Corregedoria sob nº 0024/2019 apontando o possível cometimento de transgressões disciplinares por A.K. A de O;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na “Denúncia”, em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 202/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **AMANDA FERREIRA LIMA**, Brasileira, Matrícula 125262, Portador do RG nº 2422076-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 047.906.701-55, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, 7.4.11,** referente à ao **SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N° 093/2017** com a empresa **TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 201/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **LUCIANA LEITE GONÇALVES UECKER**, Brasileira, Matrícula 133034, Portador do RG nº 1761928-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 023.527.211-64, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, 14.2.1,** referente à ao **Contrato Nº 111/2018** com a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 200/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **MARIA AUXILIADORA DE CAMPOS LEITE**, Brasileira, Matrícula 31783, Portador do RG nº 0243434-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 630.269.961-49, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, 6.4,** referente à ao **Contrato Nº 084/2019** com a empresa **EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de julho de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 199/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **LUCIANA LEITE GONÇALVES UECKER**, Brasileira, Matrícula 133034, Portador do RG nº 1761928-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 023.527.211-64, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO,** referente à ao **Contrato Nº 033/2019** com a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 198/2019/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR neste ato, a servidora **AMANDA FERREIRA LIMA**, Brasileira, Matrícula 125262, Portadora do RG nº 2422076-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 047.906.701-55, como fiscal do contrato, conforme a **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, 16.4.2,** referente à **Ata de Registro de Preços Nº 79/2019 – PE Nº 24/2019** com a empresa **WALERIA DOS S. CORDEIRO, CNPJ: 30.985.777/0001-13.**

Art. 2° - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2019.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 10 de setembro de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº191/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Adelma Benedita Soares	Professor I a IV	Professor I a IV	05/07/1994	2a	25H	C–10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº190/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Jania Maria Arantes da Silva	Professor I a IV	Professor I a IV	01/04/1989		25H	C–10

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº189/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constamnas Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014, 4.093/2015 e4.163/2016, 4.189/2017, 4.293/2017,4.335/2018, e, 4.430/2019 que "dispõem sobre aCarreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá outras providências",

RESOLVE:

Enquadrar a Servidora da Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas LeisComplementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreiraconforme descrito abaixo:

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	C/H.	CLASSE NÍVEL
Marinalva Leite Soares	Professor –Ia IV	Professor – I a IV	29/06/1994		25H	C–09

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito financeiro retroativo a partir de 01/09/2019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08de Setembrode 2019.

Lucimar Sacre de campos

Prefeita Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Processo:CRF/VG nº 61 – Treze Administradora de Bens Ltda.

Assunto: Consulta Tributária ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais

Conselheira: Adriana Schlitter

Trata-se de consulta ao conselho municipal de Recursos Fiscais formulada pela Superintendência de Receita por meio do Despacho de fls.39/40.

Em apertada síntese, o que encontramos neste processo é o pedido de divisão das 3 (três) unidades que compõe a área total da matrícula 63.948 de fl. 03, para fins de lançamento do IPTU separadamente.

À fl. 28, o setor de Cadastro e Geoprocessamento, entendendo pela separação das unidades, promoveu a regularização das inscrições, e encaminhou o processo ao Núcleo de IPTU para recalculo.

Já, à fl. 29, o setor responsável pelo lançamento do IPTU, discordou do procedimento dessa forma: "Portanto, não entendemos qual o motivo do atendimento do pedido do contribuinte, uma vez que o contribuinte o qual pleiteia não possui legitimidade para tanto, além de que o contribuinte não apresentou as unidades construídas desmembradas, mas tão somente a averbação destas na matrícula de imóvel 63.948." E, remeteu o processo à Coordenadoria de Cadastro e Geoprocessamente para retificações.

O setor de Cadastro e Geoprocessamento, inconformado, remeteu a matéria à Superintendência de Receita para análise e pronunciamento.

Diante de todo o exposto entendo que:

Cabe ao contribuinte, já ciente da decisão de fl. 29, caso não concorde com a mesma, apresentar sua inconformidade por meio de recurso , por escrito, pessoalmente ou por intermédio de procurador com mandato regu-

larmente outorgado, observando o trâmite do processo administrativo tributário na seara municipal.

Pois, a Consulta Tributária ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais, tem seu rol de legitimados limitado pelo art. 58 da LC nº 4354/2018.Veja: " O **sujeito passivo** da obrigação tributária, bem como as **entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais**, poderão formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária, aplicáveis a fato determinado".

Várzea Grande/MT, 22 de agostode 2019.

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

Na forma do artigo 58 do DECRETO Nº 85 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2.018 (Regimento Interno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais), o parecer retro foi devidamente acolhido por todos os Conselheiros.

Várzea Grande; 22 de Agosto de 2019.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Conselheiro Relator

JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

MÁRIO CEZAR DE LIMA

Conselheiro

CÁSSIA REGIS LOPES

Conselheira

PORTARIA Nº 074/CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da Denúncia apresentada por membro efetivo da GM apontando o possível cometimento de transgressões disciplinares pelo servidor G.T.R;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na "Denúncia", em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 09 de setembro de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

DECRETO Nº 46 DE 05 DE SETEMBRO DE 2.019.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município de Várzea Grande, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.355/2.018 - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no município de Várzea Grande.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados osnovos membros conselheiros (as) do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município de Várzea Grande:

I – Vanessa Cristiane Cáceres Navarro (titular) e Ana Carolina Soares de Sousa (suplente), representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II –Sirlei Salete Piasecki (titular) e Célia Regina Rodrigues (suplente) representantes da Secretaria Municipal de Defesa Social - Guarda Municipal de Várzea Grande;

III – Renata Monteiro da Silva Gallo (titular) e Tatiane Cristiane Miranda Soares (suplente) – Representantes da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande;

IV – Rafaela Vitória Mendes Volcov (titular) e Daniele Curado Jardini (suplente) – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande;

V – Franz Cleyton Fernandes de Amorim (titular) e Marina Carvalho Martinho (suplente) – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande;

VI – Rafaela Maximiano Alves (titular) e Izabel Valdevino Teixeira (suplente) – Representantes da Secretaria Municipal de Comunicação Social de Várzea Grande;

VII – Gisele Aparecida de Barros (titular) e Miguel Baracat Neto (suplente) - Representantes da Câmara Municipal de Várzea Grande;

VIII – Paulette Rose da Costa e Silva (titular) e Vera Aparecida Amorim (suplente) – Representantes da Pastoral das Mulheres Marginalizadas;

IX – Valdirene Aparecida Boin de Lima (titular) e Ana Conceição Elias e Silva (suplente) – Representantes da Caritas;

X – Tabata Fonseca Mazetto(titular) e Meiry Rosana GuedesSnowareski(suplente) – Representantes da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Várzea Grande – BPW Várzea Grande;

XI – Julieta Marinho Pires Cezário Ferreira (titular) e Elza da Silva Oliveira Caixeta (suplente) – Representantes da Instituição OAB Várzea Grande; e

XII –Divina Francisca de Paula (titular) e Pamela Francisca Ferreira (suplente) – Representantes do Centro Popular DorcelinaFolador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a maio de 2.019.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 05 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 901/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ANGÉLICA SATSUKI KIMURA**
MATRICULA	84119
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	485542/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**BENILDES SANTANA OLIVEIRA**
MATRÍCULA	6091
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	607079/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**CREODETE AUREA DOS SANTOS**
MATRICULA	9032
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	198328/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.02.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**EDILVANE FERREIRA DE JESUS**
MATRICULA	11822
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	404244/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**ELAIR ANTÔNIA DA SILVA MIRANDA**
MATRICULA	12867
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	18197/2011
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**07.03.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DECRETO Nº 47DE 05 DE SETEMBRO DE 2.019.

Dispõe sobre a homologação de Resolução e a designação de Secretária Executiva para o Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Várzea Grande, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.389/2.018 - Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Várzea Grande.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a **Resolução 001/2019** do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Várzea Grande.

Parágrafo único: Fica designada a servidora pública municipal **Fabiane Christina de Lima Guedes** para exercer a função de **Secretária Executiva**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a junho de 2.019.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 05 de Setembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 902/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**EZENILDE DOS SANTOS BARROS**
MATRICULA	15816
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	486424/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**04.06.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**FRANCIA FERREIRA MARQUES**
MATRÍCULA	16676
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	607078/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**HELONEIDA CERQUEIRA**
MATRICULA	19151
CARGO	Auxiliar Desenvolvimento Econômico Social
PROCESSO N°	485735/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.07.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**IVONE MARIA PEREIRA FONSECA**
MATRICULA	84414
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	460755/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

SERVIDOR	**LEDIR DE CAMPOS RAMOS**
MATRICULA	26947
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	482248/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.09.2019 à 14.12.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Setembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 06/2019

Processo n. 583847/2019. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem conforme os Lotes a Seguir: LOTE 1 - Bairro Nova Fronteira as seguintes Ruas: Rua Lucas, Dionísio, Demétrio, Antônio Otaciano dos santos, Goiás, Barnabé, Barrabas, Baltazar, Ariel, Andre, Isaias, Moisés, Josias, Josué, Josafa, Véu da Noiva, AV 1.000/AV Benedito N. das Chagas pista direita, AV 1.000/AV Benedito N. das Chagas pista esquerda, Rua 100/ou Rua Josias, Rua 300/ou Rua Goiás, Rua 400/ou Rua Barnabá, Rua Ariel, Rua 15/ou Rua Barnabá, Rua 500/ou Rua André com 7.778,13 metros e Bairro Portal da Amazônia as seguintes Ruas: Rua Salomão S. Andrade, Vitória, Pinheiro, Laranjeiras, Pará, Vila Nova, Curitiba, Santa Catarina, Itabuna, 01, Fortaleza, Mangabeiras, Várzea Grande, Ceará, Felipe Brulhimueller, Acre com 5.846,05 metros; LOTE 2 – Bairro Costa Verde as seguintes Ruas: Rua 1, Carlos Galhardo, Buda, Orestes Barbosa, e Rua três com 1.425,55 metros, na cidade de Várzea Grande – MT; LOTE 3 – Bairro Princesa do Sol e Maringá, as seguintes Ruas: Rua santo Antônio, Papa São Silvestre I, Papa Bonifacio, Padre santos, 10, 05, 03, 02, 01, AV Papa João XXIII, Frei Emiliano Monteiro, Frei Ambrósio Daid, Padre Pedro Cometi com 3. 865,07 metros, na cidade de Várzea Grande – MT**.** Observados os preceitos legais da lei n. 8666/93 e Constituição Federal de 1988, **HOMOLOGO** o presente certame e **ADJUDICO** seu objeto as empresas: **TERRAPLANAGEM CENTRO OESTE LTDA** CNPJ: 01.294.313/0001-62 no **lote 01** com o valor de **R$ 12.707.787,03** (Doze Milhões Setecentos e Sete Mil Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Três Centavos) e no **lote 03** com o valor de **R$ 4.408.055,99** (Quatro Milhões Quatrocentos e Oito Mil Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Nove Centavos); e **CONSTRUTORA AGRIENGE LTDA** CNPJ: 03.118.726/0001-11 no **lote 02** com o valor de **R$ 1.217. 679,34** (Um Milhão Duzentos e Dezessete Mil Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Quatro Centavos); na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida licitante. O presente documento encontra-se disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 09 de setembro de 2019. **Luis Celso Moraes de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº 079/2019, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, PARA O BIÊNIO 2019/2021".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Ordinária Municipal nº. 737, de 23 de março de 2007, Lei 11.494, de 20 de junho de 2007 e Portaria FNDE 430, de 10 de dezembro de 2.008.

D E C R E T A:

DECRETA: **Art. 1º** - Ficam nomeados como Conselheiros do ***Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação*** **- FUNDEB**, como segue:

01 - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: *EPAMINONDAS DE MATOS MAGALHÃES* ***(Presidente)***

Suplente: *CLAÍDES LEITE RIBEIRO*

Titular: *ROZILEI LEITE DE ASSUNÇÃO*

Suplente: *JANILCE GOMES DE FIGUEIREDO*

02 - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: *IRACI BALTA PAIM*

Suplente: *APARECIDA FERNANDINA TOMICHÁ CHARUPÁ*

03 - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: *FLAVIANE FRANCISCO DA SILVA*

Suplente: *NEZILDO CARVALHO DA SILVA*

04- Representantes dos Professores da Educação básica Pública Municipal:

Titular: *SIRLEIDE DE OLIVEIRA RIBEIRO* ***(Vice-presidente)***

Suplente: *CLÁUDIA PATRÍCIA LEITE NEPOMUCENO*

05 - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas Municipais:

Titular: *VILMA SOARES DA SILVA*

Suplente: *APARECIDA DE MELO CARVALHO*

06 - Representantes dos Servidores Técnicos - Administrativos das Escolas Básicas Públicas Municipal:

Titular: *CRISTIANE SCATOLIM* ***(1º Secretário)***

Suplente: *JÉSSICA CORDEIRO MARTINS*

07 - Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela entidade de Estudantes Secundaristas.

Titular: *LUIZ FELIPE FERNANDES RAMOS*

Suplente: *HERBERT DE MELO RAMOS*

08 – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: *ROSELI SILVA CORREIA*

Suplente: *DIRLENI DE OLIVEIRA RIBEIRO*

09 - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: *EDMAR OLIVEIRA* ***(2ª Secretário)***

Suplente: *SANDER SÁVIO SOUZA DA SILVA*

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - O mandato dos conselheiros do CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é de dois anos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito de Vila Bela

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 212/2019

DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

*Considerando*a Certidão de Casamento número 18086 livro nº B-88 e folhas nº 90 com alteração de nome;

R E S O L V E:

Art. 1º - **Alterar** o nome da servidora **LUCIENE CARDOSO DOS SANTOS** matricula 165 lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor de I a IV para o nome de **LUCIENE CARDOSO DOS SANTOS ARAUJO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 213/2019

De 09 de Setembro de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora LUCIENE CARDOSO DOS SANTOS ARAUJO, matrícula nº 165 lotada na Secretaria de Educação cargo de PROFESSOR I a IV, conforme processo de solicitação a partir de 06/09/2019 a 04/11/2019, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 06/09/2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 045/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2019

ADESÃO Nº 011/2019

DO OBJETO: Aquisição de equipamentos sinalização viária para atender a gestão de transito e transporte e segurança do município de Vila Rica.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O valor total da aquisição é de R$ 19. 780,00 **(Dezenove mil setecentos e oitenta reais).** Opagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e emissão da nota fiscal mediante transferência bancária em nome da empresa **FILGUEIRA E FILGUEIRA LTDA-ME**.

DATA: Vila Rica/MT, 09 de Setembro de 2019.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (19.560.627/0001-25) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO 061/2018/PREFEITURA DE ALTA FLORESTA-MT

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 062/2019

ADESÃO Nº 011/2019

O Município de Vila Rica- MT, através da Pregoeira Oficial, Sr.ª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 torna publico a Adesão à Ata de Registro de Preço 061/2018, proveniente do Pregão Presencial 033/2018 SRP, realizado pela Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT, para aquisição de Equipamentos de sinalização Viária para atender a gestão de trânsito, transporte e segurança do município de Vila Rica.

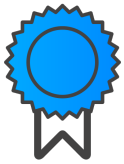
Vila Rica / MT, 09 de Setembro de 2019.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 12/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Sep 09 22:31:57 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)